

The background is a complex, layered composition. It features a network diagram with black nodes of varying sizes connected by thin black lines. This network is overlaid on a background of light gray geometric shapes, including rectangles and triangles, some of which are semi-transparent. There are also faint, light gray lines and dots scattered throughout the composition, creating a sense of depth and complexity.

HUMBERTO JOSÉ DE LIMA

A LÓGICA PSICOSSOCIAL DA PRISÃO
APROXIMAÇÕES ENTRE SINTAXE ESPACIAL E PSICOLOGIA NO ESPAÇO PENAL BRASILEIRO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO**

HUMBERTO JOSÉ DE LIMA

**A LÓGICA PSICOSSOCIAL DA PRISÃO:
APROXIMAÇÕES ENTRE SINTAXE ESPACIAL E PSICOLOGIA NO ESPAÇO PENAL BRASILEIRO**

**RECIFE
2019**

HUMBERTO JOSÉ DE LIMA

A LÓGICA PSICOSSOCIAL DA PRISÃO:
APROXIMAÇÕES ENTRE SINTAXE ESPACIAL E PSICOLOGIA NO ESPAÇO PENAL BRASILEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Área de Concentração: Arquitetura e Urbanismo

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Felipe Borba do Nascimento

RECIFE
2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Andréa Carla Melo Marinho, CRB-4/1667

L732I	<p>Lima, Humberto José de</p> <p>A lógica psicossocial da prisão: aproximações entre sintaxe espacial e psicologia no espaço penal brasileiro / Humberto José de Lima. – Recife, 2019.</p> <p>221f.: il.</p> <p>Orientador: Cristiano Felipe Borba do Nascimento.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2019.</p> <p>Inclui referências.</p> <p>1. Arquitetura prisional. 2. Sintaxe espacial. 3. Psicologia social. 4. Psicologia ambiental. 5. Ressocialização. I. Nascimento, Cristiano Felipe Borba do (Orientador). II. Título.</p> <p>711.4 CDD (22. ed.)</p> <p>UFPE (CAC 2020-87)</p>
-------	---

HUMBERTO JOSÉ DE LIMA

**A LÓGICA PSICOSSOCIAL DA PRISÃO: APROXIMAÇÕES ENTRE SINTAXE ESPACIAL E
PSICOLOGIA NO ESPAÇO PENAL BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 30/08/2019.

Banca Examinadora

Prof. Cristiano Felipe Borba do Nascimento (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Luiz Manuel do Eirado Amorim (Examinador 1)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Cristiana Maria Sobral Griz (Examinador 2)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Suzann Flávia Cordeiro de Lima (Examinador 3)
Universidade Federal de Alagoas

RESUMO

Esta dissertação investiga as propriedades socioespaciais de edifícios prisionais brasileiros contemporâneos e propõe uma análise psicossocial do espaço projetado desses mesmos objetos arquitetônicos. O tema da Arquitetura prisional é posto em evidência de modo a relacionar seus aspectos físicos, sociais e simbólicos; questionar o desempenho do espaço penal, enquanto instância de apoio ao propósito da ressocialização; e discutir sua função social, como promotora de bem-estar e justiça sociais. Para analisar os aspectos citados, lança-se mão do instrumental teórico e analítico da Sintaxe espacial e da teoria da Psicologia – esta aqui representada pela Psicologia Social e pela Psicologia Ambiental. Por compreender que o edifício é um fato social e que o espaço por ele conformado guarda relação com o comportamento social humano, o estudo visa coadunar as teorias citadas no intuito de explicar como a configuração espacial de instituições penais tenderia a operar seu cotidiano e influenciar as rotinas em suas dependências, sobretudo na condição da pessoa presa. Ao evidenciar as particularidades de um sistema espacial, busca-se apreender sua correlação com um sistema de regras sociais e com um possível sistema de ordem simbólica. No contexto em que se inserem, os estudos sintáticos realizados com quatro modelos arquitetônicos confirmaram as prerrogativas textuais para o edifício prisional e revelaram atributos de cunho socioespacial e subjetivo operando em conflito com a finalidade da reintegração social por meio da pena de prisão.

Palavras-chave: Arquitetura Prisional. Sintaxe Espacial. Psicologia Social. Psicologia Ambiental. Ressocialização.

ABSTRACT

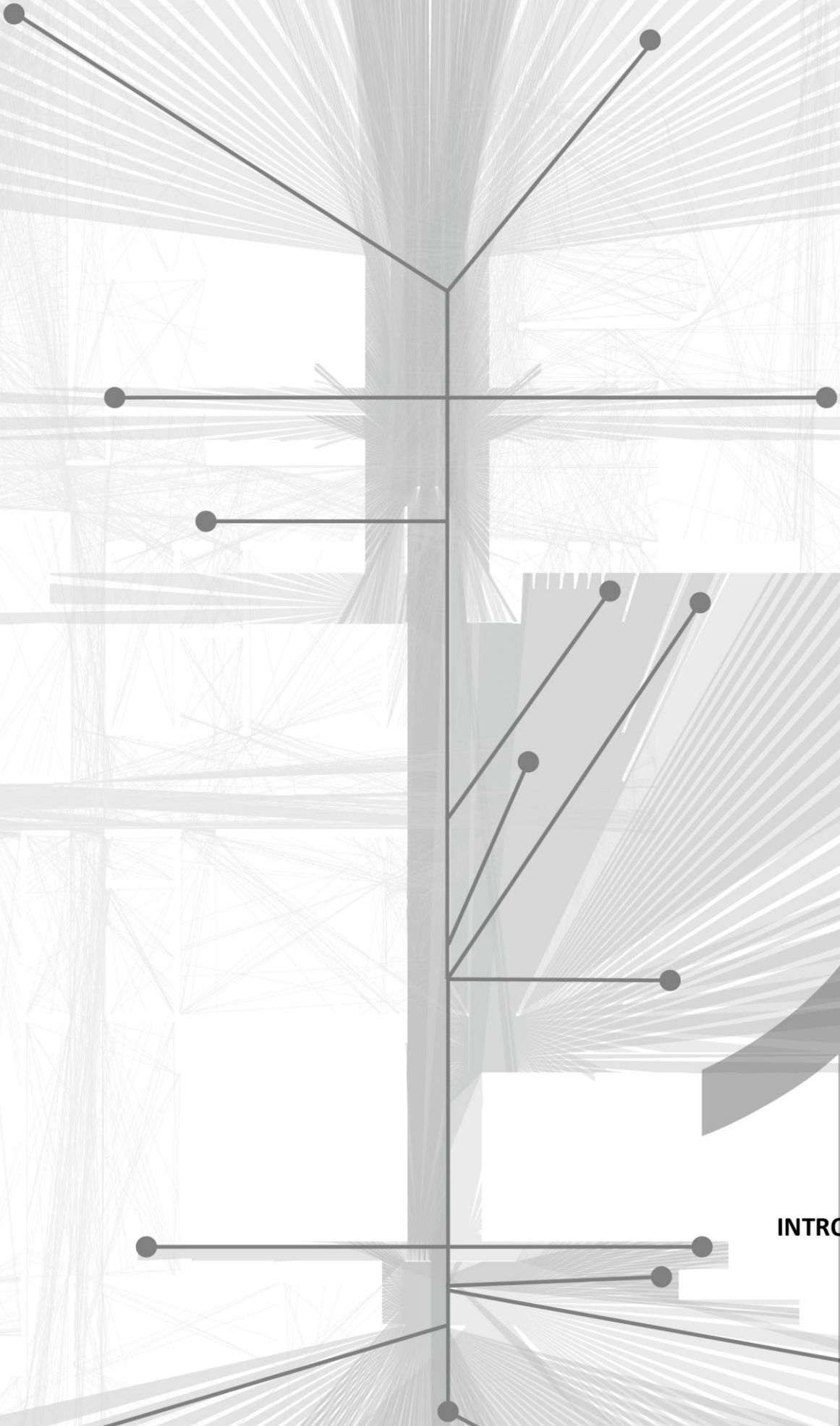
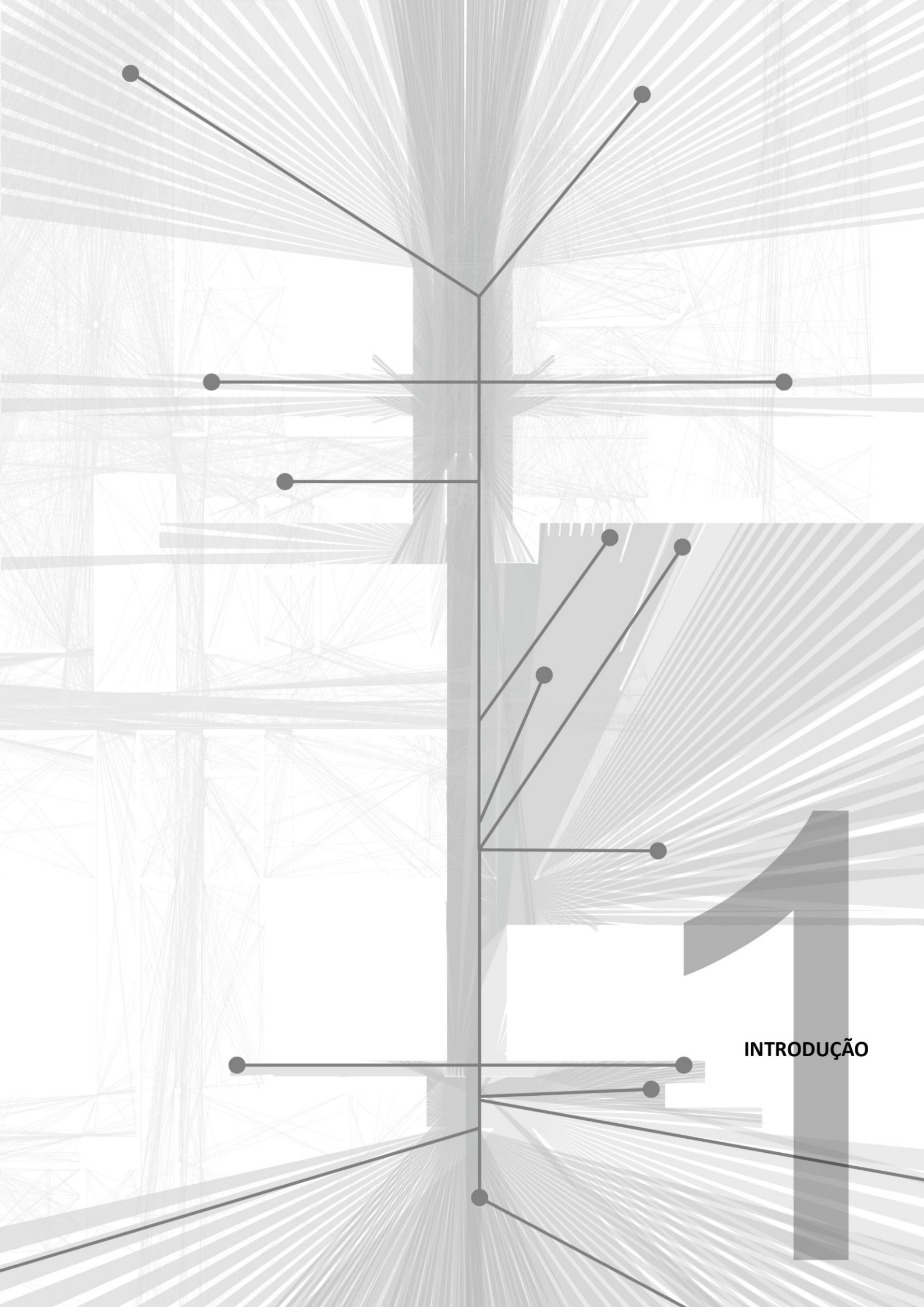
This dissertation investigates the socio-spatial properties of contemporary Brazilian prison buildings and proposes a psychosocial analysis of the designed space of these same architectural objects. The theme of Prison Architecture is highlighted in order to relate its physical, social and symbolic aspects; to question the performance of the penitentiary space as an instance of support for the purpose of resocialization; and discuss their social function as a promoter of social welfare and social justice. In order to analyze the mentioned aspects, the theoretical and analytical instruments of Space Syntax and the theory of Psychology – specifically, Social Psychology and Environmental Psychology – are used. By understanding that buildings are social facts and the space it conforms to is related to the human social behavior, the study aims to combine these theories to explain how the spatial arrangement of prisons could operate their daily life and influence their routines, emphasizing above all the condition of prisoners. In scrutinizing the particularities of a spatial system the goal is to apprehend its correlation with a system of social rules and with a possible symbolic system. In the context in which they are inserted, the syntactic studies carried out with four architectural models confirmed the textual prerogatives for the prison building and revealed social and subjective attributes operating in conflict with the purpose of social reintegration through imprisonment.

Keywords: Prison Architecture. Space Syntax. Social Psychology. Environmental Psychology. Resocialization.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	VIDA, ESPAÇO E COMPORTAMENTO PRISIONAIS.....	21
2.1	A Psicologia Social e a Psicologia Ambiental	21
2.2	A Psicologia no espaço penal brasileiro	26
2.3	Da punição do corpo à punição da alma e à educação	29
3	ESPAÇO, SOCIEDADE E EDIFÍCIO PRISIONAL.....	49
3.1	A Sintaxe Espacial	50
3.2	O edifício de modelo longo e reverso.....	54
3.3	As transformações do edifício prisional	57
3.4	A trajetória do edifício prisional no Brasil.....	67
4	MÉTODO	86
4.1	Os níveis analíticos da Sintaxe espacial.....	87
4.2	O instrumental analítico da Sintaxe Espacial	88
4.2.1	<i>O grafo justificado.....</i>	<i>88</i>
4.2.2	<i>O mapa convexo.....</i>	<i>90</i>
4.2.3	<i>O mapa axial</i>	<i>92</i>
4.2.4	<i>As isovistas</i>	<i>93</i>
4.2.5	<i>O mapa de visibilidade.....</i>	<i>93</i>
4.2.6	<i>Os agentes simuladores de movimento</i>	<i>95</i>
4.3	Procedimentos analíticos.....	95
5	ANÁLISES.....	103
5.1	Projeto 01 – Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte	104
5.2	Projeto 02 – Unidade penal de modelo compacto e médio porte	120
5.3	Projeto 03 – Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte.....	138
5.4	Projeto 04 – Unidade penal de modelo misto e grande porte	157

6	ESPAÇO, SOCIEDADE, PSICOLOGIA E PRISÃO	183
6.1	Síntese e discussão dos resultados analíticos	183
6.2	A lógica psicossocial da prisão brasileira contemporânea	190
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	206
	REFERÊNCIAS.....	212



INTRODUÇÃO

5/7/2000

Estou a caminho do Carandiru. No trajeto até aqui, vislumbro, através de uma tela colocada na janela do camburão, a rua com aquele cheiro de liberdade, pessoas e o sol. Parece irreal, outro mundo a que pertenci, não sei se foi ontem ou há muito tempo. Perdi a noção do tempo. Vagas lembranças passam pela minha mente, como as imagens passam pela janela com tela da viatura que nos transporta. É uma grande emoção e um medo do desconhecido, tomando conta daqueles que ainda não conhecem o local para onde somos destinados.

1 INTRODUÇÃO

Contemplando as relações existentes entre Espaço e Sociedade e Espaço e Comportamento, este trabalho descreve questões referentes às propriedades socioespaciais do edifício prisional brasileiro contemporâneo e às possíveis implicações psicossociais advindas desse espaço para pessoas em condição de aprisionamento. A proposta considera aspectos que permeiam o sistema prisional, no que diz respeito a fatores determinantes para o planejamento do espaço, e enfatiza a dimensão socioespacial da Arquitetura, considerando o que ela pode favorecer no uso, nas relações interpessoais, nos deslocamentos e comportamentos humanos.

Tendo em vista o contexto histórico e social em que o tema aqui pesquisado se situa, assume-se o posicionamento de que a Arquitetura Prisional deve reconhecer os estudos de gênero, raça e classe. Pois, em várias considerações e avaliações sobre, o edifício prisional serve, principalmente, para “abrigar” jovens pretos e pobres.

Nesse cenário, constata-se – conforme dados do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) de junho de 2019 – que há no Brasil quase 810 mil pessoas privadas de liberdade: cerca de 770 mil homens e 42 mil mulheres. Dos crimes cometidos por homens tem-se que roubo e tráfico de drogas representam 26%, furto 12% e homicídio 11%. Dos crimes cometidos por mulheres, o tráfico de drogas representa 62%, roubo 11%, furto 9% e homicídio 6%¹. Por sua vez, os dados acerca da raça, cor ou etnia, revelam que 64% das pessoas encarceradas são negras² e quase 54% têm entre 18 e 29 anos. Além disso, 51% possuem ensino fundamental incompleto, 14% completaram o ensino fundamental e 15% cursaram o ensino médio sem concluí-lo³. Estes índices retratam a estrutura social e a trajetória histórica do país, refletindo-se diretamente na renda dessas pessoas e de seus familiares, distinguindo-os e sujeitando-os aos membros de uma classe social mais favorecida economicamente e privilegiada por uma estrutura racista e patriarcal.

¹ BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2016.

² Esse percentual varia de acordo com os estados e a quantidade de respostas obtidas. Por exemplo, no Pará e Rio de Janeiro há 100% de respostas registradas: 83% e 72%, respectivamente, afirmaram ser pessoas negras. Por sua vez, no Acre e na Paraíba, com apenas 40% de respostas registradas, os dados mudam: 95% e 77%, de modo respectivo, dos indivíduos privados de liberdade se definem como negros.

³ op. cit.

A partir dos números levantados, o direcionamento do sistema prisional brasileiro em aprisionar corpos jovens, pobres, pretos e considerados masculinos⁴ é evidente. Consoante o pensamento de Jessé Souza (2017), o foco na produção e na ocupação em sociedade permite notar a distribuição e o consumo como variáveis dependentes da instância de produção social, bem como o fato de ocupar ou não determinado espaço. Ou seja, dependendo do lugar na produção de mercadorias, tem-se acesso diferenciado a dada renda, por exemplo, fazendo com que o indivíduo seja inserido ou privado espacial e socialmente. Assim, o autor questiona: por que algumas pessoas “escolhem” certo tipo de ocupação ou de lugar na produção? Por que alguns indivíduos que pertencem a algumas classes sociais desempenham secularmente certo tipo de função nas relações produtivas? Do mesmo modo, pergunta-se aqui: por que pessoas presas, em sua maioria, são negras e pobres?

Para pensar essas questões, é preciso partir do “berço”, da socialização familiar primária, a fim de compreender as classes sociais e sua formação, e como irão definir as chances dos indivíduos na luta social. Segundo Angela Davis (2016), à medida que o capitalismo industrial se aproximava de sua consolidação, a clivagem entre a nova esfera econômica e a velha economia familiar se tornava mais rigorosa. Enquanto os bens produzidos em casa tinham valor, principalmente, porque satisfaziam às necessidades básicas da família, a importância das mercadorias produzidas em fábricas residia predominantemente em seu valor de troca, na capacidade de render lucros.

Consequência advinda dessa dinâmica econômica e social é a separação estrutural entre a economia familiar doméstica e a economia voltada ao lucro do capitalismo. Uma vez que as tarefas domésticas não geram lucros, o trabalho doméstico foi definido como uma forma inferior de trabalho e destinado especialmente ao universo feminino; em comparação, a atividade assalariada capitalista foi mais valorizada e estimulada no meio masculino. As sutilezas dessa conjectura têm desdobramentos nos conflitos sociais e no sistema prisional. Elas são acentuadas pelo próprio sistema capitalista, que, desde sempre, valeu-se das desigualdades, direcionando-se à exploração de uma população mais vulnerável socialmente – negra e pobre. Assim, a intersecção entre raça, classe e gênero acaba

⁴ Ressalta-se ainda haver o enquadramento pelo sistema carcerário brasileiro de pessoas transexuais em prisões distintas da identidade de gênero delas.

evidenciando e explicando o perfil da população que superlota as prisões (DAVIS, 2009, 2016, 2018; WACQUANT, 2011).

*Quando você for convidado pra subir no adro
Da fundação casa de Jorge Amado
Pra ver do alto a fila de soldados, quase todos pretos
Dando porrada na nuca de malandros pretos
De ladrões mulatos e outros quase brancos
Tratados como pretos
Só pra mostrar aos outros quase pretos
(E são quase todos pretos)
E aos quase brancos pobres como pretos
Como é que pretos, pobres e mulatos
E quase brancos quase pretos de tão pobres são tratados
E não importa se os olhos do mundo inteiro
Possam estar por um momento voltados para o largo
Onde os escravos eram castigados
E hoje um batuque um batuque
Com a pureza de meninos uniformizados de escola secundária
Em dia de parada
E a grandeza épica de um povo em formação
Nos atrai, nos deslumbra e estimula
Não importa nada:
Nem o traço do sobrado
Nem a lente do fantástico,
Nem o disco de Paul Simon
Ninguém, ninguém é cidadão
Se você for a festa do pelô, e se você não for
Pense no Haiti, reze pelo Haiti
O Haiti é aqui
O Haiti não é aqui
E na TV se você vir um deputado em pânico mal dissimulado
Diante de qualquer, mas qualquer mesmo, qualquer, qualquer
Plano de educação que pareça fácil
Que pareça fácil e rápido
E vá representar uma ameaça de democratização
Do ensino do primeiro grau
E se esse mesmo deputado defender a adoção da pena capital
E o venerável cardeal disser que vê tanto espírito no feto
E nenhum no marginal
E se, ao furar o sinal, o velho sinal vermelho habitual
Notar um homem mijando na esquina da rua sobre um saco
Brilhante de lixo do Leblon
E quando ouvir o silêncio sorridente de São Paulo
Diante da chacina
111 presos indefesos, mas presos são quase todos pretos
Ou quase pretos, ou quase brancos quase pretos de tão pobres⁵
[...]*

⁵ A canção “Haiti”, composição de Caetano Veloso e Gilberto Gil, na interpretação de Elza Soares.

Ainda sob os argumentos de Davis (2009, 2016, 2018) e Wacquant (2011), a “seleção” promovida pelo sistema prisional acontece, entre outras razões, devido ao ajuste de mecanismos sociais, políticos e econômicos que definem quem deve obter e deter poder.

Das representações que o espaço arquitetônico pode engendrar também estão as relações de poder. O espaço constrói e reproduz, objetiva e simbolicamente, essas relações. Sua atuação, neste sentido, pode se dar através da configuração espacial e das decisões incorporadas ao programa espacial de algumas instituições. O poder consegue operar por meio de condicionantes espaciais e sociais, manifestando-se através de valores como força, manipulação, sedução ou autoridade (DOVEY, 1999). No espaço, não é matéria inerte.

Um tipo de poder que atua sobre corpos a serem dominados se encontra no interior dos estabelecimentos prisionais. Para Dovey (1999), a princípio, o meio mais expressivo desse poder nas prisões foi a força. Segundo o autor, este seria o artifício típico dos edifícios que incluem em seu programa qualquer tipo de confinamento ou exclusão socioespaciais, cujos elementos arquitetônicos – a exemplo de portas, paredes, barras – são concebidos para funcionar como dispositivos de segurança. Este “espaço de poder”, pautado na força, já se apresentava nas masmorras – os espaços do suplício característicos da Idade Média, que paulatinamente evoluiria para a esfera da vigilância, a partir do período iluminista, valendo-se de outros meios para exercitar o poder.

Um medo assombrou a segunda metade do século XVIII: o espaço escuro, o anteparo de escuridão que impede a total visibilidade das coisas, das pessoas, das verdades. [...] Os castelos, os hospitais, os cemitérios, as prisões, os conventos, muito antes da Revolução, suscitaram uma desconfiança ou um ódio que implicaram sua supervalorização (FOUCAULT, 1978, p.119).

Ao renegar a informalidade e a escuridão para tornar-se racionalmente organizada e transparente, a economia do poder substituiu a punição pela vigilância; ou, como prefere Dovey (1999), substituiu a força pela coerção, como mecanismo de demonstração de poder no espaço. O autor define coerção como sendo a ameaça da força para assegurar uma conformidade. Para ele, a coerção é uma espécie de força latente e age, especialmente, por meio da dominação ou intimidação, buscando ser respeitada voluntariamente, como no edifício Panóptico.

O Panóptico⁶, modelo arquitetônico idealizado pelo filósofo Jeremy Bentham (1780), assinala uma nova tecnologia de poder, uma prática de controle a partir da visibilidade assimétrica e da organização espacial – esta que, para Dovey (1999), também é uma maneira de coerção. O panoptismo constitui o processo técnico-político da coerção e do enquadramento de corpos; suas aplicações servem “para exemplificar o poder e a força máxima do dispositivo preventivo” (BENTHAM (1780), 2000, p.20). Assim, o poder passou a trabalhar no espaço por meio de mecanismos e instituições que, em dado momento histórico, constituíram um tipo específico de sociedade: “a sociedade disciplinar” (FOUCAULT, 1978).

Elegendo o edifício prisional como modelo desta sociedade, Foucault ressalta a produção que o poder disciplinar efetua sobre os corpos que controla. O poder como atributo socioespacial combina diversos processos com o fim de dividir os indivíduos, fixá-los, distribuí-los espacialmente e classificá-los; treinando seus corpos, codificando seus comportamentos continuamente, mantendo-os sob uma visibilidade sem lacunas, formando em torno deles um aparelho completo de observação (FOUCAULT, 1977, 1978).

A organização do tempo e do espaço, para mediar a interação social, torna-se crucial no desempenho de práticas coercitivas. A coerção atua por via do “fechamento” e busca transformar espaços privados, comunitários, coletivos ou culturais, em espaços organizacionais, onde as pessoas devem executar determinadas atividades de acordo com as regras da instituição, evitando subverter uma ordem planejada (GOFFMAN, 1961; WEISTEIN, 1972).

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes coparticipantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto central das instituições totais pode ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas [...]. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, [...] e toda

⁶ Do grego “*pan*”, que significa “todo”, e “*óptico*”, que se refere ao olho, à visão, o termo “Panóptico” pode ser compreendido como “o olho que tudo vê”. O edifício Panóptico é apresentado e discutido com mais ênfase na seção 2.4.

a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. (GOFMANN (1961), 1987, p. 17)

Nota-se que o poder, no contexto abordado, pretende enquadrar e manejar uma vida institucionalizada. Espaços com esta prerrogativa abrangem o conceito de Instituição Total – termo cunhado na Sociologia e na Psicologia por Goffman (1961), mas também ganham notoriedade nos estudos da Sintaxe Espacial.

De acordo com as postulações sintático-espaciais de Hillier e Hanson (1984), o espaço onde há prerrogativas de poder trabalha com a profundidade e a segregação. Segundo Dovey (1999), esta é a estrutura das instituições disciplinares de Foucault (1978), sobre a qual prisões, hospitais, asilos, escolas, fábricas (Instituições Totais, para Goffman (1961)) fundam uma nova interface entre quem controla e quem é controlado, ligando-se a novas formas de conhecimento, técnicas e práticas socioespaciais.

Portanto – considerando fatores de caráter social, espacial e simbólico – esta pesquisa destaca o enfoque da Sintaxe Espacial, mas também a aproximação desta teoria com conceitos e princípios de teorias psicológicas, especificamente da Psicologia Social e da Psicologia Ambiental. A associação entre essas distintas vertentes teóricas se faz possível devido às similitudes de suas abordagens: a Sintaxe Espacial conceitua que “as relações sociais acontecem no espaço e este espaço responde ou afeta essas relações” (MEDEIROS, 2006, p.116); e, as teorias psicológicas citadas entendem que o humano é, por natureza, um ser social (FISCHER, 2002) e seus comportamentos psicossociais estão implicados nas trocas com o espaço (MARVAL, 2007).

As teorias assinaladas compartilham o conhecimento de que as relações socioespaciais são elementos estruturantes do comportamento humano. Vislumbra-se nesse fato a possibilidade de justapô-las. Aliás, a interdisciplinaridade entre Arquitetura, Ciências Sociais e Psicologia Ambiental existe por princípio, pois essas áreas do conhecimento partem das relações presentes entre o ambiente construído e o comportamento (ORNSTEIN, 2005).

Sob a ótica da Arquitetura, Evans (1978) observa a relevância do espaço edificado para o desenrolar das relações sociais. Sobre este fato, o autor afirma que, se alguma coisa é descrita por uma planta arquitetônica, é a natureza dos relacionamentos humanos, uma vez que os elementos cujo traço ela registra – paredes, portas, janelas e escadas – são empregados para dividir e, seletivamente, reunir o espaço habitado. Reconhecendo este

poder inerente ao espaço e o caráter totalitário de algumas instituições, em ocasião posterior, o autor enfatizaria que, se é verdade que a arquitetura exerce alguma influência sobre o comportamento humano, não haveria melhor ocasião para testar tal hipótese que em presídios (EVANS, 1982; Apud, NASCIMENTO, 2005). Evans lança esta prerrogativa por entender que Instituições Totais tratam da reabilitação dos indivíduos à vida social, o que pressupõe uma cura comportamental (NASCIMENTO, 2005).

Incorporando a discussão trazida por essas notas introdutórias, os procedimentos adotados neste trabalho buscam obter um estudo coerente com os objetivos aqui estabelecidos. Dessa maneira, o objetivo geral da pesquisa é identificar como as propriedades socioespaciais de modelos para edifícios prisionais brasileiros contemporâneos se relacionariam com conceitos e prerrogativas de teorias psicológicas.

Como objetivos específicos para tal finalidade, têm-se os seguintes: identificar princípios da Psicologia Social e da Psicologia Ambiental aplicáveis à problemática do espaço prisional, no Brasil, na atualidade; descrever as propriedades socioespaciais dos já citados modelos arquitetônicos; caracterizar, probabilisticamente, os padrões de comportamento social neste espaço; e, estimar seus possíveis efeitos sobre os indivíduos que eventualmente estejam na condição de pessoa presa.

Em conformidade com os objetivos ora estipulados, a estrutura da dissertação monta-se para, em um primeiro momento, discutir o espaço penal em sua generalidade, procurando analisá-lo a partir de pontos de vista plurais, para, posteriormente, abordá-lo especificamente sob o viés da Sintaxe Espacial – teoria que atende à investigação acadêmica pretendida. Com o fim de estabelecer esse raciocínio, os capítulos encontram-se divididos da seguinte maneira:

VIDA, ESPAÇO E COMPORTAMENTO PRISIONAIS – Apresenta o objeto da dissertação, associando-o a textos sociais. O edifício e o espaço prisionais são retratados como fenômenos que proporcionam comportamento e modo de vida peculiares – o do ser encarcerado. Nesta ocasião, o objeto empírico é enfatizado enquanto estrutura abstrata e as vertentes teóricas da Psicologia, aqui associadas à problemática do espaço prisional, são incorporadas à discussão.

ESPAÇO, SOCIEDADE E EDIFÍCIO PRISIONAL – Neste capítulo, o edifício prisional é debatido enquanto um tipo arquitetônico pautado por relações. Suas características

morfológicas e as transformações sofridas pelo modelo ao longo do tempo são exploradas. Desse modo, aborda-se a relação Espaço-Sociedade e apresenta-se a teoria da Sintaxe Espacial, aplicando-a à problemática da pesquisa.

MÉTODO – Destaca o método de pesquisa, o instrumental teórico-analítico da Sintaxe Espacial a ser utilizado nas análises e os procedimentos operacionais que as viabilizam.

ANÁLISES – Desenvolve um estudo sintático-espacial com quatro modelos arquitetônicos de unidades penais brasileiras contemporâneas. A saber, o Projeto 1 é de uma unidade penal de pequeno porte e segurança média; o Projeto 2 é de uma unidade penal de médio porte e segurança mínima; o Projeto 3 é de uma unidade penal de médio porte e segurança média; e, o Projeto 4 é de uma unidade penal de grande porte e segurança máxima.

ESPAÇO, SOCIEDADE, PSICOLOGIA E PRISÃO – A partir dos resultados obtidos com as análises sintáticas, o referido capítulo procura traçar o perfil psicossocial da prisão brasileira contemporânea, ao aproximar a Teoria da Lógica Social do Espaço com Teorias da Psicologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – Retomam as argumentações iniciais, questionando a função social da prisão brasileira contemporânea, enquanto instituição propiciadora de bem-estar e justiça sociais, e confrontam este intento com a análise psicossocial desenvolvida.

Com base no plano exposto e no instrumental teórico-metodológico selecionado, espera-se identificar estimativas comportamentais no escopo social, e, então, poder explicar o efetivo desempenho dos edifícios prisionais brasileiros. Por meio dessa estratégia, problematiza-se e justifica-se o diálogo entre questões sociais e psíquicas que permeiam o espaço prisional. Dessa maneira, expõem-se dados quantitativos, apontamentos analíticos e correlações entre os sistemas espaciais analisados.

Sobre os resultados desta proposta, cabe dizer, introdutoriamente, que a lógica psicossocial da prisão brasileira contemporânea é conflituosa. Talvez, como não pudesse deixar de ser a lógica de um modelo arquitetônico que se propõe a punir ao passo que também (re)educa. Assim, o que há de se ver mais adiante é a confirmação de que os planos espaciais analisados não estão aptos a abarcar todas as demandas requeridas à prisão, como

objeto social, sobretudo no que se refere a um tema que lhe é essencial: a ressocialização de pessoas presas.

No mais, compreende-se este estudo como um experimento para atingir questões mais complexas, no que diz respeito à relação espaço e comportamento (Sintaxe Espacial e Teorias Psicológicas), sobretudo no âmbito das prisões. Portanto, estimam-se caminhos não só para o entendimento sobre o espaço prisional brasileiro, mas também para o reconhecimento dos conflitos socioespaciais que são latentes e que existam, ou possam existir, em indivíduos detidos em instituições penais.

The background is a complex, abstract composition of overlapping geometric shapes, lines, and patterns in various shades of gray. A prominent feature is a large, stylized tree-like structure with a central vertical trunk and several horizontal branches. Each branch ends in a solid black dot. The overall effect is one of depth and complexity, with a sense of architectural or structural design.

VIDA, ESPAÇO E COMPORTAMENTO PRISIONAIS

2

10/7/2000

Foi o primeiro dia de visitas que presenciei. O ambiente do pavilhão fica descontraído com a presença de crianças e familiares. É curioso como o ambiente sofre uma metamorfose radical. Crianças correndo de um lado para outro alegram e agitam o local, completamente diferente dos dias da semana. A prisão deixa a todos que aqui estão carentes de afeto. O pátio fica parecendo um piquenique gigante. Os familiares trazem comida, doces e refrigerantes. E aqueles que não têm visitas (são poucos) sempre conseguem tirar uma casquinha das guloseimas dos companheiros.

19/2/2001

Pela manhã, ao acordar, olho em volta e parece que todos estão em um abrigo antiaéreo, esperando uma bomba cair a qualquer momento. Pelas janelas com grades, verificamos nos pátios externos grande movimento de funcionários e PMs, que estão tomando as providências para que as visitas possam sair ordenadamente. [...] Sabemos que depois que as visitas saírem (isso começa a acontecer depois do meio dia) é que a coisa vai ferver.

2 VIDA, ESPAÇO E COMPORTAMENTO PRISIONAIS

Conceitualmente, Esteca (2010) compreende o espaço penal como sendo aquele

[...] organizado e ordenado pela Arquitetura Penitenciária, o que se dá em torno de alguns elementos centrais: o muro, a cela, o posto de controle e o espaço coletivo. Elementos básicos que correspondem à interpretação dos princípios do funcionamento da prisão, respectivamente: a função social da prisão materializada no isolamento social e os esquemas disciplinares das técnicas penitenciárias – o isolamento individual, a vigilância e as atividades dos presos (ESTECA, 2010, p.45).

D’Urso (1997) defende que a Arquitetura age diretamente sobre a percepção humana em direção ao espaço construído, e, no caso das prisões, o arranjo espacial, combinado com o regime penal adotado e as prescrições arquitetônicas seguidas, pode ser decisivo na percepção e na supostamente almejada “recuperação” da pessoa presa. Pois, o espaço da Arquitetura, em partes definido por suas dimensões físicas, ao ser experimentado pelo espectador estende-se para além da sua materialidade, assumindo outras dimensões e significados: culturais, emocionais, psicológicos, entre outros (SÁ, 1990).

2.1 A Psicologia Social e a Psicologia Ambiental

No âmbito da Psicologia, as questões aqui associadas ao espaço prisional versam essencialmente sobre as vertentes comportamentalistas – ou behavioristas – as quais, segundo Carrara (2005), podem ser utilizadas com o propósito de contribuir para a construção de uma ciência do comportamento comprometida com os ideais da justiça social. No contexto abordado, o comportamento humano é compreendido como a interação entre os indivíduos e entre estes e o espaço construído. O humano é estudado a partir de sua influência mútua com o meio, sendo reconhecido enquanto produto e produtor dessa relação (BOCK *et al.*, 2008).

Nessa perspectiva, o comportamento é avaliado em consonância com algumas variáveis do meio, visto que estímulos direcionam os organismos a oferecerem respostas. Isso ocorre porque os indivíduos se ajustam ao ambiente que os cerca através de mecanismos hereditários ou pela formação de hábitos apreendidos. O reconhecimento

destes entendimentos integra a base conceitual das psicologias social e ambiental (CARMINO e TORRES, 2011).

Segundo Lane (2012), foi na década de 1950 que começaram as sistematizações em termos de Psicologia Social. Todavia, apenas com a obra *Psicologia das Multidões*, de Gustave Le Bon, em 1895, esta vertente se conformou como um campo de estudo específico. Na referida publicação, Le Bon, cientista social, prediz a proposição básica para a compreensão de uma psicologia voltada ao entendimento social.

Do ponto de vista psicológico, a palavra multidão tem um sentido totalmente diferente. Em determinadas circunstâncias, e apenas nessas, um agrupamento de indivíduos adquire caracteres novos, bem diversos dos caracteres de cada um dos indivíduos que o compõem. A personalidade consciente desvanece-se e os elementos e as ideias de todas as unidades são orientados numa direção única. Forma-se uma alma coletiva, sem dúvida transitória, mas que apresenta caracteres bem definidos. A coletividade transforma-se então no que, à falta de expressão mais adequada, chamarei uma multidão organizada ou, se preferirem, uma multidão psicológica. Passa a constituir um ser único e fica submetida à lei da unidade mental das multidões (LE BON, 1895, s/p).

A compreensão de que, quando postos em grupos, os indivíduos tendem a pensar e agir de forma semelhante, relegando, em partes, o pensar e o agir individuais, culminou no desenvolvimento de uma ciência disposta a estudar as condutas e os fenômenos sociais sob o viés dos processos que se desencadeiam quando do comportamento individual mergulhado na coletividade. Assim, a Psicologia Social assume a posição de uma ciência que transita entre a Psicologia e as Ciências Sociais, ao entender que o humano é, essencialmente, um ser social, e ao apreendê-lo como um ser relacional.

Rodrigues *et al.* (1981) conceitua a Psicologia Social como uma ciência básica que tem por objeto de estudo as manifestações comportamentais suscitadas pela interação de uma pessoa com outras pessoas, ou pela mera expectativa dessa interação.

Floyd Henry Allport (1924) destaca a função do contexto no qual se dão essas interações. Para o psicólogo, o contexto é formado pela presença do outro, o qual exerce função fundamental nas trocas interpessoais e no comportamento; este devendo ser compreendido como o processo de resposta a algum estímulo presente no espaço, seja fornecido por um objeto social ou não social.

Comportamento, em geral, pode ser considerado como a interação de estímulo e reação entre o indivíduo e seu ambiente. O comportamento social compreende os estímulos e as reações que surgem entre um indivíduo e a parte social do seu ambiente; isto é, entre o indivíduo e seus companheiros (ALLPORT, 1924, p. 3).⁷

Do conceito de “comportamento” sugerido por Allport (1924), infere-se a ideia do autor sobre outro conceito – o de ambiente. Nota-se que, para a Psicologia Social, o termo “ambiente” denota puramente um espaço social; e não um espaço propriamente físico. Como observa Skinner (2006, p. 17), “durante séculos, fizeram-se poucas investigações sistemáticas acerca do papel desempenhado pelo ambiente físico, embora centenas de volumes altamente técnicos sobre a compreensão humana e a vida da mente tenham sido escritos”. Todavia, esta lacuna se estreitaria com o desenvolvimento da Psicologia Ambiental – mais uma vertente psicológica que, desta vez, passaria a ampliar o entendimento do conceito de ambiente, associando-o, também, a um espaço físico.

A Psicologia Ambiental surgiu como ramo distinto da Psicologia no início dos anos de 1960, possibilitando um novo domínio de investigação centrado nas relações entre as pessoas e o meio ambiente; este sendo entendido como o espaço construído, o social ou o natural. Para a Psicologia Ambiental, “ambiente é um conceito tridimensional, compreendendo o meio físico concreto em que se vive, natural ou construído, o qual é indissociável das condições sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas daquele contexto específico” (CAVALCANTE e ELALI, 2011, p. 10). Tudo que se faz presente em dado espaço, incluindo as pessoas, dele é parte constituinte.

Intitulada inicialmente de “Psicologia da Arquitetura” (*Architectural Psychology*) (CANTER, 1970), Fisher (1994) assegura que em sua origem esta vertente caracterizava-se como um estudo do ambiente físico, voltando-se exclusivamente para o entendimento do indivíduo, não incorporando a dimensão social em seus estudos. Posteriormente, ela passaria a abarcá-la e proporia uma nova compreensão dos espaços humanos, conformando o que o autor reconhece por uma “Psicologia social do ambiente”. Contudo, o termo Psicologia Ambiental ou Psicologia (social) do Ambiente é reconhecido como a ciência que

⁷ Tradução livre. Do original: “Behavior in general may be regarded as the interplay of stimulation and reaction between the individual and his environment. Social behavior comprises the stimulations and reactions arising between an individual and the social portion of his environment; that is, between the individual and his fellows”.

“estuda a pessoa em seu contexto, tendo como tema central as inter-relações - e não somente as relações – entre a pessoa e o meio ambiente físico e social” (MOSER, 1998, n.p). Desse modo, como a vida se dá no espaço, ele é entendido como a matriz que revela toda a complexidade das relações humanas, ao mesmo tempo em que é o resultado de fatores culturais, sociais e espaciais.

Na concepção de ambas as abordagens psicológicas, o espaço é compreendido como organizador da interação social. A organização espacial, em pequena ou grande escala, acaba por edificar locais de influência que, agindo por imposições físicas diversas e por significações incorporadas, ganham sentido através de códigos interpretativos adquiridos, associados a conteúdos normativos e ideológicos (PAGÉS, 1974). Por isso, a atenção despendida ao arranjo espacial.

[Arranjo espacial] é um dos elementos que compõem a organização do espaço que, por sua vez, é um conceito que engloba várias outras dimensões, tais como segurança, conforto, identidade pessoal, motivação, autonomia, privacidade, contatos sociais, etc. Diferentes maneiras de organização espacial oferecem suporte para diversas formas de organização social, pois comunicam aos seus usuários mensagens diretas (ao facilitar ou impedir determinadas atividades) e simbólicas (sobre a interação e valores das pessoas que gerenciam aquele determinado contexto) (CAMPOS-DE-CARVALHO, 2011, p. 70).

Como afirma Hall (1998), o espaço apresenta propriedades bem definidas e produz sentido, participando ativamente da vida através de uma relação simbiótica com o humano. Esse pensamento é a base da *Proxemia* – teoria que alia psicologia e arquitetura – a qual é definida pelo seu idealizador, o antropólogo Edward T. Hall, como sendo o estudo das inter-relações entre o ser humano e o espaço. De acordo com os estudos de Hall (1998), não importa o que aconteça no mundo dos seres humanos, sempre acontecerá num cenário espacial; e o projeto deste cenário – o espaço construído – exerce influência profunda e persistente sobre as pessoas que nele se encontram. Afinal, o humano é um ser espacial.

No campo das pesquisas em prisão, o enfoque das teorias comportamentalistas pode ser destacado nos estudos do professor e psicólogo Philip G. Zimbardo, em seu icônico e controverso “Experimento de aprisionamento de Stanford” (*Stanford Prison Experiment*, 1971). Tal experiência acadêmica, cujo objetivo era investigar o comportamento social de

indivíduos em situação de encarceramento, foi conduzida por uma equipe de pesquisadores da Universidade de Stanford e é peculiar no âmbito dos estudos que se propõem a compreender os efeitos da prisão sobre as pessoas que vivenciam este espaço.

Para viabilizar o experimento, simulou-se uma prisão no subsolo da referida universidade, onde cobaias humanas pré-selecionadas foram dispostas e observadas, à maneira dos behavioristas radicais, e analisadas com base nos parâmetros das antecessoras pesquisas desenvolvidas por Le Bon (Psicologia social). Valendo-se de um método de pesquisa antiético e desrespeitoso com o ser humano, o experimento terminou antes do prazo estipulado, visto os acontecimentos alarmantes.

Nossa investigação, planejada para durar duas semanas, sobre a psicologia da vida prisional, teve que ser encerrada após apenas seis dias, devido à situação em que se encontravam os estudantes que dela participavam. Em apenas alguns dias, nossos guardas se tornaram sádicos e nossos prisioneiros ficaram deprimidos e mostraram sinais de estresse extremo (PHILIP G. ZIMBARDO, 1999-2019).⁸

Do experimento, o ensinamento deixado à equipe do professor Zimbardo foi que, tuteladas pelo poder, pessoas tendem a manifestar comportamentos agressivos e autoritários. Zimbardo ainda conclui, citando Le Bon, que os indivíduos pertencentes a um grupo coeso tendem a perder sua identidade pessoal e seu senso de responsabilidade. Esse processo de desindividualização, segundo ele, enfraquece os controles com base em sentimentos como culpa, vergonha ou medo, que reprimem a expressão de comportamentos destrutivos. A ação individual é encoberta pela ação grupal e desencadearia impulsos antissociais em massa.

O experimento de aprisionamento de Stanford mostrou que mesmo uma pessoa psicologicamente sã e socializada pode ter tendências sádicas, as quais podem ser potencializadas pelo poder próprio do espaço. Segundo Hassid (2015), uma tortura foi imposta aos participantes da pesquisa de Zimbardo, sobretudo àqueles que assumiram o papel de prisioneiros. Esta tortura poderia ser categorizada como de ordem física, emocional e espacial; sendo esta última validada em uma série de fatores, entre eles, a perda de senso

⁸ Tradução livre. Do original: "Our planned two-week investigation into the psychology of prison life had to be ended after only six days because of what the situation was doing to the college students who participated. In only a few days, our guards became sadistic and our prisoners became depressed and showed signs of extreme stress".

espacial e a identificação com um espaço negativo, o que consolidaria a arquitetura prisional, mesmo aquela concebida numa espécie de espaço cenográfico, como um elemento nocivo ao ser humano.

Um espaço tão peculiar como este mereceria atenção específica por parte da Psicologia, que o distinguiria a partir de seus efeitos sobre a pessoa encarcerada e do reconhecimento das particularidades comportamentais por ele suscitadas.

2.2 A Psicologia no espaço penal brasileiro

No Brasil, o trabalho psicológico dentro da instituição prisão é uma das especificidades mais tradicionais da Psicologia, estando associada à Psicologia jurídica – especialidade que se dedica à interação entre saberes da Psicologia e do Direito (BRASIL, 2007).

Historicamente, do lado de dentro das prisões, França (2011) observa e lastima que o papel dos profissionais de psicologia sempre esteve atrelado à ação pericial, atuando de modo a avaliar a concessão de benefícios. Para a autora, esta não seria uma atuação satisfatória, quando se poderia ir além e assumir o desafio de trabalhar a subjetividade da pessoa encarcerada.

Segundo as *Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro* (Ministério da Justiça – 2007), desde a década de 90, a Psicologia vem repensando sua atuação como ciência e construindo um pensamento mais condizente com a realidade social do país. Este compromisso teria estimulado psicólogas e psicólogos a ingressarem em campos outrora pouco explorados, como os relacionados ao sistema penal, superando uma tradição de comprometimento com as elites socioeconômicas (BRASIL, 2007). Indo além, o papel da Psicologia no espaço penal estaria em mostrar que por trás do “crime” existe uma “pessoa criminosa”. Existe uma pessoa. É desse modo que tenta avançar na construção de novos meios de lidar com a criminalidade e compreender a vida na peculiaridade do espaço prisional.

O trabalho do psicólogo no sistema penitenciário brasileiro só foi delimitado com a criação da Lei de Execuções Penais (LEP), em 1984. Atualmente, no Brasil, a ciência que

orienta a prática do profissional psicólogo dentro das prisões é a Criminologia, em seu conceito crítico, valendo-se do seguinte arcabouço teórico e argumentativo:

- **Princípios e métodos:** de várias ciências, interdisciplinar.
- **Objeto de estudo:** o encarcerado como pessoa.
- **Aspectos estudados:** conhecimento sobre sua história de marginalização social (deterioração social e psíquica) e fatores sociais e individuais que promoveram e facilitaram a criminalização.
- **Objetivo:** estratégia de fortalecimento social e psíquico do encarcerado, promoção da cidadania e estratégia de reintegração social.
- **Ideias centrais:** vulnerabilidade do encarcerado perante o sistema punitivo.
- **Perspectiva:** sociedade revê seus conceitos de crime e de “homem criminoso” e seus padrões éticos e humanos de relacionamento. Encarcerado tem oportunidade de se redescobrir como cidadão.
- **Concepção:** intercâmbio sociedade-cárcere. Encarcerado como sujeito de sua história em construção.

Esta perspectiva conceitual atende ao que Garland (2008) entende por “criminologia do eu”, uma vertente que encara a pessoa dita criminosa como um humano comum, consumido por uma situação de vulnerabilidade. Em contrapartida à “criminologia do outro”, a qual apoia o poder punitivo, a criminologia do eu advoga o afastamento do sistema penal em detrimento das ações preventivas.

Com base nesse pensamento crítico, a psicologia entende a criminalidade como um fenômeno de gênese social, por isso defende que a sociedade deve ser envolvida nos processos judicial e penal, a fim de combatê-la. Logo, o sistema prisional deveria interessar a todas as pessoas, pois a todas cabe construir novos meios de justiça e bem estar social, como também lhes é dever desconstruir ideias que já não pautam mais a sociedade de modo satisfatório.

Daí, atualmente as diretrizes para atendimento psicológico em prisões brasileiras julgam imprescindível reconhecer, entre outros aspectos, que:

1. A “reintegração social” [...] é compreendida como um processo de abertura do cárcere para a sociedade e da sociedade para o cárcere,

procurando tornar o cárcere cada vez menos cárcere, sendo que, para isso, a sociedade tem um compromisso, um papel ativo e fundamental [...].

2. O processo de encarceramento tem sido historicamente uma forma de marginalização secundária ou legitimação da exclusão de marginalizados, que já vivem um processo de marginalização primária por se tratarem, majoritariamente, de pessoas sem acesso à educação, ao emprego, à saúde, à moradia digna, entre outros direitos.

3. Com base na premissa anterior, os programas de “reintegração” ou “ressocialização” devem ser pensados na relação entre o sujeito encarcerado e o meio, entre ele e a sociedade, pois é nessa relação que podemos compreender o comportamento humano.

4. A Psicologia deve ocupar espaço de atuação na transdisciplinaridade, destacando a sua importância no processo de construção da cidadania, que deve ser objetivo permanente dos profissionais, em contraposição à cultura de primazia da segurança, de vingança social e de disciplinarização do indivíduo (BRASIL, 2007, p. 75-76).

É a partir destas premissas que o texto legal recomenda atribuições aos profissionais da Psicologia, em todas as suas práticas em unidades penais brasileiras. Destacam-se algumas delas:

1. Atuar com as pessoas presas com vistas à vida em liberdade, para além dos muros da instituição prisional, estimulando a descontinuidade dos círculos viciosos – que favorecem a produção de mais encarceramento, violência e exclusão – e reduzindo os danos causados pela prisão.

[...]

3. Promover dispositivos junto às pessoas presas que estimulem a autonomia e a expressão de sua individualidade, disponibilizando recursos e meios que possibilitem sua participação como protagonista na execução da pena;

4. Por meio da escuta e de intervenções, o psicólogo deve estimular a subjetividade das pessoas presas, buscando desconstruir estigmas (classe, gênero, etnia, raça, religião) e, dessa forma, impedir o incremento da criminalização e da punição;

[...]

9. Com base no saber psicológico, questionar, refletir e propor mudanças aos organismos executores das políticas institucionais penitenciárias intervindo no plano diretor das unidades prisionais, na configuração da estrutura organizacional, no planejamento dos métodos e procedimentos e na concepção de programas e projetos (BRASIL, 2007, p. 77-78).

Ao menos nos termos legais, tendo por base os textos governamentais ainda vigentes, percebe-se que a psicologia aplicada ao espaço prisional brasileiro faz uma autocrítica e busca adotar uma postura de atuação progressista, questionando a viabilidade e a existência das unidades penais do país. Apesar de o documento assumir um tom

massivamente prescritivo, a subjetividade do ente delituoso é discutida em consonância com as díspares realidades sociais que habitam o país. Questionam-se normas socialmente reconhecidas e tidas como verdade absoluta, que “construídas tradicionalmente por aqueles que detêm o poder, caracterizam o certo e o errado e tipificam os comportamentos transgressores, ou seja, os crimes. Da mesma forma, designam a equivalência entre os crimes e as medidas de compensação e punição” (BRASIL, 2007, p. 7). Dessa condição, reafirma-se o porquê da maior parte dos indivíduos presos no país ser composta por homens jovens, negros e pobres que atentam contra o patrimônio do outro. Afinal, como se sabe, o ser humano é construído socialmente no espaço.

Uma vez inserida no espaço prisional, à Psicologia caberia o desafio de lidar com a pessoa encarcerada, tendo em vista esta realidade, que, para Bock (2001), é justificada e reafirmada a partir das condutas das camadas dominantes. Torna-se “normal” o que é dominante, baseando-se na realidade de uma minoria. O sujeito não pertencente a esta categoria, o “anormal”, está mais propenso a ter sua liberdade interrompida. Contudo, uma vez penalizados e encarcerados, de acordo com as leis que regem o sistema prisional brasileiro na atualidade, os corpos desviantes deveriam encontrar apoio psicológico dentro das instituições penais, pois, contraditoriamente, ali estão para serem punidos, mas reeducados; isolados, mas ressocializados; excluídos, mas reintegrados à sociedade ampla.

2.3 Da punição do corpo à punição da alma e à educação

Os estudos de Markus (1993) apontam que ao longo da história da arquitetura houve um aprimoramento natural dos textos prescritivos e, consequentemente, dos próprios edifícios prisionais.

O que se entende por texto prescritivo de um edifício diz respeito às demandas e expectativas sociais que estimulam e direcionam sua emergência e manutenção. De outra maneira, poderia se dizer que esse texto é uma espécie de programação. Assim, todo edifício seria oriundo de um texto precedente e que se modifica em consonância com prescrições sociais (MARKUS, 1987).

Seguindo esta lógica, conclui-se que edifícios podem ser compreendidos como um discurso social, e, conforme Markus e Cameron (2002), podem ser lidos com base nas

convenções sociais que os originaram. Por ser a sociedade uma estrutura viva, a passar por constantes transformações, ela demanda à arquitetura uma renovação também constante. Existe, assim, um processo de sucessivas demandas sociais e adequações espaciais, como pode ser notado ao perseguir a trajetória do edifício prisional.

Na Antiguidade Clássica, prevalecia o discurso de que o Estado, ou seu representante, deveria agir na intenção de proteger e vingar o seu povo daqueles que estivessem transgredindo as convenções sociais. As punições eram associadas exclusivamente à injúria corporal e embasadas por um discurso informal. Alcançando-se a Idade Média, as leis ainda não comporiam um conjunto sistematizado de códigos sociais e a legislação existente era transmitida oralmente, estando condicionada ao poder de um senhor feudal e sendo validada apenas no domínio dos feudos (MIRABETE, 2002; VIANA, 2009).

Esse texto comunicava a um embrionário e improvisado edifício prisional que lhe bastaria cumprir o papel de local de custódia, já que a aplicação das penas era aleatória e recaía sobre os corpos condenados. Tendo a realidade europeia como parâmetro, Foucault (1977, 1978) destaca os corriqueiros espetáculos dos suplícios que aconteciam em vias públicas. A punição publicitada era a maneira das instâncias governantes demonstrarem seu poder perante a população e o resultado de uma sistematização legal rudimentar.

Acompanhando este discurso, à época, a arquitetura penal ainda não havia desenvolvido um repertório próprio e conseguia satisfazer as demandas sociais através do reaproveitamento de espaços abandonados, improvisação em edifícios públicos, ou mesmo em poços, calabouços e masmorras (VIANA, 2009).

Embora até então houvesse prevalecido a repressão e a exclusão por meio da violência, existia uma corrente de filósofos que defendia uma finalidade pedagógica às penas e à prevenção social. Mas foi a partir da obra de Beccaria (*Dos delitos e das penas* – 1764), no século XVIII, que o pensamento humanista tornou-se porta voz de um manifesto que modificaria substancialmente o sistema penal.

Embasado nas teorias contratualistas de Jean-Jacques Rousseau e John Locke, Beccaria justificou a origem das leis e do Direito de punir imputado ao Estado. Segundo seu pensamento, a sociedade abriria mão de certas liberdades individuais, em prol da coletividade e do bem público. E “o conjunto de todas essas pequenas porções de liberdade”

(BECCARIA, 1764, p. 28) seria residência do direito de punir – um mal necessário, tendo em vista a impossibilidade de “submeter a atividade tumultuosa de uma massa de cidadãos a uma ordem geométrica, que não apresente nem irregularidade nem confusão” (BECCARIA, 1764, p. 190).

Firmando este contrato social, Beccaria defendia que o Estado deveria ser o responsável por preservar o bem-estar individual e prevenir ações que pudessem causar prejuízos ao bem-estar coletivo. Como consequência do tratado, tinha-se que somente as leis poderiam fixar as penas de cada delito. Leis e penas seriam os mecanismos necessários e pelos quais se reprimiria qualquer manifestação despótica.

Enquanto o texto das leis não for um livro familiar, uma espécie de catecismo, enquanto forem escritas numa língua morta e ignorada do povo, e enquanto forem solenemente conservadas como misteriosos oráculos, o cidadão, que não puder julgar por si mesmo as consequências que devem ter os seus próprios atos sobre a sua liberdade e sobre os seus bens, ficará na dependência de um pequeno número de homens depositários e intérpretes das leis (BECCARIA, 1764, p.36).

As ideias de Beccaria eram a expressão dos pensadores iluministas. Suas palavras criticavam o sistema penal ainda vigente na Europa, questionando a soberania da Igreja e denunciando a aplicabilidade indiscriminada das penas desumanas e aleatórias e as condições degradantes do cárcere. Ao questionar o sistema prisional europeu, *Dos delitos e das penas* condenou os julgamentos secretos, a tortura, o confisco, a pena de morte, o suplício, o direito de vingança; buscou estabelecer os limites entre o pecado e o crime, entre a justiça divina e a humana, entre a moral e o direito; defendeu a separação entre os poderes Legislativo e Judiciário.

Com a implementação de um novo aparato jurídico, o Estado estaria apto a oferecer maior liberdade às pessoas. Em contrapartida, ao institucionalizar um conjunto de leis, regras e convenções sociais – relegando a punição indiscriminada, a vingança e o suplício – também estaria apto a regular e enquadrar os indivíduos enquanto seres sociais.

A inserção de códigos reguladores da vida privada foi um dos primeiros passos estatais para controlar os crimes, assim como a aplicação das penas privativas de liberdade como forma de castigo. Foucault (1977, 1978) diz que houve uma inversão sistemática, um deslocamento do direito de punir, no sentido da vingança do soberano para a defesa da

sociedade. Ficaria assim acordado que não mais ao corpo se dirigiria a punição, mas à alma. “À expiação que tripudia sobre o corpo deve suceder um castigo que atue, profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições” (FOUCAULT, 1977, p. 17). Reprimida a ideia de vingança, a punição encontraria significação numa tecnologia de reforma.

O atendimento à nova jurisdição pelo Direito refletiu-se socialmente através de uma conduta disciplinadora por parte do Estado. “A disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço. É a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório” (FOUCAULT, 1978, p.106). Este entendimento se faria notório nos equipamentos penais que surgiriam nos séculos seguintes. O texto do edifício prisional, assimilando uma nova agenda, perderia o caráter custodial e assumiria seu papel como espaço de permanência para cumprimento de pena; um edifício que se faria por medida de segurança e execução penal por supressão de direitos.

Eis que entre os séculos XVIII e XIX a Ciência da Prisão passou a enfatizar o espaço construído das edificações. Nesse momento, o que importava era a construção, não a arquitetura ou as pessoas que deveriam ser “reabilitadas”. “Em outras palavras: não era o tratamento a ser dispensado aos presos que havia de determinar a arquitetura das prisões, mas, ao contrário, a arquitetura é que havia de determinar o tratamento [...]” (MIOTTO, 1992, apud ESTECA, 2010, p.32).

A transição para o século seguinte se daria com a reestruturação intelectual, assentada no cientificismo e na corrente filosófica positivista. Guiada pela ciência e pela técnica, a arquitetura prisional, entre o fim do século XIX e o início do século XX, se pautaria no texto do Positivismo⁹, e, segundo Esteca (2010), apresentaria algumas modificações substanciais em seu feitio. Tais como:

- 1) Classificação e separação dos presos de acordo com seus perfis, resultando em edifícios prisionais com distintos sistemas de segurança – máximo, médio e instituições abertas;
- 2) Diversificação do programa arquitetônico a fim de conceder uma maior individualização da pena e do tratamento. Como a criação de alojamentos individuais

⁹ Corrente filosófica francesa datada do século XIX cuja ideia principal residia na valorização do conhecimento científico como único meio de conhecimento verdadeiro.

e coletivos em um mesmo edifício, o que permitiria a distinção entre os internos de uma mesma instituição;

- 3) Reconhecimento do aspecto ressocializador da pena, incrementando ainda mais o programa de necessidades do edifício. A especialização espacial cria locais para trabalho, recreação, educação, cuidados com a saúde, assistência espiritual e social.

Recapitulando, o percurso do edifício prisional pode ser compreendido e simplificado da seguinte maneira: a princípio o edifício funcionou como local de custódia, pois o corpo pagava pelo crime cometido; mais adiante passou a atuar como objeto penal, penalizando não mais o corpo, mas a alma; e, por último, além da função penalizante, incorporou o caráter ressocializador, a partir da educação. Ao menos textualmente.

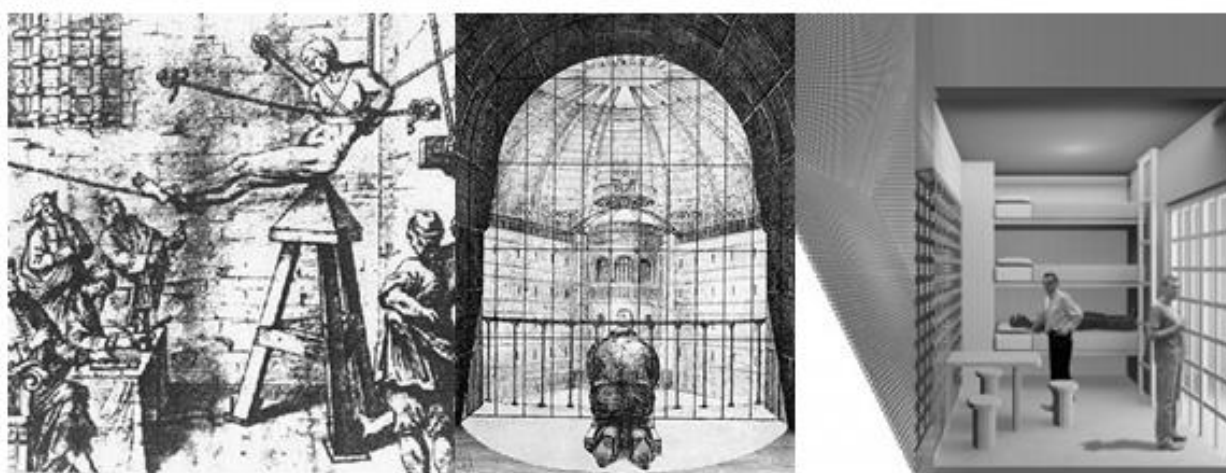


Figura 1 – Evolução do espaço penal: pena do corpo, pena da alma, educação
Fonte: AMORIM, 2008 (Adaptado).

O arquiteto penitenciário de hoje tem diante de si uma tarefa muito mais complexa do que a que correspondeu a seus colegas de outro tempo. A Penologia moderna, de tratamento e não de mera custódia, requer a cooperação da arquitetura para obter a condição material indispensável a fim de que possam atuar satisfatoriamente a diversas influências readaptadoras que utiliza sem desconhecer, naturalmente, a gravitação que tem ela mesma neste processo (GARCÍA BASALO, 1959, p.95).

Ainda no século XX, este discurso seria entremeado pelas Teorias Abolicionistas. Surgidas entre os anos de 1960 e 1970, estas teorias derivantes da Criminologia Crítica¹⁰,

¹⁰ “Há outras institucionalidades a serem mobilizadas na produção do saber criminológico, outras gramáticas a serem incorporadas no processo do saber sobre o controle penal, outros grupos, outras condições de escuta a

entre as diversas vertentes, de diferentes maneiras, pregam a despenalização quando da prática de condutas entendidas como criminosas ou desviantes.

O abolicionismo penal congrega ideias de autores que dialogam com propostas político-criminais estruturadas na substituição do sistema penal por outras instâncias capazes de solucionar conflitos sociais. Os fundamentos levantados pelos teóricos abolicionistas se respaldam na Sociologia, no Direito, na Psicologia, entre outras ciências. A abolição da pena e, conseqüentemente, a extinção do edifício prisional, é defendida através de argumentos que dizem sobre a ineficiência generalizada da prisão, sua ineficácia no processo de “reeducação”, bem como a não constatação da redução dos índices de violência por meio da pena de prisão.

Mathiesen (1989) elencou alguns argumentos que justificariam a abolição da prisão. Segundo o sociólogo, as questões recaem na observância dos seguintes pontos: a prisão não reabilita e traz danos à personalidade, dificulta a reinserção social e aumenta as taxas de reincidência; não existem provas de que o sistema penal reduza a criminalidade e políticas sociais e econômicas poderiam ser mais eficazes no combate à criminalidade; há uma tendência expansionista no sistema prisional; a superlotação é desculpa que dá margem à criação de mais unidades prisionais, quando o regime semiaberto e a aplicação de penas mais curtas poderiam ser um primeiro passo para se ir de uma sociedade punitivista para uma sociedade abolicionista; as prisões são instituições desumanas e sua manutenção é dispendiosa.

O criminologista Louk Hulsman apregoou a radical transformação das estruturas de controle social, propondo o abandono não apenas do cárcere, mas de todos os sistemas formais. Hulsman *et al.* (1993) afirma que as prisões têm cinco objetivos principais, mas que nenhum deles é validado. O primeiro desses objetivos é o da reabilitação, entretanto estudos empíricos sólidos teriam sido elaborados pela Sociologia e pela Criminologia sem que nada pudesse atestar que a prisão fosse capaz disso. O segundo é o da intimidação do indivíduo com a ameaça da prisão, quando os mesmos estudos desaprovam esta hipótese. O terceiro refere-se à função preventiva do cárcere, mas, para o autor, pesquisas sugerem que efeitos positivos nesse sentido seriam mínimos. O quarto pontua a interdição coletiva de

transgressores, com o discurso alinhando ao primeiro objetivo, porém o que ocorre de fato é a simples retirada dessas pessoas do circuito social. O quinto se assenta na visão neoclássica do crime, oferecendo a prisão como resposta – uma instituição profundamente irracional nos termos dos objetivos que ela própria estabelece.

Mathiesen (2003) perguntou se no século XXI a abolição seria um sonho possível. Neste século, a filósofa Angela Davis responde:

A prisão é uma das características mais importantes de nosso ambiente imagético. Isso fez com que considerássemos a existência dela algo natural. A prisão se tornou um ingrediente essencial do nosso senso comum. Ela está lá, à nossa volta. Não questionamos se deveria existir. Ela se tornou uma parte tão fundamental da nossa existência que é necessário um grande esforço de imaginação para visualizar a vida sem elas (DAVIS, 2018).

Davis (2009) defende a abolição das prisões sob um viés argumentativo pautado em questões raciais. Para ela, a “democracia da abolição” não será alcançada enquanto a população negra não dispuser dos meios econômicos necessários para a sua subsistência. Em termos práticos, enfatiza que é mais fácil criar uma nova instituição que abolir as prisões. Por isso, sugere “a criação de uma série de instituições sociais que começariam a resolver os problemas sociais que colocam as pessoas na trilha da prisão, ajudando, assim, a tornar os presídios obsoletos” (DAVIS, 2009, p. 114). Na conclusão do seu raciocínio, os institutos prisionais prosperaram no último século pela inexistência de instituições com este fim e pela permanência de algumas estruturas da escravidão.

Wacquant (2011) reforça que o sistema penal contribui diretamente para perpetuar uma ordem social racista, onde a representação maciça e crescente de pessoas negras em todos os níveis do aparelho penal evidencia uma das funções modernas delegadas ao edifício prisional: substituir o gueto como instrumento de encarceramento de uma população considerada tanto perigosa como supérflua ao plano econômico.

Por tudo isso, retoricamente, Angela Davis (2018) questiona se as prisões estariam obsoletas, e salienta que o que outrora foi visto como progressista e revolucionário, hoje representa a junção da supremacia do controle social com o atraso político.

No século XXI os textos reformistas e abolicionistas correm em paralelo, formulando uma discussão em torno da prisão e da não-prisão. Porém, o texto arquitetônico vigente respalda-se, predominantemente, pela privação de liberdade associada à educação, com

vistas para a ressocialização. Este é o discurso que acalenta as mentes de muitos, entende Wacquant (2011). Entretanto, a resistência abolicionista faz um contraponto necessário a essa prescrição, problematizando questões essenciais – como seguridade dos Direitos Humanos, desigualdade sociorracial, racismo e justiça social – e apontando a prisão como um equipamento racista e classista. Esta realidade, em texto e contexto, perfaz a estrutura paradigmática e conflituosa dos edifícios prisionais, do seu surgimento aos dias atuais.

2.4 Do espaço ao comportamento

Avalizar a premissa de que o espaço surte efeitos significativos sobre a experiência humana ainda é um ato controverso no campo da arquitetura, porque abordar o espaço enquanto elemento influente do comportamento humano suscita a questão do determinismo arquitetônico.

O determinismo que se fala vem sugerir que existe uma restrição, ou limitação, a qual fixa os resultados de todo e qualquer evento a uma cadeia natural e previsível de acontecimentos. Em arquitetura, o termo é utilizado para responsabilizar ações, eventos, ou qualquer outra circunstância, pelos resultados propostos e requeridos pelo espaço. Indica, ainda, uma relação de causalidade, ou inevitabilidade, como tentaram demonstrar os funcionalistas do século XIX, e como buscam comprovar cientificamente, até hoje, os comportamentalistas (JOHNSON, 1994).

O argumento não se sustenta numa relação absoluta de causa-efeito. Mas, como afirma Hillier (1996), o espaço não é um mero cenário para o comportamento humano, ele é, em sua essência, o próprio comportamento social. Ou, como conclui Arnheim (1977), a simples aceitação de um arranjo espacial constitui a primeira evidência de que existem comportamentos sociais que o correspondem.

Portanto, entende-se que espaço e comportamento não constituem relações determinísticas, mas, sim, dualísticas. O humano, em toda sua complexidade, é usufruidor do livre arbítrio. Todavia, há de se admitir que o edifício é uma peça ativa, a atuar de forma particular sobre as relações humanas (AMORIM, 2008), e, embora não determine as relações, o espaço arquitetônico as afeta, pois “se conceitua como criador e regulador do comportamento” (COUTINHO, 1970, p. 42).

A historiografia aponta algumas maneiras de se ver e interpretar o espaço arquitetônico. Dentre elas, está o enfoque dado a partir da própria Arquitetura. E, mesmo utilizando somente a ótica desta disciplina, sabe-se que as possibilidades interpretativas acerca do espaço podem ser validadas por abordagens múltiplas.

[...] a interpretação espacial não é uma interpretação que disputa o caminho com as outras, porque não decorre no mesmo plano. É uma superinterpretação, ou, se quisermos, uma subinterpretação; mais exatamente, não é uma interpretação específica como as outras, porque podem se dar do espaço interpretações políticas, sociais, científicas, técnicas, fisiopsicológicas, musicais, geométricas, formalistas (ZEVI, 1997, p.191).

Para além de configuração e tectônica, o espaço é, sim, expressão de comportamentos. No âmbito prisional, de comportamentos que se dão na particularidade de uma vida institucionalizada e delimitada por muros.

Viu-se aqui que, a princípio, o espaço prisional era residual e destinado à espera do suplício. Assim, foi posto em xeque por Beccaria, que no século XVIII questionou suas condições degradantes – uma herança medieval.

É porque o sistema atual da jurisprudência criminal apresenta aos nossos espíritos a ideia da força e do poder, em lugar da justiça; é porque se lançam, indistintamente, na mesma masmorra, o inocente suspeito e o criminoso convicto; é porque a prisão, entre nós, é antes um suplício que um meio de deter um acusado [...] (BECCARIA, 1764, p. 40).

Beccaria argumentava que quanto mais severas e humilhantes fossem as penas e as condições físicas das prisões, mais danos elas causariam ao apenado, tornando-o habituado à barbárie e menos sociável. Suas considerações, construídas primordialmente com base na Sociologia, também prezavam por conteúdos da Psicologia. Com a autoridade de quem já havia passado pela experiência do aprisionamento, defendeu que meios menos cruéis de penalização fossem acolhidos, por entender que estes também seriam os mais eficazes.

O rigor do castigo causa menos efeito sobre o espírito humano do que a duração da pena, porque a nossa sensibilidade é mais fácil e mais constantemente afetada por uma impressão ligeira, mas frequente, do que por um abalo violento, mas passageiro. Todo ser sensível está submetido ao império do hábito; e, como é este que ensina o homem a falar, a andar, a satisfazer suas necessidades, é também ele que grava no coração do

homem as ideias de moral por impressões repetidas (BECCARIA, 1764, p. 92).

Também entendia Beccaria (1764) que o fim político e utilitário dos castigos seria o de desencorajar os crimes e estabelecer uma ordem social.

Com base num escopo de ideias igualmente utilitárias, Jeremy Bentham (1780) elaborou o plano que se firmaria como o modelo do mundo utilitarista. Assim, revelou-se a culminância dos princípios de uma doutrina refletidos no método de concepção e construção de um edifício penitenciário. Fala-se do Panóptico – o modelo onde tudo é racionalmente planejado e todas as ações são minuciosamente pensadas para atingir determinado fim, valendo-se das implicações do espaço construído no comportamento e nas relações humanas.

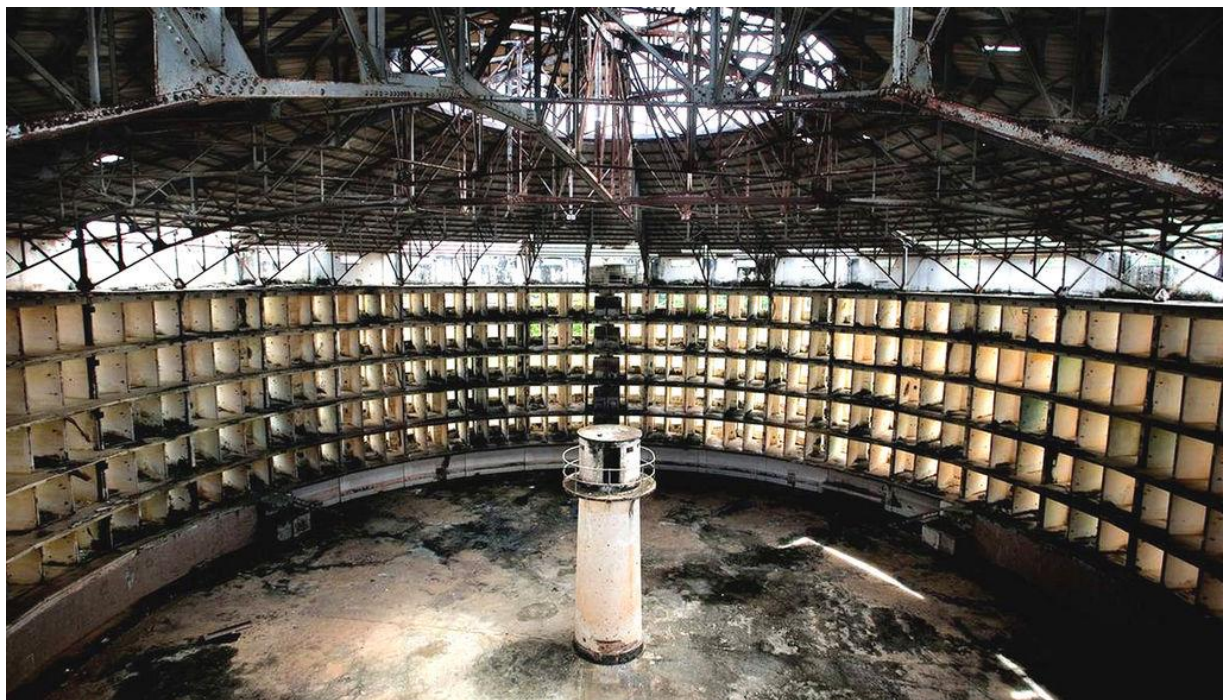


Figura 2 – Interior de edifício panóptico em Portugal
Fonte: Imagem de domínio público.

O edifício circular com torre central tem por principal objetivo aplicar os pressupostos do utilitarismo em situações nas quais se necessita vigiar e controlar pessoas. Por isso, configura-se como um instrumento de vigilância e inspeção que pretende promover o disciplinamento. O mecanismo de ação primordial dessa estrutura sustenta-se na criação de uma atmosfera de vigilância incessante. “Sua essência consiste, pois, na centralidade da

situação do inspetor, combinada com os dispositivos mais bem conhecidos e eficazes para ver sem ser visto” (BENTHAM (1780), 2000, p. 28).

As características edilícias do Panóptico, segundo seu idealizador, seriam capazes de garantir que o edifício funcionasse como uma indústria e prisão perfeitas, uma vez que as pessoas, permanecendo em estado de vigilância constante, se manteriam mais comportadas, de acordo com as normas do estabelecimento, e focadas em suas atividades essenciais, gastando menos tempo com atividades “improdutivas”. Inclusive, o uso da força ou da tortura seria desnecessário. Afinal, quem ousaria cometer atos de indisciplina naquele espaço? Quem precisaria demonstrar severidade quando tudo no edifício se mantém exposto à visão e solicita disciplina? Questiona Bentham.

Nesta, como em qualquer outra aplicação do plano, você verá que sua tendência benevolente é tão evidente quanto sua tendência coerciva, a tal ponto que se você for perguntado sobre quem teria a maior razão para querer sua adoção, você se veria em dificuldades para decidir se os próprios malfeitores ou aquelas pessoas que estão fora da prisão (BENTHAM (1780), 2000, p. 35).

Nos moldes panópticos, os estabelecimentos penitenciários deveriam ser concebidos tal qual um hospital – “um local onde, no mínimo, haverá pessoas doentes, mesmo que não se ofereçam meios para seu alívio” (BENTHAM (1780), 2000, p. 34). Nesses espaços, a solidão deveria ser promovida e cultivada como um sentimento regenerador, dado que “é um fato pouco contestado o de que a solidão é, em sua natureza, conveniente ao propósito da reforma, assim como o é sua tendência a atuar em acréscimo à quantidade de sofrimento” (BENTHAM (1780), 2000, p. 36).

O Panóptico também se constrói entre muros. Bentham compreende que ele deveria incorporar ao seu conceito a função de plataforma contra as fugas, visto que, uma vez em seu interior, o indivíduo poderia ser tomado pela “desesperança de sua situação” (BENTHAM (1780), 2000, p. 34). Mas a essência de sua segurança, ainda assim, se faria no espaço interior, com a introjeção do sentimento de controle ininterrupto. Para Bentham, em nenhum outro momento da história teria se mostrado uma concepção mais segura e prática que essa. “Você verá este propósito atendido mais completamente por este plano do que possivelmente por qualquer outro” (BENTHAM (1780), 2000, p. 36), assegura. Por isso,

esperava que toda uma coletividade, ao se ver impossibilitada de desviar dos padrões comportamentais preestabelecidos, afirmasse e reproduzisse esses mesmos padrões.

O Panóptico tem sua materialização em uma prisão, mas, acima de tudo, é um princípio de concepção espacial voltado ao controle social, com o objetivo de construir uma sociedade ideal aos moldes utilitaristas. O plano de Bentham era audacioso.

A moral reformada; a saúde preservada; a indústria revigorada; a instrução difundida; os encargos públicos aliviados; a economia assentada, como deve ser, sobre uma rocha; o nó górdio da Lei sobre os Pobres não cortado, mas desfeito – tudo por uma simples ideia de arquitetura! (BENTHAM (1780), 2000, p. 17).

Ao analisar a dinâmica de uma instituição de saúde – cujo enredo também recai no controle de pessoas pelo e no espaço – sob a ótica do “mundo do internado”, da rotina da “equipe de dirigentes” e dos “cerimoniais institucionais”, Goffman (1961) cuidou de apreender a rotina daquele lugar e os aspectos comportamentais de quem vive em regime de reclusão.

Destaca-se a perspectiva analítica do autor, ao investigar os processos interacionais com o intuito de compreender os novos fenômenos sociais que surgiam naquela época. Pautando-se nas relações socioespaciais e de poder, e apoiando-se numa coletânea bibliográfica que mescla conhecimentos científicos e literários, Goffman elaborou teorias sociais a partir da prática cotidiana da observação. Nesta ocasião, desenvolveu o conceito de Instituição Total, o qual ele assim explica:

Toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de "fechamento". Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais "fechadas" do que outras. Seu "fechamento" ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico - por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais [...] (GOFFMAN (1961), 1987, p. 16).

Goffman assevera que o aspecto totalitário de uma instituição é dado a partir do papel que esta assume quando pretende controlar inteiramente o cotidiano de pessoas dentro e a partir de um edifício. Quando entendida como definidora de um modo de vida, tal

organização pode ser descrita como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN (1961), 1987, p. 11).

Este espaço híbrido cria um tipo específico de tensão que oscila entre o ambiente doméstico e o institucional, e essa dualidade é utilizada pela instituição para viabilizar o controle social e fixar comportamentos. Mas, na verdade, o feitio de uma vida familiar e doméstica é incompatível com o perfil da instituição total, pois sua força “depende em parte da supressão de um círculo completo de lares reais ou potenciais” (GOFFMAN (1961), 1987, p. 22).

Este entendimento pode ser estendido a todos os tipos de instituições totais. Goffman as separou em cinco categorias:

- 1) Instituições destinadas a cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas (asilos, lar de idosos);
- 2) Instituições destinadas a cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que representam uma ameaça não intencional à sociedade (sanatórios, hospitais psiquiátricos);
- 3) Instituições destinadas a proteger a sociedade de pessoas que constituem ameaça e perigo intencionais, sem se importar com o seu bem-estar (campos de guerra, prisões);
- 4) Instituições destinadas a realizar tarefas instrumentais (escolas, quartéis);
- 5) Instituições destinadas a servir de refúgio e de instrução religiosa (mosteiros, conventos).

Goffman ressalta que, privadas da vida em sociedade livre, seja qual for o motivo do isolamento, pessoas que vivem segregadas tendem a se comportar de modo semelhante. Ao abordar o mundo dos internos, ele estrutura a vida deste grupo em três momentos: entrada, estada e saída.

O percurso é dramático. Entrar numa Instituição Total implica em mudanças substanciais, e algumas delas são indeléveis. Quem adentra seus portões, o faz com uma concepção de si construída a partir de disposições sociais consolidadas e com referências no

mundo livre e doméstico. Este fato permite ao indivíduo construir uma organização e uma identidade estáveis e encaixadas no âmbito civil mais amplo. O novato ingressa no edifício levando consigo uma cultura, um modo de viver e morar, um conjunto de hábitos, direitos e deveres, mas imediatamente será despido do apoio dado por essas disposições sociais vigentes apenas no mundo exterior. Tão logo esteja num “espaço total”, “começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu” (GOFFMAN (1961), 1987, p. 24), ainda que não intencionalmente. Começa uma deterioração progressiva de sua “carreira moral”; de sua trajetória individual ao longo da vida.

O cotidiano da pessoa reclusa é marcado pela perda de privacidade, seja por conta dos serviços de rotina ou da própria arquitetura do edifício. Esta realidade é acentuada nas prisões, com sua atmosfera de extrema promiscuidade, onde manter uma vida privada seria impossível, aponta Goffman. Somam-se a isso, a desordem e a sujeira típicas dessa instituição e os mecanismos de controle que asseguram que o indivíduo não goza de autonomia naquele espaço; ele é privado de escolha pessoal e tem que adaptar-se às condições físicas que lhe estão disponíveis e são impostas.

Para incorporar o contexto institucional, Goffman adverte que os internos adotam táticas comportamentais adaptativas. Algumas das estratégias por ele observadas se registram por: *Afastamento da realidade* – culminando na abstenção de participação em atividades de interação social, a exemplo da regressão, despersonalização e psicose de prisão; *Intransigência* – quando o internado desafia intencionalmente as regras institucionais; *Colonização* – ou adaptação ao ambiente, podendo o indivíduo encontrar na instituição total um lar e desconsiderar o mundo exterior; *Conversão* – observada quando o internado parece aceitar sua condição e a versão institucional sobre si e os fatos de sua vida.

Como estrutura abstrata e espaço comportamental, a instituição total cria suposições de papéis e identidades sociais. Estes papéis podem ser evidenciados, por exemplo, quando se realizam os cerimoniais institucionais. “As visitas individuais, os portões abertos e as inspeções permitem que os estranhos vejam que tudo está bem no interior da instituição. Algumas outras práticas institucionais dão a mesma oportunidade” (GOFFMAN (1961), 1987, p. 94). Em um contexto de cerimonial, de “abertura dos portões”, a instituição total se deixa ser, controladamente, mais permeável. O espaço muda; mudam também os comportamentos.

Nos espaços onde ocorrem os diversos eventos abertos ao mundo exterior, a decoração e o comportamento ali expressos estão usualmente mais próximos dos padrões externos do que os predominantes nos ambientes em que os internados realmente vivem. Apesar desse “teatro institucional” (GOFFMAN (1961), 1987, p.90), isto revela como atividades sociais e recreativas nesses estabelecimentos, sejam individuais ou coletivas, são importantes para a manutenção da identidade social e o alívio das tensões individuais. “Toda instituição total pode ser vista como uma espécie de mar morto em que aparecem pequenas ilhas de atividades vivas e atraentes. Essas atividades podem ajudar o indivíduo a suportar a tensão psicológica usualmente criada pelos ataques ao eu” (GOFFMAN (1961), 1987, p. 66).

A instituição total descrita por Goffman é a organização disciplinar tratada por Foucault. Este relata que, na primeira metade do século XIX, houve uma empreitada de reclusão da classe operária, sob o signo de instituições não produtivas, das quais a prisão teve destaque. Quando foi chegado o momento em que o suplício não mais interessava ao poder, o espetáculo punitivo extinguiu-se e a prisão tornou-se o mecanismo disciplinar de uma sociedade concatenada com o modelo das guerras civis, onde um grupo busca se sobrepor aos demais (FOUCAULT, 1977, 1978).

A “forma-prisão”, uma punição velada e resguardada, passaria a ser a nova maneira do poder atuar sobre os corpos sociais, suprimindo os espetáculos públicos e anulando as dores físicas. Panóptica, essa prisão dissimularia um novo olhar sobre os corpos, com vigilância constante e generalizada. Tudo deve ser observado, catalogado e controlado por um espaço, agora, iluminado.

Criam-se novas estratégias para organizar, agrupar e localizar indivíduos, utilizando-se da disciplina para treiná-los, exercitá-los, modelá-los, remodelá-los, corrigi-los, reformá-los por meio do estímulo-resposta; num jogo de recompensas e punições. Para tanto, uma arquitetura especializada se estende por toda a sociedade, propondo novos fluxos, movimentações e formas de controle; argumentando que se fez mais vantajoso vigiar que punir, e que a condição coercitiva da prisão deveria ser aceita e estabelecida. Nesta prisão, os mecanismos disciplinares alcançam seu auge (FOUCAULT, 1977, 1978).

“A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas

mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 1977, p.165). O poder disciplinar tem por função principal o adestramento.

Toda uma problemática se desenvolve então: a de uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado — para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferecê-los a um conhecimento, modifica-los (FOUCAULT, 1977, p.197).

O espaço fechado e vigiado constituiria um modelo compacto do dispositivo disciplinar. O Panóptico de Bentham seria o referencial arquitetural maior dessa composição; uma maquinaria de controle a funcionar como um microscópio do comportamento. Um espaço concebido de maneira tal que induziria as pessoas presas a um estado consciente e permanente de visibilidade, assegurando o funcionamento automático do poder. Daí, “uma sujeição real nasceria mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas” (FOUCAULT, 1977, p. 226).

A instituição disciplinar se configura como um laboratório de experimentos humanos, ou, como prefere Foucault, ao referir-se ao Panóptico – uma “máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retreinar os indivíduos”. (FOUCAULT, 1977, p.227). A disciplina mostra assim duas nuances: uma que se conforma na instituição fechada e voltada para funções negativas (vigiar, punir, trancar, suspender o tempo, cessar as comunicações); e outra que promove a melhoria do próprio exercício do poder, tornando-o mais efetivo e sutil (FOUCAULT, 1977).

É questionável se o “olho que tudo vê” pode tudo que almeja. Ou, se no espaço disciplinar não há vez para a subversão. Contudo, o espaço penal é “onidisciplinar”, como adjetiva Benelli (2014) e antes conceituou Goffman (1961). Nele, a disciplina é o instrumento incessante que condiciona o comportamento cotidiano com o cuidado totalitário típico da instituição.

Ao estudar o universo das prisões brasileiras contemporâneas, Cordeiro (2009) observa que há uma massificação dessa rigidez disciplinar, representada por uma setorização generalizada e pela busca de uma arquitetura que regule todas as possibilidades de ação cotidiana.

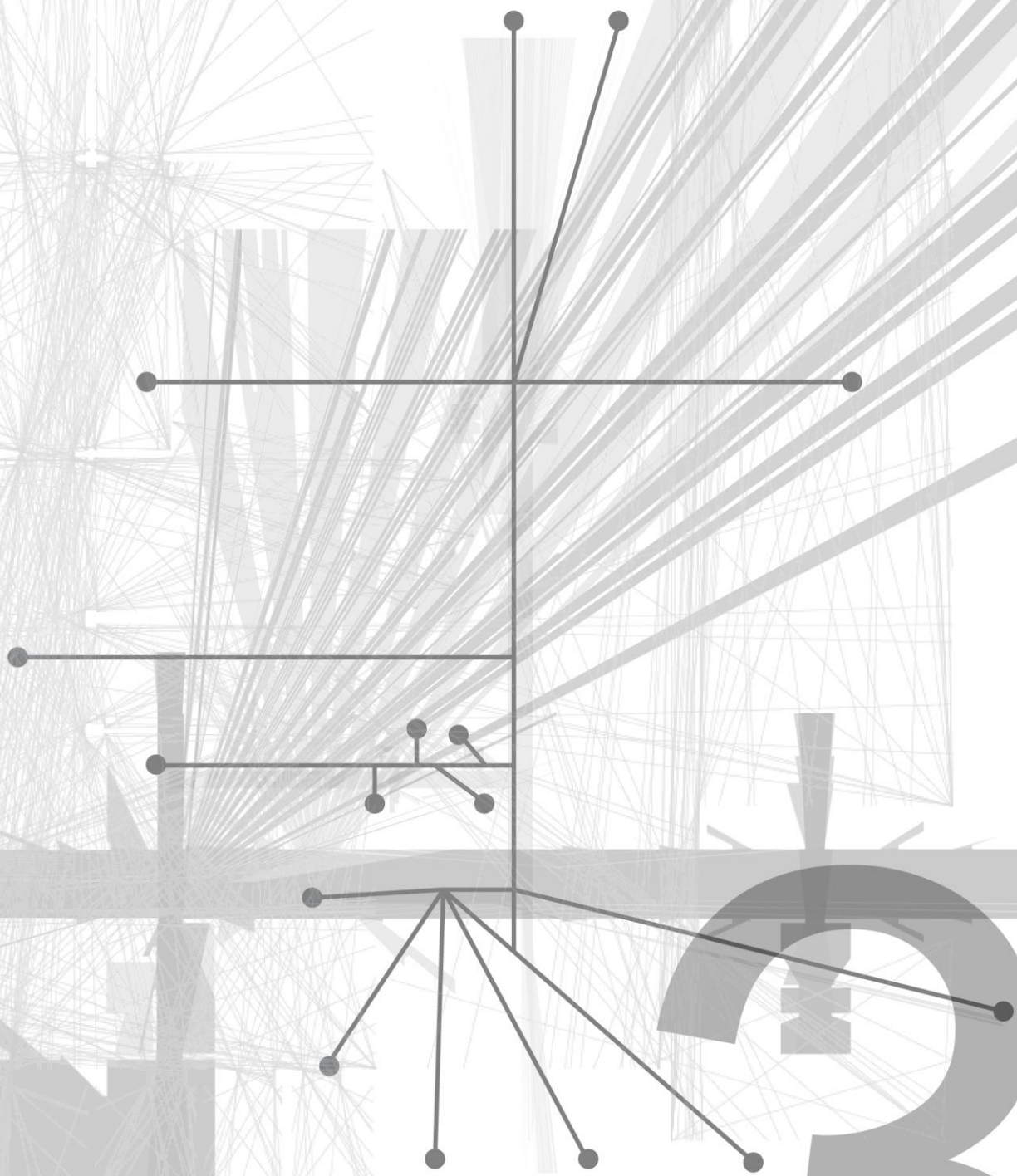
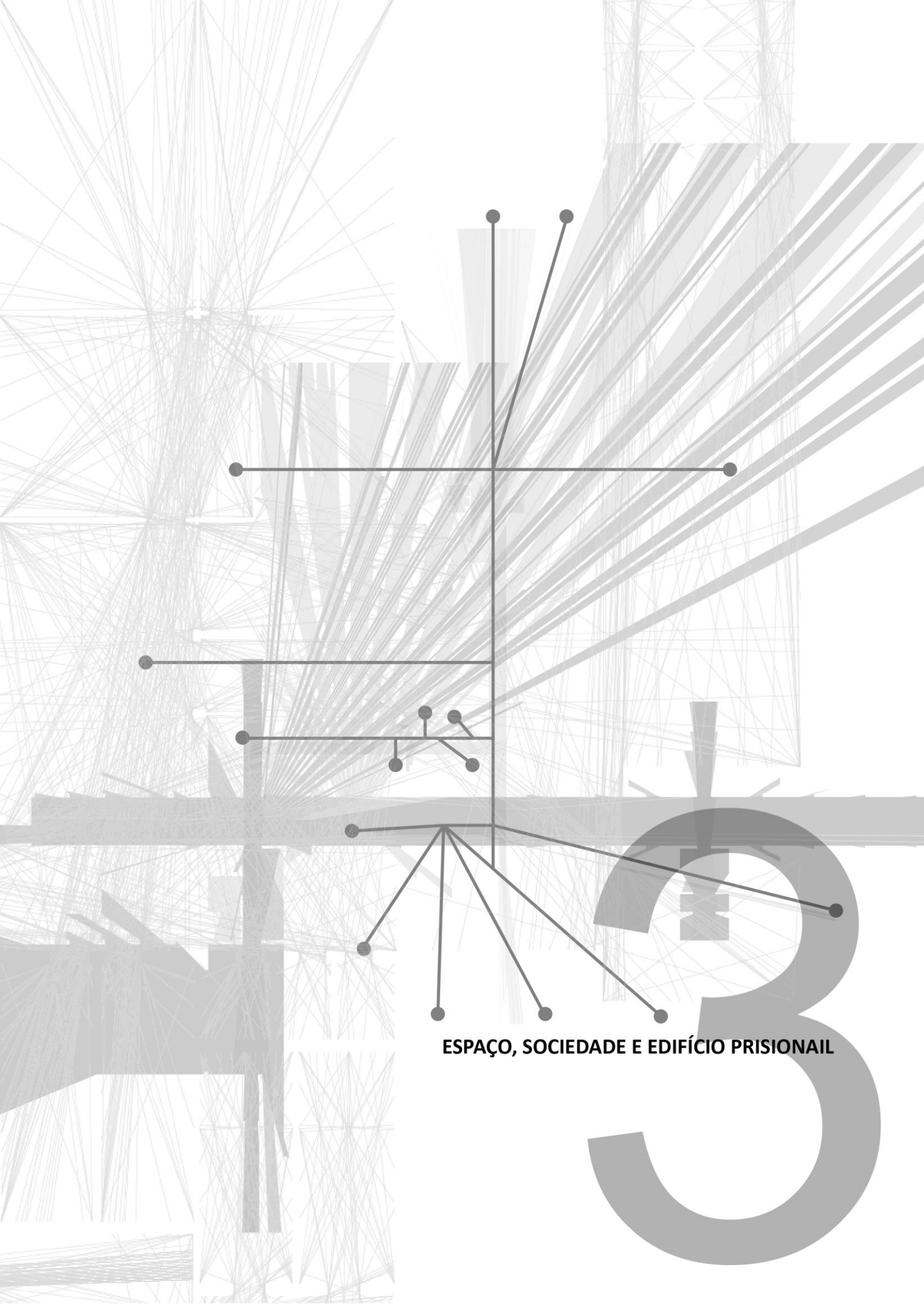
Em seu conjunto, todas as articulações, detalhes técnicos e mecanismos presentes em nossos edifícios penitenciários superam em muito um papel meramente coadjuvante no cotidiano prisional. Na realidade, é exatamente através destes detalhados aparatos que todo um ideal de controle exaustivo do cotidiano se pretende instaurar (CORDEIRO, 2009).

Cordeiro (2009) alerta que mesmo com o funcionamento de todo um mecanismo elaborado para exercer controle, as pessoas presas conseguem subverter algumas regras da prisão, improvisando espaços e buscando soluções que se adequem a necessidades individuais não atendidas pela instituição. Como exemplo, cita a improvisação de celas coletivas para receber familiares e a utilização de elementos móveis (lençóis, cortinas, entre outros recursos que possam servir de anteparo) para demarcar territorialidades. Mas, ainda que haja ação da pessoa apenas no sentido de modificar, em alguma medida, o espaço prisional, a autora reconhece a homogeneidade configuracional da arquitetura como uma possível causa dos comportamentos também homogêneos apresentados por indivíduos que vivem em regime de privação de liberdade.

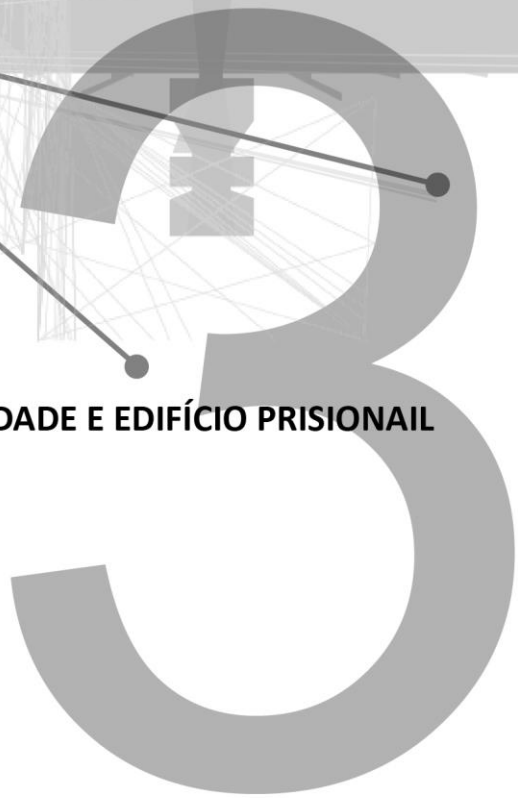
Validando para os tempos atuais o que antes fora pontuado por Goffman, Cordeiro (2017) postula que o comportamento humano no domínio do espaço penal, salvo algumas exceções, repete-se constantemente. Entende-se que a pouca variação – ou a padronização – do espaço penal implicaria numa padronização comportamental. E em se tratando de uma pessoa apenas, o estigma segregador dos estabelecimentos penais conduz a um comportamento rebelado e conflituoso. Este espaço ainda aparenta funcionar como um sistema repressor, de modo a estruturar uma sociedade autônoma, com funções sociais diferenciadas e leis próprias, o que também direcionaria a comportamentos, individuais ou de grupos, característicos (CORDEIRO, 2017).

Do espaço ao comportamento, uma narrativa mostra ser contada pelos componentes elementares da prisão: a cela, os postos de controle, o muro. Não mais aquele muro que

cerca, protege e manifesta poder de riqueza, como descreveu Foucault (1977); agora, um muro austero, segregador e impositor de um modo de vida.



ESPAÇO, SOCIEDADE E EDIFÍCIO PRISIONAIL



Imaginem um quarto grande, de aproximadamente cinco metros de frente por seis de fundo, sem janelas, com grades na parte frontal, e correntes e cadeados exatamente iguais aos do porão de um navio negreiro. Lateralmente, apenas uma pequena passagem para um cubículo de um metro de largura, com uma latrina e um chuveiro, sem uma pia sequer, tornando as mais simples necessidades de higiene muito difíceis.

Nas paredes internas, doze beliches com três camas cada, todos de cimento, alguns com cobertor surrado e colchonetes de 5 cm de espessura. A única lâmpada de sessenta velas deixava tudo cinza, inclusive os cinquenta presos que lá dentro se acotovelavam. Nesse momento, senti-me como um passarinho sendo colocado numa gaiola junto com cinquenta gatos.

Ledo engano.

A recepção foi cordial.

21/12/2000

Finalmente chegamos ao Fórum da Barra Funda (eu não conhecia, é enorme e bem moderno) e entramos pela garagem do subsolo, desembarcando em um pátio do tamanho de meio campo de futebol, ladeado por celas. A cela para onde fomos designados tem capacidade para dez presos, e ficamos lá como sardinhas em lata. No seu interior tem uma latrina com uma torneira quebrada. Papel higiênico, nem pensar. [...] Os guardas usam mascarar e luvas para a revista, como se fossemos leprosos (pobres lazarentos). Tudo vigiado por mais ou menos dez PMs. Parece até que somos os piores bandidos do mundo. Será... talvez... quem sabe?

3 ESPAÇO, SOCIEDADE E EDIFÍCIO PRISIONAL

Da relação Espaço-Sociedade entende-se que o domínio das relações sociais cria e transforma as formas e os modelos espaciais, e vice-versa. Segundo a lógica socioespacial apresentada por Hillier e Hanson (1984), as características mórficas do espaço têm capacidade de influenciar nas relações sociais e no comportamento humano. Do mesmo modo, relações e comportamentos humanos, por se darem no espaço físico, têm capacidade de modificá-lo.

A produção e a apropriação do espaço são reflexos da sociedade, pois, o espaço é antes, ele mesmo, uma criação social. Cada sociedade define e se apropria do seu espaço, manipulando-o e adequando-o constantemente. O espaço construído é uma acumulação de tempo, manifestando-se, inclusive, por meio da forma – esta que para Hillier e Hanson (1984) também faz parte do fenômeno social, através de uma construção histórica.

Partindo destes pressupostos, Markus (1993) propõe uma taxonomia edilícia baseada no modo como as demandas sociais operam a emergência e a manutenção de edifícios. O autor a apresenta em três categorias:

1) edifícios que relacionam pessoas a pessoas:

- de formação (formation): escolas, conventos;
- de re-formação (re-formation): hospitais, presídios, asilos;
- de asseio ou limpeza: saunas, banhos públicos;
- de recreação (re-creation): clubes, hotéis.

2) edifícios que relacionam pessoas a conhecimento:

- de natureza visível: bibliotecas, museus;
- de natureza invisível: teatros, anfiteatros;
- de natureza efêmera: pavilhões de exposição, panoramas.

3) edifícios que relacionam pessoas a coisas:

- na atividade de produção: fábricas, indústrias;
- na atividade de troca: mercados, bolsas.

A classificação proposta por Markus (1993) se constrói a partir da especialização das funções dos edifícios e da relação desta com a forma construída. E de acordo com seus apontamentos, tudo em um edifício tem significado social – forma, função e estrutura são elementos passíveis de uma análise com foco nas relações.

Decorre desse juízo que a ideia de tipo arquitetônico pôde ser concebida deslocando-se de temas dominantes da Arquitetura, como plástica e tectônica, e aproximando-se de temáticas sociais. Com este novo parâmetro analítico, a dinâmica travada entre o espaço edificado e o indivíduo, e entre o indivíduo com outros indivíduos, foi destacada. Como resultado, a tipificação arquitetônica passou a ser estipulada sob o ponto de vista relacional (NASCIMENTO, 2008).

Adotando tais perspectivas, tem-se que esta investigação concentra-se no tipo edifício re-formador; especificamente, nas prisões. Sob o viés relacional, estes edifícios guardam características socioespaciais singulares que são abordadas pelos estudos no campo da Sintaxe espacial.

3.1 A Sintaxe Espacial

Em Arquitetura, os fenômenos são analisados a partir de diferentes abordagens, o que demanda o desenvolvimento de teorias específicas para cada campo disciplinar (HOLANDA, 2002). Interpretar e descrever o espaço arquitetônico como produto de padrões sociais, a partir de suas características físicas, é tarefa atribuída à análise sintática do espaço.

A Sintaxe espacial – ou Teoria da Lógica Social do Espaço (HILLIER e HANSON, 1984) – fundamentada inicialmente nos anos de 1970 – é uma teoria que dispõe de um conjunto de técnicas com o fim de representar, quantificar e interpretar a configuração espacial de objetos arquitetônicos e urbanos. Partindo do pressuposto de que, como na linguagem humana, os edifícios são peças estruturadas, a referida matéria explora a configuração espacial pela ótica das relações internas estabelecidas entre os espaços, e do seu respectivo rebatimento no processo de convívio social. Pelo seu enfoque, consiste em um caminho para apreender as interações morfológicas entre os arranjos espaciais e os relacionamentos sociais, pois entende que a dimensão social é um aspecto inerente ao ambiente construído.

Para a Sintaxe espacial, é através da configuração que as relações socioculturais se expressam no espaço (HILLIER; HANSON; GRAHAM, 1987).

Markus (1993) conclui que os edifícios conformam uma categoria única de objetos, porque não haveria outra classe que através da produção de formas materiais organizasse propositalmente o espaço e as pessoas no espaço. Enquanto Pssara (2009) diz que as diversas configurações, ou leiautes espaciais, induzem a diferentes experiências e comportamentos humanos num dado espaço. E mais: ao organizar características geométricas e configuracionais, a arquitetura constrói uma relação entre aspectos concebidos e percebidos do espaço. Não que essa relação seja apreendida da mesma maneira por todas as pessoas, ou que independa de condições sociais, econômicas e culturais; mas, os aspectos conceituais e perceptivos da arquitetura passam pelas propriedades espaciais e geométricas e suas inter-relações. Este inter-relacionamento é o responsável por coordenar percepções visuais, padrões experimentais e sociais no espaço-tempo e sincronizar os campos perceptivos, oferecendo gradualmente uma experiência prescrita ou variada (PSARRA, 2009).

Das ideias de Hillier e Hanson (1984), Markus (1993) e Pssara (2009), reforça-se a correlação entre a estrutura espacial de um edifício e certas intenções sociais preordenadas. Assim, esses preceitos atestariam que edifícios são capazes de estabelecer normas e comportamentos e direcionar a práticas sociais, ao mesmo tempo em que podem ser interpretados como reflexo dos valores próprios da sociedade.

Assentada nesse princípio, a Teoria da Lógica Social do Espaço parte de três leis subjacentes ao edifício, ou ao espaço urbano, associando configuração espacial e estrutura social (HILLIER e HANSON, 1984). A saber, as leis dizem:

- 1) do espaço propriamente dito:** revelando como os arranjos espaciais estão presentes nos edifícios;
- 2) da sociedade para o espaço:** descrevendo como os padrões sociais se materializam no espaço;
- 3) do espaço para a sociedade:** demonstrando como o arranjo espacial pode afetar os padrões socioculturais.

As conclusões acerca da lógica socioespacial dos edifícios advêm da aplicação dos princípios descritivos e analíticos da Sintaxe espacial, os quais, como já mencionado, têm foco na configuração espacial.

Hillier e Hanson (1984) definem configuração espacial como sendo a relação entre, pelo menos, dois espaços, considerando um terceiro. Ou, de modo mais abrangente, a inter-relação entre todas as unidades espaciais de um sistema; este sendo o equivalente a um todo integrado cujas propriedades essenciais surgem das relações entre suas partes. Logo, à Sintaxe Espacial interessa conhecer as propriedades desse todo, e não apenas as propriedades individuais das estruturas espaciais que o compõem. Desse modo,

Configuração significaria mais ainda que um conjunto de relações, e sim um complexo de relações de interdependência com duas propriedades fundamentais. A configuração é diferente quando vista de (a) diferentes pontos dentro de um sistema e quando apenas de (b) uma parte do sistema. Seja em razão de mudanças em um elemento no sistema ou uma relação, todo o conjunto pode se alterar, em graus variados (MEDEIROS, HOLANDA, 2008, p.6).

Essa primazia da configuração na lógica social do espaço não acontece por acaso. Ela seria originada na mesma lógica espacial, e, segundo seus idealizadores, isso pode ser quantificado, representado graficamente e demonstrado probabilisticamente.

Para a análise de edifícios, o instrumental analítico da Sintaxe espacial é pautado, principalmente, na dimensão convexa do espaço.

Espaços convexos são compreendidos como aqueles que possibilitam o encontro de pessoas e coisas em um mesmo campo visual, com visibilidade e acessibilidade diretas. Graficamente, estes espaços são descritos “ao se representar sobre as plantas-baixas dos pavimentos de um edifício, os maiores e mais largos (nas suas dimensões) polígonos convexos possíveis de se delimitar entre os seus limites físicos” (NASCIMENTO, 2008, p. 58).

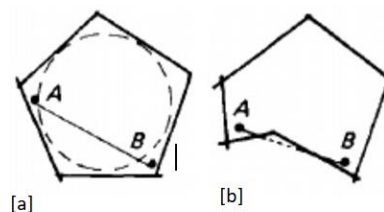


Figura 3 – a) Espaço convexo; b) Espaço côncavo
Fonte: HILLIER e HANSON, 1984 (Adaptado).

Assim, em um espaço convexo, nenhuma linha desenhada entre dois pontos sai desse espaço. O que não ocorreria em um espaço côncavo (HILLIER e HANSON, 1984).

Conforme há de se observar nas Figuras 4 e 5, Hillier, Hanson e Graham (1987) demonstram como possíveis relações se estabelecem entre espaços convexos.

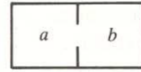


Figura 4 – Uma célula dividida
Fonte: HILLIER, HANSON e GRAHAM, 1987.

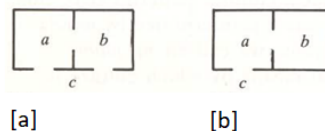


Figura 5 – a), b) Duas possíveis relações entre os espaços *a* e *b* em relação ao espaço *c*
Fonte: HILLIER, HANSON e GRAHAM, 1987 (Adaptado).

A Figura 4 mostra a relação entre dois espaços convexos – *a* e *b* – com apenas uma possibilidade de acesso. A Figura 5 apresenta duas possibilidades de relações espaciais entre os espaços convexos *a* e *b*, e um espaço externo *c*. Isto significa que a relação entre *a* e *b* muda quando *c* é considerado.

O controle das relações entre as unidades espaciais é exercido por meio de duas variáveis básicas: barreiras ou permeabilidades, entendidas como elementos que agem no sentido de impedir ou permitir acesso entre as unidades espaciais adjacentes; e opacidades ou transparências, entendidas como elementos que dizem das possibilidades de percepção visual entre indivíduos em unidades espaciais distintas, sejam elas adjacentes ou não. Respeitando a ideia de sistema, barreiras e permeabilidades estão associadas ao movimento de pessoas (co-presença); e, opacidades e transparências associam-se às possibilidades de contatos visuais e interações interpessoais (co-ciência).

A análise sintática do espaço se dá fundamentalmente através da decomposição dos elementos espaciais. Para tanto, se faz uso de técnicas e modelos computacionais, vislumbrando o entendimento das questões configuracionais, associando valores quantitativos e expressões matemáticas para a análise espacial (SABOYA, 2007). Nesses termos, a estrutura espacial de uma edificação pode ser descrita a partir de propriedades

específicas e representadas por meio de grafos, gráficos, mapas, entre outros recursos analíticos que compõem o instrumental da Sintaxe espacial.

Por fundamentarem o método aplicado a esta pesquisa, ferramentas e propriedades sintáticas, a serem utilizadas nas análises desenvolvidas no Capítulo 5, são abordadas no Capítulo 4 - Método.

3.2 O edifício de modelo longo e reverso

Instituições sociais são objetos abstratos que para tornarem-se concretos necessitam do espaço. As especificidades que definem cada instituição tratam de elaborar seus programas de necessidades – os quais são entendidos como o modelo de regras que pauta o desenvolvimento dos seus eventos. Desse modo, a depender do objeto social, existem instituições que necessitam de um modelo de regras mais complexo e rígido, e outras que podem ser concebidas e terem suas demandas atendidas através de um modelo de regras mais simples e flexível (HILLIER e HANSON, 1984; HILLIER e PENN, 1991).

É com base na variação entre rigidez e flexibilidade que se define o tipo de programa de necessidades de uma instituição – se fraco ou se forte; e também o comprimento do seu modelo de regras – se curto ou se longo. Os modelos curtos estão associados aos programas fracos. Os modelos longos associam-se aos programas fortes (GRIZ, 2004).

RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS	MODELO LONGO [Programa Forte]	MODELO CURTO [Programa Fraco]
Regras preestabelecidas	+	-
Setorização	+	-
Estruturação espacial	Grande separação das interfaces	Possibilita interação das interfaces
Controle	+	-
Encontros não programados	-	+
Comunicação e interação	-	+

Figura 6 – Síntese das características que representam os modelos longos e curtos
Fonte: GRIZ, 2004 (Adaptado).

No escopo da Sintaxe espacial, os edifícios prisionais são associados aos ditos modelos longos, assim classificados por serem tipos edilícios que demandam prescrições mais complexas e detalhadas quanto ao seu texto e funcionamento (HILLIER e PENN, 1991).

Diferentemente dos denominados edifícios de modelo curto, os de modelo longo congregam um maior número de regras pré-estabelecidas; apresentam maior rigidez em sua setorização espacial; promovem um maior controle dos eventos; buscam suprimir o acontecimento de eventos não programados; e evitam qualquer tipo de interação e comunicação que não seja de cunho institucional.

A complexidade própria dos edifícios de modelo longo seria atributo das demandas socioespaciais restritivas, típicas de instituições hierarquizadas que operam para separar distintas categorias de sujeitos (AMORIM, 2016).

Para Hillier e Hanson (1984), em uma organização social existem ao menos dois tipos básicos de sujeitos: os habitantes e os visitantes. Ao pensarem a ideia de um edifício elementar – este que seria o sistema espacial mais simples – os autores demonstram que há uma relação direta e distinta entre os entes que o “habitam” e os entes que o “visitam”. Os habitantes desse edifício, ou de qualquer outro, seriam aqueles que dominam o seu espaço interior e, portanto, teriam a capacidade de controlá-lo. Os visitantes, então, seriam aqueles que, porventura, adentrem esse espaço interior controlado pelos habitantes que dele têm posse. Por assim ser, entende-se que os visitantes estão sujeitos às regras dos habitantes.

Além disso, uma vez inseridos no espaço interior, os habitantes mantêm os visitantes mais próximos do espaço exterior. Em termos topológicos, diz-se que os habitantes localizam-se em espaços mais profundos, enquanto aos visitantes relegam-se os espaços mais rasos. Hillier e Penn (1991) observam que este padrão de relação geralmente se repete em edifícios e culturas diversos, sendo ele característico dos modelos curtos. Contudo, esta regra não é validada por edifícios institucionais mais complexos, pois nestes

[...] existe um genótipo construtivo fundamental que se caracteriza precisamente pela inversão nas posições de habitante e visitante, na medida em que os visitantes - aqueles que não controlam o conhecimento da construção nem seus propósitos - passam a ocupar as células primárias, geralmente não distribuídas; enquanto os habitantes - aqueles que controlam o conhecimento incorporado na construção e seus propósitos - ocupam o sistema de circulação distribuído (HILLIER e HANSON, 1984, p.184).¹¹

¹¹ Tradução livre. Do original: “[...] there is a very fundamental building genotype that is characterised exactly by the reversal of positions of inhabitant and visitor, in the sense the visitors – those who do not control the knowledge embodied in the building and its purposes – come to occupy the deeper primary, usually nondistributed cells; while inhabitants – those who do control the knowledge embodied in the building and its purposes – or their representatives come to occupy the distributed circulation system”.

A inversão das relações acontece porque, do ponto de vista configuracional, há uma busca por atender a demandas de segurança por meio de áreas com acesso controlado: células primárias. A função destas células seria a de eliminar relações presumidamente tidas como perigosas e contaminantes para as descrições edilícias. Seriam elas, então, uma singularidade; um ponto sem relações, em vez de um ponto definido por relações.

Fica evidente que em prisões o posicionamento topológico entre habitantes e visitantes deve ser invertido, quando comparado ao padrão elementar. A Figura 7 ilustra um fato como este. Nela, observa-se que, enquanto em edifícios elementares os visitantes tendem a ocupar as porções espaciais iniciais (mais rasas); em edifícios institucionais de modelo longo, como os prisionais, os visitantes tendem a ocupar as porções espaciais terminais (mais profundas). As estruturas espaciais que configuram relações desse tipo, Hiller e Hanson (1984) convencionaram chamar de edifícios reversos (*reversed buildings*).

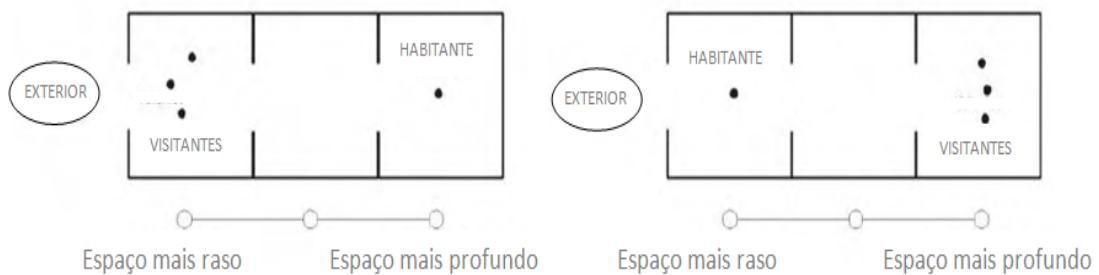


Figura 7 – Esquema gráfico das posições relativas entre habitantes e visitantes em um edifício elementar (esquerda) e em um edifício reverso (direita)
 Fonte: NASCIMENTO, 2008 (Adaptado).

Entende-se que a estrutura essencial do edifício reverso pressupõe a eliminação do conhecimento social e articula-se como uma interface espacial de controle. Por isso, o conceito de reversão do edifício, como explicado pela Teoria da Lógica Social do Espaço, torna-se tão evidente quando discutido a partir de edifícios prisionais – estes que são exemplares emblemáticos quando se trata da utilização do espaço para conceber relações sociais invertidas (HILLIER e HANSON, 1984).

Sintetiza-se que longo é o modelo que prescreve muitas e detalhadas regras de funcionamento e organização espacial. Reversas são as relações que definem uma estrutura socioespacial específica. Do ponto de vista sintático do espaço, assim pode ser definida uma prisão: um edifício de modelo longo e reverso. Nela, a teoria mostra que as pessoas presas –

ou visitantes – fatidicamente estarão localizadas nos espaços mais profundos, contrariando a lógica convencional. Mas, contudo, deverão ser submetidas a um conjunto de regras socioespaciais formulado pelo corpo institucional, ou seja, pelos habitantes do edifício penal.

3.3 As transformações do edifício prisional

Como o desenvolvimento de uma sequência linear, estabeleceu-se no Capítulo 2 que “motivações sociais geram textos prescritivos, que geram soluções espaciais” (NASCIMENTO, 2008, p. 139). Especificamente no caso da Arquitetura prisional, este ciclo ocorre juntamente à transformação de um texto jurídico-penal (GARCIA BASALO, 1959). Da combinação e revisão desses textos, suscitam as transformações do edifício prisional.

Já se sabe que até o período iluminista as penas possuíam um caráter puramente aflitivo. Relegados às masmorras ou aos calabouços, o corpo humano aguardava pela vingança que o faria pagar pelo “mal” praticado.

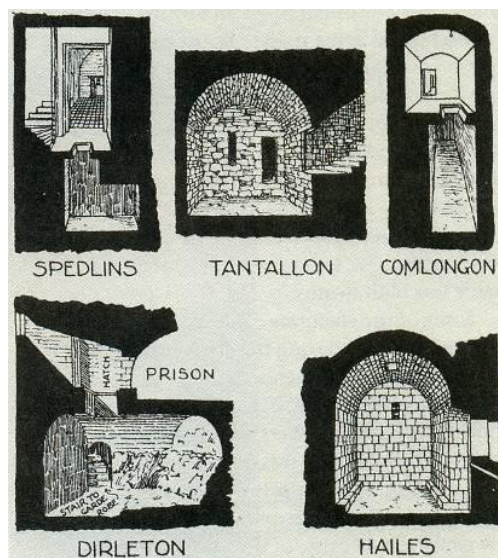


Figura 8 – Cortes em celas medievais
Fonte: JHONSTON, 2000.

Mesmo no século XVIII era raro se utilizar da prisão como meio punitivo, e a maior parte das cidades, fossem elas grandes ou pequenas, contavam com o apoio de uma modesta prisão, com competência para alojar poucas pessoas. A vida nestes recintos era regida pela informalidade e pelo imprevisto (GIDDENS, 2001).

Excepcionalmente, existiu em Londres, entre os anos de 1500 e 1552, a *House of Correction*. A “Casa de Correção” era um local destinado à punição e reforma humanas, direcionada aos pequenos delitos. Sua função era encarcerar pessoas tidas como indesejadas ao convívio com a sociedade geral, fossem elas criminosas, prostitutas, homem, mulher, ou mesmo criança, se julgadas como incapazes ou passíveis de promover algum risco social. Viúvas e mulheres solteiras poderiam ser enquadradas nesse grupo de risco (MENDES, 2012; MIRABETE, 2002).

Na Londres do final do século XVI, esses estabelecimentos se consolidaram como locais para a punição e reforma de pessoas pobres condenadas, por meio do trabalho forçado. A exemplo, tem-se a Prisão e Hospital de Bridewell, edifício onde funcionou a primeira casa de correção londrina e instituição de caridade, apropriando-se das dependências de um antigo palácio com pátios centrais, em 1553.

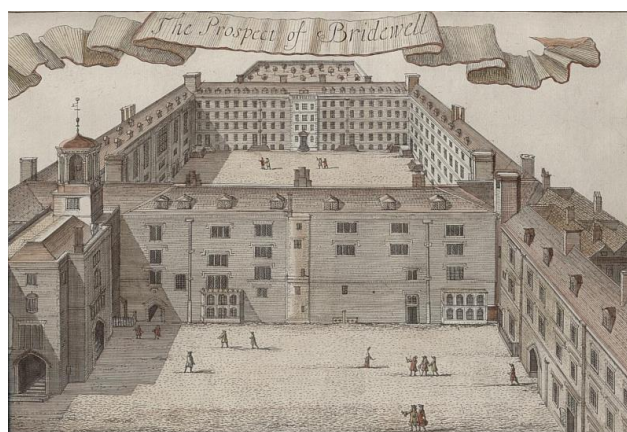


Figura 9 – Hospital e *House of Correction* – Bridewell, Londres, 1553
Fonte: London lives (site).

Ainda no século XVI, Londres viabilizaria a construção de outras casas de correções e exportaria o modelo para a Holanda, e para Itália e Bélgica no século seguinte.

Todavia, Carrara (2002) afirma que as prisões, como local de efetivo cumprimento de pena, àquela época, eram normalmente destinadas aos monges, que nos monastérios ficavam recolhidos a fim de cumprirem uma penitência. Daí o nome “penitenciária”. Essa teria sido uma tentativa de a Igreja recuperar sua reputação, desgastada pela postura despótica e pelos abusos cometidos pelos clérigos.

Seguindo os ritos do Direito Romano e do Cristianismo, as prisões estabelecidas no interior dos edifícios religiosos, denominadas de Prisões Canônicas, representariam o

princípio de um novo meio de punição. Nesses estabelecimentos, datados dos séculos XVII e XVIII, as penas sofreriam um “abrandamento”, impondo o humanamente suportável como regra (MIRABETE, 2002). As edificações eram compactas, desenvolvidas em planta retangular e normalmente resolvidas com um átrio central, ladeado por corredores e blocos de celas/alojamentos.

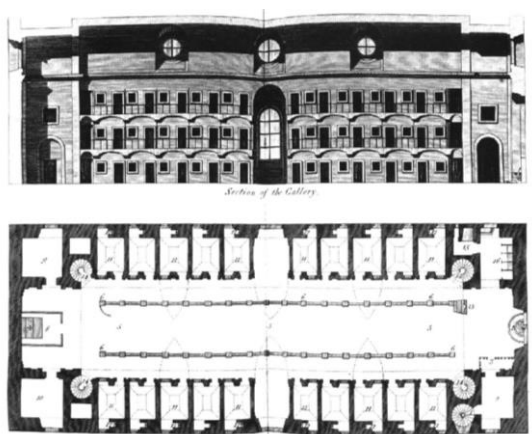


Figura 10 – Prisão Papal San Michele (1701). Corte longitudinal e planta baixa
Fonte: Markus, 1993.

Mais tarde, o modelo de aprisionamento clerical se estenderia ao cidadão comum, em parte por buscar atender aos princípios humanistas que emanavam da evolução da penologia e do cristianismo, em parte como um impulso primeiro na tentativa de conter os problemas sociais de uma massa populacional crescente no mundo todo (MIRABETE, 2002; VIANA, 2009).

Do século XVIII ao XIX, o mundo vivenciaria com mais expressividade o crescimento da urbanização, dos movimentos migratórios e da população urbana. Simultaneamente a estes fenômenos sociais e aos avanços científicos e filosóficos, surgiria a estranheza de se conviver com novas pessoas e novos grupos sociais. Uma crescente massa populacional passaria a experimentar a intensificação da vida particular, devido à estranheza para o que é público (BIAR, 2016). A dominância do corpo individual viria a ser crucial para a formação de uma dita modernidade, consolidando a prevalência de novas sensibilidades e valores culturais e o triunfo de “modernas” relações e organizações sociais e urbanas (CALDEIRA, 2003).

Nesse contexto de expansão urbana, crescimento populacional e mudanças significativas na estrutura social, as instituições públicas decidiram por ordenar a multidão –

através de novas formas de controle e sujeição – e viabilizar o sistema como um todo, de modo a atender às demandas de uma nova conjuntura. Exercer a caridade e retirar do convívio alguns poucos indivíduos, papel até então desempenhado pela Igreja, já não seria mais suficiente à manutenção da “ordem” (FOUCAULT, 1977, 1978; MARKUS, 1993).

Delinearam-se, assim, as condições necessárias ao surgimento de novas entidades e edifícios, inaugurando novos dispositivos de organização disciplinar, associados aos interesses de uma também nova ordem político-econômica.

Parece-me que, no final do século XVIII, a Arquitetura começa a se especializar, ao se articular com os problemas da população, da saúde, do urbanismo. Outrora, a arte de construir respondia, sobretudo, à necessidade de manifestar o poder, a divindade, a força. O palácio e a Igreja constituíam as grandes formas, às quais é preciso acrescentar as fortalezas; manifestava-se a força, manifestava-se o soberano, manifestava-se Deus. A Arquitetura durante muito tempo se desenvolveu em torno destas exigências. Ora, no final do século XVIII, novos problemas aparecem: trata-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômico-políticos (FOUCAULT, 1977, p. 211).

Respeitando-se a dinâmica de cada país e o próprio enredamento histórico, este breve panorama pretende ilustrar e justificar o momento em que o corpo da pessoa condenada deixaria de ser alvo da punição, para que fosse atingido o delito por ela praticado. Isto significa que, dessa ocasião em diante, o Estado não mais se apresentaria como um torturador, e passaria a condenar não mais o indivíduo, mas o seu crime. O suplício público seria abolido para fazer surgir o edifício prisional, como mecanismo de demonstração de poder e ferramenta de controle social (FOUCAULT, 1977). Ainda similares aos edifícios eclesiásticos, mas em contexto laico, o edifício prisional se tornaria o castigo consensual, atuando por meio da segregação, consagrando o espaço arquitetônico como elemento punitivo.

Lembra-se que ainda no século XVIII a Reforma Jurídico-Penal tomaria maiores celeridade e complexidade, passando a exigir a conformidade da prisão com demandas humanistas e utilitaristas, o que acarretaria na especialização do espaço penal (ESTECA, 2010). Destaca-se, nesse momento, o trabalho de John Howard (1726-1790), como pensador reformador, o qual, segundo Algarra (2007), teria instituído as bases para o tratamento penitenciário celular (em celas).

Em um quadro mais amplo, pautando-se nos modelos dos conventos e dos monastérios, toda uma arquitetura desenvolveu-se para a observação do indivíduo: janelas, circulações, distribuições; verdadeiras ilhas de disciplina, onde o sujeito, controlado pelo e no espaço, estaria propício a renegar a si mesmo. Esta arquitetura, à qual se refere Michel Foucault (1977), teria representação no já conhecido *Panóptico* de Bentham (1780).

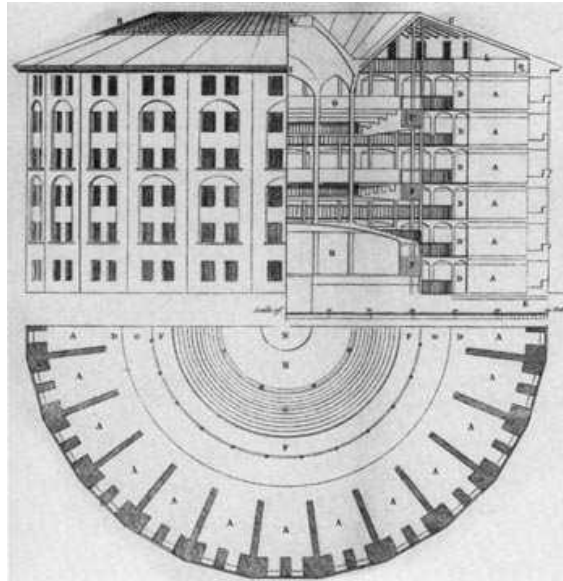


Figura 11 – Planta e corte do Panóptico
Fonte: Imagem de domínio público.

O princípio [do panóptico] é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondente às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse de lado a lado (FOUCAULT, 1977, p. 116).

Na estrutura edilícia panóptica, o controle do espaço é centralizado; dá-se apenas da torre de inspeção – que tem o espaço interno sombreado e resguardado do olhar externo – em direção ao anel periférico, onde estão distribuídas as células carcerárias. Estas, por sua vez, são completamente iluminadas de modo a conformar um ambiente devassado e permitir o acesso visual a tudo o que acontece no interior dos módulos.

Segundo seu próprio idealizador, o funcionamento do edifício fora pensado de modo a privilegiar a “segurança” e a “vigilância”; princípios que, no contexto panóptico,

podem ser entendidos como “controle” e “submissão” dados através do poder exercido pelo espaço, como relata Foucault:

[o Panóptico] apresenta-se como uma instituição particular, bem fechada em si mesma. Muitas vezes se fez dele uma utopia do encarceramento perfeito. [...] aparece como uma jaula cruel e sábia [...] funciona como uma espécie de laboratório de poder [...] É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica [...] (FOUCAULT, 1977, p. 170).

Trata-se de um novo “conceito funcional do espaço” (PERROT, 2008, p. 13), o qual não estaria limitado ao âmbito das prisões.

Para dizer tudo em uma palavra, ver-se-á que ele [o panóptico] é aplicável, penso eu, sem exceção, a todos e quaisquer estabelecimentos, nos quais, num espaço não demasiadamente grande para que possa ser controlado ou dirigido a partir de edifícios, queira-se manter sob inspeção um certo número de pessoas [...] seja ele aplicado aos propósitos das prisões perpétuas na câmara de morte, ou prisões de confinamento antes do julgamento, ou casas penitenciárias, ou casas de correção, ou casas de trabalho, ou manufaturas, ou hospícios, ou hospitais, ou escolas (BENTHAM (1780), 2000. p. 17).

O panóptico pode ser entendido como o arquétipo do espaço disciplinar, pautado sobremaneira na vigilância controlada – uma inovação da sociedade moderna (FOUCAULT, 1977), e base ideológica para os modelos arquitetônicos subsequentes. Para García Basalo (1959), o *Panóptico* se faz importante porque as ideias de Bentham exerceram marcada influência na teoria da arquitetura penitenciária e materializaram-se em edifícios cujas linhas gerais evidenciaram o panoptismo.

Este fato se constataria na arquitetura penal desenvolvida no século XIX, que – embora tivesse desistido de olhar obcessivamente para o interior das células, contentando-se em observar um conjunto de celas a partir de um ponto central – tornaria emblemático o edifício prisional com planta radial (ALGARRA, 2007; GARCIA BASALO, 1959), a exemplo da *Eastern State Prison* (Filadélfia – EUA, 1829) e da *Pentoville Prison* (Barnsbury, Reino unido, 1842).

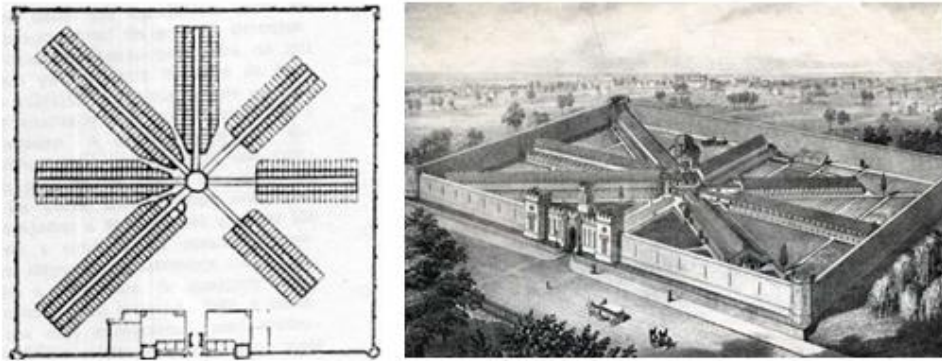


Figura 12 – Planta baixa e perspectiva da *Eastern State Prison*
Fonte: JHONSTON, 2000 (Adaptado).

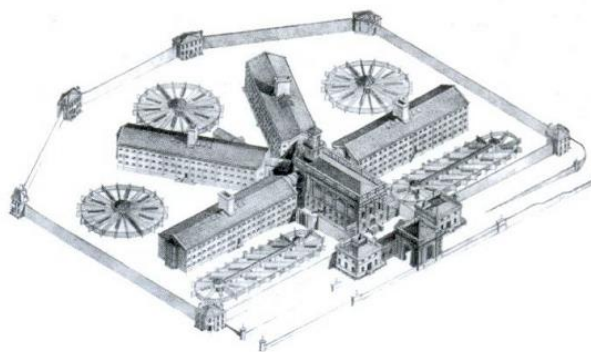


Figura 13 – Perspectiva da Pentoville Prison
Fonte: JHONSTON, 2000.

A *Eastern State Prison* batizou o modelo penitenciário filadélfico, o qual tinha por característica principal a reclusão absoluta do preso. Conhecido também como sistema celular, nele “o preso era recolhido à sua cela, isolado dos demais, não podendo trabalhar ou mesmo receber visitas, sendo estimulado ao arrependimento pela leitura da bíblia” (GRECO, 2016, p.122). O contato com pessoas da sociedade livre se resumia às visitas dos oficiais encarregados das prisões e de representantes da sociedade de apoio aos detentos.

Ainda no século XIX, influenciado pela Escola Positivista de Direito Penal, o texto da “pena-punição” seria substituído pelo da “pena-tratamento”, solicitando novas adequações ao edifício prisional. Foi neste momento que surgiu o modelo arquitetônico paralelo, caracterizado pelo corredor central que interliga vários blocos com funções diversas, concentrando múltiplas atividades no térreo e celas prisionais num pavimento superior (GARCIA BASALO, 1959).

A prisão de Fresnes (Paris – França, 1898) representa este modelo que também é indicativo de uma nova técnica penitenciária – o sistema progressivo. A ideia basilar desse sistema é a diminuição da pena, desde que, com o passar do tempo, haja o reconhecimento

da melhoria comportamental da pessoa apenada, que passaria por um processo gradativo de reinserção social (GRECO, 2010).

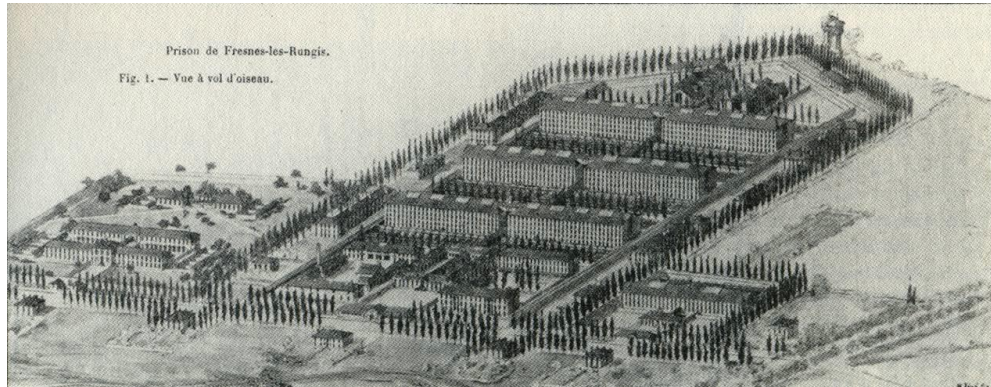


Figura 14 – Prisão de Fresnes
Fonte: JHONSTON, 2000.

O século XX tem a marca do edifício pavilhonar, este que veio para mais uma vez suprir demandas humanistas no que diz respeito à vida em instituições carcerárias. Idealizado pelo arquiteto Alfred Hopkins, em 1932, o modelo adota uma composição que parte de um eixo central, mas separa os pavilhões entre si, assim pensado para evitar rebeliões, além de permitir com maior segurança a classificação de pessoas por parâmetros criminais (SUN, 2008).



Figura 15 – Youth Prison, EUA, 1968, arquitetura prisional em esquema pavilhonar
Fonte: JHONSTON, 2000.

O modelo pavilhonar reinventado serviria para atender às solicitações feitas ao edifício prisional do século XXI. As modificações no antigo modelo se deram no sentido de

superar problemas na divisão entre visitantes e habitantes e na territorialidade da prisão. A principal inovação foi a vigilância direta plena, pela qual se buscou um controle centralizado, a partir de um espaço coletivo e destituído de qualquer separação física (ESTECA, 2017). Ao modelo em questão deu-se o nome de modular, cujo padrão persiste na contemporaneidade e pode ser observado na *East Jutland State Prison* (Jutlândia – Dinamarca, 2006).

O projeto da prisão da Jutlândia é do escritório *Friis & Moltke Architects* que destaca como objetivos principais da unidade prisional a amenização do caráter institucional e a concepção de um ambiente que apoiasse a consolidação da vida subsequente fora dos muros. Por isso, a divisão estrutural em módulos teria ajudado na setorização, mas também servido para acolher as demandas de atividades laborais e recreativas, dentro e fora dos limites da edificação. Os módulos são padronizados e cada agrupamento possui uma seção de trabalho, uma de alta segurança, um centro cultural com uma capela, instalações esportivas, uma mercearia e uma biblioteca.¹²



Figura 16 – *State Prison in East Jutland*
Fonte: Archello (site).

Módulos também acomodam o programa arquitetônico da *Halden Prison* (Halden – Noruega, 2010), esta que é considerada uma das prisões mais humanas e liberais do mundo¹³. Projetada pelo escritório *HLM Arkitektur*, a prisão de Halden se utiliza do mesmo discurso da prisão da Jutlândia e teria condições físicas para promover desde uma reclusão

¹² Parágrafo redigido com base em informações do site do escritório Friis & Moltke Architects: <https://friis-moltke.com/architecture/civic/state-prison-in-east-jutland/>

¹³ Segundo reportagem da BBC News: <https://www.bbc.com/news/av/world-43261564/is-this-a-luxury-prison>

mais branda a uma mais severa, pleiteando o compromisso da reabilitação através de um espaço adequado, iluminado e integrado à natureza.¹⁴



Figura 17 – *Halden Prison*
Fonte: Archdaily (site).

Estes dois últimos exemplos ilustram um modelo arquitetônico contemporâneo de prisão, respeitadas as realidades socioculturais e econômicas nas quais venham a ser inseridos. Mas, do ponto de vista da humanização da pena, a *East Jutland State Prison* e a *Halden Prison* são exceções. Mioto (1992) lembra que as mudanças no espaço prisional se deram muito mais por fins econômicos e utilitários do que pela penalização humanitária. Como resultado, afirma o documento *Tomorrow's prison* (MUIR, 2010), continuou-se recorrendo aos mesmos modelos, ainda que se reconhecessem suas falhas atuações.

No entanto, o esforço para elaborar novos modelos prisionais persiste. A mais recente publicação *Tomorrow's prison* (STRETTON, 2018) faz algumas recomendações a respeito do que deveria ser a prisão do futuro. De acordo com o documento, as “prisões do amanhã” devem ser instituições educacionais que ofereçam aprendizado formal e para vida, e que funcionem como catalisador de formas comportamentais socialmente construtivas.

Questiona-se se essas já não seriam – ou deveriam ser – as prisões de hoje. Afora o questionamento, pelo que se apresenta, o que se confirma é a presença do edifício prisional no futuro.

¹⁴ Parágrafo redigido com base em informações do site do escritório *HLM Arkitektur*: <https://hlm.no/en/projects/halden-prison>

3.4 A trajetória do edifício prisional no Brasil

No que se refere à arquitetura penal, o Brasil não possui um histórico arquitetônico consolidado (MAIA, 2016). Tampouco buscou o aperfeiçoamento dos seus modelos, limitando-se, na maioria das vezes, à cópia e adaptação dos tipos já estabelecidos.

A escassez de estudos sobre Arquitetura Prisional no Brasil resulta na redução de número de soluções arquitetônicas e se contrapõe à vasta produção internacional sobre o tema, que busca a compreensão da realidade prisional e o aperfeiçoamento do sistema punitivo como mecanismo de prevenção da violência, através de articulações conceituais interdisciplinares que visam à humanização dos espaços (CORDEIRO, 2017, p.62)

Em termos de modelo jurídico penal, o Brasil, à época da colônia, possuía uma estrutura ainda medieval. O poder emanava do Rei de Portugal e as penas se faziam por meio do suplício físico em praça pública. A historiadora Regina Célia Pedroso (2004) relata que a primeira menção à prisão no Brasil foi feita no *Livro V das Ordenações Filipinas do Reino*: um código de leis portuguesas implantado durante o período colonial brasileiro. Tal regulamento decretava a colônia como presídio de degredados.

Este fato levou à improvisação de navios e ilhas para o confinamento carcerário, estratégia que fazia parte de uma geopolítica das prisões, implantada a partir da criação das chamadas colônias correccionais. O intuito desta política era afastar o sujeito delituoso dos grandes centros urbanos, configurando-se, pois, como uma medida de profilaxia social (PEDROSO, 2004).

Através de todo período colonial, os alienados, os idiotas, os imbecis foram tratados de acordo com suas posses. Os abastados, se relativamente tranquilos, eram tratados em domicílio e, às vezes, enviados à Europa [...] Se agitados, punham-nos em algum cômodo separado, soltos ou amarrados, conforme a intensidade da agitação. Os mentecaptos pobres, tranquilos, vagueavam pelas cidades, aldeias ou pelos campos, entregues às chufas da garotada, mal nutridos pela caridade pública. Os agitados eram recolhidos às cadeias, onde barbaramente amarrados e piormente alimentados muitos faleceram mais ou menos rapidamente (MOREIRA, 1907, n.p).

De acordo com Viana (2009), o precursor do edifício prisional do Brasil ergueu-se no Rio de Janeiro em 1567 e teve seu nome advindo de suas funções. Tratava-se da Casa de Câmara e Cadeia – uma edificação híbrida que acumulava funções administrativas, judiciárias e penitenciárias (BITTAR *et al.*, 2001).

Por convenção, este tipo edilício se apresentava como casarões de dois pavimentos que, além da função de aprisionamento provisório, servia aos trabalhos da Câmara Municipal. Segundo Bittar *et al.* (2001), estas casas eram geralmente localizadas em uma praça, e no que se refere ao seu funcionamento, possuíam a seguinte lógica: o primeiro pavimento (térreo) era ocupado pela Cadeia, que se conformava num vão compartimentado com função de controlar provisoriamente pessoas presas; o segundo pavimento abrigava as atividades da Câmara.

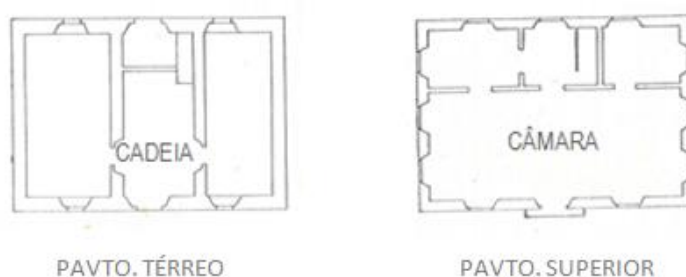


Figura 18 – Plantas baixas - Casa de Câmara e Cadeia de Guaratuba – PR, 1771.
Fonte: BARRETO, 1978 (Adaptado).

Nesses moldes, a Casa de Câmara e Cadeia consistiu uma tipologia que se espalhou por toda a colônia, assumindo o papel de instrumento centralizador de poder, a exemplo da de Mariana (MG), inaugurada em 1798 (VIANA, 2009).



Figura 19 – Casa de Câmara e Cadeira da cidade de Mariana – MG
Fonte: BARRETO, 1978.

Na Figura 19 identifica-se o pavimento térreo da edificação – com janelas menores – como o local destinado ao aprisionamento dos indivíduos infratores, contemplando igualmente escravos que ali eram confinados para aguardar as penas de açoite, multa ou o degredo, uma vez que ainda não existia a pena de prisão (CORDEIRO, 2017). O pavimento da Câmara, superior, tem janelas mais alongadas, balcão e acesso possibilitado por escada externa.

Em 1824 – agora já no Período Imperial – a Constituição brasileira determinou a elaboração de um código criminal baseado em valores como “justiça e equidade” (BITENCOURT, 2000, p.42), inaugurando a modernidade do sistema penal brasileiro. Mas, judicialmente, apenas; pois as instituições prisionais ainda não dispunham de estrutura física para cumprir a nova legislação. Seria necessário fazer uma releitura do espaço penal, considerando as premissas jurídico-penais mais atuais e as demandas de uma sociedade moderna constituída por um ideal burguês.

O novo instrumento jurídico possibilitou a construção das primeiras edificações penais brasileiras baseadas nos princípios da Reforma Jurídico-Penal (ESTECA, 2010). Contudo, a vinda da família real de Portugal para o Brasil, e a assimilação de uma visão sanitarista de cidade, típica do período, impuseram às prisões o isolamento do meio urbano. Além disso, hostilidade no tratamento do indivíduo apenado, trabalho pesado e instalações precárias eram características de um sistema primitivo (SENNA, 1994), mas com pretensões humanitárias.

Deve-se considerar que a manutenção e a regulamentação das instituições carcerárias durante o Império eram de competência dos governos provinciais e, portanto, alinhadas com as aspirações das elites locais, as quais permaneciam divididas entre as formas punitivas tradicionais e as medidas adotadas pelos países europeus, nos quais queriam se reconhecer (MAIA, 2016).

À época imperialista, os projetos para edifícios prisionais foram influenciados pelas premissas panópticas da prisão (SUN, 2008). A Casa de Correção do Rio de Janeiro, projetada em 1834, é um exemplar que ilustra esta afirmação. O referido estabelecimento teria sido o primeiro da América Latina a ser concebido com base nos modelos europeus publicados entre os anos de 1820 e 1830 (JOHNSTON, 2000), adotando o regime celular e influenciado pelo Sistema Penitenciário de Filadélfia.

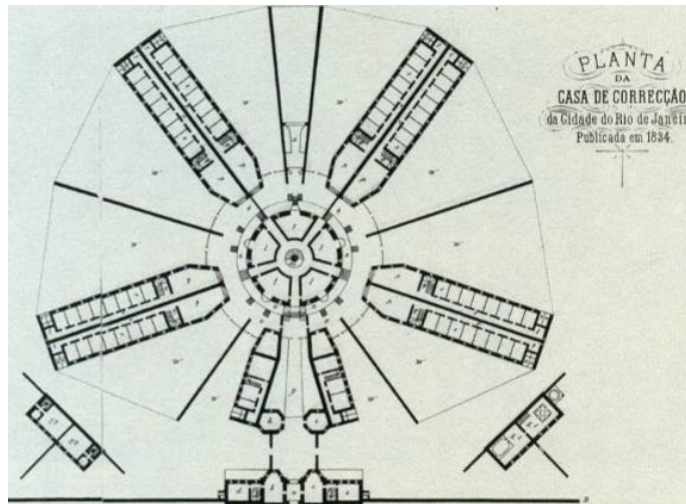


Figura 20 – Projeto da Casa de Correção do Rio de Janeiro, 1834.
Fonte: JONHSTON, 2000.

Para a Casa de Correção do Rio de Janeiro, o desenvolvimento do projeto se fez de forma radial, de modo que, a partir de um ponto central, onde se localizava uma torre de controle, se ramificassem os blocos que conformavam as alas de celas. Porém, de acordo com Sena (1996), a unidade prisional não foi concluída e teve apenas seu primeiro raio construído.

Ressalva-se que a implantação de instituições com este feitio tinha a pretensão de atender aos anseios de progresso e modernidade de uma sociedade dotada de valores ambíguos ou mal assimilados. Desse modo, as casas de correção pretendiam, através de um rígido regime de trabalho forçado, recuperar aquele cidadão caracterizado como inimigo da ordem, geralmente reconhecido como escravos e indivíduos ligados ao samba e aos jogos (BELARMINO, 2006).

Outro exemplar que representa o período histórico em questão é a Casa de Detenção do Recife. Projetada pelo engenheiro recifense José Mamede Alves Ferreira, a Casa de Detenção do Recife foi construída entre os anos de 1850 e 1867, desativada em 1973 e atualmente existe adaptada à função de mercado público, conhecido como Casa da Cultura de Pernambuco. Quando concebido, o edifício pretendia ser uma das mais modernas penitenciárias da América Latina (SOUSA, 2015). Com traçado radial panóptico – isto é, formada por alas que convergiam para um núcleo de onde se fazia a vigilância – era aludida como a prisão ideal, firmando-se como um típico exemplo de penitenciária do século XIX (NASCIMENTO, 2008).

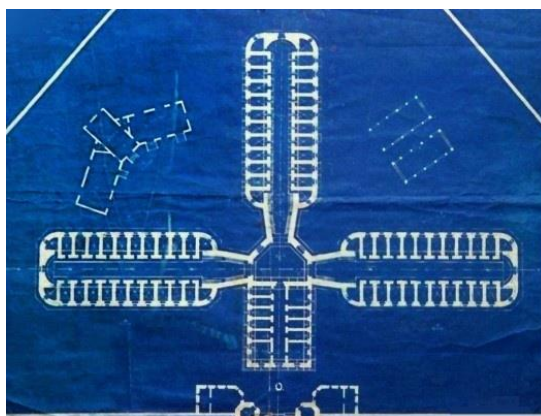


Figura 21 – Planta baixa da antiga Casa de detenção do Recife
Fonte: SOUSA, 2015.

Politicamente, a construção da Casa de Detenção do Recife se deu no sentido de viabilizar um edifício onde a pena de prisão simples pudesse ser aplicada, e que através do trabalho o indivíduo pudesse ser devolvido ao convívio social disciplinado e acostumado a uma rotina laborativa. Assim, o Brasil poderia se inserir no rol das nações tidas como civilizadas, mostrando-se ao mundo como um país moderno, cujo trato aos prisioneiros poderia ser equiparado aos referenciais europeus (MAIA, 2016). Essa era a imagem que o país almejava transparecer ao mundo, embora o ranço da colonização tenha cuidado de adaptar o modelo arquitetônico às particularidades da sociedade escravista brasileira (SÁ NETO, 2015).

O século XIX, no mundo, tem a marca da Reforma Penitenciária. No Brasil, o movimento aconteceu com algum retardo, devido ao modelo socioeconômico e político vigente, que se valia da escravidão negra e atrelava-se à monarquia portuguesa. Por isso, grande parte da elite econômica do país não compactuava com uma reforma de pensamento liberal e humanista; pois entendia que os interesses econômicos deveriam vir à frente da liberdade da população negra escravizada. De todo modo, a reforma penal à brasileira ocorreria ainda neste século, mas apenas no Período Republicano.

O ano de 1889 marca o início da República no Brasil, tempo em que, de forma mais latente, suscitou a necessidade de se romper com o passado. Esta ideologia possibilitou a adoção de uma visão progressista de sociedade e culminou na elaboração de um novo Código Penal: o Código de 1890 (BITENCOURT, 2000).

Quando da vigência desse código, a prisão celular consolidou-se como parâmetro, sendo considerada a punição moderna e, portanto, padrão para a arquitetura penitenciária.

Contudo, o aumento da população carcerária confrontou-se com a limitação espacial das prisões, inviabilizando o funcionamento do sistema como fora idealizado (CORDEIRO, 2017). Mesmo assim, a implantação do Código Penal de 1890 estabeleceu novas modalidades de prisões no país.

Para o espaço penal, os novos textos – social, político e jurídico – significaram a implementação do sistema progressivo de prisão, com penas cumpridas em estabelecimentos distintos, que variavam de acordo com a natureza da punição. Também significaram uma modificação na técnica penitenciária, substituindo a filadélfica pela auburiana¹⁵. Por consequência, além de celas individuais, os edifícios passariam a contar com oficinas de trabalho e uma arquitetura mais apropriada à pena de prisão disciplinar (GARBELINI, 2005). Esta nova fase foi inaugurada por edifícios que adotavam o modelo Poste Telegráfico, ou Espinha de peixe, que se utiliza de um corredor central para circulação, ao qual se integram módulos separados entre si que atendem a funções diversas.

Como representante desse modelo, destaca-se a Penitenciária do Estado de São Paulo, inaugurada em 1921 com o desafio de atender às solicitações da nova legislação. A proposta foi fruto de um concurso público de Arquitetura, do qual o arquiteto Samuel das Neves (1863-1937) saiu vencedor. O projeto que lhe serviu de referência foi o da Prisão de Fresnes, localizada na região sudeste da cidade de Paris (AZEVEDO, 1997).

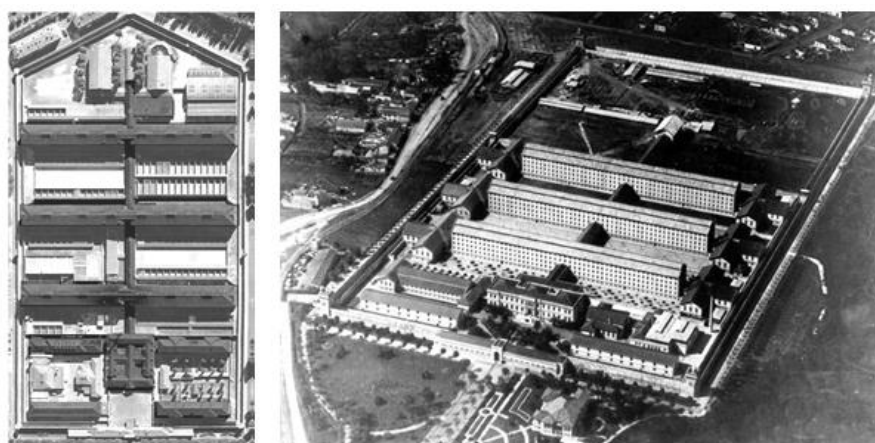


Figura 22 – Prisão de Fresnes (esquerda) | Penitenciária do Estado de São Paulo, 1921 (direita)
Fontes: HERAS, 2015 | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DE SÃO PAULO (site) (Adaptado).

¹⁵ A técnica penitenciária auburiana surgiu em 1821, na cidade de Nova Iorque, na prisão de Auburn, e consiste na evolução da filadélfica. Menos rigorosa que a anterior, se diferenciava daquela porque “permitia o trabalho dos presos, inicialmente, dentro de suas próprias celas, posteriormente, em grupos. Uma das características principais da técnica auburiana dizia respeito ao silêncio absoluto que era imposto aos presos”. Por esta razão também ficou conhecida como “sistema do silêncio” (GRECO, 2016, p. 123).

Considerado modelo exemplar de estabelecimento penal, a Penitenciária do Estado de São Paulo pretendia, da arquitetura à política organizacional, instaurar a inovação no tratamento penitenciário¹⁶. Para isso, adotou a prisão celular em conjunto com o sistema progressivo, por acreditar na regeneração da pessoa presa através da reflexão, da disciplina e do trabalho. Segundo Agostini (2002), o projeto de penitenciária padrão do Estado de Goiás, em 2002, ainda se fazia nos moldes Poste Telegráfico.

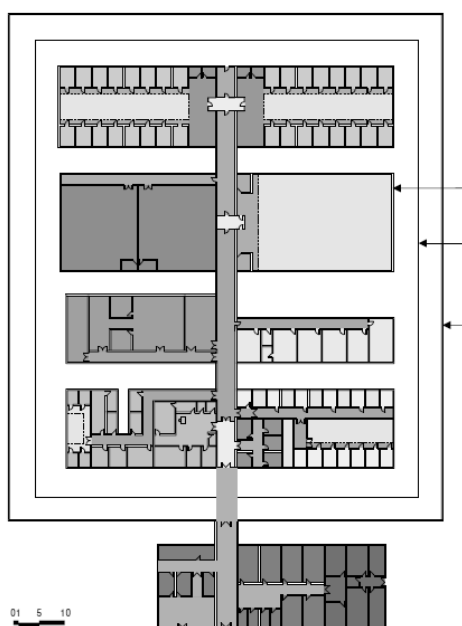


Figura 23 – Projeto de penitenciária padrão do Estado de Goiás até o ano de 2002.
Fonte: AGOSTINI, 2002.

O início do século XX, marcado por um movimento nacionalista, devido ao estabelecimento da República, serviria para elevar a Arquitetura a um importante papel de representação do poder do Estado. Poder este, em parte, representado simbolicamente pelo porte e pela plasticidade dos edifícios institucionais (BRUAND, 2003). A assimilação deste novo valor implicaria na construção de instituições públicas que se materializariam em prédios de custo elevado, fossem eles teatros ou prisões (MAIA, 2016). E, no caso destas, passariam a abrigar um tratamento penal de maior complexidade (JOHNSTON, 2000).

No entanto, o novo programa arquitetônico das prisões resgata um modelo antigo de instituição total. Exemplo disso foi a primeira prisão feminina do Estado de Minas Gerais – a Penitenciária Estevão Pinto, inaugurada em 1955.

¹⁶ Texto redigido com informações das páginas eletrônicas da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo.



Figura 24 – Penitenciária Estevão Pinto – MG. Modelo “quadrado oco”
Fonte: Imagem de domínio público.

A unidade é constituída por um bloco principal que abriga a administração e os serviços de apoio, e mais três blocos que comportam as celas e os demais equipamentos; a exemplo de oficinas, salas multiuso, refeitório e auditório, todos estes espaços voltados para um pátio interno (VAZ, 2005). O modelo quadrangular com pátio central, conhecido também como “quadrado oco”, era típico de conventos, mosteiros e escolas.

No percorrer dessa trajetória, o Brasil adota o modelo Pavilhonar, no intento de melhor controlar possíveis rebeliões (SUN, 2008), muito embora o arranjo espacial do modelo dificultasse os acessos, a manutenção e a segurança do conjunto (CORDEIRO, 2017). Edifícios que bem representam o período do qual agora se trata são os que compuseram o conjunto arquitetônico da Casa de Detenção de São Paulo, popularmente conhecida como Carandiru.



Figura 25 – Casa de detenção de São Paulo, popularmente conhecida como Carandiru
Fonte: Imagem de domínio Público.

A arquitetura imponente do conjunto de edifícios de linguagem Art Déco é típica daquele regime ditatorial, com dimensões exageradas, de fácil linguagem, com a organização pavilhonar. A simetria de sua composição arquitetônica, valorizando os acessos centralizados, o predomínio de cheios sobre os vazios, em sua volumetria, acentuada pela articulação de volumes definidos, geometrizados e simplificados, tornam fácil sua rápida associação com os edifícios públicos da época. A Casa de Detenção apresenta o modelo arquitetônico conhecido como “quadrado oco”: planta quadrada com pátio interno; apresenta um corredor central com celas (de 6m²) voltadas para os dois lados – pátio interno e exterior (VIANA, 2009, p.165).

Localizada no bairro de mesmo nome, a unidade penal do Carandiru foi inaugurada em 11 de setembro de 1956. Segundo Viana (2009), o empreendimento pretendia enaltecer a soberania do governo, a identidade nacional e a constante necessidade de demonstrar controle sobre a ordem pública; além de pleitear sanar o problema da superpopulação carcerária. A Casa de Detenção de São Paulo recebeu o título de maior presídio da América Latina, todavia, não conseguiu resolver o problema da superpopulação carcerária. Após inúmeras rebeliões, foi desativada e implodida parcialmente, no ano de 2002. Em seu lugar, edificou-se o Parque da Juventude – um complexo recreativo, cultural e esportivo que conta com 240.000m² de área construída (CALLIARI, 2007).

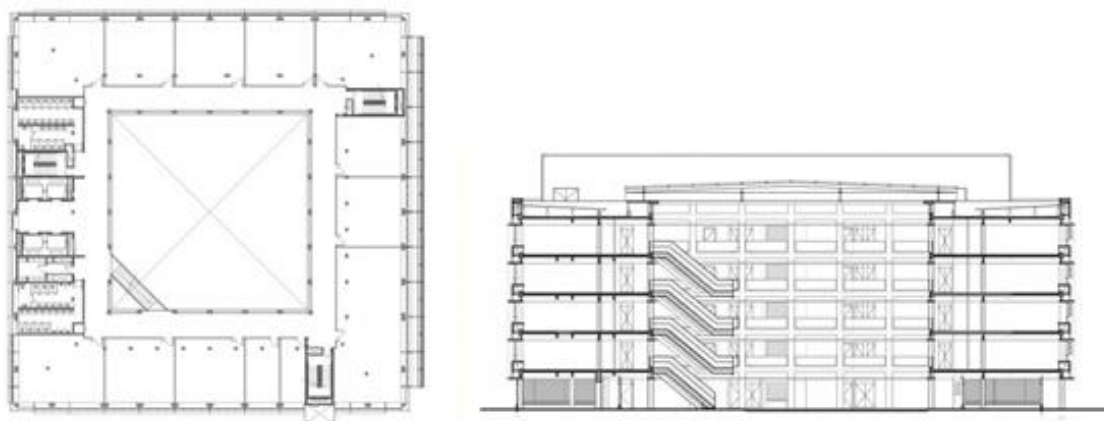


Figura 26 – Planta baixa e corte, com mudança de uso, na antiga Casa de detenção de São Paulo
Fonte: CALLIARI, 2007.

No final da década de 1970, a reforma penitenciária seria resgatada e renovada por princípios que prezavam pela humanização da pessoa infratora e, conseqüentemente, das penas e do espaço penal. De acordo com Senna (1994), nesse período, mais mudanças

promoveriam a reestruturação do sistema penitenciário, no sentido de adequá-lo ao Código de Execução Penal e atender às regras da ONU (Organização das Nações Unidas).

Então, surge, em 1974, a Associação para Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) – instituição que destaca a humanização do Sistema Penitenciário. Além disso, o Governo Federal, através do Ministério da Justiça, firma a Política Penitenciária Nacional objetivando fixar diretrizes para a área respectiva e estabelecer um plano de metas e prioridades para a política criminal e penitenciária do país.

Na década de 1980, os projetos de arquitetura prisional já esboçavam um caráter mais humanitário, a exemplo do que se pretendia fazer nas novas unidades do Complexo Penitenciário de Bangu (RJ), com projetos do arquiteto Luís Filgueiras de Lima (1932-2014). Todavia, o fortalecimento do crime organizado viria a contribuir para que houvesse um retrocesso do modelo (AMORIM, 1994), culminando na rigidez típica do sistema e na modificação dos projetos.

A partir do edifício de Bangu I, identifica-se um novo modelo arquitetônico para o edifício prisional, classificado como Compacto ou Sintético. Neste, módulos são dispostos próximos uns aos outros e o fluxo é espraiado para facilitar a organização e o controle do espaço. Na visão de Cordeiro (2017), o partido, bastante utilizado por apresentar economia na execução da obra, apresenta linhas muito rígidas, o que dificultaria futuras ampliações.

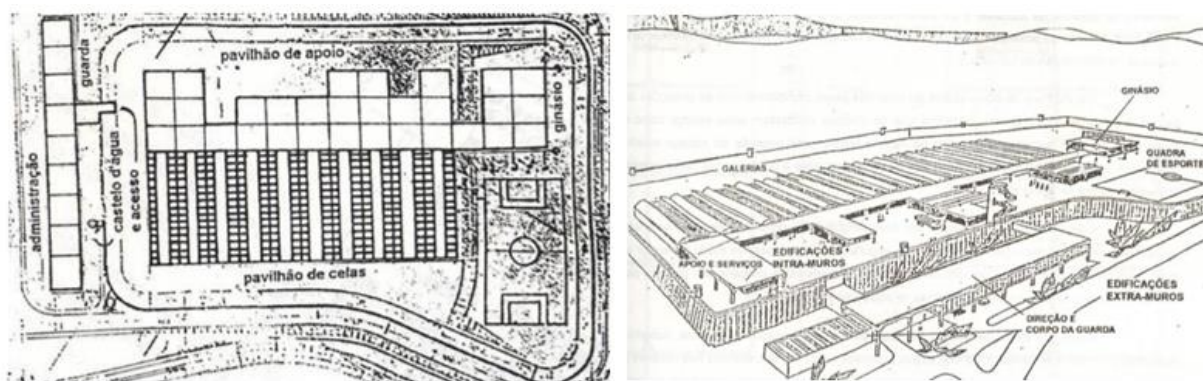


Figura 27 – Planta esquemática e Perspectiva - projeto original de Bangu I
Fonte: SENNA, 1994 (Adaptado).

Ressalva-se que a unidade de Bangu I foi concebida nos moldes das *supermax* (prisões de segurança máxima norte-americanas), conformando-se como um bloco monolítico, tendo todos os espaços voltados para o interior do edifício. O sistema penal

adotado também apresenta semelhanças com o norte-americano, pautando-se na ausência de atividades de ressocialização, devido ao total isolamento, e no uso de equipamentos eletrônicos de monitoramento e controle (VIANA, 2009).

Em contrapartida, tanto a unidade de Bangu I quanto a de Bangu II teriam como característica arquitetônica marcante a atenção dada para o conforto ambiental e a adoção de áreas de vivência independentes, inspiradas no padrão *Dayroom*, também americano. Segundo as considerações de Johnston (2000), este conceito pode ser apreendido nos modelos de edifícios prisionais com pátios centrais independentes e que visam ao tratamento da pessoa apenas a partir de espaços que promovam a sociabilidade. Conclui-se, pois, que a assimilação desse conceito pelo Complexo Prisional de Bangu se deu de forma contraditória, uma vez que ali atividades socializadoras não seriam estimuladas.

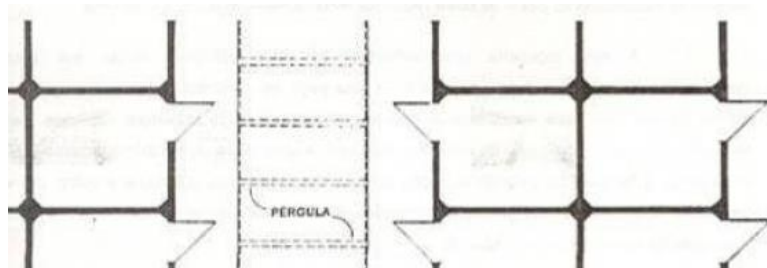


Figura 28 – Galeria de celas e pátio pergolado em Bangu I e II
Fonte: SENNA, 1994.

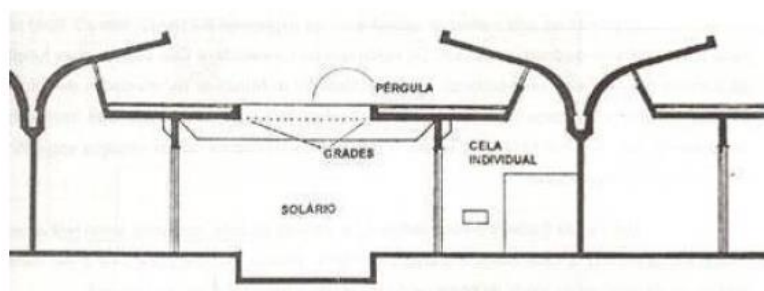


Figura 29 – Galeria de celas com sistema *Shed* e pátio pergolado em Bangu I e II
Fonte: SENNA, 1994.

O primeiro Código Penitenciário brasileiro viria em 1984 com a promulgação da Lei nº 7.210, a Lei de Execução Penal (LEP), “marco do Direito Penitenciário no país” (GARBELINI, 2005, p.151). O objeto da lei, em seu artigo 1º, assegura que “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. O Estado ainda

asseguraria a preservação de “todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei” (Art. 3º), e assumiria a assistência à pessoa presa, “objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” (Art. 10) (BRASIL, 1984).

Dirigidas por esse texto legal, no final da década de 1990, são construídas novas unidades penitenciárias em São Paulo, também seguindo o conceito *Dayroom* (JORGE, 2000). Os projetos, concebidos para funcionar como unidades de segurança máxima, a exemplo de Bangu, subdividem as galerias de celas em unidades menores, com pátios internos ou áreas de vivência, buscando o isolamento das alas a fim de ter maior controle do espaço através da configuração espacial.

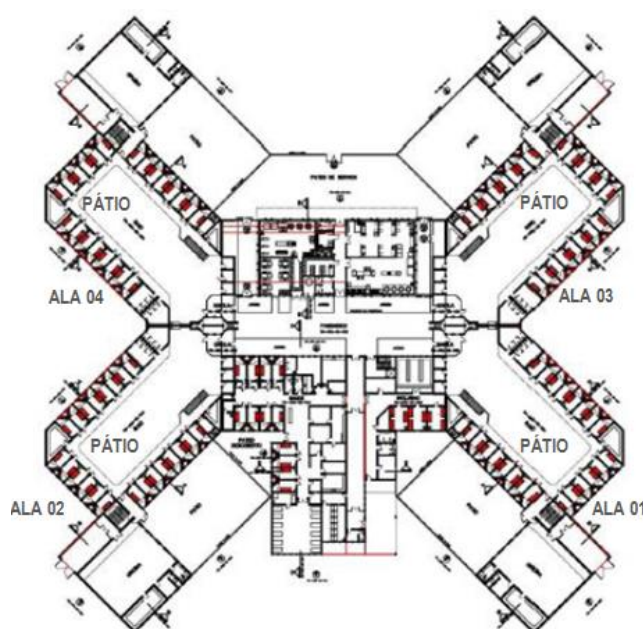


Figura 30 – Conceito *Dayroom* em penitenciária de segurança máxima – SP. Década de 90
Fonte: JORGE, 2000 (Adaptado).

Esta tipologia em “Cruz”, além de em São Paulo, na década de 90, foi construída recentemente em Minas Gerais como modelo da primeira unidade penal de Parceria Público-Privada do Brasil, com alguns ajustes de funcionamento feitos em planta (CORDEIRO, 2017).

A partir dos anos 2000, o DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional) – órgão do poder executivo que controla a aplicação da LEP e a execução das diretrizes da Política Penitenciária Nacional – passa a disponibilizar projetos padrão aos Estados brasileiros que não dispunham do seu próprio modelo de prisão. Desse modo, o órgão governamental, além

de oferecer os parâmetros para construção de unidades penais no país, disponibiliza um banco de projetos para estabelecimentos prisionais diversos, os quais, por sua vez, deveriam ser adaptados à realidade e à necessidade de cada local das Unidades Federativas do país.

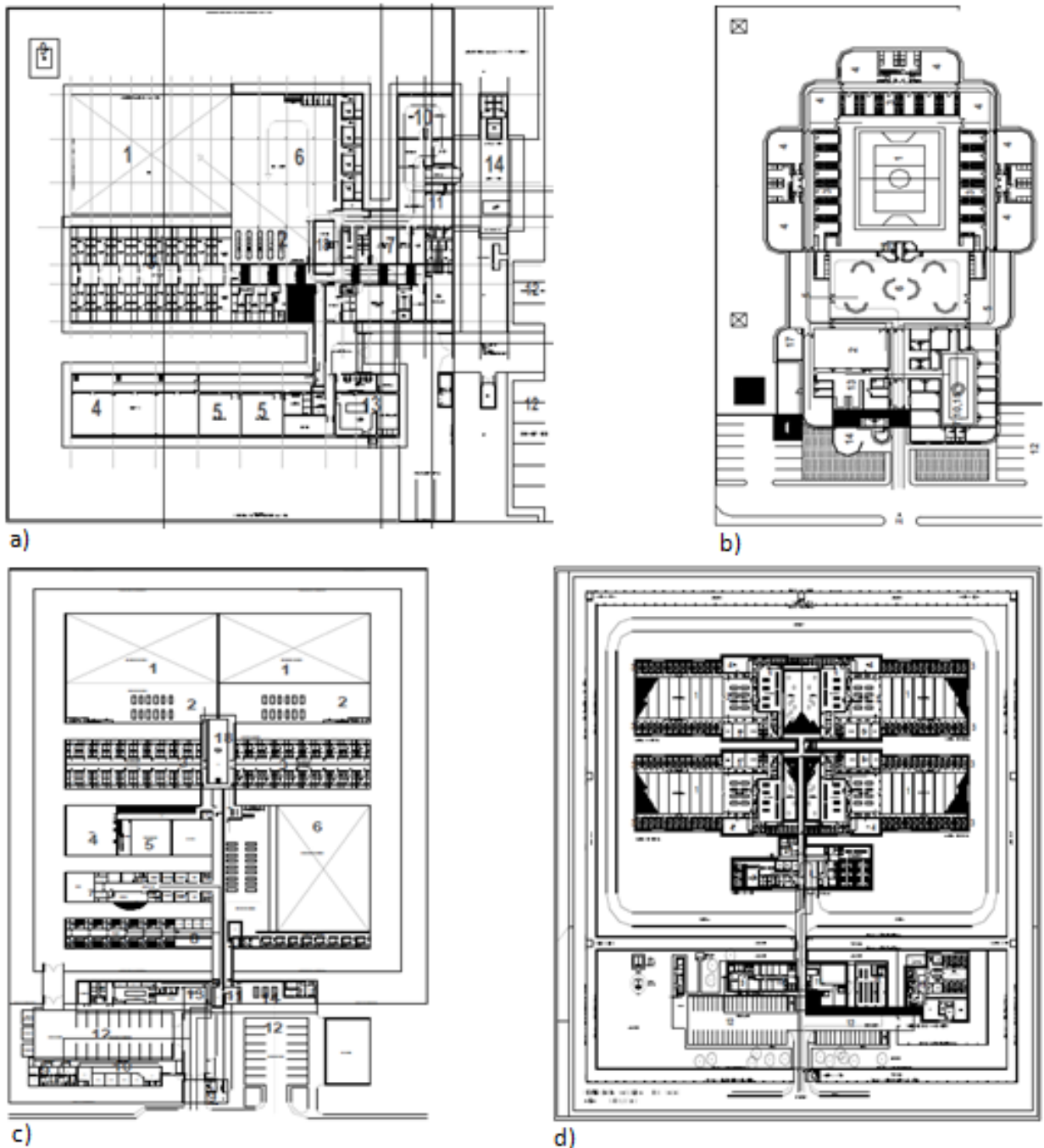


Figura 31 – Projetos para unidades penais brasileiras no século XXI – DEPEN/ MJ. a) Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte, b) Unidade penal de modelo compacto e médio porte, c) Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte, d) Unidade penal de modelo misto e grande porte

Fonte: CORDEIRO, 2017 (Adaptado).

A Figura 31 apresenta alguns desses projetos, que já expressam os padrões adotados pelo edifício prisional, no Brasil, no século XXI, atendendo à Resolução 3/2005 do CNPCP/ MJ (Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça). De antemão, confirma-se que os quatro projetos que constam na Figura 31 consistem na amostra que delimita o objeto empírico desta dissertação. Os mesmos são analisados no Capítulo 5 - Análises, como representantes da prisão brasileira contemporânea que são, ao contemplarem os parâmetros exigidos pelo DEPEN para este período histórico.

Os parâmetros estabelecidos pela Resolução 3/2005 do CNPCP/ MJ, que pautam a concepção arquitetônica dos projetos a serem analisados, versam, entre outros, sobre os seguintes aspectos:

- 1) **Pesquisa:** endossa que a elaboração de projetos para a construção de estabelecimentos penais deverá ser precedida de levantamento de dados e informações que comprovem a necessidade de construção;
- 2) **Capacidade dos estabelecimentos penais:** tem a importância de orientar a elaboração e a definição dos projetos para os estabelecimentos penais, pois, sempre que se definir uma capacidade, há que se ter em mente a necessidade imediata de acomodação e as ampliações que forem projetadas;
- 3) **Parâmetros arquitetônicos para a acomodação de pessoas presas:** orientam sobre as dimensões de celas, o tipo de mobiliário e peças sanitárias a serem utilizados nelas e a lotação máxima de pessoas em celas individuais e coletivas;
- 4) **Localização:** estabelece que, de modo geral, as unidades penais não devem estar situadas em zona central da cidade, e devem prezar pela facilidade de acesso, presteza das comunicações, aproveitamento dos serviços básicos preexistentes e das reservas disponíveis.
- 5) **Acessos e circulações:** estipula como se darão os acessos de pedestres e veículos à unidade penal; a localização das áreas de estacionamento e as medidas mínimas de circulação interna.

O mesmo documento, predominantemente técnico e consultivo, discorre sobre o Partido arquitetônico, assegurando que, a princípio, todos os partidos são aceitáveis, desde que se comprove sua eficácia quanto à funcionalidade e segurança.

A criatividade deve ser estimulada na elaboração de um projeto para estabelecimento penal, porém há alguns aspectos que devem ser considerados para que atinja o objetivo a que se propõe a edificação. Deve-se ter consciência da importância que tem a definição de uma linha de projeto que poderá vir a facilitar a administração e manutenção do edifício proposto e, conseqüentemente, influir no comportamento das pessoas que dele fazem uso. É fundamental favorecer as instalações com um mínimo de conforto, procurando soluções viáveis que permitam um grau de segurança necessário (BRASIL, 2005).

Ainda segundo as mesmas diretrizes, a escolha do partido deve ser subsidiada por recomendações gerais, em que se preconiza:

- a) planejar as ampliações dos estabelecimentos desde o início do projeto [...];
- b) compreender a área total do estabelecimento penal a ser construído entre os limites de 12,00 a 65,00m² de área construída por pessoa presa (inclusive pátios de sol descobertos) e a área total de terreno entre os limites de 20,00 e 100m² de área de terreno por pessoa presa, como forma de fixar a taxa de ocupação;
- c) fazer uso de áreas verdes, visando a humanizar o ambiente diário da pessoa presa sem deixar de lado as particularidades da proposta com relação aos parâmetros de segurança;
- d) considerar como unidade de vivência as alas celulares, que além das celas, devem contar com áreas para lazer diário, refeitório e pátio; esta medida, além de organizar melhor os fluxos internos no estabelecimento, permite uma melhor seleção de pessoas presas segundo sua categoria;
- e) evitar sobrecarregar e superpor fluxos nas escadas e circulações por onde transitam pessoas presas;
- f) evitar o uso de subsolos, por uma questão de salubridade;
- g) caracterizar no projeto um zoneamento geral intencional que permita a organização de cada fluxo de circulação em particular;
- h) interligar blocos isolados, quando o partido escolhido assim definir a construção, por passarelas cobertas, fechadas lateralmente ou não, segundo o grau de segurança do estabelecimento;
- i) ter em conta um cuidado especial na escolha de elementos de composição e de fachada, devido à possibilidade de utilização dos mesmos como esconderijos para pessoas ou objetos;
- j) evitar barreiras visuais que possam criar pontos cegos em áreas de segurança, tais como: muralhas, corredores de circulação, acessos e telhados etc (BRASIL, 2005).

Em 18 de novembro de 2011 passaria a vigorar uma nova Resolução do Ministério da Justiça – a Resolução nº 09/2011, que incorporaria as orientações da legislação anterior e daria outras providências. As diretrizes desse mais recente trabalho se fizeram no sentido de inserir novos conceitos ao plano de construção e reformas dos estabelecimentos penais.

Assim, a Resolução vigente passa a contemplar questões como acessibilidade, permeabilidade do solo, conforto bioclimático e impacto ambiental. Também considera recomendações de outros órgãos governamentais e Ministérios, em especial o da Saúde e da Educação, bem como da sociedade civil que teria se manifestado por meio de consulta pública¹⁷. Esta legislação passa a ser referência para todas as obras nacionais com finalidades penais, “representando o acúmulo político e social do Estado Democrático de Direito e o conhecimento científico disponível” (BRASIL, 2011). Nela, os Direitos Humanos estariam legalmente assegurados a quem esteja em regime de privação de liberdade.

Este discurso oficial sustentaria a Política Penitenciária Nacional até, pelo menos, os primeiros quinze anos do século XXI. O adendo se faz porque no ano de 2016 o relatório da *Anistia Internacional 2016-2017* aponta que o governo brasileiro assumiu uma pauta conservadora no Congresso Nacional e nas Assembleias Estaduais, pondo em risco a asseguuração dos Direitos Humanos no país.

Além disso, tendo em vista as últimas eleições presidenciais ocorridas no Brasil, em 2018, das quais saiu eleito um governo ideologicamente posicionado à extrema direita, especula-se que o cenário de retrocesso nos direitos e nas políticas penitenciárias pode ser acentuado. Ações nessa direção já puderam ser vislumbradas no primeiro trimestre de 2019 do novo governo, a exemplo do que firma a Portaria 157 (BRASIL, 2019) ao estipular regras mais rigorosas para a visitação em presídios federais de segurança máxima.

Para o presidente da *Human Rights Watch*, Iain Levine, todo o sistema de proteção humana erguido depois da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto está falhando. No Brasil atual, os Direitos Humanos estariam vivendo o pior momento desde o pós-guerra¹⁸. E, como se sabe, a arquitetura é uma plataforma apta a assimilar novos textos.

Contudo, na contemporaneidade brasileira, ainda se pode afirmar que os edifícios prisionais buscam contemplar os cinco indicadores apontados por Sun (2002):

- 1) Planejamento de espaços:** além do dimensionamento físico, os espaços devem considerar a dimensão humana. O edifício penal deve cumprir uma função social;

¹⁷ Texto redigido com base no parágrafo introdutório da Resolução nº 09/2011.

¹⁸ Em entrevista publicada no site da *Human Rights Watch*: <https://www.hrw.org/pt/news/2017/05/07/303754>

- 2) **Aplicação da teoria mista de finalidade da pena:** o espaço penal é um espaço “misto”. Ele encarcera e pune supostamente visando à ressocialização dos indivíduos;
- 3) **Viabilidade Econômica:** os projetos devem atentar para questões como a escolha dos materiais e a manutenção predial. As instalações são construídas e mantidas através de recursos públicos, portanto, demandam projetos de custos reduzidos.
- 4) **Adequação Física:** o espaço penal deve assegurar a integridade física e moral de todos os usuários, incluindo a população do entorno do edifício.
- 5) **Segurança:** esta parece ser a demanda principal. A prisão se constitui como um modelo arquitetônico invulnerável.

Constata-se que os padrões arquitetônicos brasileiros para o edifício de uso prisional pautam-se, sobretudo, no controle e na segurança. Esta perspectiva, segundo Sá (1996), retarda o avanço da concepção dos estabelecimentos penitenciários, demandando, portanto, uma abordagem diferente para o futuro.

O futuro ao qual Sá se referia em 1996 já se anunciou. Pelas suas palavras, infere-se que a “abordagem diferente” de que falava, pairava no campo das ideias reformistas. Dois séculos após seu surgimento, o sistema que já nasceu sob a marca da reforma, como observa Foucault (1978), ainda dela depende, adaptando-se às variações de inúmeros textos, mas, ao que tudo indica, preso a condicionantes que restringem transformações morfológicas e socioespaciais mais significativas.



4

MÉTODO

5/7/2000

A triagem é necessária para o processamento da burocracia, durante o qual analisam nosso prontuário e verificam se o preso possui condições de realizar algum serviço ou exercer alguma atividade. Dessa forma é determinado o pavilhão em que vamos ficar.

Aqui no Carandiru, inicialmente recebemos uma calça bege, cujo uso é obrigatório. Em seguida, somos encaminhados à barbearia, onde nosso cabelo é raspado de forma tragicômica, como uma cuia, com as laterais raspadas com máquina zero. Isto é feito para identificarem-se mais facilmente aqueles recém-chegados, que podem eventualmente transgredir algumas normas sem intenção.

4 MÉTODO

Espaço, Sociedade e Comportamento são instâncias que possuem entre si pontos de contato de suas matérias. Uma possível explicação para esta convergência é que o humano é um ser social e essa condição se expressa simbólica e objetivamente na sua interação com o espaço. Esta pode ser uma possível explicação à existência de disciplinas como Psicologia social, Psicologia ambiental e Sintaxe espacial; para as quais espaço, sociedade e comportamento confluem no sentido de, talvez, construir um novo objeto, que não as pertença, mas sobre o qual têm responsabilidade e interesse.

Como concluem Hillier e Hanson (1984), o espaço é um invento social. E por assim ser, está intimamente ligado a uma condição humana e comportamental. Então, admite-se que a aderência a uma determinada prescrição projetual pode acarretar em resultados previstos e preestabelecidos. Mesmo reconhecendo que este processo é permeado por nuances variacionais e complexas, existe “espaço” para se trabalhar com probabilidades e padrões – espaciais e comportamentais – tal como fazem a Teoria da Lógica Social do Espaço e a Psicologia – disciplinas que compõem o método e a base teórico-analítica deste exercício acadêmico.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, a interpretação espacial proposta se institui a partir de duas abordagens: a primeira contempla a distinção das propriedades socioespaciais dos modelos arquitetônicos selecionados – função atribuída à análise sintática do espaço; a segunda trata de aproximar os resultados obtidos na análise sintática com premissas da Psicologia – sendo esta função referente à análise psicossocial do espaço. As abordagens estipuladas se coadunam para explicar a lógica psicossocial da prisão brasileira contemporânea, bem como compreender o espaço prisional – considerando suas dimensões configuracional, social e simbólica – como instâncias influentes no cotidiano da instituição prisão e no comportamento de pessoas que passam pelo processo de reclusão em suas dependências.

4.1 Os níveis analíticos da Sintaxe espacial

Desde a sua criação, a Sintaxe espacial vem experimentando e propondo diversas categorias analíticas, dentre as quais, três níveis analítico-sintáticos se fizeram mais sedimentados: Padrões Espaciais, Vida Social e Vida Espacial (HOLANDA, 2002).

Os Padrões Espaciais constituem as relações existentes entre o espaço e a sociedade, esta última sendo compreendida como um “sistema de probabilidade de encontros” (HOLANDA, 2002, p. 96). O estabelecimento das relações sociais parte do pressuposto de que a organização espacial promovida pelo ser social, seja na escala da cidade ou do edifício, se dá na efetivação de padrões relacionais guiados primordialmente pela composição de barreiras e permeabilidades (HILLIER e HANSON, 1984) – estas que constituem os predicativos físicos de um sistema espacial, ao permitir que encontros aconteçam, ou não. Para Loureiro (2000), é a partir do entendimento da organização espacial que os padrões espaciais são revelados.

Assim, ao analisar como as pessoas se localizam em determinado edifício, e nele circulam ou realizam atividades, padrões de uso e de encontro podem ser orientados através dos padrões de movimento e permanência. Esta dinâmica é própria do nível analítico que se entende por Vida Social – este que diz respeito a uma série de atributos socioeconômicos relacionados tanto à questão dos padrões espaciais quanto à da vida espacial. Então, a Vida Social pode ser compreendida como “um conjunto de regras sociais que é imposto sobre a utilização do espaço, determinando as expectativas sobre o uso da edificação” (NASCIMENTO, 2008, p. 44). Informações nesses aspectos possibilitam a interpretação e o entendimento de modos de vida; ressaltando-se que determinada realidade deve ser averiguada a partir de um número limitado e específico de condicionantes (HOLANDA, 2002).

O entendimento do conceito de Vida Espacial se faz na experiência, com a utilização do espaço edificado e com as possibilidades de experimentação espacial sugeridas pelos padrões espaciais (NASCIMENTO, 2008).

Na elaboração deste trabalho, lança-se mão dos três níveis analíticos. Desse modo, Padrões Espaciais, Vida Social e Vida Espacial são instâncias que permitem alcançar os

objetivos da investigação, estando correlacionadas através de normas, condutas e comportamentos sociais.

No mais, constitui o cerne para compreender como as relações socioculturais estão expressas espacialmente, a medição e a descrição das propriedades sintáticas de um plano arquitetônico. Esta atividade se realiza com a apropriação dos níveis analíticos citados e com a utilização do instrumental analítico disponibilizado pela Sintaxe espacial.

4.2 O instrumental analítico da Sintaxe Espacial

Para analisar a dimensão socioespacial dos projetos de unidades penais aqui propostos, lança-se mão dos seguintes recursos analíticos incorporados ao escopo da Sintaxe espacial: grafos justificados, mapas convexos, mapas axiais, isovistas, mapas de visibilidade e agentes simuladores de movimento.

4.2.1 O grafo justificado

Um grafo justificado é a representação topológica de um plano arquitetônico por meio de “nós” e linhas. Nele, cada nó representa um espaço convexo, e cada linha a relação de acessibilidade entre os diversos espaços convexos existentes em um plano. Este tipo de grafo se diz justificado porque, quando da sua elaboração, pode admitir-se um ponto de partida (raiz) para referenciá-lo, ou justificá-lo.

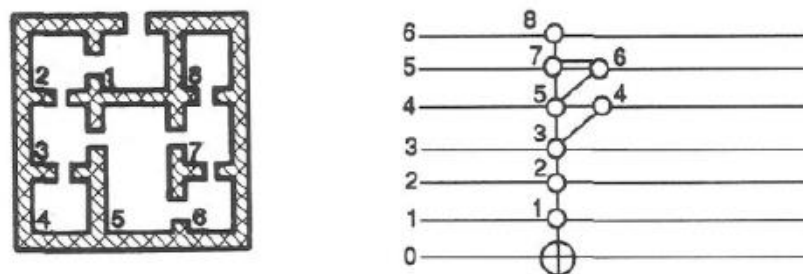


Figura 32 – Plano espacial e respectiva representação do sistema convexo resultando num grafo justificado em sequência

Fonte: MARKUS, 1993 (Adaptado).

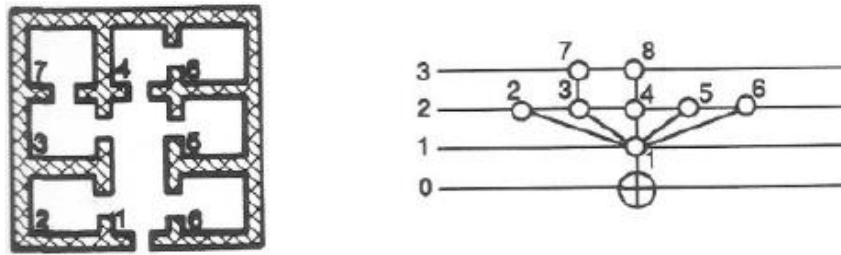


Figura 33 – Plano espacial e respectiva representação do sistema convexo resultando num grafo justificado em forma de arbusto
 Fonte: MARKUS, 1993 (Adaptado).

De acordo com Hillier e Hanson (1984), grafos justificados ilustram propriedades morfológicas do arranjo espacial que se fazem importantes para articular ideias e relações socioculturais, sobretudo aquelas associadas à acessibilidade de um sistema. Assim, por exemplo, entende-se que grafos em sequência [Figura 32], ou em formato de árvore, correspondem a sistemas espaciais mais profundos, apresentando a maioria dos nós longe da raiz; já os grafos em forma de arbusto [Figura 33] correspondem a sistemas espaciais mais rasos, onde a maioria dos nós encontra-se mais próxima à raiz (NASCIMENTO, 2008).

Por meio de grafos justificados, propriedades sintáticas podem ser associadas ao estudo da rede de permeabilidade da estrutura interna de um edifício. Para o entendimento da realidade aqui estudada, faz-se necessário o conhecimento de algumas delas.

Profundidade: é a unidade topológica que permite estabelecer uma relação entre *espaços rasos* (aqueles que se encontram mais próximos a um ponto de partida – ou raiz) e *espaços profundos* (aqueles que se encontram mais distantes de um ponto de partida). A esta propriedade, associam-se outras duas: simetria e assimetria.

Analisando uma relação entre dois espaços, A e B, tendo por parâmetro um espaço C, diz-se que há **Simetria** quando a relação de A para B é a mesma de B para A, quando se considera C. Caso contrário, entende-se que há uma relação de **Assimetria** entre A e B com relação a C. Assim, quanto mais raso for um sistema, mais simétrico ele tende a ser; quanto mais profundo for um sistema, mais assimétrico ele será.

- **Integração:** é a distância média de um ponto para todos os pontos. O valor de integração é medido pela Assimetria Relativa (RA) – índice que representa a capacidade que um sistema espacial tem de integrar ou separar as partes que o

compõem. Compreende-se por espaço mais integrado aquele cuja profundidade para todos os outros é minimizada; ou ainda aquele que tem acessibilidade mais direta a partir de qualquer ponto de um sistema espacial. Hillier e Hanson (1984) assegura que a RA aplica-se bem ao estudo de modelos espaciais que tenham a mesma dimensão sintática, ou seja, mesmo número de “nós” (espaços convexos) ou linhas. Para a análise comparativa entre modelos de tamanhos distintos recomenda-se, pois, o uso da Real Relativa Assimetria (RRA). Desse modo, quanto menor for o valor de RRA, mais integrado (menos assimétrico) será o sistema; e quanto maior for o valor de RRA, mais segregado (mais assimétrico) será o sistema¹⁹.

- **Controle:** representa o nível de controle de um espaço em relação aos adjacentes, em função do número de conexões possíveis. Mais conexões indicam menor controle; menos conexões indicam maior controle;
- **Distributividade:** versa sobre a formação de anéis que conectam os espaços, acarretando em possibilidades de movimento de um para o outro. Representa a tendência à difusão ou à não-difusão do controle espacial.

O grafo justificado é a base que permite o cálculo destas propriedades sintáticas. O processo que envolve sua elaboração é o mesmo que possibilita a representação de um plano espacial por meio de mapas convexos.

4.2.2 *O mapa convexo*

Um mapa convexo é a representação do menor número dos maiores espaços convexos de um sistema espacial, de modo a demonstrar como as relações entre eles se estabelecem. Isto inclui desde o modo como estão dispostos em um plano, ao tipo de articulações que instituem. A lógica do mapa convexo considera as possibilidades de acesso entre os diversos espaços convexos de um sistema. Neles, as relações sintáticas aferidas são

¹⁹ Dadas as diferentes dimensões sintáticas dos modelos espaciais analisados no Capítulo 5, a Real Relativa Assimetria (RRA) será o índice analítico considerado.

calculadas espaço a espaço, a partir de todos e para todos os espaços, referenciando-se com a totalidade de um modelo espacial.

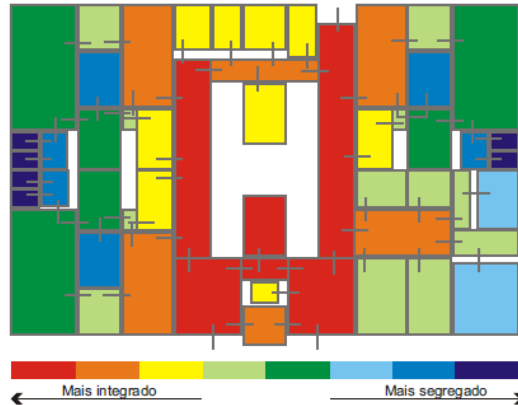


Figura 34 – Plano espacial de um Fórum representado através do mapa convexo de integração

Fonte: GRIZ, 2004.

Nesses mapas, convencionou-se representar as relações entre os espaços através de cores. Cores mais quentes indicam maiores valores para determinada propriedade sintática; cores mais frias indicam menores valores para as mesmas propriedades. É o que se vê, por exemplo, na Figura 34, onde em um mapa convexo para a propriedade de integração os espaços reconhecidamente mais integrados colorem-se em tons de vermelho, laranja e amarelo, e espaços menos integrados são coloridos em tons de verde e azul, gradativamente.

Dentre as propriedades que podem ser investigadas a partir de mapas convexos estão:

- **Conectividade convexa:** representa a quantidade de conexões diretas entre um espaço e seus adjacentes;
- **Integração convexa:** representa a assimetria relativa de um espaço; ou a profundidade média entre um espaço e seus adjacentes; ou, ainda, o quão integrado ou segregado é um espaço em relação aos demais;
- **Profundidade convexa:** representa a profundidade de um espaço em relação aos demais espaços.

4.2.3 O mapa axial

Um mapa axial identifica graficamente a menor quantidade das mais longas linhas retas capazes de cobrir todos os espaços convexos existentes em um plano. A lógica é simplificar as possibilidades de movimento e visibilidade em uma entidade unidimensional – a linha axial.

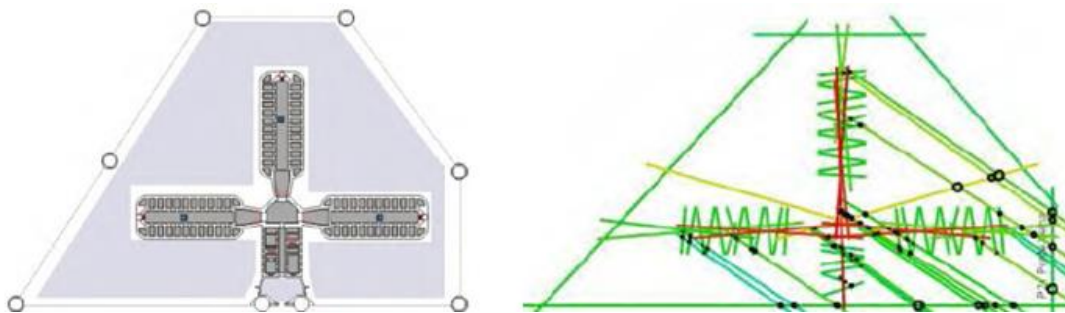


Figura 35 – Representação do sistema convexo (esquerda) e do sistema axial (direita) da antiga Casa de detenção do Recife

Fonte: NASCIMENTO, 2008 (Adaptado).

O sistema de representação e valoração por meio de cores, utilizado nos mapas convexos, também é válido para a avaliação de mapas axiais. Desse modo, na Figura 35, sabe-se que as linhas axiais vermelhas têm maior valor; em contrapartida, as linhas axiais azuis são as de menor valor para uma dada medida sintática.

Algumas das propriedades sintáticas axiais são:

- **Conectividade axial:** representa a quantidade de linhas que determinada linha intersecta em um sistema espacial;
- **Integração axial:** representa a medida que cada linha axial se faz presente nos percursos mais simples, com menor número de mudança de direção, de e para todas as outras linhas;
- **Profundidade axial:** representa a distância de um espaço em relação à totalidade de um dado sistema espacial;
- **Controle:** representa o grau de controle, ou interligações, que uma linha axial representa perante as demais;

4.2.4 As isovistas

Uma isovista é a representação gráfica de um espaço diretamente visível a partir de um ponto predeterminado (BENEDIKT, 1979). As isovistas, assim como os VGAs (mapas de visibilidade (ver tópico 4.2.5)), foram inseridas nos estudos sintáticos por Turner *et al.* (2001), e a combinação analítica dessas ferramentas permite abordar questões relacionadas à percepção visual do espaço construído e à cognição espacial, além de possibilitar previsões acerca da acessibilidade e das possibilidades de movimento (AL-SAYED *et al.*; 2014).

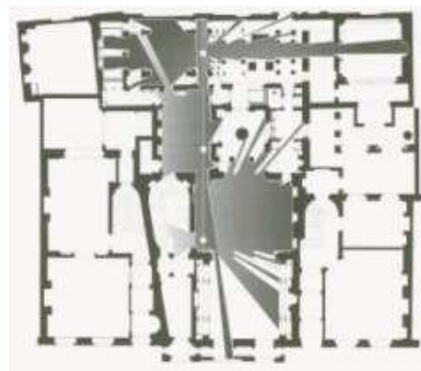


Figura 36 – Mapa de campos visuais em pavimento do *Soane Museum*
Fonte: PSARRA, 2009.

As isovistas apresentam propriedades particulares relacionadas à sua geometria (BECK, 2011). Estas propriedades são expressas e perceptíveis através de atributos como:

- **Área:** corresponde à área que a isovista ocupa, ou à quantidade de espaço visível a partir de um ponto. Quanto maior a área, mais visibilidade um espaço proporciona;
- **Circularidade:** corresponde ao quanto uma isovista é compacta ou complexa;
- **Oclusividade:** corresponde à descrição da profundidade entre as superfícies visíveis e oclusas no ponto de vista.

De um conjunto de isovistas sobre um plano tem-se um mapa de campos visuais.

4.2.5 O mapa de visibilidade

Os mapas de visibilidade, ou VGA (*Visibility Graph Analysis*), representam a leitura da informação perceptiva visual dos espaços. A elaboração desses mapas tem por condição

o estabelecimento da visibilidade mútua entre os diversos pontos que compõem um dado sistema espacial.

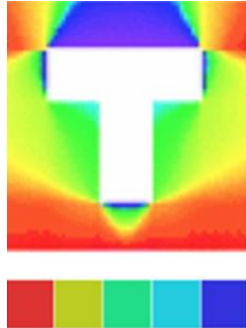


Figura 37 – Mapa de visibilidade em espaço hipotético. O “T” branco é um obstáculo visual
Fonte: Imagem de domínio público.

Seguindo a mesma lógica de cores dos mapas convexos e dos mapas axiais, nos mapas de visibilidade os tons mais quentes representam maiores índices para determinada propriedade visual, na medida em que os tons mais frios representam os menores índices.

Algumas das propriedades sintáticas analisadas por meio de mapas de visibilidade são:

- **Conectividade visual:** representa o número de conexões visuais atribuído a um ponto; ou a quantidade de espaço visível a partir daquele ponto;
- **Integração visual:** representa a distância relativa de um ponto aos demais; ou a possibilidade de um ponto ser visto, a considerar a totalidade de um sistema;
- **Inteligibilidade visual:** representa a correlação entre as características expressas pela conectividade e pela integração visuais, ao associar a rede de acessibilidade e de visibilidade. O nível de inteligibilidade visual de um sistema diz respeito à percepção cognitiva espacial, à potencial capacidade de um espaço ser decodificado e reconhecido visualmente.

A inteligibilidade é uma propriedade que pode ser avaliada em todas as dimensões espaciais. Ou seja, pode-se falar em inteligibilidade convexa, axial e visual. Para tanto, basta correlacionar as medidas de conectividade e integração dos respectivos sistemas espaciais.

4.2.6 Os agentes simuladores de movimento

O Modelo baseado em agentes (ABM - *Agent-Based Model*) consiste numa simulação do movimento natural humano, realizada com base em informações concatenadas com propriedades dos sistemas de visibilidade e acessibilidade, concomitantemente. O modelo simula e representa a proporção do fluxo de pessoas num dado espaço, através de agentes computacionais, ou autômatos, calibrados para simular tal ação.

O movimento exercido pelos autômatos é conduzido pela percepção direta das propriedades de um espaço virtual. A partir de medidas pré-calculadas, os agentes escolhem os caminhos com base nas informações fornecidas pelos mapas visuais, e, assim, permitem que se faça uma previsão acerca dos possíveis padrões comportamentais de deslocamento.

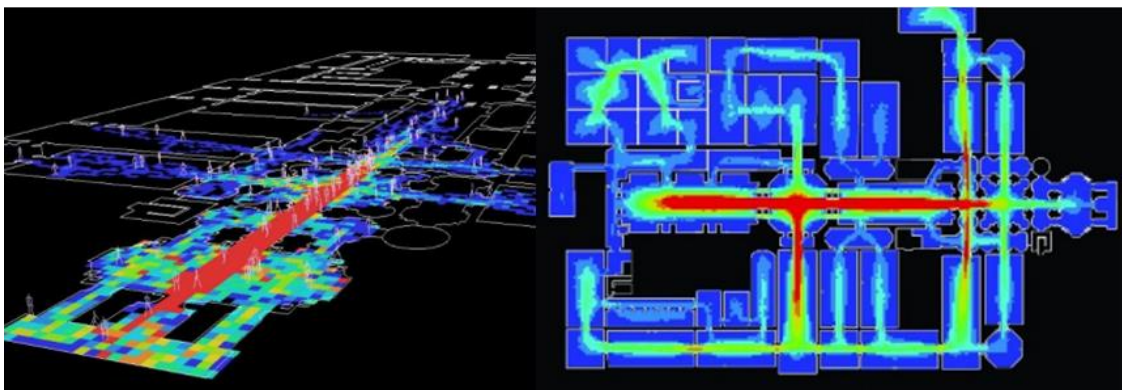


Figura 38 – Simulação 3D com agentes (esquerda) e representação 2D do movimento (direita)
Fonte: Imagem de domínio público.

A representação da previsão de movimento também pode ser feita com base no sistema de cores quentes e frias, indicando os lugares mais percorridos com cores quentes e os menos percorridos com cores frias, variando do vermelho ao azul, estabelecendo uma gradação valorativa entre as cores.

4.3 Procedimentos analíticos

Apresentados o método de pesquisa, as teorias que a fundamenta e as ferramentas que a instrumentaliza, aborda-se agora os procedimentos analíticos que a constroem.

Para elaborar e representar a lógica socioespacial da prisão brasileira contemporânea, com respaldo técnico e teórico na Sintaxe espacial, este trabalho se operacionaliza basicamente com o uso dos *softwares JASS e Depthmap*; aquele utilizado na produção de grafos justificados, este na produção de mapas (convexos, axiais, de visibilidade, de movimento) e gráficos.

Para interpretar a lógica socioespacial da prisão brasileira contemporânea, sob a ótica da Psicologia, se propõe uma “releitura” do estudo sintático realizado sob o viés de prerrogativas psicológicas. Este processo explora o que Leitão (2014) reconhece por “garimpo intelectual”, pois se caracteriza na atividade de correlacionar teorias, operacionalizando uma busca direcionada em conteúdos de outras disciplinas, que se fazem fundamentais para descrever e compreender o espaço arquitetônico.

No primeiro momento – o da análise sintática – o principal objetivo é descrever analiticamente os sistemas espaciais dos edifícios de re-formação selecionados. Para tanto, adota-se o roteiro sugerido por Hillier, Hanson e Peponins (1984), que estabelece as seguintes etapas:

1. Identificação e Representação dos elementos espaciais;
2. Categorização e Análise das relações espaciais
3. Identificação dos padrões genotípicos

A *identificação* dos elementos espaciais se dá no reconhecimento dos limites que diferenciam os espaços concebidos em um plano arquitetônico. Sendo as edificações objetos, em certa medida, controlados, tem-se que limites (barreiras físicas) e conexões (acessos) são previamente estabelecidos, de modo a conformar padrões espaciais.

Dessa maneira, a *representação* dos elementos espaciais de um plano poderia ser realizada considerando sua dimensão convexa ou sua dimensão axial (HILLIER, HANSON, PEPONIS, 1984; HANSON, 1998). No entanto, para além dessas duas dimensões, nesta etapa investigativa, considera-se uma terceira: a visual – por entender que as relações de visibilidade configuram um sistema espacial importante para a realidade estudada.

Logo, o estudo sintático aponta para três sistemas espaciais: o convexo, o axial e o visual. Metodologicamente, esta decisão mostrou-se necessária à obtenção de uma resposta mais acurada acerca do problema de pesquisa; sendo formulada com base em um quadro

construído previamente, onde se buscou verificar possíveis correspondências entre temas da Sintaxe espacial com temas das psicologias social e ambiental.

A elaboração do referido quadro se deu, a princípio, com o esforço de selecionar temas em Psicologia social e Psicologia ambiental que reconhecessem nas relações socioespaciais um conteúdo imprescindível aos seus entendimentos. Nesse sentido, dentre os temas que puderam ser garimpados, destacam-se: Grupos, Grupos e Instituições, Poder, Socialização, Ressocialização, Percepção, Organização espacial, Movimento, Exclusão, entre outros. Cumprida esta etapa, a seguinte aconteceu no intuito de aproximar os temas selecionados em Psicologia com conceitos e propriedades que pudessem ser consultados e medidos com o auxílio das ferramentas propostas pela Sintaxe espacial.

Rememora-se que a correlação entre temas de distintas disciplinas justifica-se no fato de todas elas possuírem um objetivo comum, ao buscarem entender as relações humanas num espaço físico e social, ou compreender este espaço a partir dos padrões de relações que viabiliza. Dito isto, segue o quadro.

TEMAS EM PSICOLOGIA SOCIAL	TEMAS EM SINTAXE ESPACIAL
Mortificação do Eu	Controle/ Profundidade
Prisionização	Profundidade/ Controle/ Movimento/ Visibilidade
Grupos, Poder, Influência social, Socialização, Ressocialização	Co-ciência/ Co-presença/ Controle/ Conectividade
Percepção e Cognição sociais	Visibilidade/ Acessibilidade/ Movimento/ Controle
Espaço socialmente controlado	Controle/ Acessibilidade
Espaço socialmente imposto	Profundidade/ Controle
Exclusão	Profundidade/ Co-ciência/ Co- presença/ Controle
TEMAS EM PSICOLOGIA AMBIENTAL	TEMAS EM SINTAXE ESPACIAL
Grupos e instituições	Co-ciência/ Co-presença/ Controle/ Conectividade
Percepção e Cognição ambientais	Visibilidade/ Inteligibilidade/

	Controle
Percepção temporal	Controle/ Visibilidade
Organização espacial	Configuração espacial/ Inteligibilidade/ Controle
Espaço marginal	Profundidade
Espaço livre	Visibilidade/ Controle/ Escolha
Movimento	Movimento/ Controle

Quadro 1 – Correlação entre temas da Psicologia e da Sintaxe espacial

Os temas expostos no Quadro 1 tratam de fundamentar as análises socioespacial e psicossocial do espaço prisional aqui investigado. A notar pelas correlações nele postas, sob os argumentos exibidos, a demanda por investigar os três sistemas espaciais já mencionados revelou-se necessária.

Para a análise do sistema convexo optou-se por trabalhar com grafos justificados e mapas convexas, onde, entre outras, atentou-se para as propriedades sintáticas básicas de conectividade, integração e profundidade. A análise do sistema axial realizou-se por meio de mapas axiais de todas as linhas. Nesta fase, além das propriedades sintáticas mais elementares, foi observada a propriedade de controle. O sistema de visibilidade foi investigado através de mapas visuais e mapas de campos visuais; mais precisamente, de mapas de visibilidade de conectividade e integração e isovistas.

Para cada sistema analisado, apresenta-se um gráfico de dispersão que demonstra como o modelo funciona em termos de inteligibilidade. Por fim, realiza-se uma simulação com agentes de movimento, no intuito de analisar a estrutura espacial no que tange às dimensões de acessibilidade e de visibilidade, conjuntamente.

Nesses moldes, a construção do estudo sintático possibilita a *Categorização e Análise* das relações entre organização social e organização espacial e permite que os *Padrões genotípicos* sejam identificados.

Sobre a elaboração do material de análise é importante dizer que:

1. Sabe-se que os grafos podem ser justificados ao considerar uma “raiz”. Aqui, adotou-se por padrão o exterior do edifício como ponto de justificação. Na elaboração do grafo algumas simplificações foram feitas. Desse modo, por exemplo, celas com

banheiro foram entendidas como um único espaço convexo. O mesmo entendimento foi estendido a salas administrativas com banheiros e situações correlatas. Espaços muito pequenos e que não demonstravam particular interesse à análise, como depósitos, DMLs, compartimentos de lixo e gás, foram desprezados.



Figura 39 – Processo de elaboração do grafo justificado no JASS. O ponto vermelho é a raiz do sistema. Os pontos verdes são os diversos espaços convexos do plano espacial

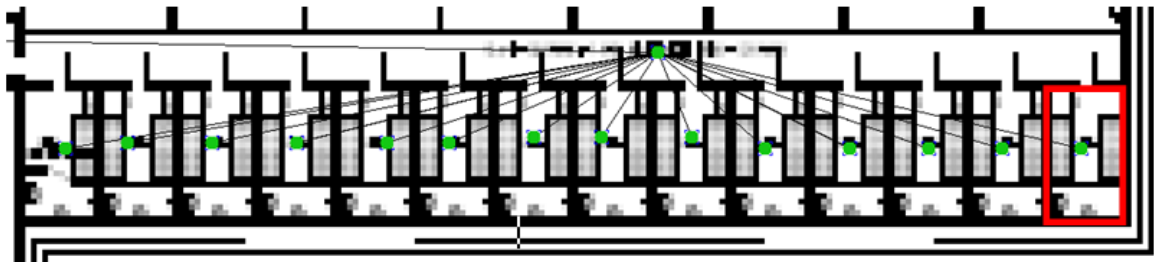


Figura 40 – Celas com banheiros simplificadas em um único espaço convexo

2. Na elaboração dos mapas convexos e axiais, tudo o que se configurava como elemento arquitetônico limitador ou impedor de movimento foi considerado uma barreira – portanto, um ponto que não permitia acesso.
3. Na elaboração dos mapas de visibilidade considerou-se barreira visual todos os obstáculos opacos que se edificassem a partir da altura de 1.60m (visão do observador). Do mesmo modo, janelas acima desse limite (janelas altas) foram desconsideradas para efeito da análise do sistema visual. Em contrapartida, portas foram consideradas permanentemente abertas. Cercas de alambrados e grades não foram consideradas elemento de impedimento visual.

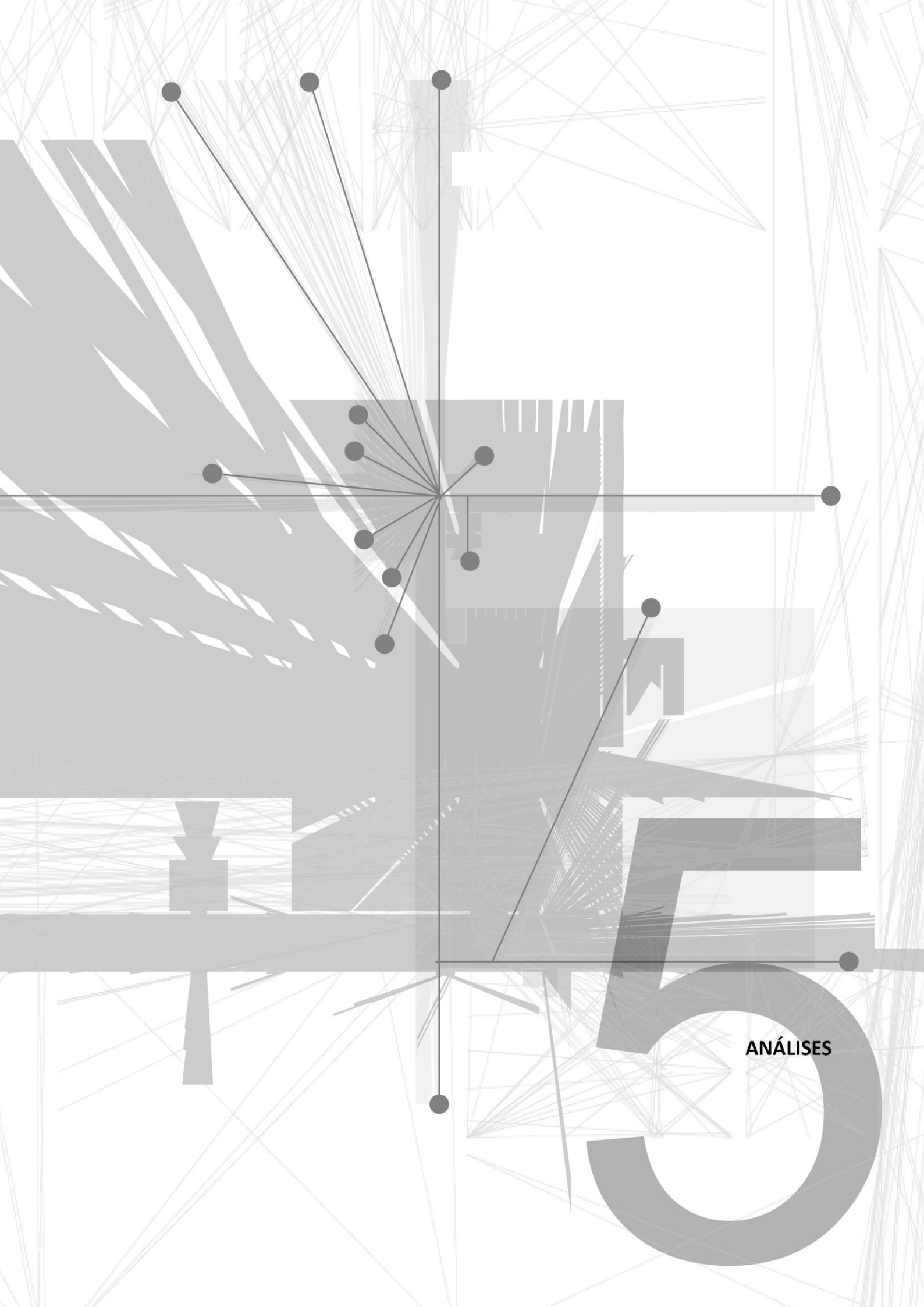
4. As isovistas utilizadas nos mapas de campos visuais são isovistas na “altura dos olhos” e contemplam um ângulo de 360°. Este recurso foi introduzido em percursos que buscam acompanhar as pessoas presas em suas rotinas dentro das unidades penais.
5. Na simulação com os agentes computacionais, o método analítico utilizado foi o “ponto a ponto”, o qual se utiliza de cores quentes e frias para representar os padrões de movimento.

Uma vez finalizadas as análises sintáticas, os resultados encontrados são submetidos à segunda etapa metodológica – a análise psicossocial do espaço; quando o conteúdo extraído do estudo socioespacial, demonstrando os prováveis padrões de relações, é associado aos conhecimentos da Psicologia. Ou, quando das dimensões convexas, axiais e visuais do espaço busca-se conjecturar uma dimensão subjetiva correspondente.

Em síntese, os procedimentos operacionais cumprem as seguintes etapas:

1. Representação do sistema convexo por meio de grafo justificado;
2. Representação do sistema convexo por meio de mapas convexos;
3. Representação da propriedade de inteligibilidade convexa por meio de gráfico de dispersão;
4. Representação do sistema axial por meio de mapas axiais de todas as linhas;
5. Representação da propriedade de inteligibilidade axial por meio de gráfico de dispersão;
6. Representação do sistema de visibilidade por meio de mapas de visibilidade;
7. Representação da propriedade de inteligibilidade visual por meio de gráfico de dispersão;
8. Representação dos mapas de campos visuais;
9. Simulação com agentes de movimento.

Cumpridos todos estes passos, para cada um dos quatro projetos a serem testados, apresenta-se uma síntese com a discussão dos resultados obtidos, bem como viabiliza-se a aproximação desses resultados com prerrogativas da Psicologia, no sexto capítulo.



ANÁLISES

13/07/2000

Estou percebendo que o pior vai ser a rotina e a disciplina constante, uma vida a ser levada de um ponto a outro na desconfortável e indefinida reprodução dos mesmos laboriosos hábitos, além da solidão que machuca a gente.

11/5/2001

“Bonde” é um termo que usamos para designar a transferência de presídio, que normalmente é solicitada pelo preso. Esse tipo de transferência é solicitada por quase todos os presos do Carandiru, que é considerado um depósito de presos. Os processos são muitos e analisados lentamente; conseqüentemente, a maioria dos detentos permanece aqui, cumprindo sua pena de ponta a ponta. [...] “Bonde louco” já é bem diferente: acontece quando somos transferidos sem aviso prévio. Acordamos de manhã, o Agente de Segurança aparece na porta do “barraco” e avisa que temos de descer e nos encaminhar para o transporte, que nos levará para destino ignorado. É uma espécie de castigo, que pode acontecer com qualquer um. É terrível constatarmos que estamos privados de exercer qualquer mudança no curso dos acontecimentos. [...] A verdade é que não somos donos do nosso nariz e jamais podemos prever o que vai acontecer nos minutos seguintes.

5 ANÁLISES

Nesta ocasião, dá-se início ao processo analítico dos padrões espaciais de alguns modelos arquitetônicos propostos para prisões brasileiras na contemporaneidade. As análises se estruturam de acordo com o roteiro posto na seção 4.2 (Procedimentos analíticos), e têm a finalidade de descrever a configuração espacial dos exemplares selecionados e interpretar suas propriedades configuracionais, segundo os princípios da Sintaxe espacial – assunto discutido nos Capítulos 3 e 4.

O objeto empírico que possibilita o exercício de análise é composto por quatro projetos de autoria do DEPEN, e podem ser entendidos como um padrão, no que se refere à edibilidade dos edifícios prisionais do país. Os referidos projetos constam no livro *Até quando (ainda) faremos relicários*, de autoria de Suzann Cordeiro, datado do ano de 2017. Sobre o caráter dessa amostra, a autora pontua o seguinte:

Foram selecionados alguns exemplares de projetos arquitetônicos existentes no Banco de Projetos do DEPEN\MJ, projetados ainda sob as orientações anteriormente publicadas (Resolução 3/2005 – CNPCPMJ), com o intuito de identificar os padrões que se repetem e os que são particulares ao estudo da organização espacial de unidades prisionais, pretendendo-se sobrepor o partido arquitetônico eleito como aplicável para o objetivo ressocializador e o próprio objetivo ressocializador, refletido no espaço arquitetônico. O critério de seleção utilizado baseia-se na disponibilidade do material gráfico e nos níveis de segurança das unidades, na tentativa de comparar unidades de segurança mínima, média e máxima (CORDEIRO, 2017, p. 80).

Assim, relembra-se, constam nas análises aqui realizadas, quatro exemplares de unidades penais, elencados na seguinte ordem:

- 5.1. Projeto 01 – Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte
- 5.2. Projeto 02 – Unidade penal de modelo compacto e médio porte
- 5.3. Projeto 03 – Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte
- 5.4. Projeto 04 – Unidade penal de modelo misto e grande porte

Seguem as análises.

5.1 Projeto 01 – Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte

A unidade penal de modelo compacto e pequeno porte é um edifício térreo, com 1.653,36m² de área construída, situado em um terreno de 4.334,55m². O modelo projetado pelo DEPEN, em 2003, tem capacidade para prender de 60 a 240 pessoas do sexo masculino, em regime fechado (sistema de reclusão total), com nível de segurança médio. O projeto é concebido em sete setores: Administrativo, Saúde, Serviço, Estudo e Trabalho, Vivência, Encarceramento e Apoio.

Ao analisar o plano espacial desse edifício prisional, Cordeiro (2017) destaca a ausência da “pré-acolhida” da pessoa condenada, que, ao adentrá-lo, após os procedimentos de inclusão, vai direto para uma das celas do único bloco de encarceramento existente na unidade, quando poderia permanecer em um setor à parte, que a preparasse para a vida na instituição penal, junto aos indivíduos já adaptados ao espaço.

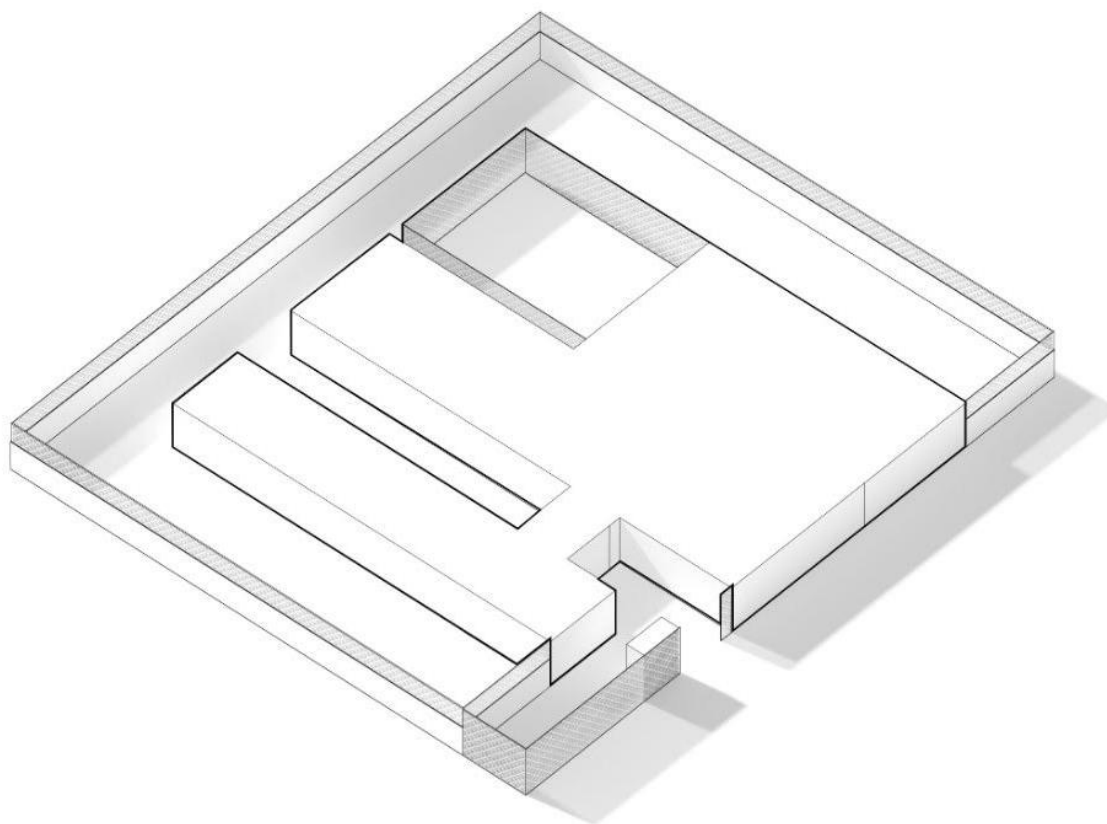


Figura 41 – Volumetria: Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte



Figura 42 – Planta baixa: Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte²⁰
 Fonte: CORDEIRO, 2017 (Adaptado).

Projeto: Unidade penal de pequeno porte
 Autoria: DEPEN/ MJ
 Ano: 2003
 Modelo: Compacto
 Nível de segurança: Médio
 Tratamento penal: Regime fechado
 Capacidade: 60 a 240 pessoas presas
 Número de pavimentos: 1 [Térreo]
 Área do terreno: 4.334,55m²
 Área construída: 1.653,38m²

²⁰ Alerta-se que as cores utilizadas nas plantas baixas dos edifícios servem ao propósito da setorização espacial, apenas. Portanto, não indicam valores sintáticos.

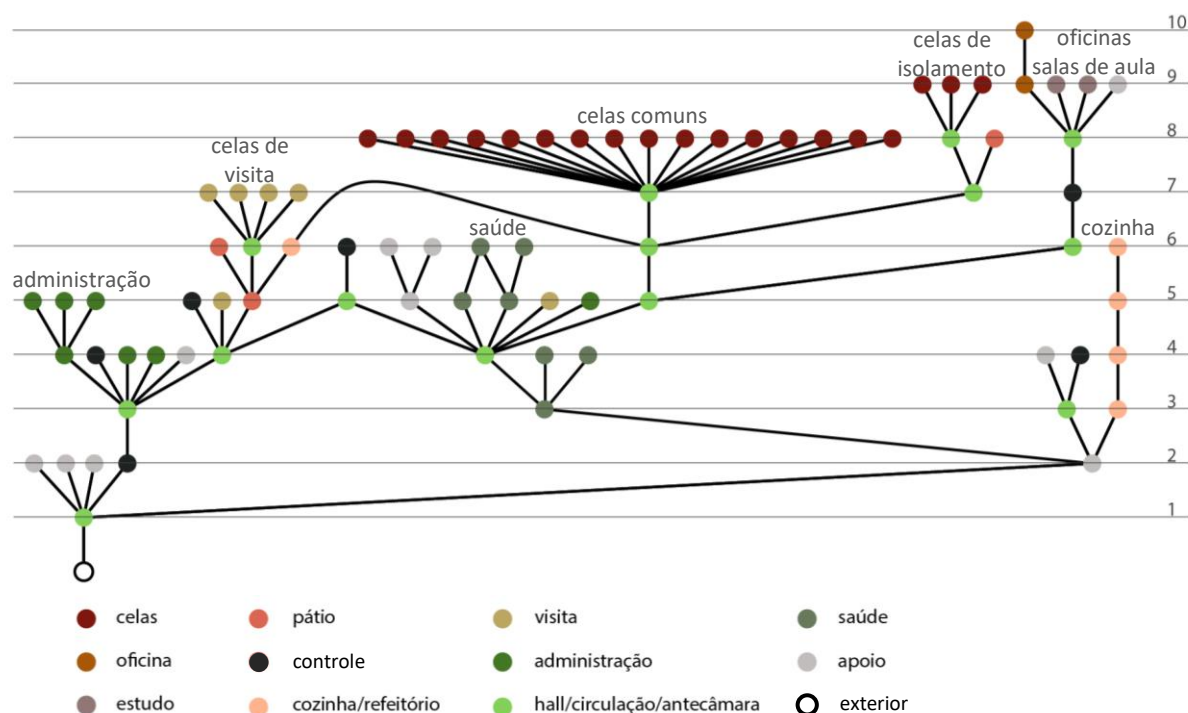


Figura 43 – Grafo justificado: Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte²¹

A análise da unidade penal de modelo compacto e pequeno porte, por meio de grafo justificado a partir do exterior do edifício, indica o índice de 1,1498 para a Real Relativa Assimetria (RRA). O formato do grafo revela uma estrutura assimétrica e que tende a assumir o aspecto arbóreo; características que direcionam à conformação de um sistema espacial de controle. Controle este que é enfatizado pela presença dos vértices de corte que, por exemplo, setorizam o bloco de celas comuns e de isolamento (níveis 8 e 9, respectivamente), a cozinha (níveis 2-6), e o bloco de estudo/ trabalho (níveis 9 e 10). Entende-se que tais setores espaciais, pelas funções que desempenham no cotidiano da prisão e para o usuário a que se destinam, são domínios que devem ser mais controlados.

Estes setores mostram-se no grafo como espaços terminais. Celas, oficinas e salas de estudo são espaços que definem o fim de um percurso, ao fazerem conexão com apenas um espaço adjacente e terem suas possibilidades de movimento limitadas a acontecerem a partir de si e para si, apenas. Sobre os setores de celas comuns (nível 8) e estudo/ trabalho (níveis 9 e 10) atenta-se ainda para a quantidade de espaços que os antecedem e se fazem passagem obrigatória para acessá-los. No grafo, contam-se três passos topológicos a anteceder o acesso a cada um desses setores. O setor de estudo/ trabalho mostra-se ainda

²¹ As cores utilizadas nos grafos justificados correspondem às utilizadas nas plantas baixas.

mais controlado do que o das celas, pois faz parte de um circuito com restrição maior e os espaços que o antecedem fazem menos conexões. Além disso, a rota que leva ao referido setor é intermediada por um espaço com prescrição predeterminada de controle.

Esta conformidade de acesso aos setores de cela e de estudo/ trabalho determina uma rota pendular – um percurso obrigatório de ida e volta – restringindo as possibilidades de acesso, o que reforça as determinações de controle e trata de maximizar a profundidade do edifício. Fato que também ilustra a não distributividade do sistema como um todo e indica a imposição de barreiras físicas que agem para controlar a relação das pessoas com as práticas edilícias.

A administração (níveis 4 e 5) também forma um setor independente, pertencente à classe de habitantes da edificação, ocupando posições topológicas mais rasas ou intermediárias em relação ao exterior.

Em termos de profundidade, contam-se 10 níveis topológicos a partir do exterior. Nos níveis mais profundos confirmam-se as celas prisionais e outros espaços que fazem parte da rotina da pessoa presa (salas de aula e oficinas). Nos níveis mais rasos encontram-se, basicamente, espaços de apoio e administrativos.

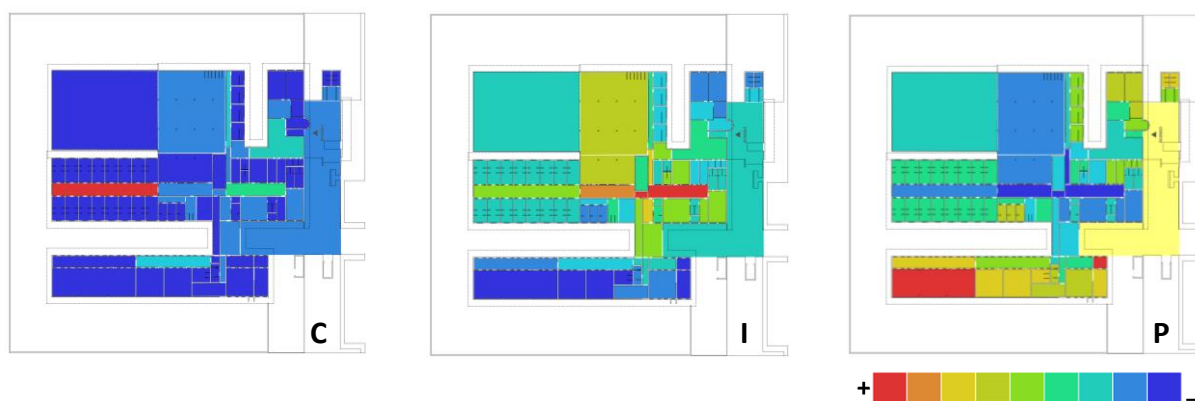


Figura 44 – Mapas convexos de Conectividade (C), Integração (I) e Profundidade (P): Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte

A análise por meio de mapas convexos informa que o sistema espacial opera com os seguintes índices: o valor médio de conectividade é de 2,04938 conexões. Os espaços menos conectados são as celas, os espaços administrativos e os de controle ($C=1$). O espaço mais conectado é o corredor de acesso ao bloco de celas ($C=17$). O valor médio de integração é 0,884275 pontos. O espaço mais integrado é o corredor que distribui para as salas de atendimento médico e também recebe fluxo do setor administrativo ($I=1,56343$). O espaço

menos integrado está na cozinha ($I= 0,524695$), seguido pela oficina ($I= 0,543203$). O valor médio de profundidade é de 5,56914 passos sintáticos. Os espaços mais profundos também estão na cozinha e na oficina ($P= 8,3375$ e $8,0875$, respectivamente). O espaço mais raso é o corredor que também se mostra mais integrado ($P= 3,4625$).

Propriedade Convexa	Valor mínimo	Valor médio	Valor máximo
Conectividade	1	2,04938	17
Integração	0,524695	0,884275	1,56343
Profundidade	3,4625	5,56914	8,3375

Tabela 1 – Medidas sintáticas (Sistema convexo): Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte

Para as celas prisionais, apresenta-se o resumo das medidas sintáticas básicas na Tabela 2.

Propriedade Convexa	Celas comuns	Celas de isolamento	Celas de visita
Conectividade	1	1	1
Integração	0,872511	0,687492	0,77192
Profundidade	5,4125	6,6	5,9875

Tabela 2– Medidas sintáticas (Sistema convexo): Celas da unidade penal de modelo compacto e pequeno porte

Todos os tipos de celas prisionais fazem apenas uma conexão (com algum corredor), estão abaixo do nível médio de integração e próximos ou acima do nível médio de profundidade do sistema convexo. As celas de isolamentos são mais profundas e menos integradas. As celas comuns são mais rasas e mais integradas.

Correlacionando as medidas de conectividade e integração convexas do sistema, obtém-se como resposta que este apresenta baixo índice de inteligibilidade convexa. Com R^2 variando de 0 a 1, o grafo de dispersão para o caso analisado mostra $R^2= 0,218717$. Ou seja, em termos de acessibilidade, o projeto é pouco inteligível.

Os menos inteligíveis dos espaços são partes da cozinha e da oficina. O mais inteligível dos espaços é o corredor que se mostrou concomitantemente mais conectado e integrado. As celas prisionais demonstram nível de inteligibilidade de médio para baixo. Os

pátios apresentam níveis de inteligibilidade de médio para alto, como se vê, a seguir, no Gráfico 1.

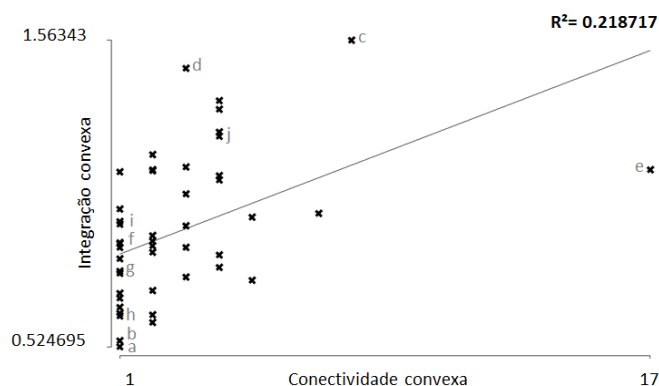


Gráfico 1 – Inteligibilidade convexa: Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte
(a – cozinha, b – oficina, c – trecho corredor saúde, d – trecho corredor saúde, e – corredor celas, f – celas comuns, g – celas visita, h – celas isolamento, i – pátio descoberto, j- pátio descoberto).

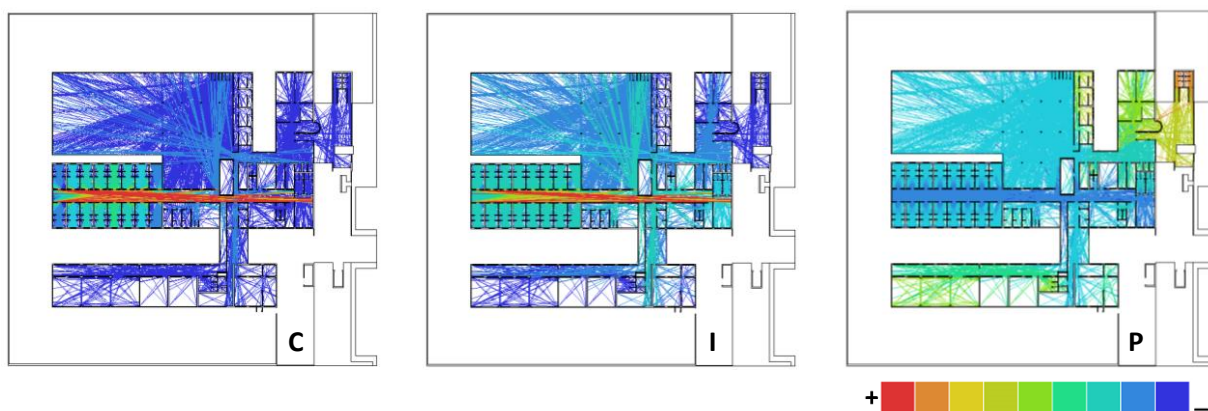


Figura 45 – Mapas axiais de todas as linhas de Conectividade (C), Integração (I) e Profundidade (P): Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte

A análise com mapas axiais de todas as linhas mostra os índices médios de 2.341,67 para a conectividade, 8,35459 para a integração e 2,5675 para a profundidade. Linhas mais conectadas surgem no eixo horizontal que faz conexão com o bloco de celas. Este mesmo eixo é o espaço mais integrado e também o mais raso.

De modo geral, na dimensão axial do edifício predominam os tons frios. O conjunto é composto por linhas mais curtas e que atravessam poucos espaços convexos. Foge a esse padrão o eixo horizontal destacado, uma vez que apresenta linhas mais longas interceptadas por linhas menores e representativas dos acessos adjacentes. Dessa relação, depreende-se que a configuração espacial é concebida de modo a não privilegiar o movimento, sobretudo

dos presos-visitantes, pois o corredor – espaço mais conectado e integrado – deve ser compreendido como sendo de domínio dos dirigentes-habitantes; um espaço de organização e distribuição de fluxos.

No mapa axial de profundidade fica mais evidente, pela definição das cores, a separação entre os “dois mundos” do edifício carcerário – o mundo dos internos, mais frio, e dos dirigentes, mais quente. Embora dentro do corpo principal do edifício, o bloco administrativo conforma um fluxo à parte, mais profundo e, portanto, protegido. O percurso até as salas de aula e oficinas também é de maior profundidade, por atender demandas de segurança. Vislumbra-se. A lógica inversa se aplica ao bloco de celas, sendo este o espaço de mais fácil acesso, via “corredor principal”, por quem controla o edifício.

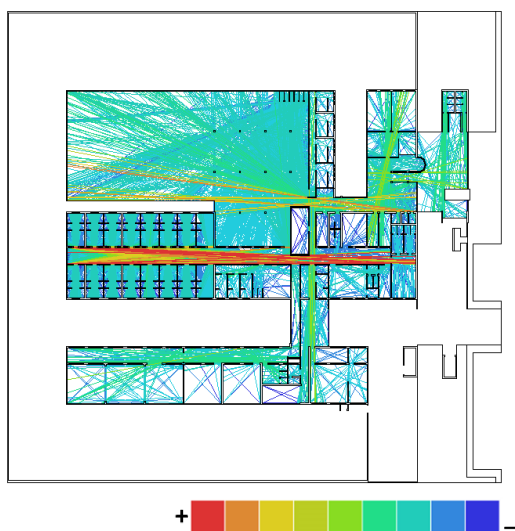


Figura 46 – Mapa axial de todas as linhas de Controle: Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte

A ver pelo mapa axial de todas as linhas de controle, as prescrições edilícias são dependentes do eixo horizontal, espaço que exerce maior controle no sistema. Em um segundo nível de controle, surgem o eixo que interliga a recepção às áreas de vivência e o eixo que vai da recepção para as salas administrativas. Celas de isolamento, espaços de assistência à saúde e de apoio aos funcionários estão entre os espaços mais controlados. Para o mundo do interno, este controle significa segregação; para o mundo dos dirigentes, significa proteção. A pensar pelo texto socioespacial, a configuração tem o intuito de não misturar visitantes e habitantes, bem como facilitar as rotinas solicitadas pela instituição. Sob esta condição, a atenção dispendida ao bloco de celas prisionais é expressiva, sendo este um setor segregado e dos mais submetidos ao controle.

Propriedade Axial	Valor mínimo	Valor médio	Valor máximo
Conectividade	6	2.341,67	8.356
Integração	1,64175	8,35459	22,7556
Profundidade	1,48467	2,5675	7,71779
Controle	0,0490868	1	3,4433

Tabela 3 – Medidas sintáticas (Sistema axial): Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte

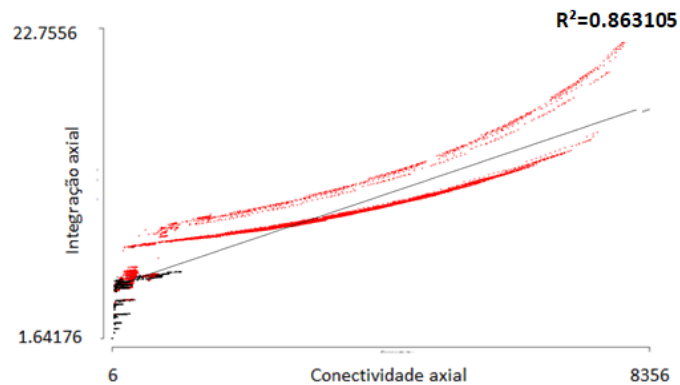


Gráfico 2 – Inteligibilidade axial: Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte

Correlacionando as medidas de conectividade e integração axiais do sistema, obtém-se um alto índice de inteligibilidade axial. Com R^2 variando de 0 a 1, o grafo de dispersão para o caso analisado mostra $R^2 = 0,863105$. Ou seja, em sua dimensão axial, o projeto é altamente inteligível, embora esse valor seja alavancado pelas propriedades sintáticas de um único corredor, representado em vermelho no Gráfico 2.

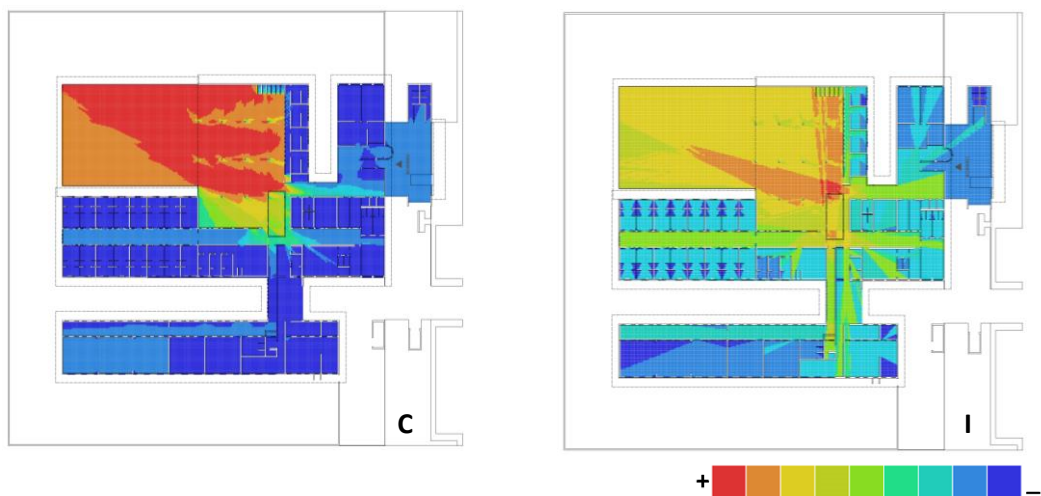


Figura 47 – Mapas visuais de Conectividade (C) e Integração (I): Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte

A leitura do sistema de visibilidade da unidade penal de pequeno porte, por meio de mapas de visibilidade, mostra uma predominância de cores frias no mapa de conectividade visual e uma tendência ao equilíbrio entre cores quentes e frias no mapa de integração visual; embora a mancha vermelha, efetivamente mais quente e mais integrada, seja pouco expressiva.

A conectividade visual média do sistema é de 7.072,13 pontos. O espaço mais conectado visualmente engloba os pátios coberto e descoberto, que nos pontos mais próximos ao controle central alcançam o maior índice de conectividade visual ($C = 19.665$). Em geral, espaços como celas, oficinas, salas de aula e salas administrativas apresentam baixo índice de conectividade visual, a ver pela predominância dos tons de azul escuro que preenchem parte significativa do mapa. O núcleo onde se inserem os pátios e os refeitórios é a exceção de um sistema com baixo índice de conectividade visual, apresentando o valor médio de 17.535,2 pontos, valor acima da média e próximo do ponto máximo do sistema. Em contrapartida, os setores de celas comuns, celas de isolamento, celas de visita e estudo/trabalho contam, em média, 1.100,89, 325,45, 587,075, 2.062,28 pontos respectivamente.

A integração visual média do sistema é de 7,05904 pontos. O espaço mais integrado visualmente ($I = 12,4444$) coincide com o mais conectado (um corredor). Os espaços administrativos e as oficinas são onde se encontram os níveis mais baixos de integração visual; seguidos pelas celas e por espaços de apoio. Vê-se no mapa que o nível mais elevado de integração visual se concentra num ponto quase central do edifício (onde existe um posto de controle) e vai se difundindo pelos pátios e corredores principais. Nos pátios, a integração visual média é de 9,96098 pontos, valor acima da média do sistema; no bloco de celas comuns é de 5,37764, no de celas de isolamento é de 5,05706, no de cela de visitas é 5,68076, estando todos estes valores abaixo da média de integração visual.

Em termos de conectividade visual, o setor de celas comuns está acima da média do sistema. Celas de isolamento e de visitas apresentam níveis inferiores a essa média. Para a integração visual, os setores de todos os tipos de cela marcam pontos também abaixo da média total do modelo.

Propriedade Visual	Valor mínimo	Valor médio	Valor máximo
Conectividade	3	7.072,13	19.665
Integração	2,7533	7,05904	12,4444

Tabela 4 – Medidas sintáticas (Sistema de Visibilidade): Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte

Correlacionando as medidas de conectividade e integração visuais, tem-se que o sistema exprime elevado índice de inteligibilidade visual. Com R^2 variando de 0 a 1, o gráfico de dispersão para o caso analisado mostra $R^2 = 0,783409$. Ou seja, em termos de visibilidade, o projeto é potencialmente inteligível, com destaque para os principais corredores do edifício, que no Gráfico 3 encontram-se acima da linha de tendência; e, principalmente, a área de vivência, representada em vermelho no mesmo gráfico.

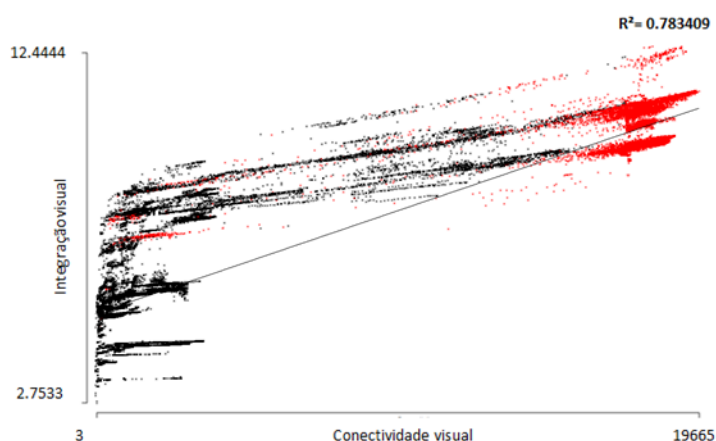


Gráfico 3 – Inteligibilidade visual: Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte

Seguem os resultados com as análises dos campos visuais, tendo como referência cinco situações. Contempla-se através desses mapas o que pode ser visto a partir dos postos de controle do edifício e na realização de quatro percursos preestabelecidos. O primeiro desses percursos considera a chegada da pessoa presa ao presídio e sua ida à cela; o segundo a acompanha até o refeitório e às áreas de vivência; o terceiro segue sua trajetória da cela em direção aos espaços de estudo e trabalho; o quarto percurso é da cela carcerária para a cela de visita.

Postos de controle visual

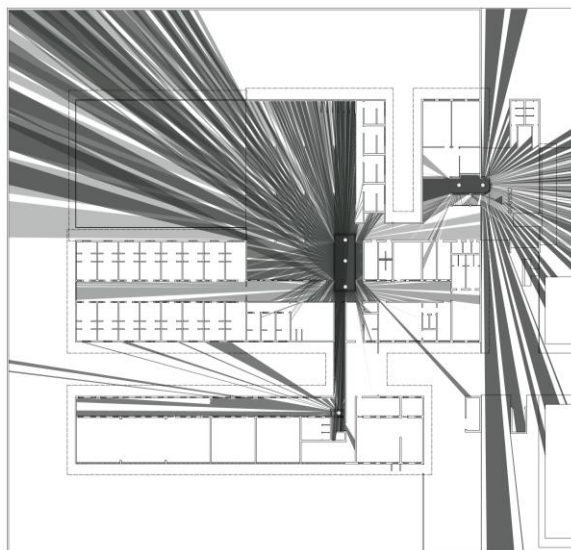


Figura 48 – Mapa de campos visuais a partir dos postos de controle: Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte

A análise com isovistas para os postos de controle mostra que, contando os três postos de controle visual do corpo do edifício, e considerando 6 pontos de visada estáticos, distribuídos nos espaços em função de sua área e estratégia de controle, alcança-se uma área média de isovistas de $523,22\text{m}^2$, o que corresponde a 12,07% da área do terreno, ou 31,64% área do edifício²². As isovistas são complexas e têm alcance expandido para além do ponto de visão.

Nota-se pela Figura 48 que o olhar dos postos de controle acessa o pátio externo, ultrapassando os limites do alambrado. Além disso, se distribui para os vários corredores. Atenção de controle visual se faz presente de forma mais concentrada no posto de controle central (área média de três isovistas = $816,73\text{m}^2$) que se direciona à área de vivência e aos principais eixos de distribuição; e no acesso principal do edifício (área média de duas isovistas = $264,94\text{m}^2$) que vigia a parte exterior frontal do edifício. O setor de estudo/trabalho conta com uma menor inspeção por meio visual (área de uma isovista = $159,28\text{m}^2$); as isovistas chegam com oclusividade ao corredor que dá acesso a salas de aula e oficina. Ainda se faz notar que, em termos de campos visuais, com isovistas a partir dos postos de

²² Para o cálculo destes percentuais (e dos demais que surgirão ao longo do trabalho, nas análises com mapas de campos visuais) utiliza-se a área média de todas as isovistas, considerando sua abrangência tanto no interior do edifício como no exterior intramuros, nos casos em que as isovistas ultrapassem os limites internos da edificação.

controle visual, no interior do edifício fica marcado um eixo vertical, em detrimento daquele eixo horizontal que se demonstrou mais relevante nas análises convexa e na axial.

Percurso 1: Chegada ao presídio e ida à cela



Figura 49 – Mapas de campos visuais do Percurso 1: Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte

A pessoa presa chega de viatura e desembarca em área de serviço, naquela que também se destina à carga/ descarga de materiais. Dali, segue para fazer a triagem, procedimento que se realiza na sala de inclusão. Esta sala possui uma cela onde o indivíduo pode permanecer por algum período de tempo, até que sua situação seja definida. Passada esta etapa, o percurso retorna ao corredor e incorpora outros corredores, até que se chegue à cela.

Neste percurso, ao entrar no edifício, a pessoa presa tem a percepção visual de um mundo que prima pelo confinamento, pela distribuição e pela ordem. O que se vê, tão logo se adentra aquele espaço, é corredor e espaço confinado. A área das isovistas preenche com estabilidade os diversos corredores do trajeto. Em dado momento, isovistas oclusivas acusam que parte da área de vivência pode ser avistada de um ponto do corredor. Chegando à cela, é possível que se tenha co-ciência de outros indivíduos que se encontram em celas do lado oposto. Todo o trajeto pode ser acompanhado pelo posto de controle central.

O percurso 1 se faz com no mínimo seis mudanças de direção. O movimento do trajeto garante uma isovista média de 249,88m², o que corresponde a 5,75% da área do terreno, ou 15,11% da área do edifício.

Percurso 2: Da cela para o refeitório e para os pátios de vivência

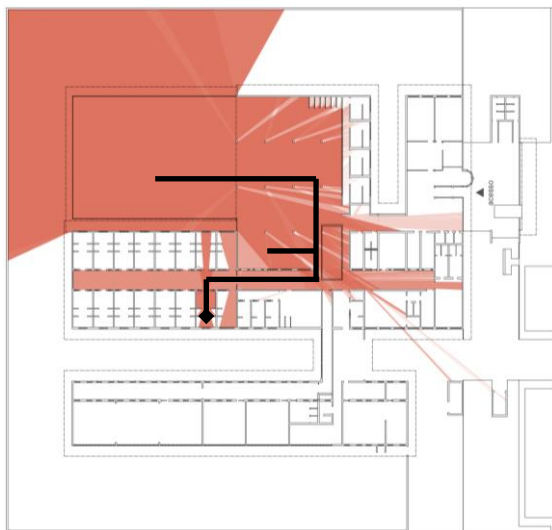


Figura 50 – Mapas de campos visuais do Percurso 2: Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte

Da cela, a pessoa presa passa para o corredor imediato e segue para outro corredor. Nesse tempo, pode avistar o interior das demais celas que são apresentadas a ela no caminho. Do corredor, tem acesso ao refeitório, e – sem impedimento físico ou visual – pode acessar o pátio coberto e deste ir para o pátio descoberto.

O percurso se dá na direção de um espaço confinado e de pouca visibilidade para um espaço amplo e com maior permissividade visual; ou, de um espaço com isovista compacta para um espaço com isovista complexa. Neste trajeto, parte-se com uma isovista de $21,75\text{m}^2$ (cela) para uma isovista de $1.419,59\text{m}^2$, correspondente ao campo de visão que se conforma no pátio descoberto. Deste pátio é possível ver o pátio coberto, parte do refeitório e ainda parte externa do edifício, dado o fechamento do espaço com alambrado. As isovistas são estáveis e apresentam pouca oclusividade. Todo o trajeto pode ser acompanhado pelo posto de controle central.

O percurso 2 é realizado com seis mudanças de direção no mínimo. O movimento do trajeto garante uma isovista média de $963,91\text{m}^2$, o que corresponde a 22,18% da área do terreno, ou 58,29% da área do edifício.

Percurso 3: Da cela para a sala de aula e para a oficina de trabalho

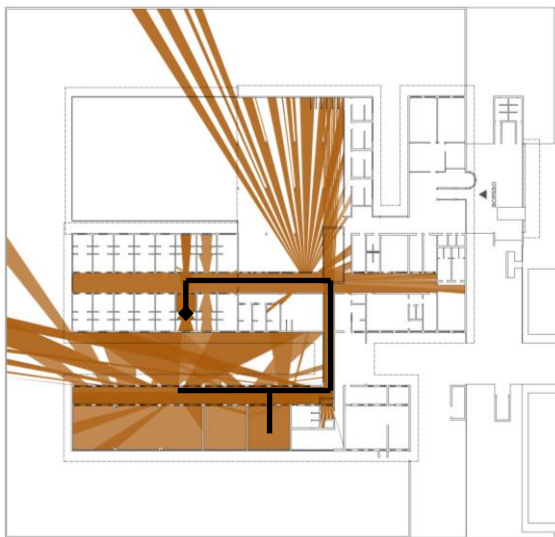


Figura 51 – Mapas de campos visuais do Percurso 3: Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte

Da cela a pessoa presa passa para o corredor imediato e segue para outro corredor. Nesse tempo, pode avistar, no caminho, o interior das demais celas apresentadas a ela. Passando pelo posto de controle central, chega a outro corredor, onde no final deste passará por uma revista com detector de metais, e, então, chegar a mais um corredor, de onde terá acesso às salas de aula e à oficina.

Com a realização deste percurso, é possível ver parte do refeitório e do pátio coberto. O trajeto se alonga por corredores e, ao alcançar aquele que distribui diretamente para as salas e para a oficina, a pessoa presa tem a possibilidade de visualizar o espaço externo que se faz entre blocos da edificação. Uma vez nos espaços de estudo ou de trabalho, ainda é possível fazer contato visual com o exterior intramuros, embora essa visada seja entremeada por um corredor. É o que mostra isovistas com certa complexidade. Parte do trajeto é acompanhada pelo posto de controle central; outra parte, é acompanhada tanto por este como pelo posto de controle localizado no acesso ao setor de estudo/trabalho. Ao adentrar o último recinto, o controle visual se faz exclusivamente pelo posto do setor, que também alcança visualmente parte do pátio coberto, situado em seu eixo de visão, na mesma linha do posto de controle central.

O percurso 3 se faz com no mínimo oito mudanças de direção, considerando que o indivíduo entra na sala de aula e, posteriormente, vai para a oficina. O movimento do trajeto

garante uma isovista média de 849,00m², o que corresponde a 19,54% da área do terreno, ou 51,34% da área do edifício.

Percurso 4: Da cela carcerária para a cela de visita

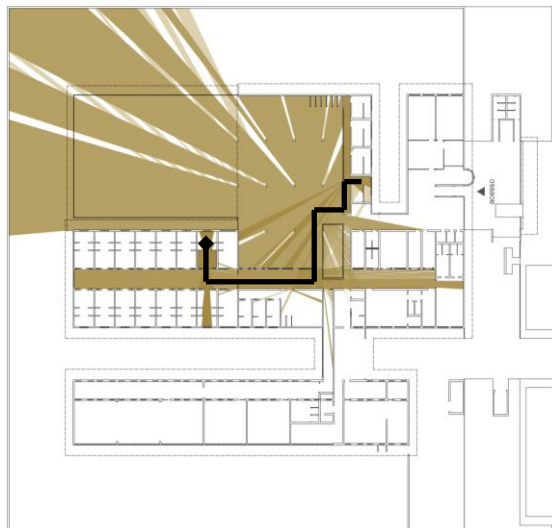


Figura 52 – Mapas de campos visuais do Percurso 4: Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte

Da cela a pessoa presa passa para o corredor imediato e segue para outro corredor. Nesse tempo, pode avistar o interior das demais celas que se lhe apresentam no caminho. Passa pelo posto de controle central e então pode ver os espaços de refeição e vivência. É dali que se tem acesso a outro corredor – de onde pode ser avistado o corredor que dá para o setor administrativo – que o direciona à cela de visita.

O percurso é semelhante ao realizado para ir ao refeitório e às áreas de vivência. Os campos visuais se abrem à medida que se avança na direção dos pátios, mas torna a se fechar e voltar-se exclusivamente para o interior quando se chega à ala das celas destinadas à visita. Parte-se de uma isovista de 21,75m² (cela comum) para uma isovista de 9,42m² (cela de visita). Todo o trajeto pode ser acompanhado pelo posto de controle central.

O percurso 4 se faz com no mínimo seis mudanças de direção. O movimento garante uma isovista média de 955,25m², o que corresponde a 21,98% da área do terreno, ou 57,77% da área do edifício.

Referência	Área mínima de isovista	Área média de isovista	Área máxima de isovista
Controle	105,90m ²	523,22m ²	938,305m ²
Percurso 1	11,20m ²	249,88m ²	508,30 ²
Percurso 2	21,75m ²	963,91m ²	1.419,59m ²
Percurso 3	21,75m ²	849,00m ²	1.419,59m ²
Percurso 4	9,42m ²	955,25m ²	1.419,59m ²

Tabela 5 – Área de isovistas: Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte

O percurso que proporciona menor campo de visão é o de chegada. O que proporciona o maior campo de visão é quando se vai da cela para o refeitório e para as áreas de vivência – espaços que se mostram bem conectados e integrados visualmente. Todos os percursos são vigiados pelo posto de controle central, este que faz acesso visual mútuo com o controle próximo às salas de aula e à oficina.

A área média de isovistas, considerando todos os percursos, é de 754,51m². Isto significa dizer que, ao realizar todas as rotinas previstas, as pessoas presas têm, em média, área de acesso visual que corresponde a 17,36% do terreno, ou 45,63% da área do edifício.

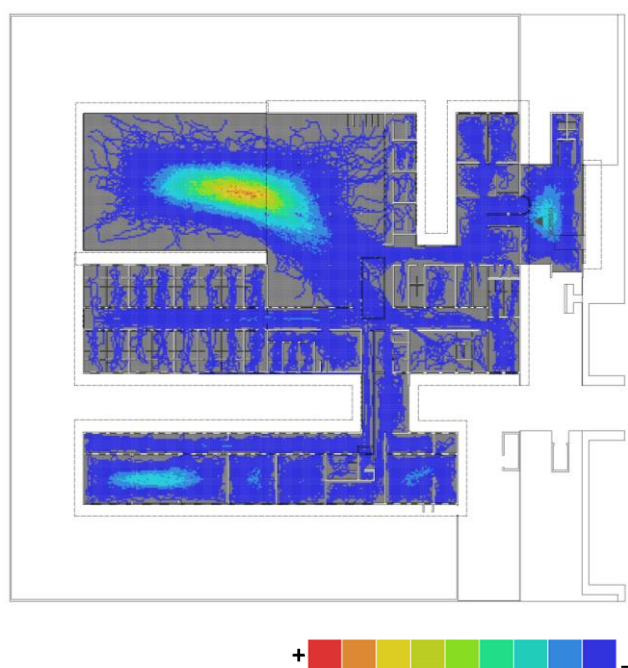


Figura 53 – Mapa de simulação de movimento: Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte

A simulação com agentes computacionais de movimento apresentou o seguinte resultado: variando de 1 a 214, a contagem média de agentes por ponto é de 8,08808. Baixa, portanto; e explica a predominância visual de um tom de azul mais escuro no mapa. Os espaços mais percorridos foram o acesso externo, a oficina, o pátio coberto e o pátio descoberto; contando-se nos pátios uma média de 17,077 agentes por ponto, e, no seu centro, na mancha mais quente, uma média de 105,43 agentes por ponto. Os espaços menos percorridos estão dentro dos setores administrativos, de saúde e de celas, os quais contam, respectivamente, com a média de 1,94959, 0,959296 e 1,77708 agentes por ponto.

Considerando, então, as dimensões de acessibilidade e visibilidade concomitantemente, o sistema se mostra pouco acessível e perceptível visualmente, fator que desencoraja o movimento e consequentemente dificulta o reconhecimento da estrutura espacial. Assim, os níveis elevados de inteligibilidade axial e visual podem ser explicados em termos de controle e, nesse sentido, por soluções pontuais que não garantem inteligibilidade à totalidade do modelo espacial.

Observa-se ainda que, mesmo compacto, o edifício prisional analisado é concebido a partir de uma setorização espacial bem definida, que o compartimentaliza e institui regras às rotinas da instituição prisão. O modelo compacto se mostra capaz de contemplar o mundo dos internos com espaços mais profundos e menos conectados, destacando a eficiência de um corredor que proporciona o controle requerido pela equipe dirigente.

A unidade penal de pequeno porte possibilita que os postos de vigilância exerçam o poder de co-ciência mesmo à distância. No referido edifício, a assimilação espacial, do ponto de vista da pessoa presa, também é potencialmente alta. Todavia, quanto maior o campo de visão concedido aos visitantes, maior é a probabilidade de que estes estejam sendo vistos a partir de um posto de controle.

5.2 Projeto 02 – Unidade penal de modelo compacto e médio porte

A unidade penal de modelo compacto e médio porte é um edifício térreo, com 2.799,05m² de área construída, situado em um terreno com área de 6.645,00m², aproximadamente. O modelo projetado pelo DEPEN, em 2003, tem capacidade para encarcerar de 140 a 210 pessoas, em regime fechado, com nível de segurança mínimo. O

projeto é composto pelos seguintes setores: Administrativo, Jurídico, Saúde, Serviços, Apoio, Visitas, Estudo, Trabalho, Vivência e Encarceramento.

Cordeiro (2017) afirma que este modelo foi construído no Brasil até, pelo menos, o ano de 2017, e, em visita a unidades construídas, percebe o espaço interior do edifício com menos austeridade – sendo ele mais iluminado e com especificação técnica de materiais construtivos e regras institucionais menos rígidas. A autora também destaca que a administração da instituição é terceirizada pela APAC e que o índice de reincidência criminal computado por este modelo é 20% inferior ao nacional²³.

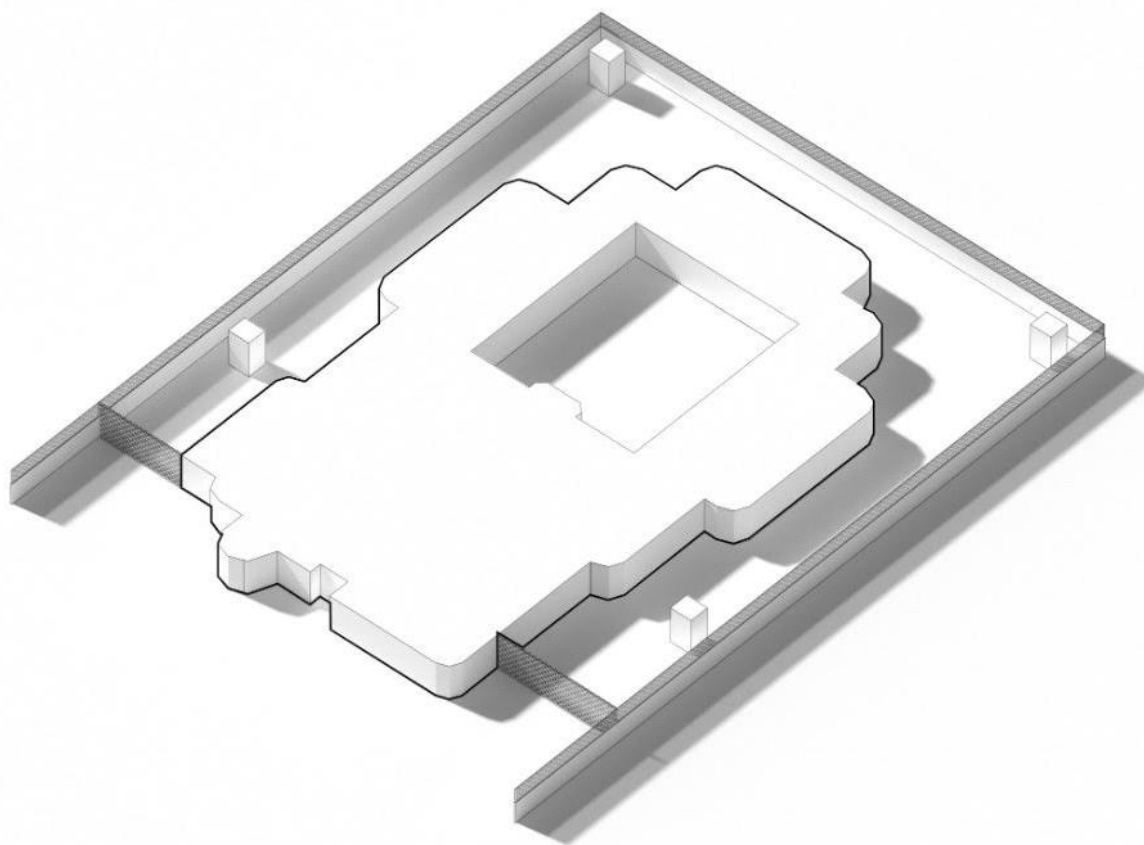


Figura 54 – Volumetria: Unidade penal de modelo compacto e médio porte

²³ Segundo relatório do IPEA-2015 (Instituto de Pesquisa Econômica aplicada), pesquisas sobre reincidência criminal no Brasil são escassas e apresentam números muito variantes, a depender dos parâmetros utilizados. Desse modo, o instituto previu para o país uma taxa de reincidência na casa dos 25%, em detrimento dos 70% que reconhece ser utilizado pela imprensa e pelos órgãos públicos.

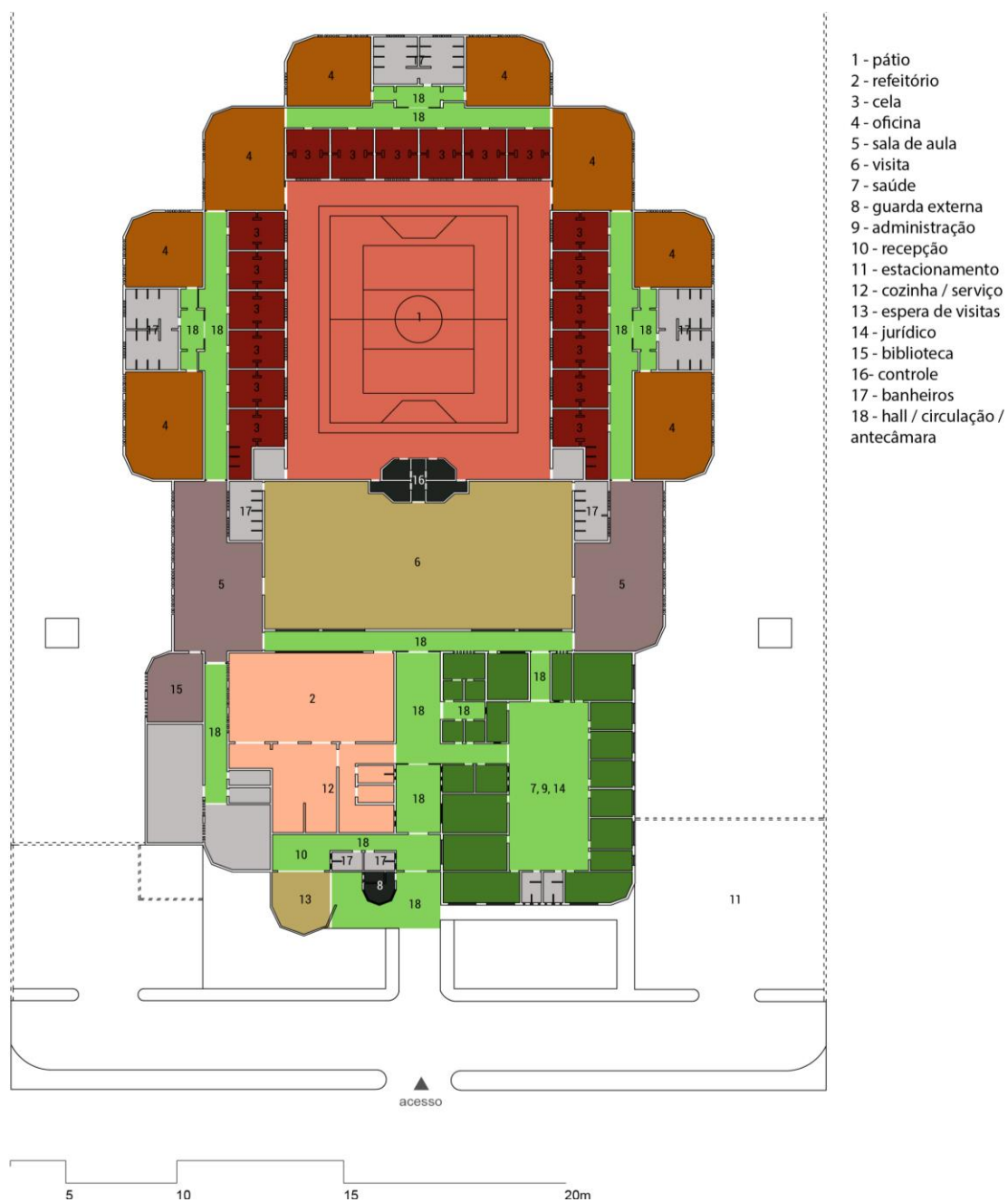


Figura 55 – Planta baixa: Unidade penal de modelo compacto e médio porte
 Fonte: CORDEIRO, 2017 (Adaptado).

Projeto: Unidade penal de médio porte
 Autoria: DEPEN/ MJ
 Ano: 2003
 Modelo: Compacto
 Nível de segurança: Mínima
 Tratamento penal: Regime fechado
 Capacidade: 140-210 pessoas presas
 Número de pavimentos: 1 [Térreo]
 Área do terreno: aproximadamente 6.645,00m²
 Área construída: 2.799,05

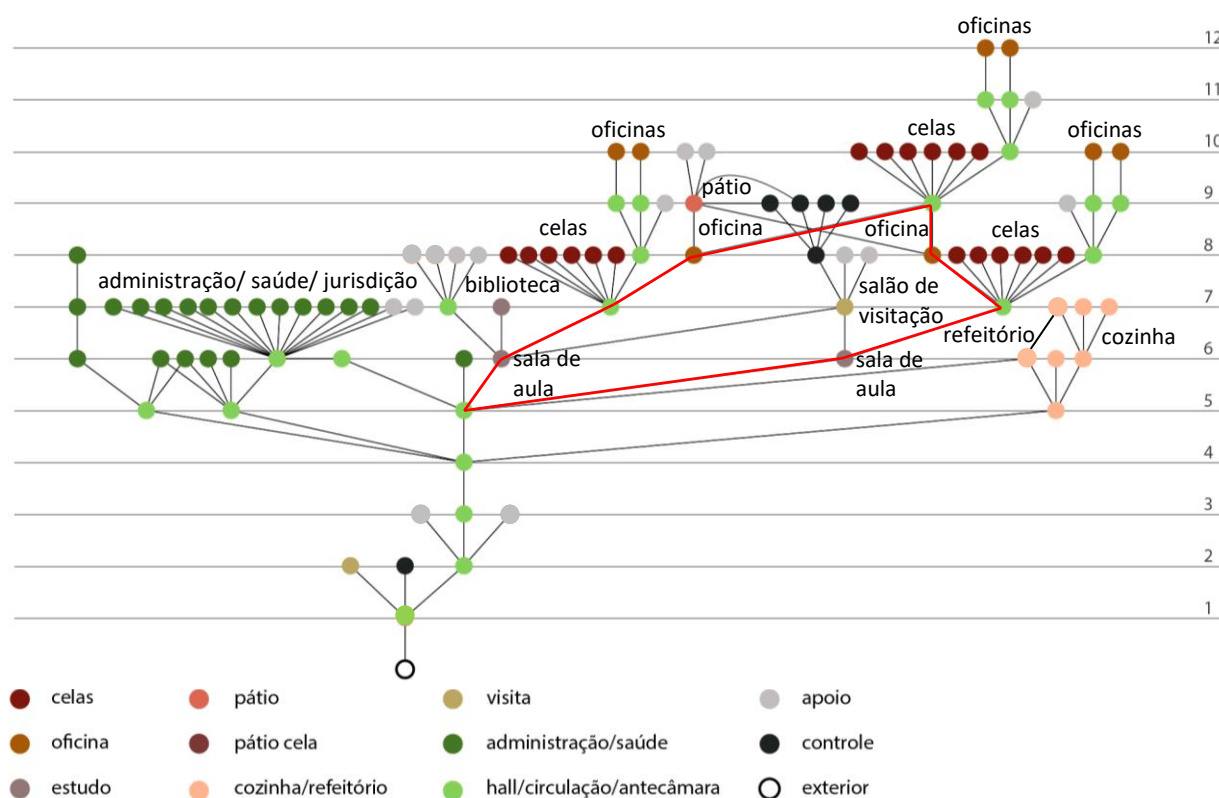


Figura 56 – Grafo justificado: Unidade penal de modelo compacto e médio porte

O grafo justificado a partir do exterior da unidade penal de médio porte e segurança mínima aponta o valor de 1,0811 de RRA, e representa uma estrutura assimétrica e arbórea. O edifício tem acesso único e começa a ter seus espaços específicos definidos a partir do quinto nível topológico; antes disso, há apenas halls e uma guarita. Apesar de ter setores bem delimitados, o modelo não apresenta vértices de corte, pois a cada setor identificado no projeto é permitido fazer pelo menos duas conexões. Este fator é indicativo de uma menor formalidade institucional, em termos de fluxo, funcionalidade e controle. Ilustra esta situação o setor onde se insere a cozinha, que, embora se utilize de um fluxo de serviço resguardado, tem acesso possibilitado a partir do e para o refeitório destinado às pessoas presas, situado no nível 6.

Percebe-se o setor institucional (administrativo/ jurídico/ saúde) a ter início também no nível topológico 6 e seguir até o 7; ocupando, portanto, posições medianas em relação ao conjunto. Em seguida, no nível topológico 8, já são localizados dois dos três blocos de celas presentes no modelo. Esta conformação revela a proximidade topológica entre visitantes e habitantes dentro do sistema espacial, onde as duas categorias de usuários ocupam o modelo em níveis de profundidade contíguos. Contudo, não se estabelece uma relação de co-ciência nem co-presença para os distintos grupos de sujeitos. Dois níveis topológicos

acima (nível 10) está o terceiro bloco de celas; situação que sinaliza para uma possível classificação dos internos por perfil psicossocial.

Vale ressaltar que os espaços destinados às atividades educativas formais (salas de aula e biblioteca) ocupam os níveis 6 e 7, o que equivale à localização do setor administrativo. O mesmo não acontece com as oficinas, que começam a ocupar o grafo no nível 8 e surgem também nos níveis 10 e 12, quando são precedidas por antecâmaras e marcam o último nível topológico do sistema. Apesar da profundidade do edifício ser contada em doze níveis topológicos, refeições e atividades educativas são rotinas das pessoas presas com previsão de acontecerem em equivalência topológica com a rotina administrativa.

A distribuição do sistema, como acontece, acaba por formar um anel (representado por linhas vermelhas no grafo da Figura 56) que desenha um circuito pelos corredores que percorrem todos os espaços destinados aos visitantes, sendo esta mais uma característica de estruturas espaciais menos controladas. As salas de aula fazem parte desse anel; um fluxo contínuo é previsto para acontecer passando por dentro das salas.

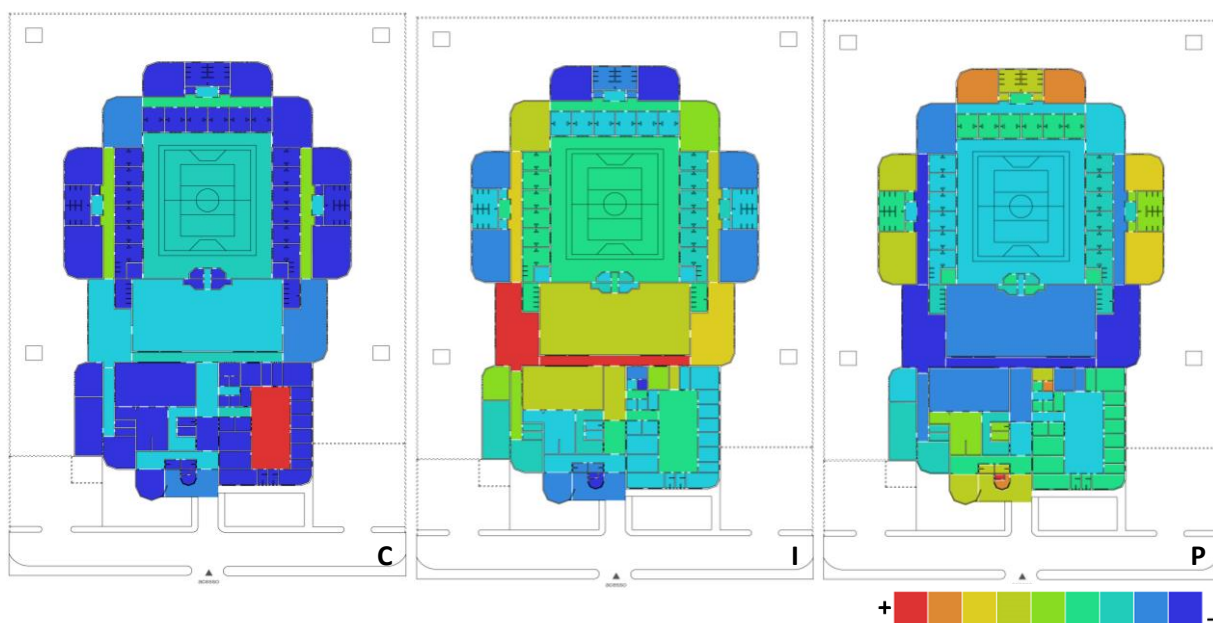


Figura 57 – Mapas convexos de Conectividade (C), Integração (I) e Profundidade (P): Unidade penal de modelo compacto e médio porte

A análise por meio de mapas convexos informa os seguintes valores médios para o sistema espacial: o valor médio de conectividade é de 2,1165 conexões, o valor médio de

integração é 0,925733 pontos e o valor médio de profundidade é de 5,60377 pontos. O espaço mais conectado é o hall do setor institucional, que faz 15 conexões. Celas, algumas oficinas, biblioteca e salas administrativas estão entre os espaços que fazem apenas uma conexão e se confirmam como os menos conectados. Os espaços mais integrados são o corredor que distribui para as salas de aula ($I=1,70356$) e uma das salas de aula ($I=1,62463$). Espaços menos integrados são as oficinas, variando de 0,606309 a 0,71928 pontos. Oficinas também estão entre os espaços mais profundos, alcançando o valor de 7,87129 passos sintáticos, na situação de maior profundidade. O corredor horizontal, que recebe o fluxo do eixo vertical correspondente ao acesso do edifício, é o espaço mais raso, com 3,44554 passos sintáticos. Em seguida aparecem as salas de aula, contando 3,56436 e 3,94059 passos cada uma delas. A profundidade das celas prisionais varia entre 5 e 6 passos sintáticos, equiparando-se a salas do setor administrativo que contam exatamente 5,84158 passos. Em nível mais raso estão o salão de visitação ($P=4,08911$) e o pátio ($P=4,79208$). Em torno desses últimos valores também está a profundidade das oficinas localizadas ao final dos dois corredores, na vertical.

Propriedade Convexa	Valor mínimo	Valor médio	Valor máximo
Conectividade	1	2,1165	15
Integração	0,540847	0,925733	1,70356
Profundidade	3,44554	5,60377	8,70297

Tabela 6 – Medidas sintáticas (Sistema convexo): Unidade penal de modelo compacto e médio porte

Para as celas prisionais, apresenta-se o resumo das medidas sintáticas básicas na tabela 7.

Propriedade Convexa	Celas bloco 1	Celas bloco 2	Celas bloco 3
Conectividade	1	1	1
Integração	1,0599	0,967307	0,831578
Profundidade	4,93069	5,30693	6,0099

Tabela 7 – Medidas sintáticas (Sistema convexo): Celas da unidade penal de modelo compacto e médio porte

Considera-se bloco de cela 1 aquele na vertical, à esquerda; bloco de cela dois o na vertical, à direita e bloco de cela 3 o horizontal, ao centro. As celas de todos os blocos fazem apenas uma conexão (com algum corredor), dois blocos possuem celas com nível de integração acima da média do sistema e índices abaixo da média de profundidade do sistema. Fala-se dos blocos de cela 1 e 2, os quais, em relação à totalidade do sistema, encontram-se mais integrados ao todo que os espaços institucionais, por exemplo, que têm média de 0,305055 para a medida de integração convexa, valor que chega a corresponder a menos de 1/3 do índice apresentado pelas celas para a mesma propriedade. Lembrando que o distanciamento dessas duas instâncias – definidor de quem controla e de quem é controlado – é um texto clássico para edifícios prisionais. Logo, o afastamento do bloco institucional, em relação ao espaço total, pode ser entendido como indício de controle e autopreservação.

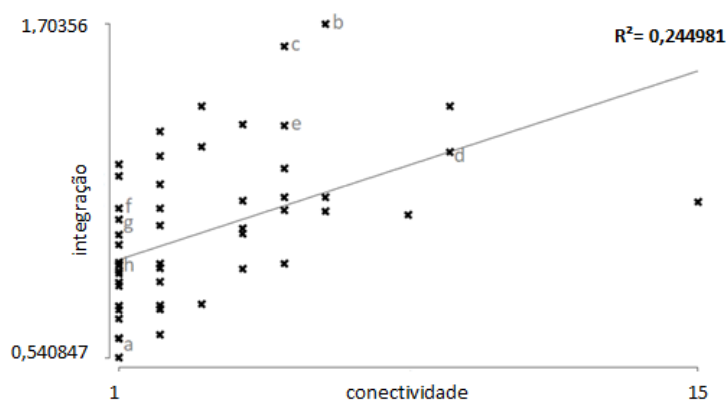


Gráfico 4 – Inteligibilidade convexa: Unidade penal de modelo compacto e médio porte
(a – oficinas, b – corredor, c – sala de aula, d – pátio, e – salão de visita o, f – celas bloco 1, g – celas bloco 2, h – salas administrativas).

Correlacionando as medidas de conectividade e integra o convexas do sistema, obtém-se um baixo  ndice de inteligibilidade convexa. Com R^2 variando de 0 a 1, o grafo de dispersão para o caso analisado mostra $R^2 = 0,244981$. Ou seja, em sua dimensão convexa, o modelo é pouco inteligível.

As oficinas do bloco 3 são os menos inteligíveis dos espaços. Entre os espaços mais inteligíveis estão o corredor que interliga as salas de aula e, especificamente, uma das salas de aula, a que se localiza à esquerda no projeto. O pátio toca a linha de tendência quase no meio do gráfico, e o salão de visita o posiciona-se acima dessa linha, assim como celas dos blocos 1 e 2. Salas administrativas encontram-se mais abaixo, afirmando que o mundo dos

visitantes contempla espaços com maior potencial de inteligibilidade que espaços do mundo dos habitantes.

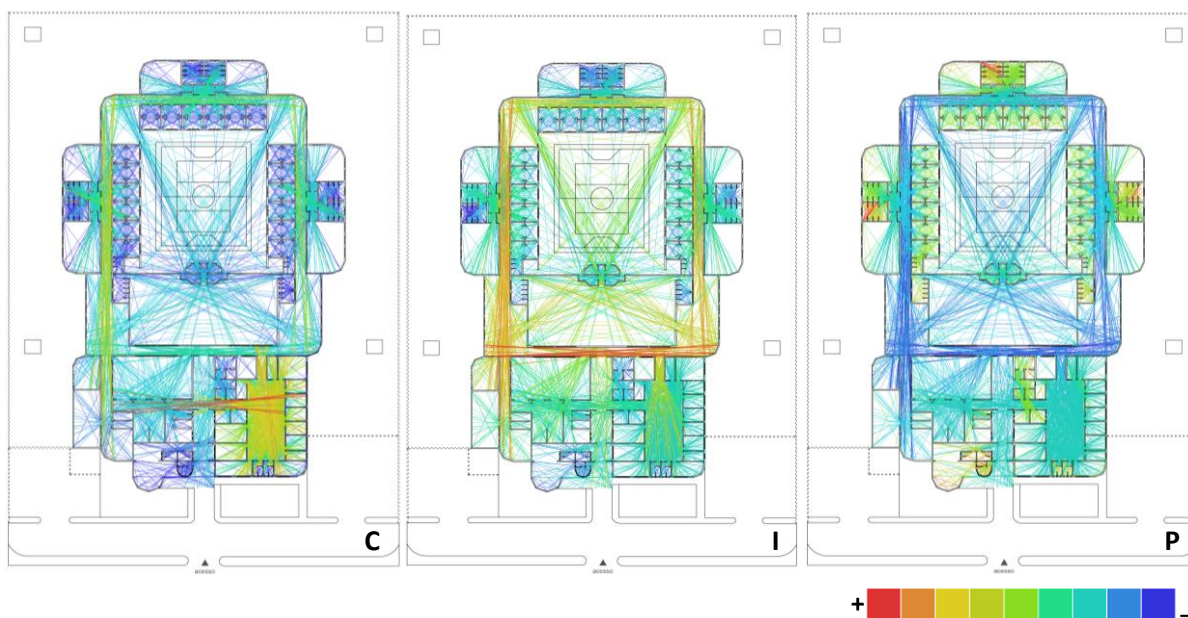


Figura 58 – Mapas axiais de todas as linhas de Conectividade (C), Integração (I) e Profundidade (P): Unidade penal de modelo compacto e médio porte

A análise por meio de mapas axiais de todas as linhas mostra os índices médios de 180,905 para conectividade, 3,37176 para integração e 3,96684 para profundidade. Linhas mais conectadas surgem na ligação entre o bloco institucional e o de serviço; em seguida aparece o corredor que interliga sala de aula e bloco de celas, à esquerda do modelo. As mais integradas marcam o circuito que interliga blocos de cela, salas de aula e oficinas, com ênfase para o eixo horizontal, mais próximo aos setores institucional e de serviço, que também integram as duas salas de aula. Os eixos mais profundos reservam-se aos sanitários presentes em cada bloco de cela, e também às próprias celas. O circuito mais integrado também é o mais raso, colocando duas salas de aula e duas oficinas nesta condição de menor profundidade axial.

No mapa de conectividade axial predominam os tons frios. Exceção se faz para o hall do setor institucional (média superior aos 400 pontos) e, com menor realce, o eixo vertical que corta o projeto à esquerda (media de 265 pontos). As celas são dos espaços menos conectados axialmente, com índice inferior aos 100 pontos. O mapa de integração axial apresenta uma tendência ao equilíbrio entre cores quentes e frias, embora, de modo geral,

mostre celas, oficinas e espaços institucionais entre os menos integrados. O mapa de profundidade axial expõe o bloco institucional/ serviço em condições mais rasas. Mais rasas ainda são as linhas que levam ao pátio de vivência e ao salão de visitação, a partir do anel que se pinta em um tom de azul mais escuro. Sobre o pátio e o salão, estes apresentam índices médios abaixo da média do sistema para as propriedades de conectividade e profundidade ($C= 135,83$; $P=0,284503$) e índice médio de integração acima da média do sistema ($I=3,76938$). Logo, embora mais resguardado, são espaços que tendem a integrar-se ao sistema e estão posicionados em rotas mais curtas.

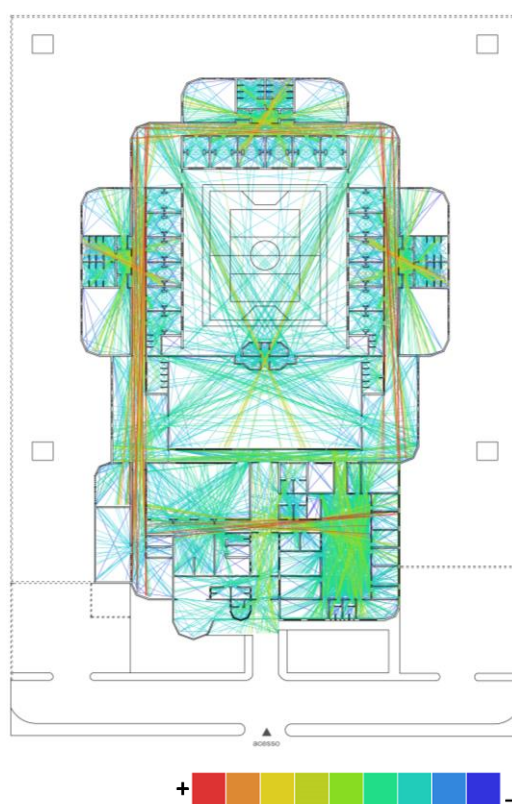


Figura 59 – Mapa axial de todas as linhas de Controle: Unidade penal de modelo compacto e médio porte

A saber pelo mapa axial de todas as linhas de controle, as prescrições edilícias deliberam maior controle aos corredores que distribuem para os blocos de celas, e para um eixo que se forma entre o setor de administração/ saúde/ jurisdição e o setor de serviço. Tal situação demarca a separação de fluxos entre os espaços carcerários e os institucionais, apesar de esta segregação, que versa sobre distintas categorias de usuários do espaço, ter se mostrado menos evidente em termos de distância topológica no grafo justificado. As celas em tom de azul expressam sua pouca capacidade de controle, como prescrito no texto

arquitetônico dos edifícios reformadores, e atestam sua subserviência aos corredores. O índice médio de controle é 1. Celas chegam a marcar menos da metade desse valor, quando corredores chegam a alcançar índice até três vezes maior.

Propriedade Axial	Valor mínimo	Valor médio	Valor máximo
Conectividade	5	180,905	775
Integração	1,80761	3,37176	6,25119
Profundidade	2,5304	3,96684	6,29251
Controle	0,115361	1	2,85506

Tabela 8 – Medidas sintáticas (Sistema axial): Unidade penal de modelo compacto e médio porte

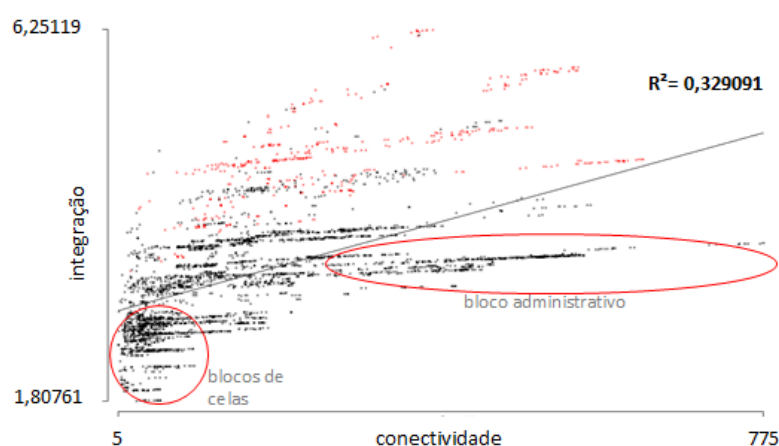


Gráfico 5 – Inteligibilidade axial: Unidade penal de modelo compacto e médio porte

Correlacionando as medidas de conectividade e integração axiais do sistema, obtém-se um baixo índice de inteligibilidade axial. Com R^2 variando de 0 a 1, o grafo de dispersão para o caso analisado mostra $R^2 = 0,329091$. Ou seja, em sua dimensão axial, o projeto é pouco inteligível.

Acima da linha de tendência, no Gráfico 5 destacam-se em vermelho os espaços de circulação. Pontos mais abaixo e à esquerda do gráfico, ou seja, como menores índices de conectividade e integração, representam as celas dos três blocos. Abaixo da linha de tendência também está o bloco administrativo, demonstrando ser mais inteligível que os blocos de cela, na dimensão axial do sistema.

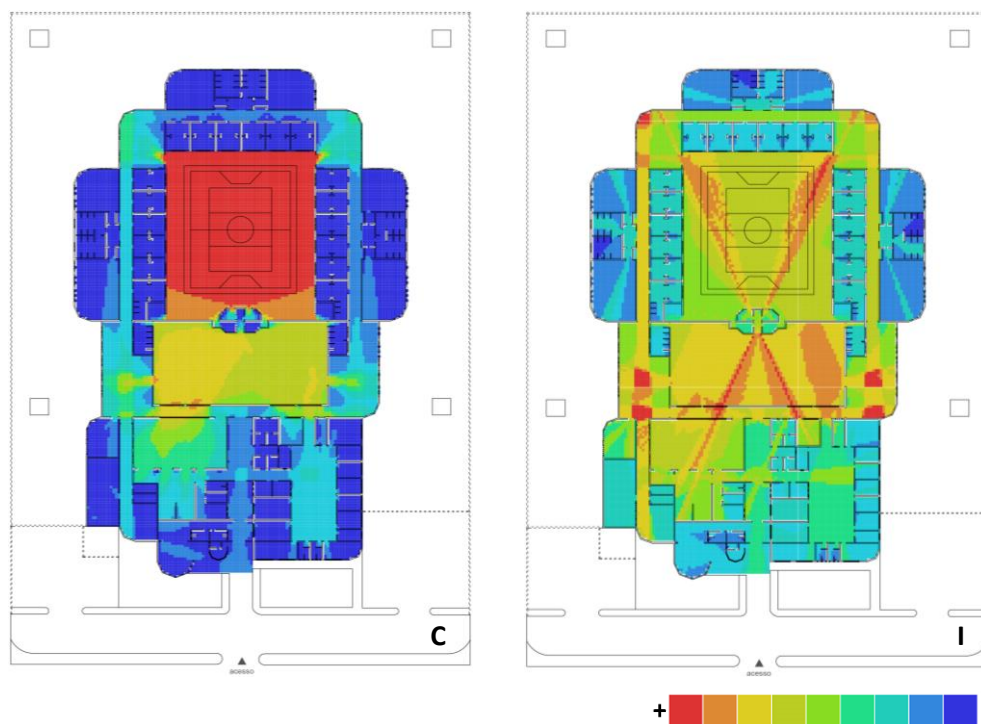


Figura 60 – Mapas visuais de Conectividade (C) e Integração (I): Unidade penal de modelo compacto e médio porte

A leitura do sistema de visibilidade da unidade penal de médio porte e segurança mínima destaca, no mapa de conectividade visual, uma centralidade de maior conexão visual, conformada pelo pátio de vivência em conjunto com o salão de visitação. A partir desse centro, os pontos tendem a se difundir pela totalidade do espaço, esbarrando em espaços de confinamento, oficinas e espaços administrativos. No mapa de integração as cores quentes ultrapassam os limites do centro de conexão visual e alcançam circulações, algumas oficinas, salas de aula e, em menor medida, o refeitório; embora manchas efetivamente mais quentes sejam pontuais. Espaços de confinamento, administrativos e, principalmente, oficinas também estão entre os menos integrados visualmente.

A conectividade visual média do sistema é de 1.526,97 pontos. O espaço mais conectado visualmente é o pátio, que atinge a pontuação máxima para esta propriedade: 4.246 pontos. Em seguida, aparece o salão de visitação com média de 2.831 pontos. A conectividade visual média das celas fica na casa dos 100 pontos, nas oficinas que têm acesso controlado por antecâmara esta medida varia de 300 a 400 pontos; no setor institucional ultrapassa os 500 pontos. Cozinha e refeitório, juntos, chegam a somar mais de 1500 pontos, estando próximos da média do sistema.

A integração visual média do sistema é de 5,4419 pontos. O espaço mais integrado visualmente é o salão de visitação (média de 7,22618 pontos) – que apresenta o maior valor para esta propriedade ($I=8,72733$) – seguido pelas salas de aula (média de 6,70894 pontos) e pelo pátio (média de 6,54736 pontos). Os blocos de oficinas e sanitários são dos espaços menos integrados visualmente, ficando na casa dos 3 pontos e apresentando o menor valor para esta propriedade ($I=1,99177$).

Propriedade Visual	Valor mínimo	Valor médio	Valor máximo
Conectividade	9	1.526,97	4.246
Integração	1,99177	5,4419	8,72733

Tabela 9 – Medidas sintáticas (Sistema de Visibilidade): Unidade penal de modelo compacto e médio porte



Gráfico 6 – Inteligibilidade visual: Unidade penal de modelo compacto e médio porte

Correlacionando as medidas de conectividade e integração visuais, tem-se que o sistema exprime índice médio de inteligibilidade visual. Com R^2 variando de 0 a 1, o gráfico de dispersão para o caso analisado mostra $R^2=0,582866$. Ou seja, em termos de visibilidade, o projeto é medianamente inteligível.

A elevação desse valor é decorrente das propriedades que se estabelecem nas esquinas das salas de aula e das oficinas que se encontram dentro do anel identificado no modelo. Estes espaços, no Gráfico 6, estão contidos no círculo vermelho. Também contribui para o aumento do índice de inteligibilidade, as propriedades do centro de vivência – pátio e salão de visitas, destacados na mancha vermelha no gráfico.

Seguem os resultados para a análise dos campos visuais, tendo como referência cinco situações: as visadas a partir dos postos de controle e de quatro percursos preestabelecidos. A saber, os percursos abrangem a chegada da pessoa presa à unidade penal, sua ida da cela para o refeitório, da cela para a sala de aula e para a oficina de trabalho e da cela para o pátio de vivência e para o salão de visitação.

Postos de controle visual

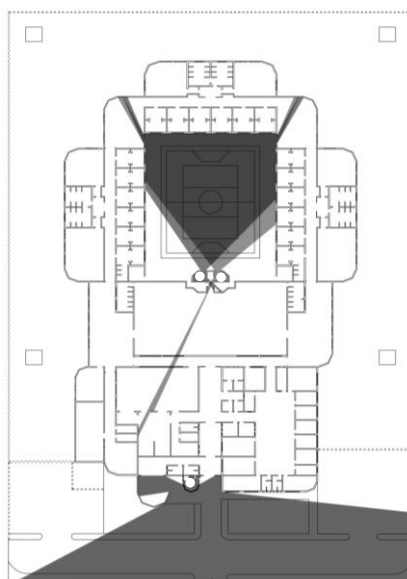


Figura 61 – Mapa de campos visuais a partir dos postos de controle: Unidade penal de modelo compacto e médio porte

Na unidade penal de médio porte e segurança mínima o único posto de controle visual é a guarda externa, que se limita a vigilar a parte frontal do edifício. Na parte interna da edificação é inexistente a presença de espaço com prescrição exclusiva de controle visual. Todavia, para a análise com isovistas, considerou-se o módulo de controle central, posto entre o p t io de vivência e o salão de visitação. O módulo é orientado ao procedimento de revista que antecede a passagem de um espaço para o outro; ou seja, do salão de visitação para o p t io descoberto e vice versa.

Com essas considerações, o mapa de campos visuais a partir dos postos de controle mostra que, contando 3 pontos de visada est ticos, distrib idos nos espaços em função de sua área e estratégia de controle, alcança-se uma área média de isovistas de 539,92m², o que corresponde a 8,12% da área do terreno, ou 19,28% área do edifício. Como já mencionado, a guarda externa tem o olhar direcionado apenas para o exterior, de onde um único ponto garante uma isovista de 803,33m², numero que corresponde a 12,08% da área

do terreno, ou 28,70% da área do edifício. Duas isovistas no módulo de revista alcançam a média de 407,97m². Desses pontos, o campo visual se volta quase que exclusivamente para o pátio, alcançando com oclusividade parte de duas oficinas, mais ao fundo, e tendo a possibilidade de observar um pouco do salão de visitas. Esta média é correspondente a 6,13% da área do terreno, ou 14,57% da área do edifício.

Percurso 1: Chegada ao presídio e ida à cela

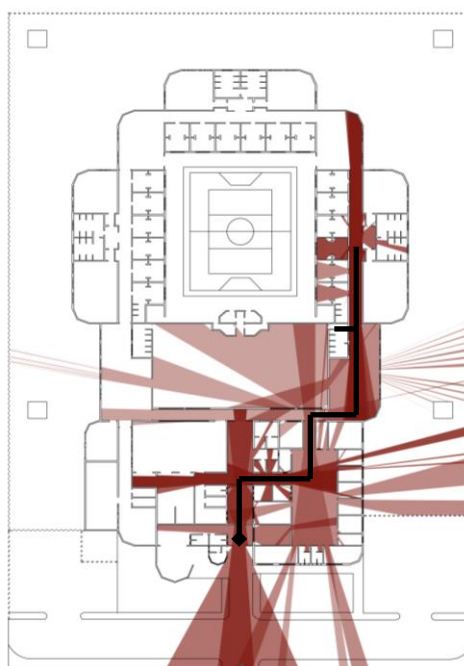


Figura 62 – Mapa de campos visuais do Percurso 1: Unidade penal de modelo compacto e médio porte

A pessoa presa chega à unidade penal já tendo realizado o processo de triagem e recebido um laudo psicológico que o habilita a cumprir pena em um centro de ressocialização como o analisado (CORDEIRO, 2017). Sua entrada no edifício se dá pelo corredor central – acesso para todas as pessoas que adentram aquele espaço – de onde ela pode dobrar à direita e passar por alguma sala do bloco de administração/ saúde/ jurisdição. Em seguida, o trajeto aponta para outro corredor, e mais um corredor, passa pela sala de aula, alcança outro corredor e, finalmente, chega à cela.

Este percurso possibilita visadas dos setores administrativos, do salão de visita e da sala de aula, visto que esta é passagem obrigatória para acessar os blocos de cela. Do bloco administrativo, as isovistas ultrapassam os limites da edificação e alcançam com oclusividade o exterior intramuros. O mesmo acontece quando se está na sala de aula, embora com

menor área de visão, dado o fechamento de parte das alvenarias com elemento vazado. No corredor do bloco de celas, o campo de visão se limita à circulação e ao interior das celas, revelando pouco do hall que dá acesso aos sanitários e às oficinas. As isovistas variam de $434,83\text{m}^2$ - referente ao momento em que se vê mais da metade do pátio de visitação – a $15,53\text{m}^2$, correspondente ao momento do trancamento em cela, quando se permite ver apenas corredor, além do interior da célula carcerária, com isovistas compactas.

O percurso 1 se fez com 7 mudanças de direção. O movimento do trajeto garante uma isovista média de $186,70\text{m}^2$, o que corresponde a 2,8% da área do terreno, ou 6,67% da área do edifício.

Percurso 2: Da cela para o refeitório

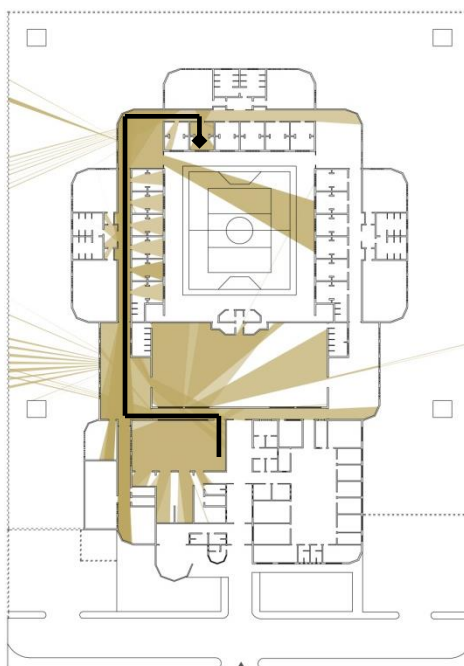


Figura 63 – Mapa de campos visuais do Percurso 2: Unidade penal de modelo compacto e médio porte

Da cela, a pessoa presa passa para o corredor imediato, deste para uma oficina e desta para um corredor margeado por celas, das quais o interior pode ser visto. Deste ponto, o percurso segue até uma sala de aula, depois para um corredor e, por fim, encontra o refeitório.

O percurso se dá na direção de um espaço confinado, com isovista compacta e visibilidade mínima ($15,53\text{m}^2$), para espaços que garantem maior campo de visão, como acontece ao se adentrar o refeitório, espaço com vista para parte do pátio de visitação e da

cozinha, que alcança uma isovista de 448,75m². Do ponto de partida considerado, a ida ao refeitório ainda possibilita avistar parte do pátio de vivência e observar o exterior intramuros a partir da oficina e da sala de aula.

O percurso 2 se fez com 5 mudanças de direção. O movimento do trajeto garante uma isovista média de 184,22m², o que corresponde a 2,74% da área do terreno, ou 6,5% da área do edifício.

Percurso 3: Da cela para a sala de aula e para a oficina de trabalho

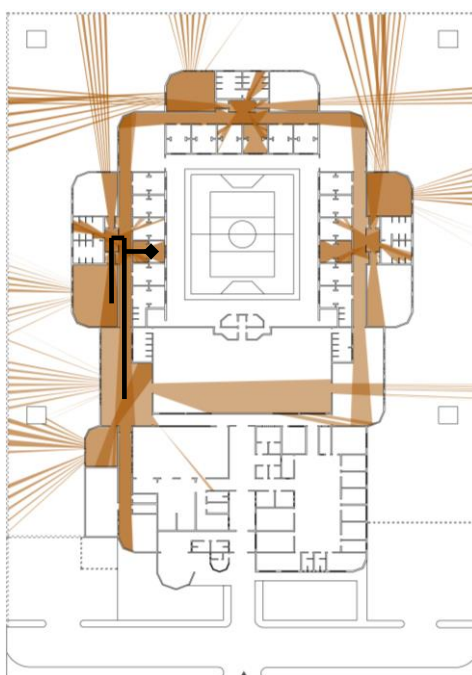


Figura 64 – Mapa de campos visuais do Percurso 3: Unidade penal de modelo compacto e médio porte

Para ir da cela à oficina de trabalho, a pessoa presa passa para o corredor imediato, deste para um pequeno hall e, posteriormente, para a antecâmara que antecede e fiscaliza sua entrada na oficina. Para ir da cela à sala de aula, a pessoa presa passa para o corredor imediato e, no final deste, encontra a sala.

Os percursos são curtos, visto que cada bloco de cela conta com duas oficinas e tem próximo a si, também, as salas de aula. A partir de todos os blocos de cela, a ida à oficina de trabalho possibilita acesso visual ao exterior intramuros através dos elementos vazados utilizados nas paredes. Na sala de aula escolhida para a análise, o campo de visão contempla o pátio de visitação e a biblioteca, além do espaço externo limitado pelo muro da unidade penal.

O percurso 3 se fez com 7 mudanças de direção, considerando a ida à oficina e à sala de aula seguidamente. O movimento do trajeto garante uma isovista média de $129,85\text{m}^2$, o que corresponde a 1,95% da área do terreno, ou 4,63% da área do edifício.

Percurso 4: Da cela carcerária para o pátio de vivência e para o salão de visitação

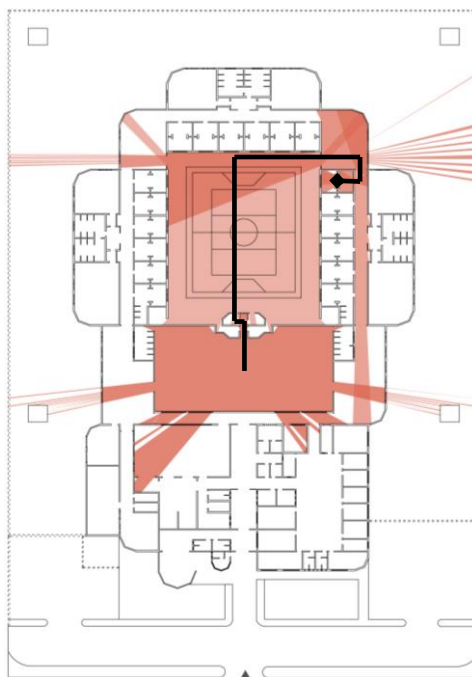


Figura 65 – Mapa de campos visuais do Percurso 4: Unidade penal de modelo compacto e médio porte

Da cela, a pessoa presa passa para o corredor imediato, deste para uma oficina e desta para o p t io de vivência. Para ir ao salão de visitação, estando no p t io de vivência, faz-se obrigatório passar por uma revista em um dos postos de controle que intermedeia esses dois espaços. Após o procedimento de revista, tem-se acesso ao salão de visitas.

O percurso também   curto, dada a posição central do p t io em relação aos blocos de cela. É com esse trajeto que a centralidade dos espaços de vivência se revela em sua totalidade, permitindo que se alcance uma isovista estável com área de $571,13\text{m}^2$. Mais uma vez é notada a permeabilidade visual entre o espaço destinado à visitação, as salas de aula e o refeitório. Nota-se também isovistas oclusivas expandindo-se na direção do exterior intramuros.

O percurso 4 se faz com no mínimo 6 mudanças de direção. O movimento garante uma isovista média de $275,83\text{m}^2$, o que corresponde a 4,15% da área do terreno, ou 9,85% da área do edifício.

Referência	Área mínima de isovista	Área média de isovista	Área máxima de isovista
Controle	395,81m ²	539,92m ²	803,83m ²
Percurso 1	15,47m ²	186,67m ²	434,83m ²
Percurso 2	15,47m ²	184,22m ²	448,74m ²
Percurso 3	15,47m ²	129,85m ²	357,46m ²
Percurso 4	15,47m ²	275,83m ²	571,13m ²

Tabela 10 – Área de isovistas: Unidade penal de modelo compacto e médio porte

O percurso que proporciona menor campo de visão é o que vai para as salas de aula e oficinas de trabalho. O que proporciona o maior campo de visão é quando se vai da cela para as áreas de vivência – espaços que se mostram mais conectados e integrados visualmente. Em todos os percursos é possível ter acesso visual ao exterior intramuros.

A área média de isovistas, considerando os percursos estipulados, é de 194,14m². Isto significa dizer que, ao realizar todas as rotinas previstas, as pessoas presas têm, em média, área de acesso visual que corresponde a 2,92% do terreno, ou 6,93% da área do edifício. O dobro de área visual é possível, caso as áreas máximas de isovistas sejam consideradas.

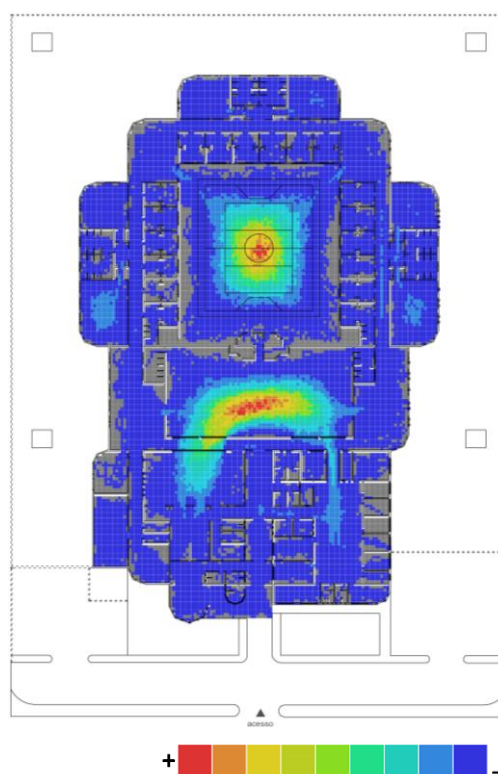


Figura 66 – Mapa de simulação de movimento: Unidade penal de modelo compacto e médio porte

A simulação com agentes computacionais de movimento, com o método ponto a ponto, apresentou o seguinte resultado: variando de 1 a 274, a contagem média de agentes por ponto foi de 20,645. Os espaços mais percorridos foram o salão de visitação e o pátio, com médias de 59,5287 e 40,2765 agentes por ponto, respectivamente. De modo geral, os demais espaços mostraram baixos índices de movimento, a notar pela predominância do tom de azul escuro na maior parte do mapa.

Por ser de segurança mínima esta unidade penal apresenta algumas peculiaridades, como uma menor assimetria nas relações entre visitantes e habitantes, e a presença de um anel a interligar o que poderia se chamar de blocos de vivência, cada um com um conjunto de celas, oficinas e sanitários. Desse modo, o modelo é uma plataforma de controle menos rígida e, para além da questão da segurança institucional, apresenta conflito nos fluxos – situação que fica mais evidente quando se observa o posicionamento das salas de aula no modelo.

A distribuição de pessoas em blocos de vivência entona maior regramento à vida cotidiana dentro desta instituição total, por justamente prever rotinas individualizadas. É por isso, por exemplo, que na realização dos percursos previstos a área média de isovistas é baixa, pois a movimentação é compartimentada e, por assim ser, compromete a apreensão da totalidade do espaço. Todavia, esta situação pode ser revertida caso a anelaridade do sistema venha a ser incorporada à rotina dos visitantes dentro da instituição, privilegiando a rotina deles em detrimento do controle institucional. Conclui-se que o modelo expressa certa flexibilidade e permite a implantação dessa hipótese.

5.3 Projeto 03 – Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte

A unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte é um edifício térreo, com aproximadamente 5.093,00m² de área construída, situado em um terreno com área em torno dos 12.430,00m². O modelo projetado pelo DEPEN, em 2003, tem capacidade para encarcerar de 60 a 240 pessoas, em regime fechado, com nível de segurança médio. O projeto é concebido em nove setores: Administrativo, Serviço, Apoio ao visitante, Triagem, Saúde, Estudo e Trabalho, Encarceramento (2 blocos), Visita e Vivência (2 blocos).

Ao analisar o plano espacial desse edifício prisional, Cordeiro (2017) percebe que o arranjo espacial é pensado para priorizar a segurança institucional, e, a partir de entrevista

com o autor do projeto, conclui que isso se dá porque os arquitetos, de modo geral, acatam os argumentos da equipe dirigente da prisão, que enxerga as pessoas presas como se “fossem animais irracionais, prontos para qualquer atrocidade” (CORDEIRO, 2017, p. 87), e, por isso, não deveriam ter oportunidade para a violência.

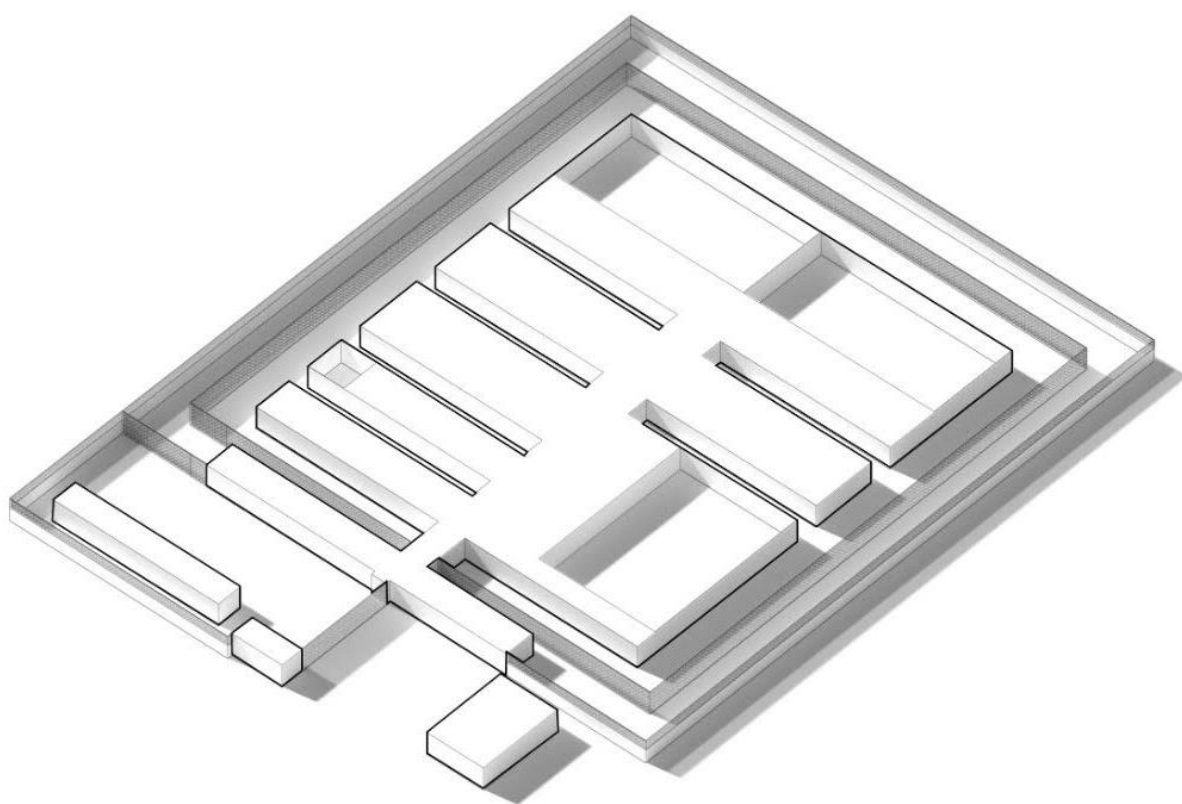


Figura 67 – Volumetria: Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte



Figura 68 – Planta baixa: Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte
 Fonte: CORDEIRO, 2017 (Adaptado).

Projeto: Unidade penal de médio porte
 Autoria: DEPEN/ MJ
 Ano: 2003
 Modelo: Espinha de peixe
 Nível de segurança: Médio
 Tratamento penal: Regime fechado
 Capacidade: 60 a 240 pessoas presas
 Número de pavimentos: 1 [Térreo]
 Área do terreno: aproximadamente 12.430,00m²
 Área construída: 5.093,00m²

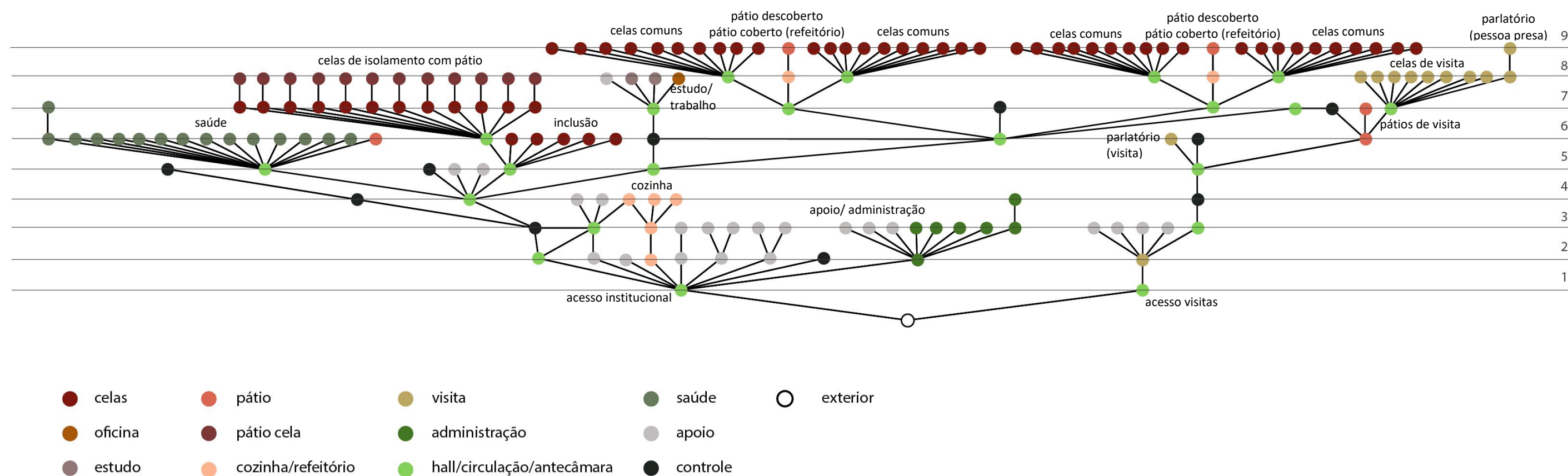


Figura 69 – Grafo justificado: Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte

O grafo justificado a partir do exterior da unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte assume uma representação assimétrica (com RRA no valor de 1,1742) e arbórea e ressalta prescrições visíveis na própria conformação espacial do plano. O modelo opta por definir dois acessos principais, um à direita, para quem visita as pessoas presas na unidade; e outro à esquerda, de cunho institucional/ operacional, por onde também entram as pessoas presas. O partido, que preza pela setorização em blocos, no feitio do grafo se estrutura sob o recurso dos vértices de corte, a exemplo do que acontece no setor administrativo (níveis 2-4) – situado fora do corpo edilício – e nos setores de saúde (níveis 7 e 8), celas de visita (níveis 8 e 9), estudo/ trabalho (nível 9) e celas (níveis 7, 8 e 10), todos estes inseridos no corpo principal do edifício.

A leitura do grafo informa sobre a espacialidade de três “supersetores” bem definidos: um que contempla o corpo administrativo e operacional da instituição, um destinado a quem visita a unidade penal e outro que abrange o universo do cárcere propriamente dito. Estes distintos setores funcionam separadamente e se interconectam a partir de espaços de controle.

O modelo conta nove níveis topológicos. O setor administrativo/ operacional ocupa os três primeiros; o de visitas se inicia no segundo nível e se estende até o setor carcerário, no nível 9. O mundo do preso é o mais profundo, começa a partir do sexto e termina no nono nível, onde estão inseridos espaços como celas prisionais e áreas de vivência. A rotina do interno acontece primordialmente nos níveis 8 e 9, a exceção se faz quando se precisa de atendimento médico ou se recebe visitas, situações que possibilitam a descida da pessoa presa até o sexto nível topológico.

Entre os espaços mais profundos e o exterior da edificação contam-se oito espaços com determinações exclusivas de controle. Um desses espaços está no nível 7, guardando, sobretudo, dois blocos de celas e de pátios. Quando o interno é liberado para visita, sua transição para este setor perfaz um trajeto que conta com, no mínimo, sete espaços antecedentes, sendo um deles exclusivamente de controle.

No parlatório, a co-presença é estabelecida em níveis topológicos distintos. Enquanto a visita posiciona-se no nível 6, a pessoa presa está no nível 9, o mais profundo deles. Através de soluções como esta, a configuração espacial, topologicamente, trata de classificar

peçoas, e, em ação conjunta com a não distributividade do sistema, cuida de definir fluxos, delimitar espacialidades e impor limites de acesso e movimento.

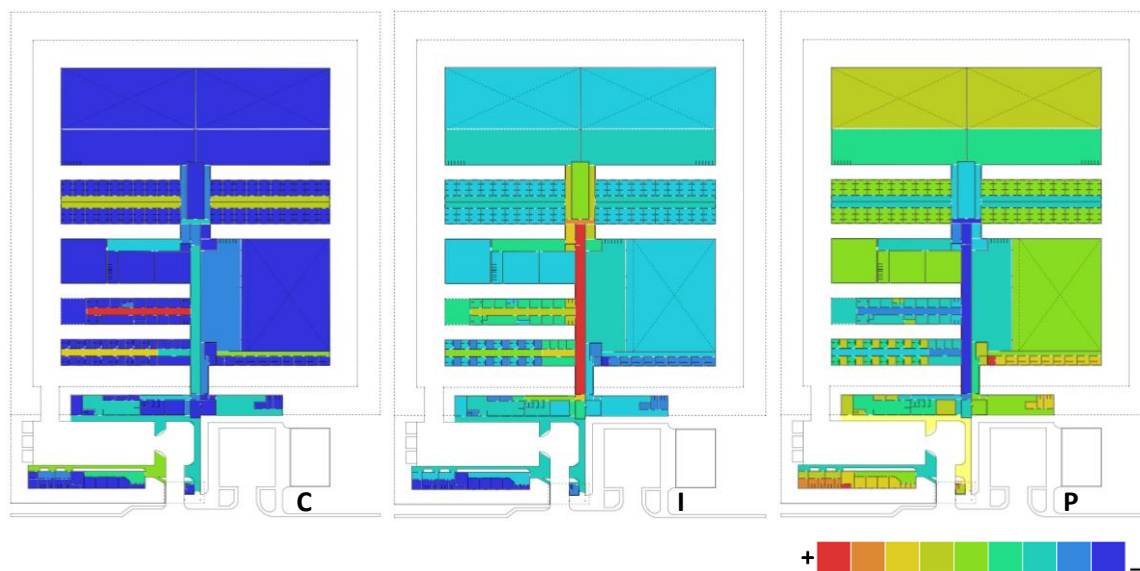


Figura 70 – Mapas convexos de Conectividade (C), Integração (I) e Profundidade (P): Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte

A análise por meio de mapas convexos informa as seguintes condições para o modelo: o valor médio de conectividade é de 2,08046 conexões. Entre os espaços menos conectados estão todas as celas, os pátios, salas de aula e administrativas e oficinas ($C=1$). O espaço mais conectado é o corredor do setor de saúde ($C=17$). O valor médio de integração é 0,868078 pontos. O espaço mais integrado é o corredor principal, no eixo vertical ($I=1,51635$). O espaço menos integrado está no setor administrativo ($I=0,612668$). No corpo do edifício, o espaço menos integrado é o parlatório, na seção destinada ao interno ($I=0,620276$). O valor médio de profundidade é de 6,81018 passos sintáticos. Os espaços mais profundos também estão no setor administrativo, seguido pela seção do parlatório ($P=9,01156$ e $8,91329$, respectivamente). O espaço mais raso é o corredor que também se mostra mais integrado ($P=4,23699$).

Excetuando-se alguns corredores, espaços pouco conectados, pouco integrados e medianamente profundos representam o sistema convexo da unidade penal no modelo espinha de peixe, confirmando a segregação, a permanência e o não reconhecimento da estrutura socioespacial como resultantes das imposições feitas pelo edifício de caráter reformador.

Propriedade Convexa	Valor mínimo	Valor médio	Valor máximo
Conectividade	1	2,08046	17
Integração	0,612668	0,868078	1,51635
Profundidade	4,23699	6,81018	9,01156

Tabela 11 – Medidas sintáticas (Sistema convexo): Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte

Para as celas prisionais, apresenta-se o resumo das medidas sintáticas básicas na Tabela 12.

Propriedade Convexa	Celas comuns	Celas com pátio	Celas de visita
Conectividade	1	1	1
Integração	0,808772	0,746184	0,708222
Profundidade	7,06936	6,58382	7,93764

Tabela 12– Medidas sintáticas (Sistema convexo): Celas da unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte

Todos os tipos de celas prisionais fazem apenas uma conexão (com algum corredor), estão abaixo do nível médio de integração e próximos ou acima do nível médio de profundidade do sistema convexo. As celas comuns são mais integradas. As celas de visita são as mais profundas e menos integradas. As celas de isolamento posicionam-se em níveis mais rasos.

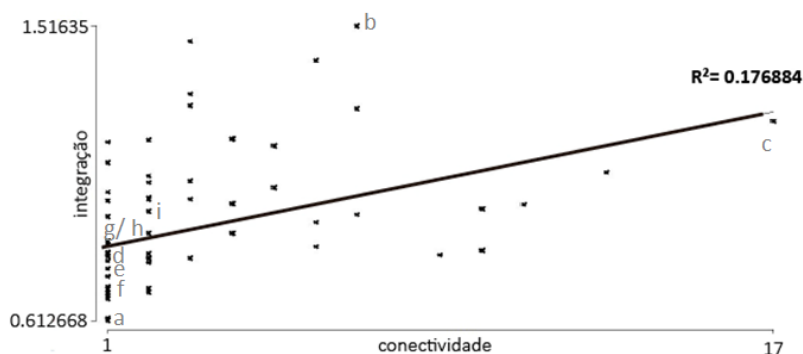


Gráfico 7 – Inteligibilidade convexa: Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte (a – parlatório, b – corredor central, c – corredor saúde, d – cela comum, e – cela de isolamento, f – cela de visita, g – sala de aula, h – oficina, i – pátio descoberto dos internos).

Correlacionando as medidas de conectividade e integração convexas do sistema, obtém-se como resposta que este apresenta baixo índice de inteligibilidade convexa. Com R^2 variando de 0 a 1, o gráfico de dispersão para o caso analisado mostra $R^2 = 0,176884$. Ou seja, em termos de acessibilidade, o projeto é pouco inteligível.

O menos inteligível dos espaços é o parlatório, na seção destinada ao interno. Os espaços mais inteligíveis são corredores – o do eixo vertical central e o do setor de saúde. Celas prisionais, pátios, refeitórios, salas de aula e oficinas são espaços concentrados pouco acima ou pouco abaixo da linha de tendência do Gráfico 7, apresentando os menores índices para conectividade e integração convexas ao mesmo tempo. Desta observação, conclui-se que os espaços que abrigam maior parte das rotinas dos internos são os mais apartados no sistema convexo.

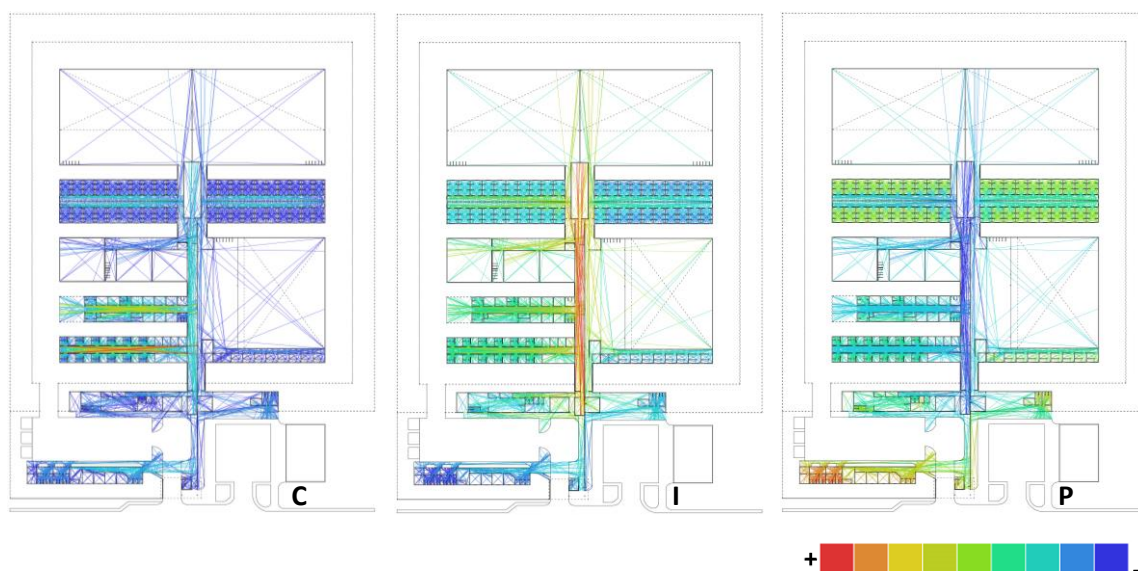


Figura 71 – Mapas axiais de todas as linhas de Conectividade (C), Integração (I) e Profundidade (P): Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte

A análise por meio de mapas axiais de todas as linhas mostra os índices médios de 89,5442 para a conectividade, 2,10189 para a integração e 5,8659 para a profundidade. Linhas mais conectadas surgem no corredor que dá acesso às salas de atenção à saúde. As mais integradas estão no corredor central, no eixo vertical. Os eixos mais profundos localizam-se no reservado e externo setor administrativo, seguidos pelas linhas do bloco de celas de visitas; estas, localizadas no interior do edifício.

A dimensão axial do edifício analisado revela a predominância de tons frios, atestando baixos índices para os atributos sintáticos analisados. O azul dominante no mapa

de conectividade diz sobre as condições de movimento, as quais, em sua maioria, buscam atender à condição de não transitoriedade. As exceções, obviamente, são corredores. O eixo vertical avermelhado no mapa de integração destaca a importância dessa espinha dorsal para o funcionamento do edifício. A maior parte dos fluxos desemboca nessa linha. O mapa de profundidade colore o setor administrativo com tons mais quentes, assegurando o distanciamento e a proteção deste setor em relação à totalidade do sistema. O contrário se aplica ao restante da edificação, que conta com o apoio do eixo vertical, mais raso, para garantir que as rotinas institucionais sejam executadas como previstas.

Em sendo o espaço mais integrado, e também dos mais rasos, fica reafirmada a relevância do eixo vertical como mecanismo de organização socioespacial do modelo. Todavia, esta linha axial mestra, integrada a todos os blocos, pode falhar em termos de controle. É o que aponta Sun (2008), alertando para a inadequação do modelo espinha de peixe por permitir que motins iniciados em uma das alas possam se alastrar para as demais, contando com a facilitação da distribuição central, que gere todo o edifício.

Ainda nos três mapas axiais, nota-se como espaços de estudo, trabalho e lazer são pouco privilegiados nesse aspecto. A ênfase projetual é dada às celas, os demais espaços são acessórios.

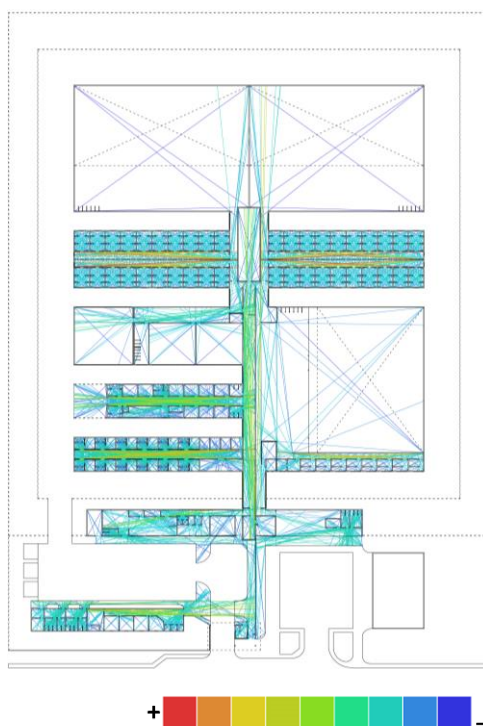


Figura 72 – Mapa axial de todas as linhas de Controle: Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte

A saber pelo mapa axial de todas as linhas de controle, as prescrições edilícias deliberam maior controle aos diversos corredores no eixo horizontal, principalmente aos que distribuem para os blocos de cela e, em menor medida, ao bloco de atendimento médico. Os corredores dos blocos de celas comuns, celas de isolamento e celas de visita são os espaços que apresentam maior intensidade dessas linhas. Os valores médios são 1,59811; 1,59043 e 1,59048, respectivamente, para cada ala. Todos acima da média do sistema.

Propriedade Axial	Valor mínimo	Valor médio	Valor máximo
Conectividade	3	89,5442	650
Integração	1,202	2,10189	4,06737
Profundidade	3,40981	5,8659	9,15438
Controle	0,0847222	1	3,84113

Tabela 13 – Medidas sintáticas (Sistema axial): Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte

Correlacionando as medidas de conectividade e integração axiais do sistema, obtém-se um baixo índice de inteligibilidade axial. Com R^2 variando de 0 a 1, o grafo de dispersão para o caso analisado mostra $R^2 = 0,325416$. Pode-se afirmar, então, que em sua dimensão axial o projeto não é inteligível. Em vermelho no Gráfico 8, destacam-se as propriedades sintáticas dos principais corredores, confirmando-os como os mais inteligíveis dos espaços da unidade penal em modelo espinha de peixe.

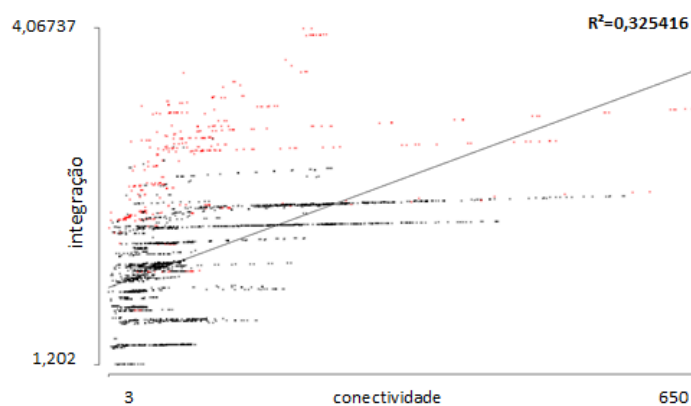


Gráfico 8 – Inteligibilidade axial: Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte

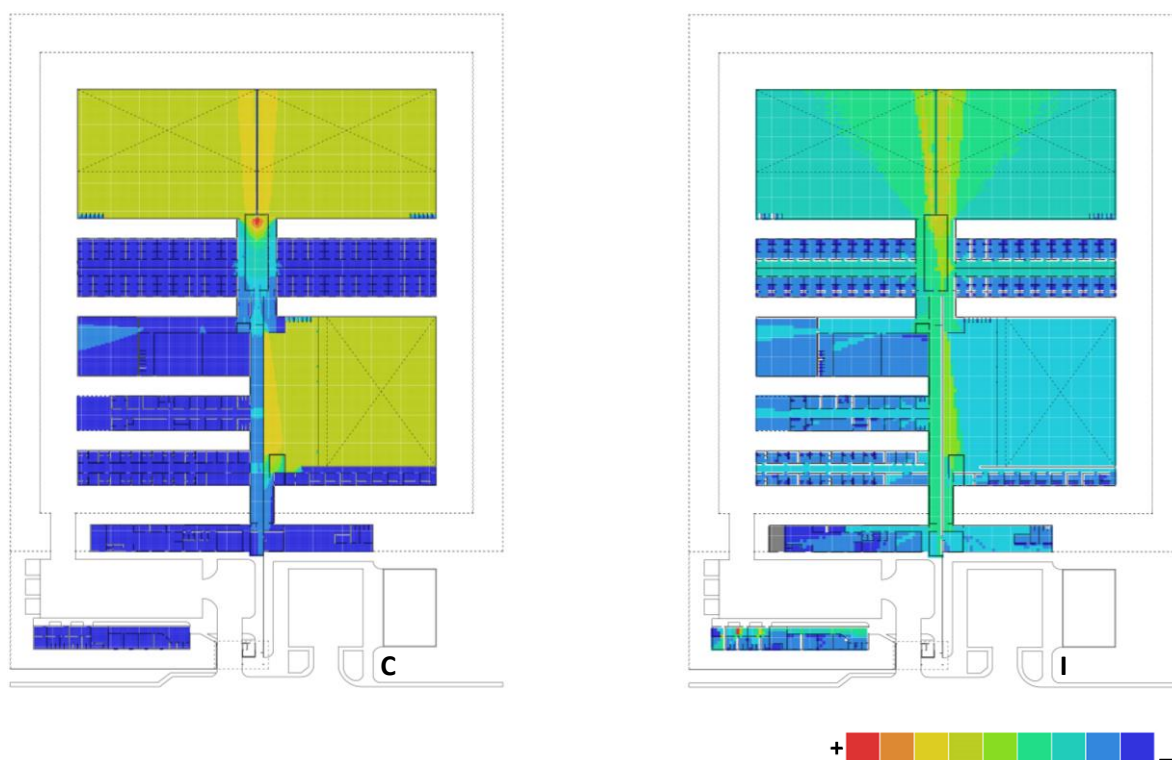


Figura 73 – Mapas visuais de Conectividade (C) e Integração (I): Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte

A leitura do sistema de visibilidade desta unidade penal mostra uma predominância de cores efetivamente mais frias no mapa de conectividade visual, onde apenas os pátios e parte do posto de controle central tendem a tons mais quentes. No mapa de integração visual também predominam os tons de verde e azul, indicando o baixo índice para esta propriedade. A conexão visual média do sistema é de 1.422,61 pontos. O espaço mais conectado visualmente é o posto de controle centrado no eixo vertical do edifício, para onde o nível máximo de conectividade é de 3.606 pontos. Em seguida aparecem os pátios, todos apresentando indicies que giram em torno dos 3.300 pontos. Os menores números são das celas, de todos os tipos, onde pode ser observado o índice de 2 pontos para esta propriedade sintática visual. A conectividade visual média para os blocos de celas comuns é de 105 pontos, para o bloco de celas de isolamento é de 55,80 pontos, para o bloco de celas de visita é de 28,47 pontos. O bloco que abriga as atividades de estudo e lazer conta 270,60 pontos. Afora os pátios e o posto de controle central, todos os espaços operam com conectividade visual muito abaixo da média do sistema.

A integração visual média do sistema é de 5,72027 pontos. No corpo edilício principal, o maior índice de integração também está no posto de controle central ($I=15,0007$)

que olha para os pátios dos internos. Em seguida aparecem estes mesmos pátios, com integração média de 7,17405 pontos, e o pátio de visitação, com 5,67598 pontos. Pontos de integração mais baixos aparecem na cozinha, tendo este setor uma média de 2,97 pontos. A integração visual média para os blocos de celas comuns é de 4,4014 pontos, para o bloco de celas de isolamento é de 3,68261 pontos, para o bloco de celas de visita é de 3,72223 pontos. Todos abaixo da média do sistema.

Propriedade Visual	Valor mínimo	Valor médio	Valor máximo
Conectividade	2	1.422,61	3.606
Integração	1,74112	5,72027	15,0007

Tabela 14 – Medidas sintáticas (Sistema de Visibilidade): Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte

Correlacionando as medidas de conectividade e integração visuais, tem-se que o sistema demonstra baixo índice de inteligibilidade visual. Com R^2 variando de 0 a 1, o gráfico de dispersão para o caso analisado mostra $R^2 = 0,473004$. Ou seja, o projeto analisado é pouco inteligível em termos de visibilidade. No Gráfico 9, destaca-se em vermelho o posto de controle localizado ao fim do eixo vertical, espacialidade com maior inteligibilidade visual.

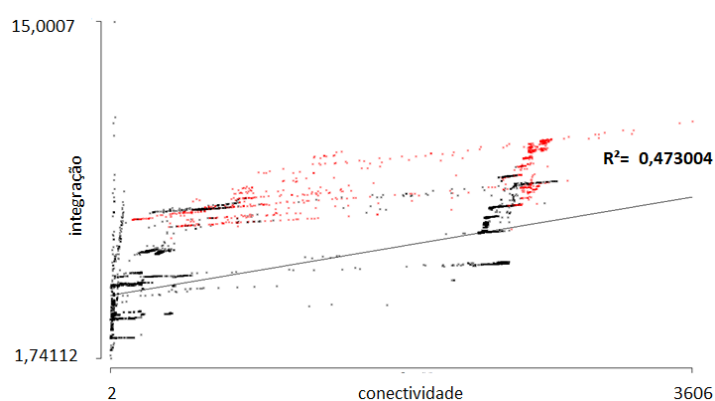


Gráfico 9 – Inteligibilidade visual: Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte

Seguem os resultados para a análise dos campos visuais tendo como referência cinco situações: as visadas a partir dos postos de controle visual e de quatro percursos preestabelecidos. A saber, os percursos abrangem a chegada da pessoa presa ao presídio, sua ida da cela para o refeitório e para os pátios de vivência, da cela para a sala de aula e para a oficina de trabalho e da cela carcerária para a cela de visita.

Postos de controle visual

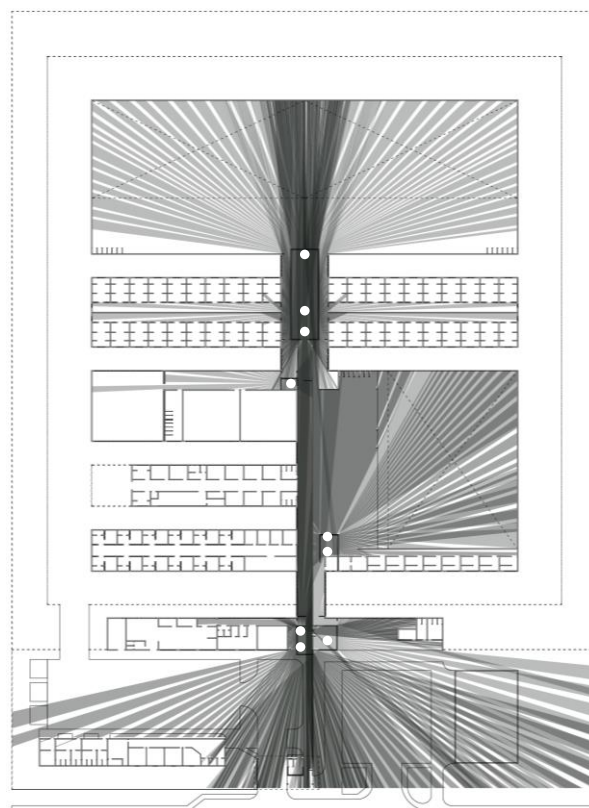


Figura 74 – Mapa de campos visuais a partir dos postos de controle: Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte

O mapa de campos visuais a partir dos postos de controle mostra que, contando os cinco postos de controle visual do corpo do edifício, e considerando 9 pontos de visada estáticos, distribuídos nos espaços em função de sua área e estratégia de controle, alcança-se uma área média de isovistas de 558,23m², o que corresponde a 4,5% da área do terreno, ou 11% área do edifício. As visadas a partir dos postos de controle marcam principalmente o eixo vertical, no interior do edifício. Assim, este eixo, que se destaca nas análises de integração convexa e axial, recebe atenção visual distinguida. No espaço externo, vigia-se principalmente os acessos e a área destinada à recepção das visitas, antes que estas adentrem a unidade penal. O pátio de visitação também é dos espaços mais controlados visualmente, seguido pelos pátios dos internos. Ou seja, espaços onde há uma maior previsão de co-presença entre as pessoas presas são mais vigiados pelo olhar da instituição. As isovistas complexas são resultantes da busca por atender tal solicitação.

Duas isovistas no primeiro posto de controle visual, à esquerda, garantem uma área média de 547,62m². Uma isovista no primeiro posto de controle visual, à direita, pode

conseguir uma área $635,10\text{m}^2$. Uma isovista no posto de controle do bloco de estudo/trabalho chega a ter área de $205,57\text{m}^2$. Três isovistas a partir do posto de controle central, entre os blocos de celas comuns, garantem uma área média de $564,10\text{m}^2$, sendo estas as de maiores alcance e área de abrangência, contemplando toda a distribuição central, parte do pátio coberto de visitação, os pátios dos internos e os blocos de celas comuns.

Percurso 1: Chegada ao presídio e ida à cela

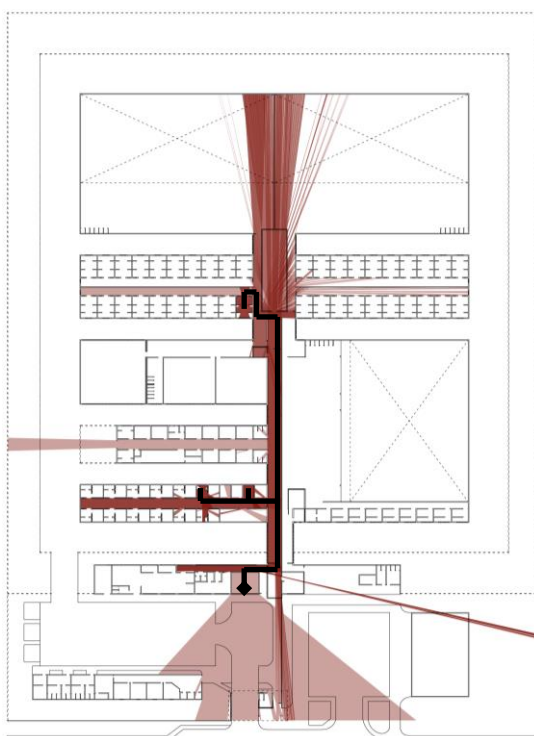


Figura 75 – Mapa de campos visuais do Percurso 1: Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte

A pessoa presa chega de viatura e desembarca na garagem. Dali, passa para um corredor que se interliga ao eixo vertical. Segue em frente e dobra à esquerda, no bloco destinado à inclusão, para fazer a triagem. Após este procedimento, pode permanecer em algumas das celas existentes no mesmo bloco, ou, então, retomar o percurso pelo eixo vertical, quando passa pela entrada do bloco de atenção à saúde e por antecâmaras para, enfim, encontrar o corredor que distribui para as celas. Destaca-se que a única ocasião em que as isovistas podem extrapolar os limites da edificação e alcançar o exterior intramuros, neste percurso, é quando se passa pelo setor de saúde, que tem um solário com fechamento em alambrado.

Neste que seria o primeiro dos percursos, a pessoa presa já poderia apreender visualmente a espacialidade de um edifício que se faz a partir de um extenso corredor entrecortado por diversos blocos. O campo de visão dá conta de toda a passagem vertical com estabilidade, e também acessa as diversas distribuições horizontais localizadas à esquerda do edifício, por onde a pessoa presa transitará para realizar a maior parte de suas rotinas.

No bloco de celas comuns, a co-ciência não é estabelecida, dada a presença da parede de barreira visual, as isovistas compactas restringem-se ao interior das celas. Esta situação não se repete nas celas de isolamento, que não possuem elemento que interrompa a visão entre os blocos paralelos de celas. Ainda com a sua chegada ao presídio, é possível que o indivíduo aviste, ao fundo, cerca de 1/6 dos pátios, o coberto, que também serve de refeitório, e o descoberto, onde atividades recreativas têm previsão para acontecer.

O percurso 1 se faz com no mínimo 15 mudanças de direção. O movimento do trajeto garante uma isovista média de 241,23m², o que corresponde a 2,38% da área do terreno, ou 4,73% da área do edifício.

Percurso 2: Da cela para o refeitório e para os pátios de vivência

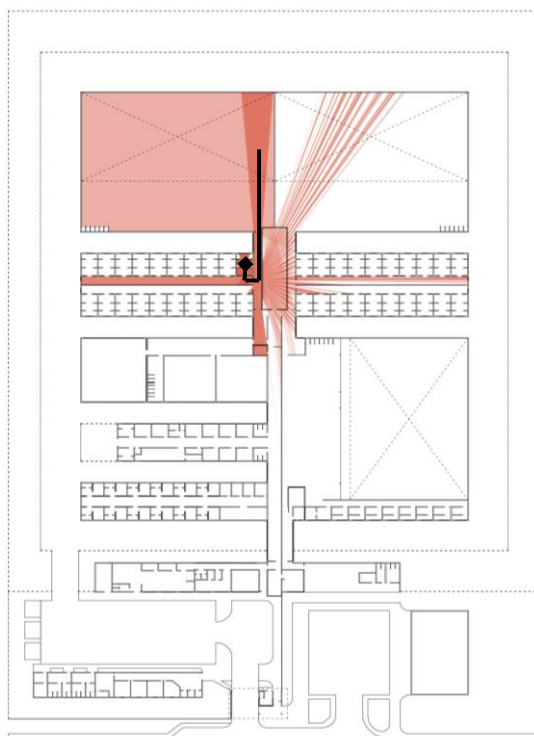


Figura 76 – Mapa de campos visuais do Percurso 2: Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte

Da cela, a pessoa presa passa para o corredor imediato e desse segue para outro corredor. Nesse tempo, as vistas são restringidas à circulação, pela parede de barreira visual. Ao chegar próximo ao posto de controle, a oclusividade das isovistas aponta que parte do bloco de celas e dos pátios do lado oposto pode ser avistada. Segue-se então para o pátio coberto, de onde se tem acesso visual livre para a continuidade descoberta do pátio.

O percurso se dá na direção de um espaço confinado, de visibilidade mínima, para um espaço mais amplo, porém com visibilidade que se restringe aos seus próprios limites, mas com estabilidade. Parte-se com uma isovista de $9,96\text{m}^2$ (cela) para uma isovista de $800,60\text{m}^2$, correspondente ao campo de visão que se conforma nos pátios, estes que são vedados por muros de superfície opaca.

O percurso 2 se faz com no mínimo 3 mudanças de direção. O movimento do trajeto garante uma isovista média de $277,28\text{m}^2$, o que corresponde a 2,74% da área do terreno, ou 5,44% da área do edifício.

Percurso 3: Da cela para a sala de aula e para a oficina de trabalho

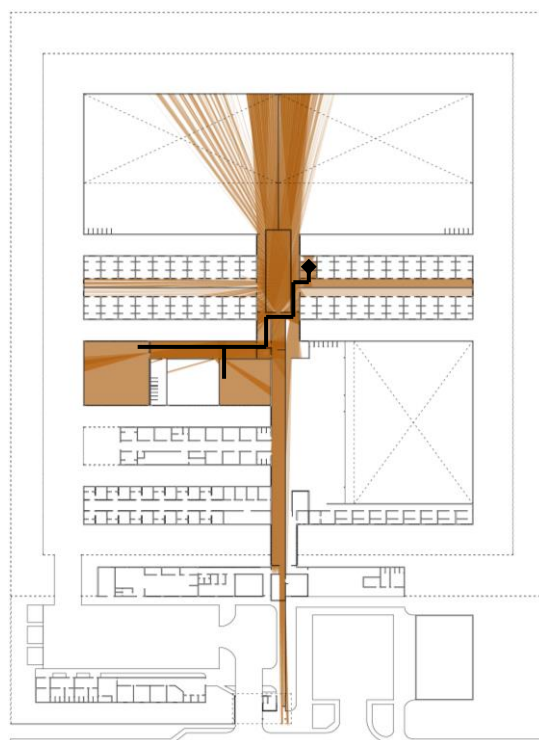


Figura 77 – Mapa de campos visuais do Percurso 3: Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte

Da cela, a pessoa presa passa para o corredor imediato e desse segue para outro corredor. Nesse tempo, as vistas são restringidas pela parede de barreira visual. Ao chegar

próximo ao posto de controle, a oclusividade das isovistas sugere que parte do bloco de celas e dos pátios do lado oposto, à esquerda, pode ser avistada. Segue-se então para mais um corredor e depois para um hall com detector de metais. Após ser revistado, o interno adentra mais um corredor, de onde terá acesso às salas de aula e à oficina.

Todo o trajeto se desenha em corredores e pode ser acompanhado pelos postos de controle. Nesse caminho, o indivíduo tem acesso visual ao corredor principal, podendo estender a visão até sua porção mais rasa em relação à rua. Uma vez na sala de aula ou na oficina, a visão fica limitada ao interior desses espaços. As isovistas são estáveis e de pouca complexidade.

O percurso 3 se faz com no mínimo 9 mudanças de direção, considerando que se vai para a sala de aula e, posteriormente, para a oficina. O movimento do trajeto garante uma isovista média de $154,10\text{m}^2$, o que corresponde a 1,52% da área do terreno, ou 3,02% da área do edifício.

Percurso 4: Da cela carcerária para a cela de visita

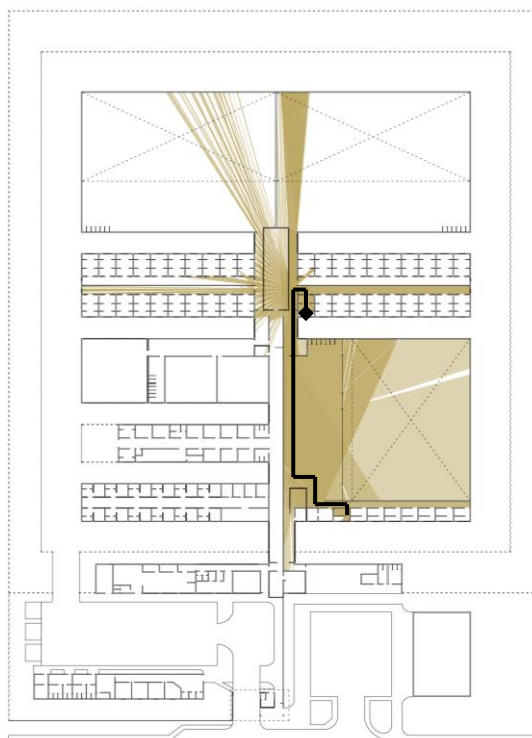


Figura 78 – Mapa de campos visuais do Percurso 4: Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte

Da cela, a pessoa presa passa para o corredor imediato e desse segue para outro corredor. Nesse tempo, as vistas são restringidas pela parede de barreira visual. Ao chegar

próximo ao posto de controle, a oclusividade das isovistas sugere que parte do bloco de celas e dos pátios do lado oposto, à esquerda, pode ser avistada. Segue-se então para mais um corredor e adentra-se uma sala destinada à revista. Liberado desta sala, o interno passa pelo pátio coberto de visitação, depois segue e passa em frente a um posto de controle visual, dobra para um corredor e entra na cela de visita. O trajeto mostra-se menos particionado por corredores e com maior permissividade visual. Parte-se de uma isovista de $9,96\text{m}^2$ (cela comum) para uma isovista de $5,56\text{m}^2$ (cela de visita), passando por uma isovista de $799,08\text{m}^2$ (pátio de visitação). Todavia, este percurso se faz sob o crivo de espaços de controle.

O percurso 4 se faz com no mínimo 6 mudanças de direção. O movimento garante uma isovista média de $315,95\text{m}^2$, o que corresponde a 3,12% da área do terreno, ou 6,2% da área do edifício.

Referência	Área mínima de isovista	Área média de isovista	Área máxima de isovista
Controle	$205,57\text{m}^2$	$558,33\text{m}^2$	$889,20\text{m}^2$
Percurso 1	$5,43\text{m}^2$	$241,23\text{m}^2$	$958,01\text{m}^2$
Percurso 2	$9,80\text{m}^2$	$277,28\text{m}^2$	$733,67\text{m}^2$
Percurso 3	$9,80\text{m}^2$	$154,10\text{m}^2$	$305,18\text{m}^2$
Percurso 4	$6,23\text{m}^2$	$315,94\text{m}^2$	$862,87\text{m}^2$

Tabela 15 – Área de isovistas: Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte

O percurso que proporciona menor campo de visão é o que parte da cela e vai para a sala de aula e a oficina. O que proporciona o maior campo de visão é quando se vai da cela carcerária para a cela de visita, passando pelo pátio coberto de visitação. A área média de isovistas, considerando os percursos estipulados, é de $247,13\text{m}^2$. Isto significa dizer que, ao realizar todas as rotinas previstas, o indivíduo pode ter acesso visual correspondente a 1,98% da área do terreno, ou 4,85% da área do edifício.

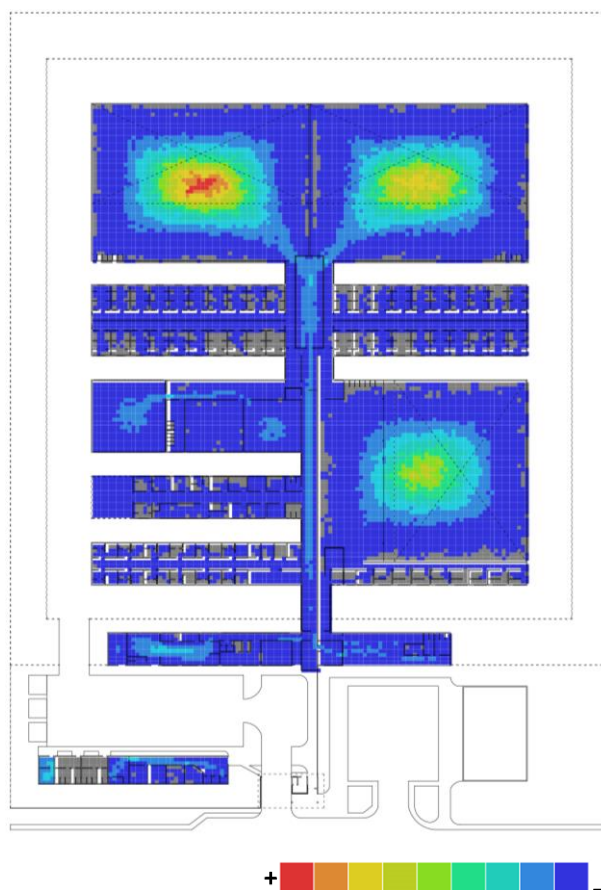


Figura 79 – Mapa de simulação de movimento: Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte

A simulação com agentes computacionais de movimento, na análise ponto a ponto, apresentou o seguinte resultado: variando de 1 a 391, a contagem média de agentes por ponto é de 36,8; o que explica a predominância visual de um tom de azul mais escuro no mapa. A maioria dos espaços apresentaram índices abaixo dessa média. Os espaços mais percorridos foram os pátios, tanto os destinados exclusivamente aos internos quanto o destinado à visita. Dentre eles, destacasse o pátio descoberto à esquerda do eixo central, que apresenta ao centro uma mancha com tons mais quentes, onde se chega a uma média de 287,28 agentes por ponto. Os espaços menos percorridos foram o bloco de celas de visita (média de 1,38 agentes/ponto), o bloco de celas comuns (média de 5,13 agentes/ponto) e o bloco de celas de isolamento (média de 6,27 agentes/ponto); resultado que ilustra a segregação e o controle destinados a esses espaços. O setor de estudo/ trabalho somou uma média de 16,99 agentes por ponto.

A análise com autômatos confirma os baixos índices sintáticos apresentados nas dimensões convexa, axial e visual. Dentro do previsto para um edifício de tal natureza, o

modelo analisado prioriza o controle e o não-movimento, ao passo que o partido em blocos paralelos também impede o entendimento da totalidade do sistema espacial e opera de modo a inibir a experiência de perceber o espaço visualmente e por ele transitar. Com estas condições, a unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte, típico tipo edifício brasileiro, atende às solicitações e expectativas para um edifício reformador nas suas intenções textuais mais remotas. Ao mesmo tempo, ratifica a validade prescritiva desse texto na contemporaneidade.

5.4 Projeto 04 – Unidade penal de modelo misto e grande porte

A unidade penal de modelo misto (Espinha de peixe e Pavilhonar) e grande porte é um edifício térreo, com 9.420,00m² de área construída, situado em um terreno com área de 39.845,00m², aproximadamente. O modelo projetado pelo DEPEN, em 2002, tem capacidade para encarcerar 468 pessoas, em regime fechado, com nível de segurança máximo.

O projeto é concebido por pavilhões, dentre os quais estão os seguintes: Pavilhão de Administração e Corpo de guarda, Pavilhão de Serviços, Pavilhão de Saúde, Pavilhão de inclusão e Pavilhões de Vivência. Ao todo, são quatro os denominados Pavilhões de Vivência, que consistem em unidades independentes que podem servir à separação de pessoas presas por perfil psicossocial. Cada um desses pavilhões possui os seguintes setores: Visita, Vivência, Estudo, Trabalho, Encarceramento e Apoio.

Ao analisar o plano espacial desse edifício prisional, Cordeiro (2017) aponta que o modelo fere o *Manual de Diretrizes para Elaboração de Projetos de Unidades Penitenciárias*, publicado em 1995 pelo próprio DEPEN; pois, cada pavilhão de vivência tem capacidade para encarcerar, em média, 120 pessoas, quando o referido manual orienta que o número máximo de pessoas por pavilhão deve ser 60. A autora ainda frisa que nesta unidade penal a função do espaço é pautada enfaticamente na pena-punição, desmerecendo qualquer manifestação à questão da pena-tratamento. Cordeiro (2017) argumenta que isso é reflexo do pensamento do arquiteto autor do projeto, que se declarou descrente sobre a possibilidade de recuperação da pessoa presa e a favor da punição como forma de castigo por um mal praticado.

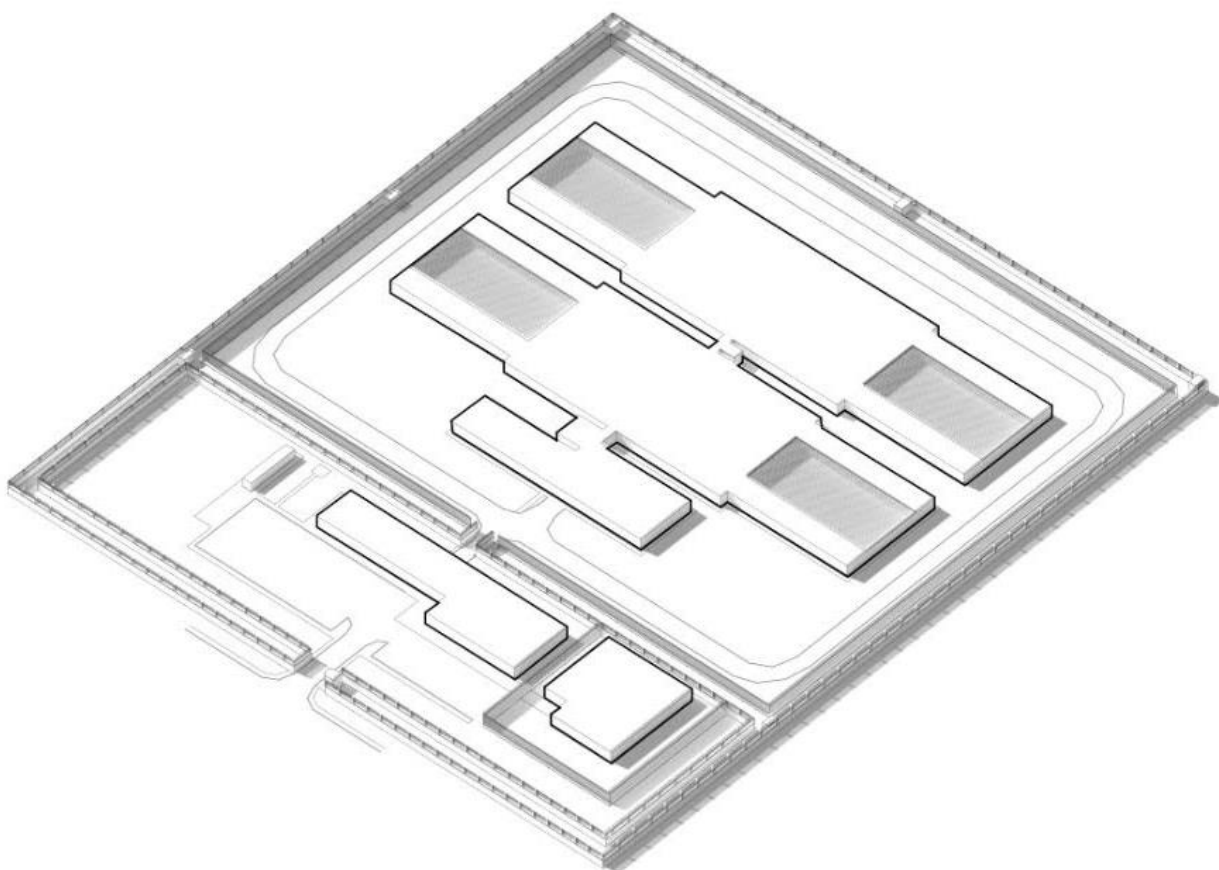


Figura 80 – Volumetria: Unidade penal de modelo misto e grande porte



- | | | | |
|--------------------|-------------------------------|----------------------------|-------------------------------------|
| 1 - guarita | 11 - apoio visitas | 21 - espera | 31 - sanitário |
| 2 - controle | 12 - pátio coberto visita | 22 - farmácia | 32 - oficina |
| 3 - recepção | 13 - cela de visita | 23 - esterelização | 33 - barbearia |
| 4 - cozinha | 14 - pátio descoberto visitas | 24 - expurgo | 34 - rouparia |
| 5 - despensa | 15 - sala de aula | 25 - sala de procedimentos | 35 - parlatório |
| 6 - carga/descarga | 16 - solário | 26 - DML | 36 - cela PCD |
| 7 - lavanderia | 17 - administração | 27 - cela isolamento | 37 - pátio/ refeitório |
| 8 - biblioteca | 18 - dentista | 28 - departamento jurídico | 38 - área verde descoberta (telada) |
| 9 - cela | 19 - psicólogo | 29 - sala advogados | 39 - acesso frontal |
| 10 - revista | 20 - sala consulta | 30 - sala de reuniões | 40 - celas de descanso |

Figura 81 – Planta baixa: Unidade penal de modelo misto e grande porte

Fonte: CORDEIRO, 2017 (Adaptado).

Projeto: Unidade penal de grande porte
 Autoria: DEPEN/ MJ
 Ano: 2002
 Modelo: Misto (Espinha de peixe e pavilhonar)
 Nível de segurança: Máximo
 Tratamento penal: Regime fechado
 Capacidade: 468 pessoas presas
 Número de pavimentos: 1 [Térreo]
 Área do terreno: aproximadamente 39.845,00m²
 Área construída: 9.420,00m²

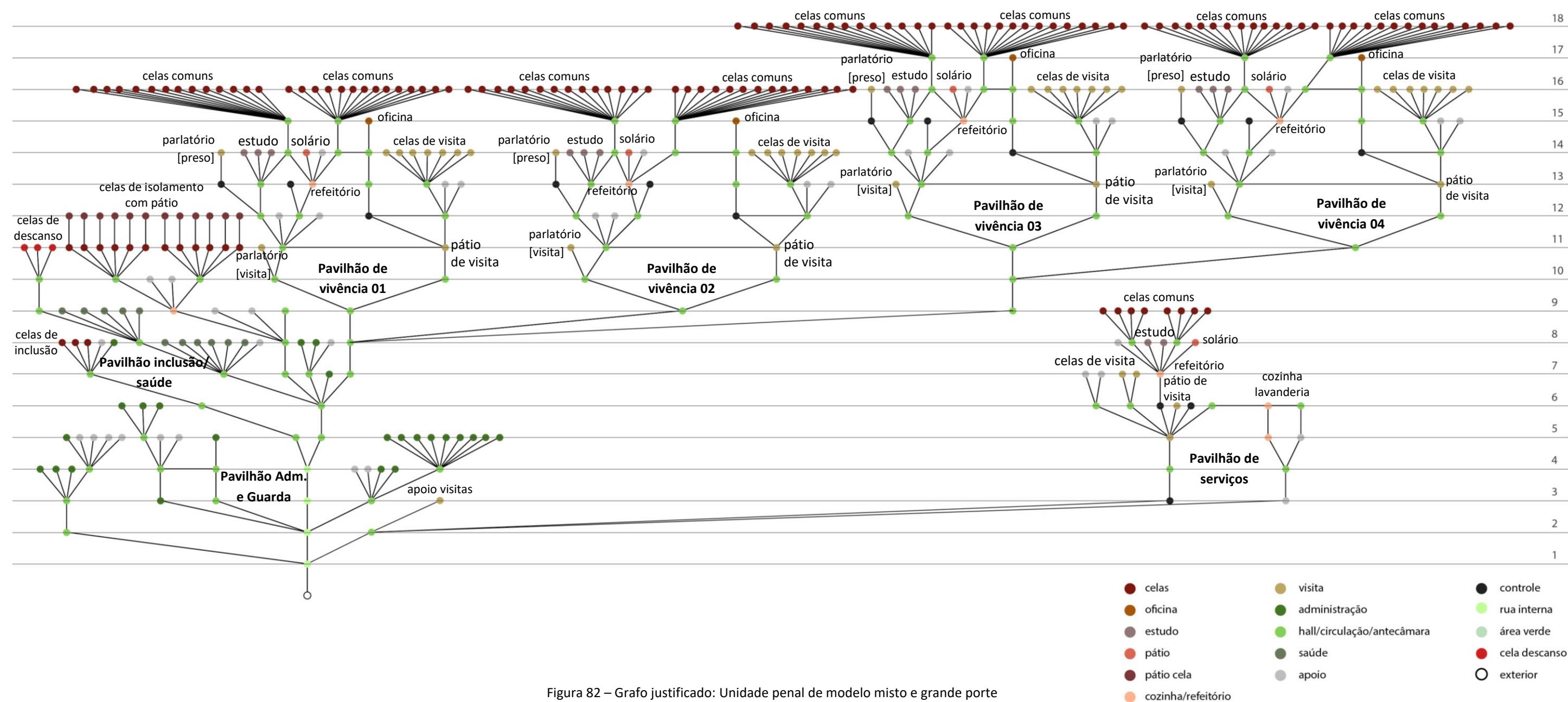


Figura 82 – Grafo justificado: Unidade penal de modelo misto e grande porte

A análise da unidade penal de modelo misto e grande porte, por meio de grafo justificado a partir do exterior do edifício, revela uma estrutura assimétrica e arbórea, característica que a define como um sistema espacial de controle. O valor de RRA desse sistema é de 1,9399. No edifício em questão, híbrido dos modelos espinha de peixe e pavilhonar, o uso dos vértices de corte é evidente e delimitam os diversos pavilhões como setores independentes. Ao todo, contam-se 8 pavilhões: 4 de vivência, 1 de serviço, 1 de apoio administrativo e de corpo de guarda, 1 de saúde e 1 de inclusão, além de um setor de jurisdição e um espaço de apoio às visitas, todos com limites bem definidos.

O pavilhão de apoio administrativo e de corpo de guarda tem início no nível topológico 2 e se estende até o sexto. O pavilhão de serviços, que também possui um módulo de carceragem, tem início no terceiro e termina no nono nível topológico. Estes pavilhões ocupam posições mais rasas. Os pavilhões de saúde e inclusão ocupam as porções medianas do grafo, indo do nível 6 ao 12. Os dois primeiros pavilhões de vivência se estendem por oito níveis topológicos, indo do nono ao décimo sexto. Os dois últimos pavilhões de vivência também se constroem em oito níveis topológicos, mas são topologicamente mais profundos, ocupando do décimo primeiro ao décimo oitavo níveis. Os Pavilhões de vivência são as estruturas espaciais mais profundas do modelo.

O mundo institucional se faz da metade do grafo para baixo, o mundo dos internos da metade do grafo para cima. Sendo assim, por ocuparem posições topológicas mais rasas, as pessoas presas no pavilhão de serviço estão situadas junto ao corpo da instituição, diferenciando-se das demais, postas nos pavilhões de vivências, em níveis mais profundos. Além disso, é no pavilhão de serviços que estão a cozinha e a lavanderia que servem a todo o edifício. Logo, às pessoas ali presas é dada a confiança de serem parte desses espaços, que, por denotarem perigo ao controle institucional, inexistem nos demais pavilhões e distam dos pavilhões de vivência, pelo menos, quatro níveis topológicos. Por tudo isso, entende-se que as relações entre visitantes e habitantes podem acontecer com diferentes graus de assimetria.

No total, o grafo conta dezoito níveis topológicos. As celas do pavilhão de serviço estão no nível topológico 9. Um nível abaixo estão as celas de inclusão. As celas de repouso, no pavilhão de saúde, surgem no nível 11; em posição igual estão as celas de isolamento, no pavilhão de inclusão. As celas dos pavilhões de vivência pontuam-se no décimo sexto e no

décimo oitavo níveis. Logo, celas carcerárias se estendem dos espaços medianamente profundos aos mais profundos, podendo o distanciamento topológico servir à classificação das pessoas presas por perfil psicossocial.

Em cada um dos pavilhões de vivência a estrutura socioespacial se repete. Nos níveis mais rasos encontra-se a seção do parlatório destinada às visitas e o pátio de visitação. A seção do parlatório destinada às pessoas presas encontra-se três níveis acima. Neste nível também estão as salas de aula, a biblioteca e as celas de visita. Um nível ainda mais acima existe uma oficina, cujo acesso é supercontrolado por três espaços antecedentes e de passagem obrigatória. Subindo mais um nível chega-se às alas de celas, o limite topológico do pavilhão. Esta gradação explicita a demanda por controle entre as diversas categorias de espaço, em função do seu uso e de quem o utiliza. Logo, na unidade penal de segurança máxima, celas são os espaços mais profundos e mais controlados, seguidos pelas oficinas, e, depois, pelos espaços de ensino e os demais espaços compartilhados entre os internos e as visitas.

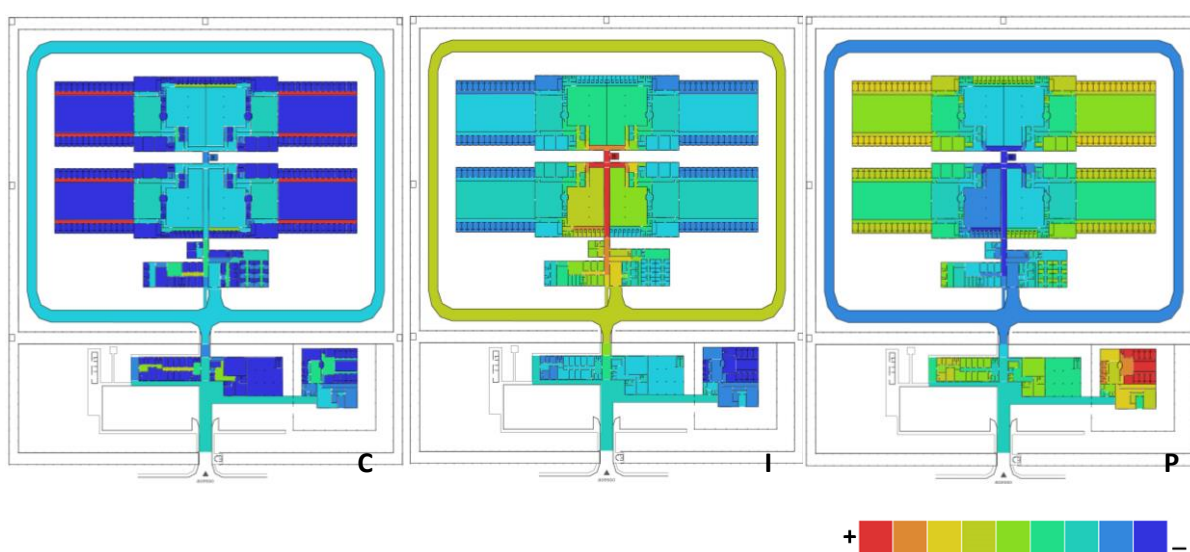


Figura 83 – Mapas convexos de Conectividade (C), Integração (I) e Profundidade (P): Unidade penal de modelo misto e grande porte

A análise por meio de mapas convexos informa os seguintes valores médios para o sistema: $C=2,07748$, $I= 0,544779$ e $P= 17,6723$. Os espaços mais conectados são os corredores de acesso às celas comuns, em todos os pavilhões de vivência, que fazem 15 conexões cada. Celas, oficinas, biblioteca, salas de aula, administrativas e de atendimento estão entre os espaços que fazem apenas uma conexão. O espaço mais integrado é o

corredor vertical central que distribui para os quatro pavilhões de vivência. Em seu ponto máximo, o índice de integração é de 0,962003, valor que vai se diluindo do centro para as extremidades do corredor. Espaços menos integrados estão no pavilhão de serviço e são representados pelas celas comuns e pelas celas de visita; para aquelas o valor de integração convexa é 0,367671, para estas o valor é de 0,413367. No pavilhão de vivência os espaços menos integrados também são as celas ($I = 0,450617$). É no pavilhão de serviços que se encontram os espaços mais profundos; novamente, celas comuns e celas de visitas, com os seguintes valores: 17,6727 e 15,8277, respectivamente. Nos pavilhões de vivência, as celas comuns também são os espaços mais profundos, quando os níveis de profundidade chegam a 14,6019 passos sintáticos. Nestes mesmos pavilhões, salas de aula e bibliotecas, em termos de profundidade, têm índices que variam de 12 a 14 passos sintáticos. Nos primeiros pavilhões de vivência, os pátios dos internos (o coberto e o descoberto telado) têm média de 11,7751 passos sintáticos. Nos dois últimos pavilhões essa média sobe para 12,2682 passos. Em níveis mais rasos estão os salões de visita, que somam entre 9 e 10 passos sintáticos. Um dos corredores horizontais que recebe o fluxo do eixo vertical central é o espaço mais raso, cotando 3,44554 passos sintáticos.

Atenta-se para a situação que se estabelece no corredor vertical central, configurando-se como um dos espaços mais integrados e rasos, ressaltando sua importância ao funcionamento do edifício. A maior profundidade e menores conectividade e integração que ocorre com o pavilhão de serviços também merece atenção, pois confirma a preservação deste bloco por imposição de segurança institucional.

Propriedade Convexa	Valor mínimo	Valor médio	Valor máximo
Conectividade	1	2,07748	15
Integração	0,367631	0,544779	0.962003
Profundidade	7,37136	12,629	17,6723

Tabela 16 – Medidas sintáticas (Sistema convexo): Unidade penal de modelo misto e grande porte

Para as celas comuns, apresenta-se as médias das propriedades sintáticas básicas, por pavilhão, na Tabela 17.

Propriedade Convexa	Celas P. Serviço	Celas de repouso	Celas de isolamento	Celas P.V. 1 e 2	Celas P.V. 3 e 4
Conectividade	1	1	1	1	1
Integração	0,367611	0,523153	0,539009	0,472806	0,450617
Profundidade	17,6723	12,716	12,3714	13,9636	14,6019

Tabela 17– Medidas sintáticas (Sistema convexo): Celas da unidade penal de modelo misto e grande porte

Todas as celas comuns, nos quatro pavilhões de vivência, são menos conectadas, menos integradas e mais profundas que a média do sistema. Confirmam-se, assim, como espaços mais segregados. As celas do pavilhão de serviço são as mais profundas e menos integradas do sistema. Situação que as coloca, mais uma vez, em posições socioespaciais diferenciadas das demais. As celas de repouso também são mais profundas e menos integradas que a média do sistema. Embora com uma menor diferença, tal condição dá a estas celas certa preservação em relação à totalidade do sistema. As celas de isolamento são menos integradas e mais rasas que a média do modelo. Estas parecem conformar espaços que, além de isolados, carecem de maior proximidade e controle por parte da instituição.

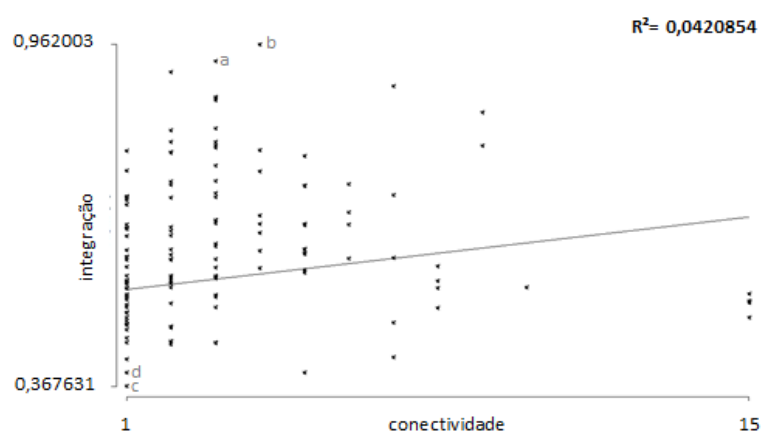


Gráfico 10 – Inteligibilidade convexa: Unidade penal de modelo misto e grande porte
(a – corredor eixo vertical central, b – corredor acesso ao pavilhão, c – celas pavilhão de serviço, d – celas pavilhão de vivência).

Correlacionando as medidas de conectividade e integração convexas do sistema, obtém-se um baixo índice de inteligibilidade convexa. Com R^2 variando de 0 a 1, o grafo de dispersão para o caso analisado mostra $R^2 = 0,0420854$. Ou seja, em sua dimensão convexa, o projeto é pouquíssimo inteligível.

Nesse sistema de baixa inteligibilidade, nos pontos mais altos destacam-se alguns dos corredores do modelo, como, por exemplo, o eixo central vertical e ramificações deste. Entre os espaços menos inteligíveis estão celas do pavilhão de serviço e do pavilhão de vivência.

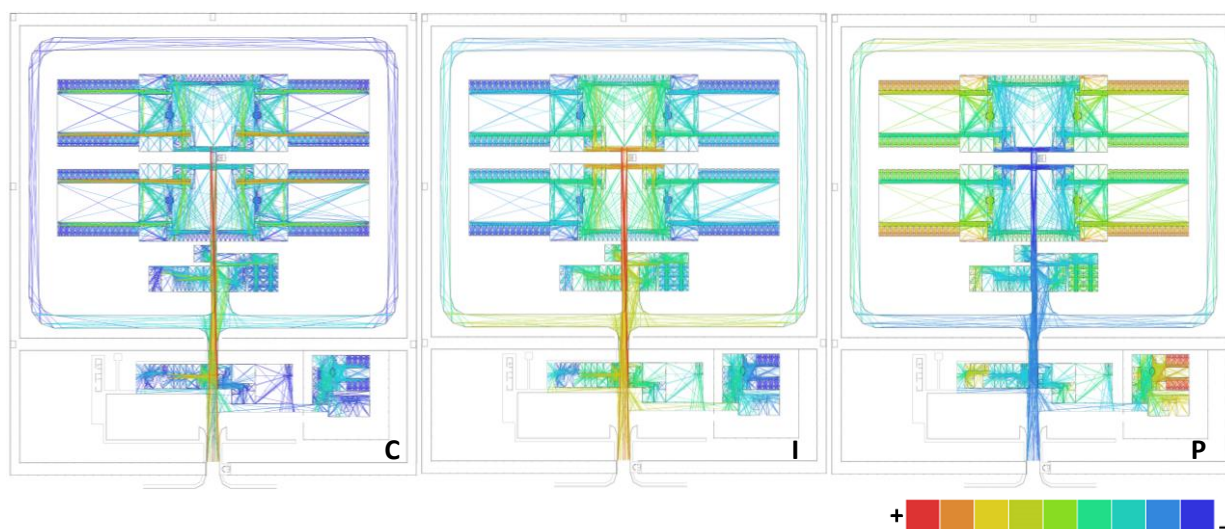


Figura 84 – Mapas axiais de todas as linhas de Conectividade (C), Integração (I) e Profundidade (P): Unidade penal de modelo misto e grande porte

A análise com mapas axiais de todas as linhas mostra os índices médios de 121,634 para conectividade, 1,8866 para integração e 10,3834 para profundidade. Linhas mais conectadas surgem no eixo vertical central e em eixos horizontais que levam aos blocos de celas prisionais, nos pavilhões de vivência. O pavilhão de administração também apresenta um eixo bem conectado, o qual direciona aos diversos espaços administrativos. As linhas mais integradas são as do eixo vertical central, que corta todo o edifício. Ao fim deste eixo, são reforçadas mais duas linhas com elevado potencial de integração, na horizontal, que se ligam ao eixo vertical mais integrado. As linhas mais profundas estão nos blocos de cela do pavilhão de serviços; seguidas por linhas nos blocos de celas dos pavilhões de vivência. Portanto, celas prisionais são dos espaços mais profundos, em termos axiais, e também, a ver pelos mapas, dos menos conectados e integrados.

No mapa de conectividade axial os tons frios são predominantes; corredores são as exceções. No mapa de integração aumenta a presença de linhas de tons mais quentes, embora predomine, ainda, os tons frios. Além do eixo vertical central, notam-se linhas mais integradas nos pátios de visita (pavilhões de vivência) e nos pavilhões de inclusão, jurisdição e administração; linhas estas que desembocam no eixo integrador que se conforma no

corredor vertical central. No mapa de profundidade pode-se observar que espaços que fazem parte da rotina da pessoa presa (celas, salas de aula, oficinas) possuem linhas mais quentes. Em contrapartida, as distribuições do sistema tendem aos tons mais frios, pintando-se em azul mais escuro. No limite médio dessa gradação estão, por exemplo, espaços de visitação e administrativos. Essa hierarquia de cores é resultante de uma hierarquia socioespacial, que subdivide a dimensão axial em termos de poder de movimento. A quem é controlado pelo espaço, obviamente, são oferecidas menos possibilidades de movimentação. Aos controladores do espaço, o inverso se confirma.

Vale ainda dizer que o eixo vertical central se constrói com maiores conectividade e integração e menor profundidade. Sua relevância em termos de organização socioespacial e de fluxo se comprova mais uma vez. Entretanto, a provável vulnerabilidade dessa espinha dorsal, típica do modelo espinha de peixe, também se confirma na unidade penal de modelo misto.

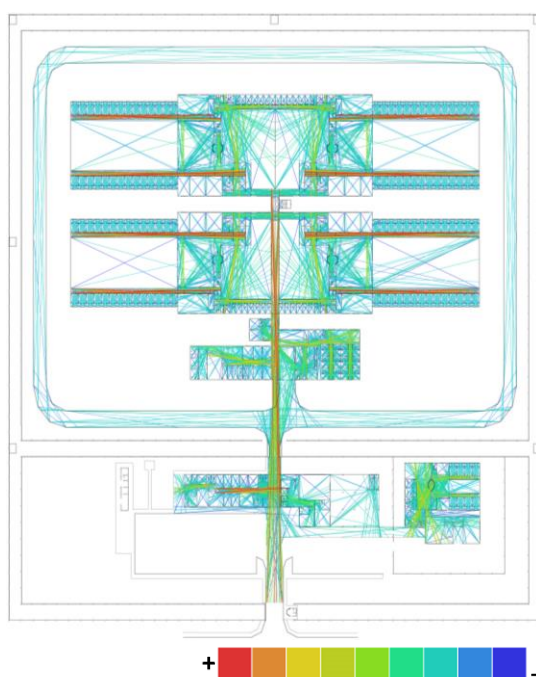


Figura 85 – Mapa axial de todas as linhas de Controle: Unidade penal de modelo misto e grande porte

O mapa axial de todas as linhas de controle destaca o eixo vertical central, os eixos horizontais que levam às alas de celas dos pavilhões de vivência e um eixo horizontal que corresponde à distribuição do pavilhão administrativo. Este fato atesta que o controle axial é pulverizado e subdividido entre os pavilhões. Em todos os casos citados o índice de controle conta em média 1,17 pontos, estando acima da média do sistema. Os índices mais baixos são

encontrados em salas de aula e oficinas, atestando a subserviência desses espaços que marcam, em média, 0,90 pontos.

Este enredo versa sobre a independência funcional dos pavilhões e a codependência existente entre eles, no sentido de manter o sistema sob controle. Em outras palavras, significaria dizer que o “descontrole” de algum pavilhão tende a acometer todo o sistema, dada a “permissividade” de um eixo principal; legado do modelo espinha de peixe.

Propriedade Axial	Valor mínimo	Valor médio	Valor máximo
Conectividade	4	121,634	601
Integração	1,15311	1,8866	3,61704
Profundidade	3,99142	7,00994	10,3834
Controle	0,103037	0,99999	3,11915
Controlabilidade	0,0236088	0,248436	0,772973

Tabela 18 – Medidas sintáticas (Sistema axial): Unidade penal de modelo misto e grande porte

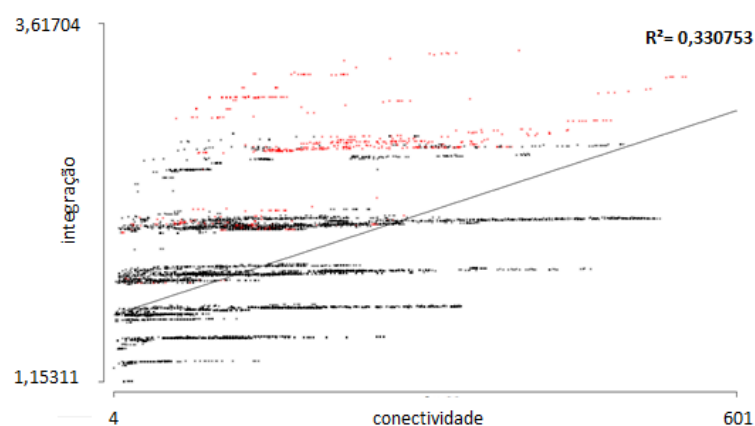


Gráfico 11 – Inteligibilidade axial: Unidade penal de modelo misto e grande porte

Correlacionando as medidas de conectividade e integração axiais do sistema, obtém-se um baixo índice de inteligibilidade axial. Com R^2 variando de 0 a 1, o grafo de dispersão para o caso analisado mostra $R^2 = 0,3305753$. Pode-se afirmar, então, que em sua dimensão axial o projeto não é inteligível.

Em vermelho, no Gráfico 11, destacam-se as propriedades sintáticas do eixo vertical central, o espaço mais inteligível do sistema. Contrariando as prescrições edilícias para o tipo re-formador, este espaço também é sua maior vulnerabilidade, caso a instituição perca o controle sobre ele.

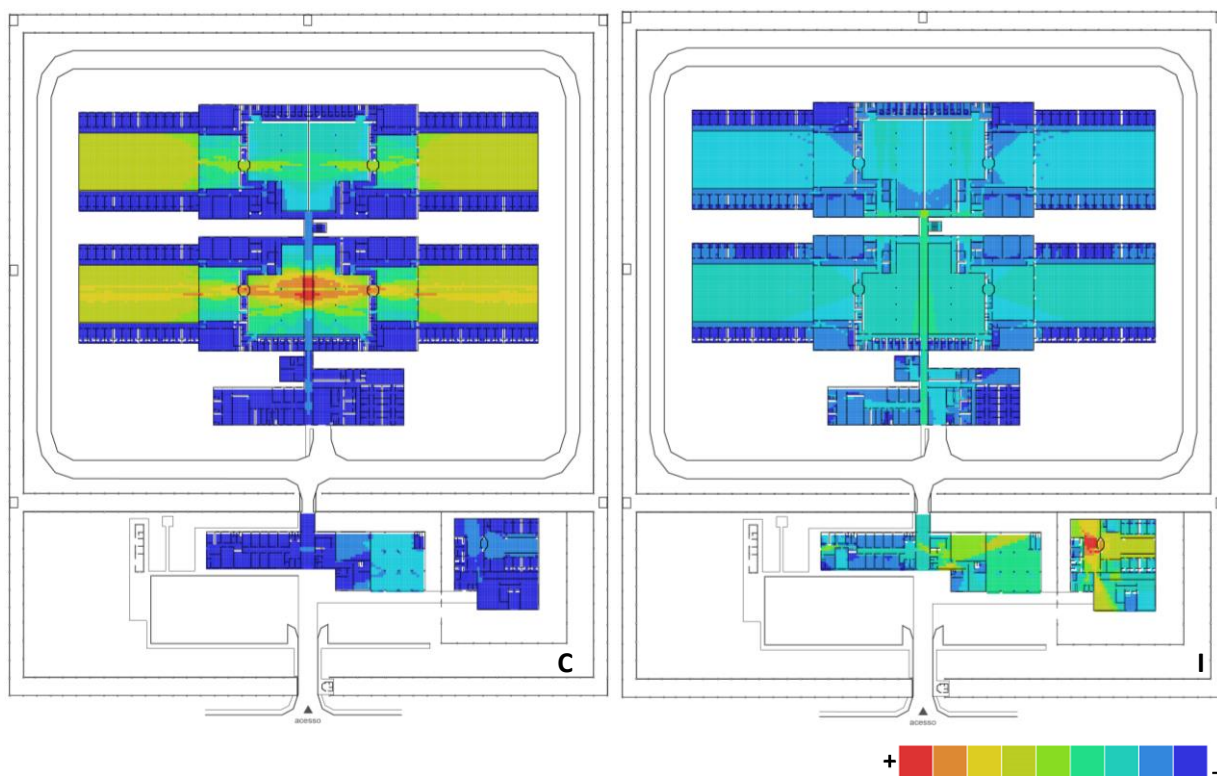


Figura 86 – Mapas visuais de Conectividade (C) e Integração (I): Unidade penal de modelo misto e grande porte

A leitura do sistema de visibilidade da unidade penal de grande porte e segurança máxima mostra no mapa de conectividade visual uma predominância de cores frias nos pavilhões de administração e corpo de guarda, serviços, saúde, inclusão e no setor de jurisdição. Nos pavilhões de vivência, tons mais quentes surgem nos pátios e destacam-se no meio do corredor vertical central, no local onde é possível ter acesso visual aos espaços coletivos dos pavilhões ao lado. Mas o tom de azul escuro volta a preencher os demais espaços desse pavilhão. A conectividade visual média do sistema é de 564,531 pontos. O espaço mais conectado visualmente está na porção central do corredor vertical (C= 2.010). Os pátios descobertos contam entre 1.200 e 1.300 pontos, os pátios cobertos contam de 900 a 1.100 pontos, já nos pátios de visitação a conectividade varia entre 700 e 1200 pontos. Todos esses espaços de uso recreativo, e que também servem à realização das refeições,

apresentam índices mais altos que a média do sistema para a conectividade visual. As médias para esta propriedade para os quatro pavilhões de vivência, o pavilhão administrativo e o pavilhão de serviços são, respectivamente, 628,8; 200,227 e 124,175 pontos. Dada a amplitude dos pátios dos pavilhões de vivência, estes, em conjunto, se mostram como os espaços mais conectados visualmente.

No mapa de integração visual a abrangência dos tons frios é maior que no de conectividade. Os pavilhões de vivência, saúde e inclusão colorem-se com tons de azul e verde, sobretudo nos espaços terminais, como celas, salas de aula, salas de atendimento e oficinas. No pavilhão de administração e corpo de guarda há uma maior integração visual entre algumas salas deste setor e o espaço externo de apoio às visitas. Já o pavilhão de serviços é o que demonstra maior integração visual, sobretudo nas proximidades do posto de controle visual. A integração visual média do sistema é de 3,11118 pontos. O espaço mais integrado visualmente ($I = 8,6836$), como já dito, aparece no pavilhão de serviços. As médias de integração visual para os quatro pavilhões de vivência, o pavilhão administrativo e o pavilhão de serviços são, respectivamente, 2,92544; 3,89366 e 4,77014 pontos. Tem-se que os pavilhões de vivência apresentam maior índice de conectividade visual, mas contam com menores índices de integração visual.

Propriedade Visual	Valor mínimo	Valor médio	Valor máximo
Conectividade	0	564,531	2016
Integração	1,36023	3,11118	8,6836

Tabela 19 – Medidas sintáticas (Sistema de Visibilidade): Unidade penal de modelo misto e grande porte

Ainda analisando o mapa de integração visual, ao observar os pavilhões de vivência vê-se que no eixo vertical central surgem tons de verde, e de amarelo em menor quantidade, a ressaltar maiores níveis de integração para aquele espaço. Tons de verde e azul mais claro se espalham pelos pátios daqueles pavilhões, também sinalizando para níveis mais elevados de integração. Tons de azul mais escuro destacam-se nas celas de isolamento, em algumas alas de celas comuns e nas oficinas dos últimos pavilhões, apontando para índices mais baixos de integração. Esta diferenciação de tons pode ser observada com maior nitidez na análise isolada dos pavilhões.

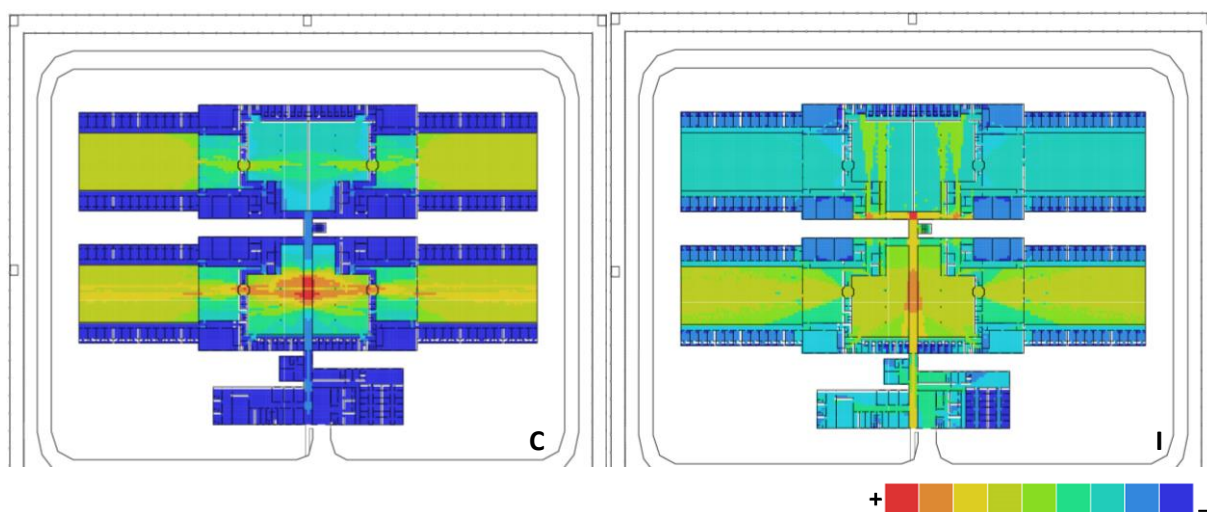


Figura 87 – Mapas visuais de Conectividade (C) e Integração (I): Unidade penal de modelo misto e grande porte (Análise isolada do conjunto de pavilhões de vivência)

Na análise isolada, o conjunto dos quatro pavilhões de vivência obteve média de 628,8 pontos para a medida de conectividade e 2,92544 para a de integração, reafirmando-se como o bloco mais conectado e menos integrado, quando se considera a totalidade do sistema de visibilidade. Cores mais quentes aparecem em corredores e espaços de uso coletivo. Nos demais espaços predominam os tons frios. Nota-se, agora mais facilmente, a integração visual mais acentuada nos dois primeiros pavilhões, que apresentam média de 3,2057 pontos – acima da média do conjunto. Em contrapartida, a média dos dois últimos pavilhões para a medida de integração é de 2,66834 pontos – abaixo da média do conjunto. Evidencia-se que pontos com maiores índices de conectividade e integração visuais encontram-se ao longo do corredor vertical central. Logo, este espaço que é importante em termos de movimento também tem relevância quando se trata de controle visual, condição que lhe é inerente devido à posição central que ocupa e que deve servir ao cumprimento da inspeção institucional.

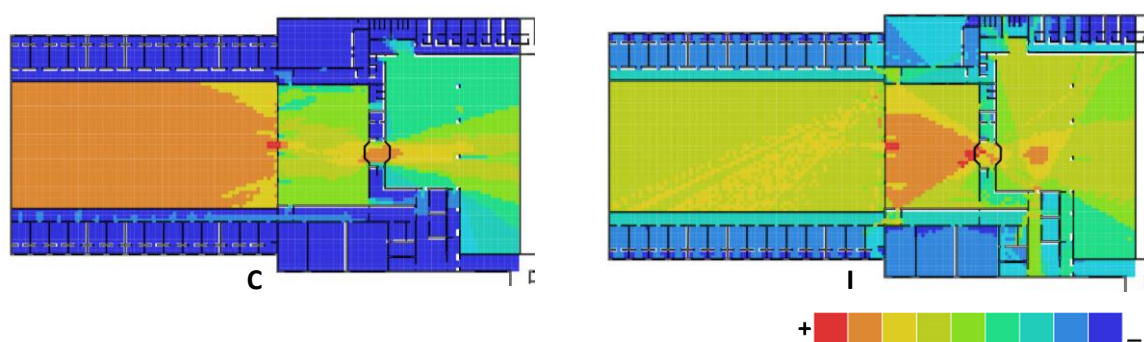


Figura 88 – Mapas visuais de Conectividade (C) e Integração (I): Unidade penal de modelo misto e grande porte (Análise isolada de um pavilhão de vivência)

Na análise isolada de apenas um pavilhão de vivência, a média de conectividade visual obtida é de 1.623,27 pontos, a de integração visual é de 6,84463 pontos. Estes números representam o dobro daqueles obtidos na análise de visibilidade com a totalidade do modelo. O espaço mais conectado visualmente no pavilhão de vivência é o pátio descoberto. O espaço que apresenta maior concentração de pontos para a propriedade de integração visual é o pátio coberto/ refeitório. Nota-se que o posto de controle visual se colore em cores quentes para ambas as propriedades avaliadas. Os demais espaços do pavilhão são pouco conectados e integrados visualmente, quando os índices mínimos para estas medidas marcam 3 e 2,46315 pontos, respectivamente, e encontram-se em celas.

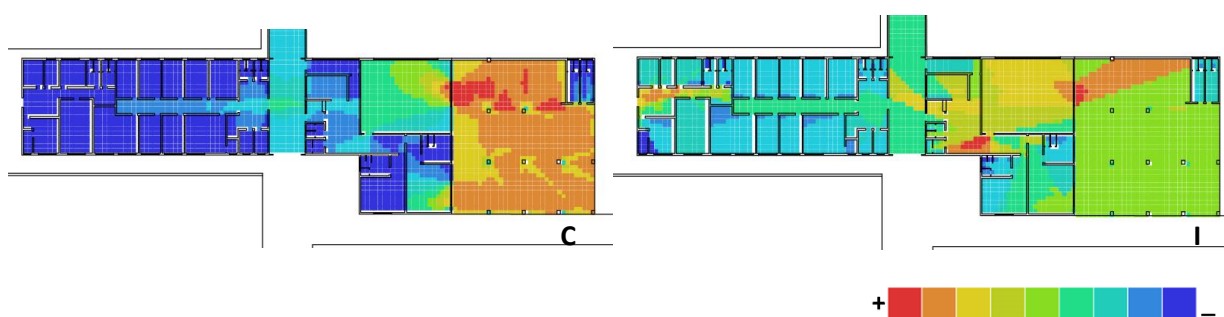


Figura 89 – Mapas visuais de Conectividade (C) e Integração (I): Unidade penal de modelo misto e grande porte (Análise isolada no pavilhão de administração e corpo de guarda)

Para o pavilhão de administração e corpo de guarda, isoladamente, a média de conectividade visual é de 533,028 pontos, a de integração visual é de 4,79919 pontos. Este pavilhão é menos conectado e mais integrado visualmente que a totalidade do modelo. O espaço mais conectado é o salão de apoio ao visitante. Parte desse salão também se mostra mais integrado, em conjunto com espaços que compõem o setor do corpo de guarda. Salas administrativas se mostram pouco conectadas e integradas visualmente.

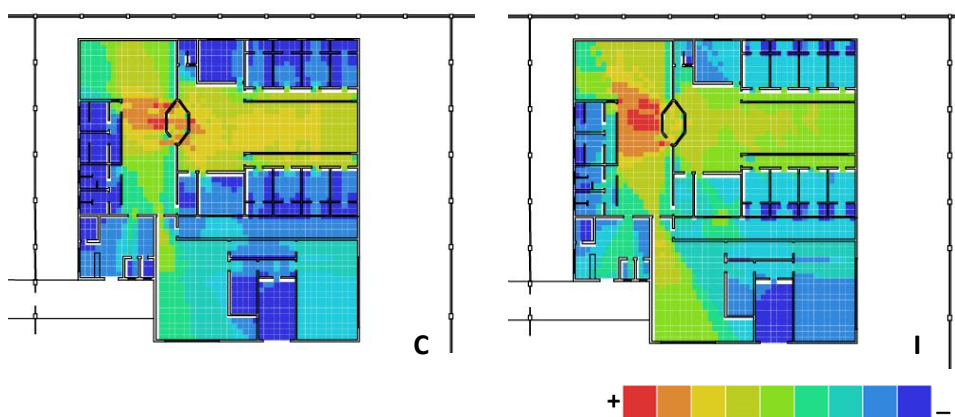


Figura 90 – Mapas visuais de Conectividade (C) e Integração (I): Unidade penal de modelo misto e grande porte (Análise isolada no pavilhão de serviços)

O pavilhão de serviços, na análise isolada, apresenta os seguintes índices médios para o sistema de visibilidade: $C=306,993$, $I=5,59686$. Ou seja, é menos conectado e mais integrado visualmente que a totalidade do modelo. Os níveis de integração representam quase o dobro da média total do sistema. Neste pavilhão, os pontos mais conectados e integrados visualmente estão no pátio coberto de visitas, em torno do posto de controle. Celas e espaços de estudo seguem sendo os menos conectados e integrados dos espaços, mesmo quando as duas alas de celas do pavilhão de serviços estão conectadas visualmente ao solário, por onde, através do qual, podem estabelecer a co-ciência mútua.

Em síntese, o conjunto dos quatro pavilhões de vivência se consolida como o mais conectado (dada a proporção dos seus espaços em relação à dos demais pavilhões) e o menos integrado. Quando se analisa um pavilhão de vivência isoladamente ocorre que este assume a posição de maior integração visual. Colaboram para isto, os espaços de uso coletivo do pavilhão, que ocupam uma posição central. O pavilhão de serviços também apresenta índices mais elevados na análise isolada do sistema de visibilidade. Nesse pavilhão, além das áreas de vivência, parte da cozinha tende a se integrar ao núcleo que apresenta maiores valores para os atributos visuais.



Gráfico 12 – Inteligibilidade visual: Unidade penal de modelo misto e grande porte

Correlacionando as medidas de conectividade e integração visuais, tem-se que a totalidade do sistema visual da unidade penal de grande porte demonstra baixo índice de inteligibilidade. Com R^2 variando de 0 a 1, o gráfico de dispersão para o caso analisado mostra $R^2= 0,118065$. Ou seja, o projeto não é inteligível em termos de visibilidade.

No Gráfico 12 destaca-se em vermelho os espaços mais inteligíveis do modelo. A saber, eles são os pátios do pavilhão de serviço, o salão de apoio às visitas e a porção central

do eixo vertical, que atravessa os pavilhões de vivência. Abaixo da linha de tendência e mais à esquerda do gráfico, estão celas, oficinas e salas de aula.

Seguem os resultados da análise com mapas de campos visuais, tendo como referência as visadas a partir dos postos de controle, de quatro percursos preestabelecidos e da rotina do pavilhão de serviços. A saber, os percursos abrangem a chegada da pessoa presa à unidade penal e sua ida à cela, sua ida da cela para o refeitório e para os pátios, da cela para a sala de aula e para a oficina de trabalho e da cela carcerária para a cela de visita. A análise da rotina do pavilhão de serviços busca acompanhar a pessoa presa em seus afazeres pessoais e em suas atividades de estudo e trabalho que ocorrem dentro do pavilhão.

Postos de controle visual

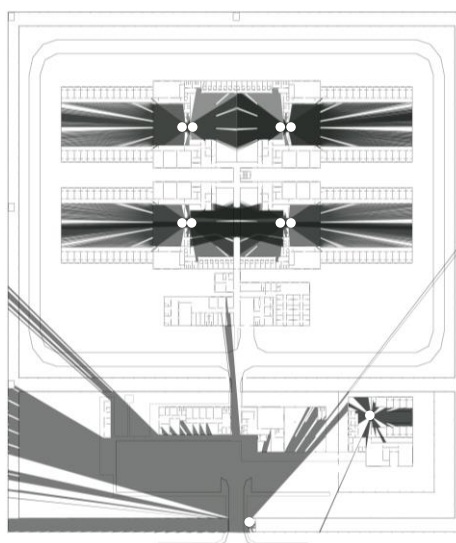


Figura 91 – Mapa de campos visuais a partir dos postos de controle: Unidade penal de modelo misto e grande porte

O mapa de campos visuais, com isovistas a partir dos postos de controle visual, apresenta as seguintes informações: considerando 10 pontos de visadas estáticos, distribuídos nos postos em função de sua área e estratégia de controle, alcança-se uma área média de isovistas de 1.250,90m². Este número corresponde a 3,13% do terreno, ou 13,27% da área do conjunto de edifícios.

Cada um dos pavilhões de vivência tem área construída de aproximadamente 1.700,00m². Dois pontos de visada em cada um dos postos de controle, nestes pavilhões,

conseguem uma isovista média de 818,10m², o que corresponde a 48,12% da área do pavilhão. O campo visual destes postos volta-se para o pátio de visitação, o pátio coberto/ refeitório e o pátio descoberto, espaços onde há maior expectativa de co-presença e interação entre os internos. Nos dois primeiros pavilhões, as isovistas dos postos de controle vazam de um pavilhão para o outro, dada a abertura existente no corredor central. Nos dois últimos pavilhões isto não ocorre, pois a visão é barrada por uma parede. Ressalta-se ainda que estes postos de controle estão elevados 0,85m em relação ao nível do pavilhão, o que lhes confere melhores condições de observação.

Uma isovista no posto de controle visual do pavilhão de serviços tem área de 196,70m², valor correspondente a aproximadamente 30% daquele pavilhão. O olhar da inspeção, naquele local, concentra-se nos espaços de vivência. Na guarita externa uma isovista chega a medir 4.545,55m², valor que equivale a 11,40% da área do terreno, ou 48,25% do conjunto de edifícios. Este posto guarda especificamente a parte frontal da instituição.

Cabe observar ainda a estabilidade e a complexidade dessas isovistas.

Percurso 1: Chegada da pessoa presa ao presídio

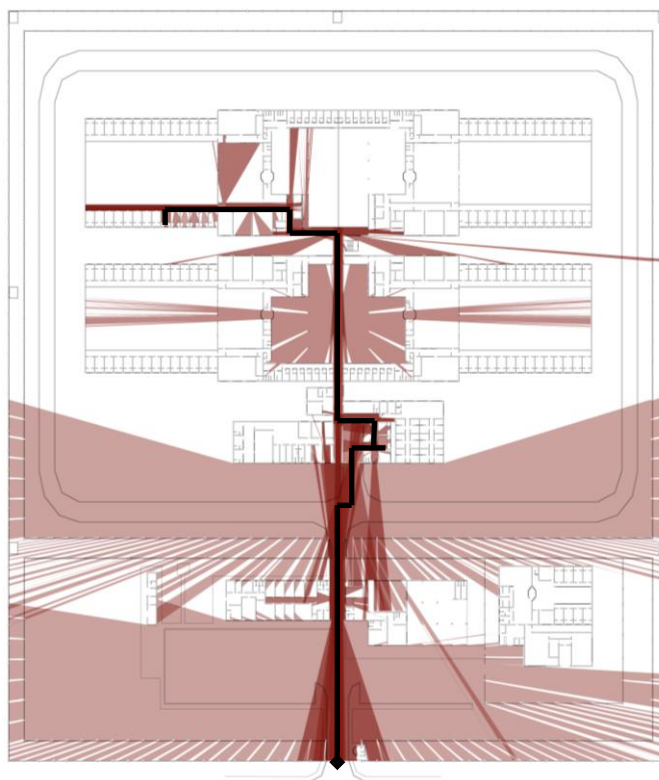


Figura 92 – Mapa de campos visuais do percurso 1: Unidade penal de modelo misto e grande porte

A pessoa presa chega de viatura e entra no presídio pelo único acesso frontal. Ainda na viatura, segue pela via interna, passando entre o pavilhão de administração e corpo de guarda e o espaço de apoio às visitas. Desembarca numa garagem e adentra o pavilhão de inclusão, podendo ali permanecer em algumas das celas de caráter temporário. Após o processo de triagem, segue por corredores que convergem para o corredor vertical central, por onde o trajeto segue em linha reta. Indo até o fim desse eixo, encontra um corredor horizontal que faz acesso aos pavilhões de vivência. Depois desse corredor, passa para uma antecâmara que antecede o acesso a um hall e mais um corredor. Depois, segue por um caminho linear que conta mais duas antecâmaras e mais dois corredores, quando no último tem acesso à cela. Uma vez na cela, a visão é limitada pelas paredes desta e do corredor.

A chegada ao presídio demarca uma grande linha vertical, e o campo de visão reduz-se gradativamente, à medida que o trajeto alcança os espaços mais profundos do modelo. No início do trajeto consegue-se isovista com mais de 6.000,00m², no exterior intramuros; no fim, a isovista gira em torno dos 12,00m², dentro da cela que tem visão para um corredor.

O percurso 1 se faz com no mínimo 10 mudanças de direção. O movimento do trajeto garante uma isovista média de 900,15m², o que corresponde a 2,25% da área do terreno, ou 9,55% da área do conjunto de edifícios.

Percurso 2: Da cela para o refeitório e para os pátios de vivência

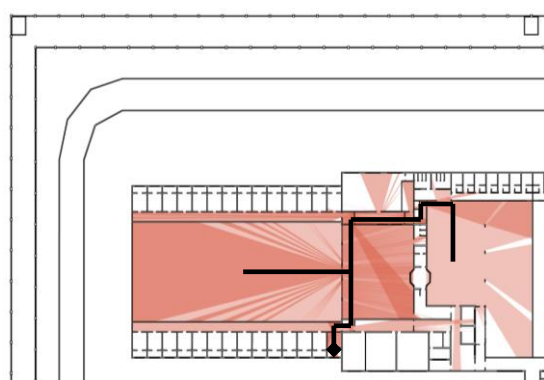


Figura 93 – Mapa de campos visuais do percurso 2: Unidade penal de modelo misto e grande porte

Da cela, a pessoa presa passa para o corredor imediato e segue para a antecâmara que antecede seu acesso ao pátio coberto que também é refeitório. Dali, pode ir para o pátio descoberto. Estando neste espaço e tendo que ir ao pátio coberto de visitação, a

pessoa presa deve voltar ao refeitório, passar por uma antecâmara, um corredor, mais uma antecâmara e se submeter a um processo de revista em espaço específico, para, então, ingressar no pátio de visitas.

O percurso expande o campo de visão, marca os corredores da ala de celas e alcança parte de espaços de estudo e trabalho. Parte-se de uma isovista compacta mínima ($12,13\text{m}^2$) para isovistas complexas que preenchem todo o espaço das áreas de vivência com estabilidade, chegando a medir $780,60\text{m}^2$ no solário.

O percurso 2 se faz com no mínimo 9 mudanças de direção. O movimento do trajeto garante uma isovista média de $256,50\text{m}^2$, o que corresponde a 2,72% da área do conjunto de edifícios, ou 15,08% da área do pavilhão.

Percurso 3: Da cela para a sala de aula e para a oficina de trabalho

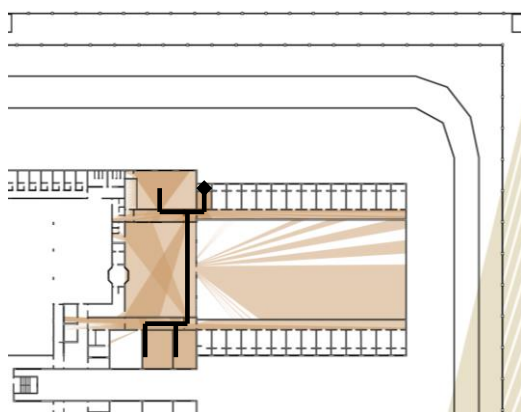


Figura 94 – Mapa de campos visuais do percurso 3: Unidade penal de modelo misto e grande porte

Da cela, a pessoa presa passa para o corredor imediato e desse segue para uma antecâmara. Da antecâmara vai para um corredor e, antes de entrar na oficina, passa por um detector de metais anteposto à porta de entrada. Para ir da oficina aos espaços de estudo, a pessoa presa retrocede à antecâmara, dessa vai para o pátio coberto e adentra mais uma antecâmara. Depois, tem acesso a um corredor que distribui para a sala de aula e a biblioteca.

O percurso que se faz na direção dos espaços de estudo e trabalho (colocados no projeto em lados opostos) é entremeado por um espaço de vivência, quando se vai de um lado a outro. As isovistas são contidas nos espaços, e vazam com oclusividade pelas grades que separam o pátio coberto/ refeitório e o pátio descoberto.

O percurso 3 se faz com no mínimo 13 mudanças de direção, considerando que o indivíduo entra na sala de aula e, posteriormente, vai para a oficina. O movimento do trajeto garante uma isovista média de $141,20\text{m}^2$, o que corresponde a 1,49% da área do conjunto de edifícios, ou 5,88% da área do pavilhão.

Percurso 4: Da cela carcerária para a cela de visita

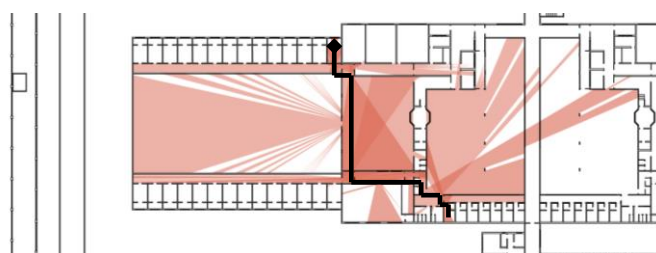


Figura 95 – Mapa de campos visuais do percurso 4: Unidade penal de modelo misto e grande porte

Considerando o percurso mais longo para se ir de uma cela comum a uma cela de visita, da cela comum a pessoa presa passa para o corredor imediato e desse segue para uma antecâmara. Da antecâmara vai para o pátio coberto/ refeitório e então para outra antecâmara. O espaço seguinte é um corredor e, novamente, uma antecâmara; de onde segue para a revista que antecede a passagem ao pátio de visita. Uma vez neste pátio, a pessoa presa adentra um hall, em seguida chega ao corredor que lhe dará acesso à cela de visita. O trajeto possibilita ver a rotina de todos os pátios do pavilhão.

O percurso 4 se faz com no mínimo 9 mudanças de direção. O movimento garante uma isovista média de $168,25\text{m}^2$, o que corresponde a 1,78% da área do edifício, ou 9,89% da área do pavilhão.

Rotina 1: Pessoa presa no pavilhão de serviços

O mapa de campos visuais do pavilhão de serviços busca contemplar todas as atividades previstas para o interno naquele módulo. O pavilhão com aproximadamente $673,00\text{m}^2$ se mostra mais permissivo visualmente, possibilitando que a pessoa presa, ao viver o cotidiano daquele módulo, o apreenda visualmente por inteiro.

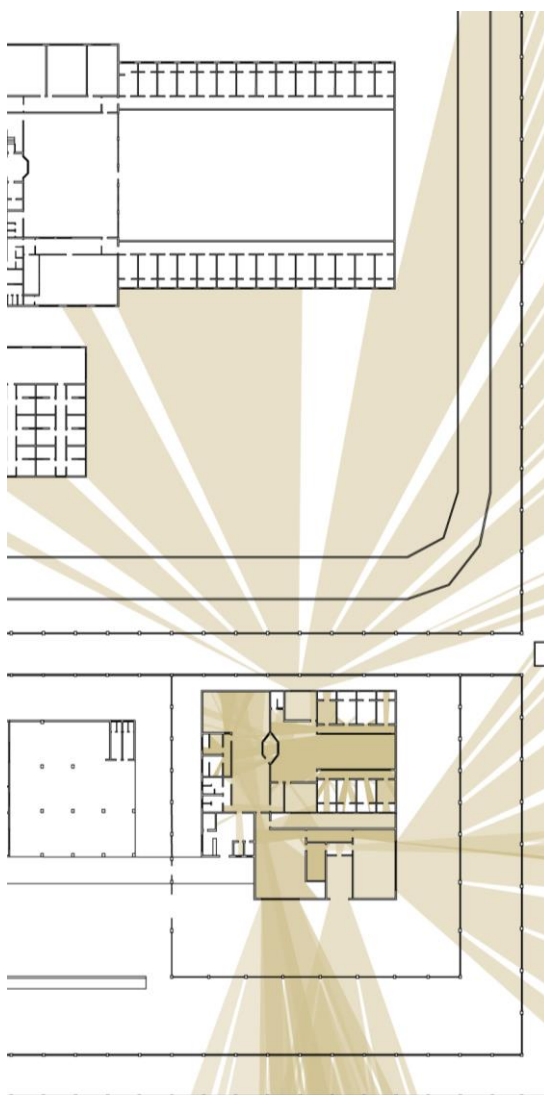


Figura 96 – Mapa de campos visuais da rotina do Pavilhão de serviços: Unidade penal de modelo misto e grande porte

Na rotina do Pavilhão de serviços, a co-ciência pode ser estabelecida entre as duas alas de cela através das aberturas que se voltam para um pátio central descoberto, embora estas alas tenham acesso por corredores distintos. Sala de aula, cozinha e lavanderia são espaços que se abrem para o exterior intramuros. Destes locais, as isovistas extrapolam o pavilhão de serviços e alcançam os limites frontal e lateral do conjunto de edifícios; também contemplam parte dos pavilhões de vivência, na parte posterior.

As isovistas obtidas nesta rotina variam de $37,95\text{m}^2$ (dentro de uma cela que vê o pátio descoberto telado) a $3.442,50\text{m}^2$ (dentro da sala de aula que vê o exterior intramuros). A isovista média é de $370,20\text{m}^2$, o que corresponde a 3,92% da área do conjunto de edifícios, ou 55% da área do pavilhão de serviços.

Referência	Área mínima de isovista	Área média de isovista	Área máxima de isovista
Controle	184,95m ²	1.250,90m ²	4.5454,55m ²
Percurso 1	12,13m ²	900,15m ²	7.135,15m ²
Percurso 2	12,13m ²	256,50m ²	780,60m ²
Percurso 3	12,13m ²	141,20m ²	686,10m ²
Percurso 4	12,13m ²	168,25m ²	686,10m ²
Rotina 1	25,80m ²	370,20m ²	3.442,50m ²

Tabela 20 – Área de isovistas: Unidade penal de modelo misto e grande porte

O percurso que proporciona menor campo de visão é o que parte da cela e vai para a sala de aula e a oficina. O que proporciona o maior campo de visão é o que acompanha a chegada da pessoa presa ao presídio e sua ida à cela, ocasião em que o exterior intramuros pode ser mais explorado visualmente, devido à via interna presente no modelo. A área média de isovistas, considerando os percursos estipulados, é de 366,52m². Isto significa dizer que, ao realizar todas as rotinas previstas, o indivíduo pode ter acesso visual correspondente a 0,91% da área do terreno, 3,89% da área total do edifício ou 21,56% da área de um pavilhão de vivência.

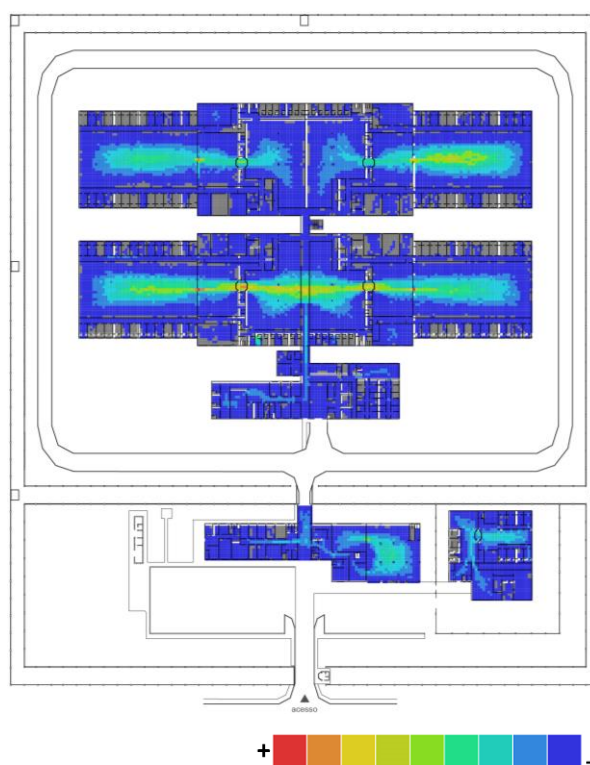


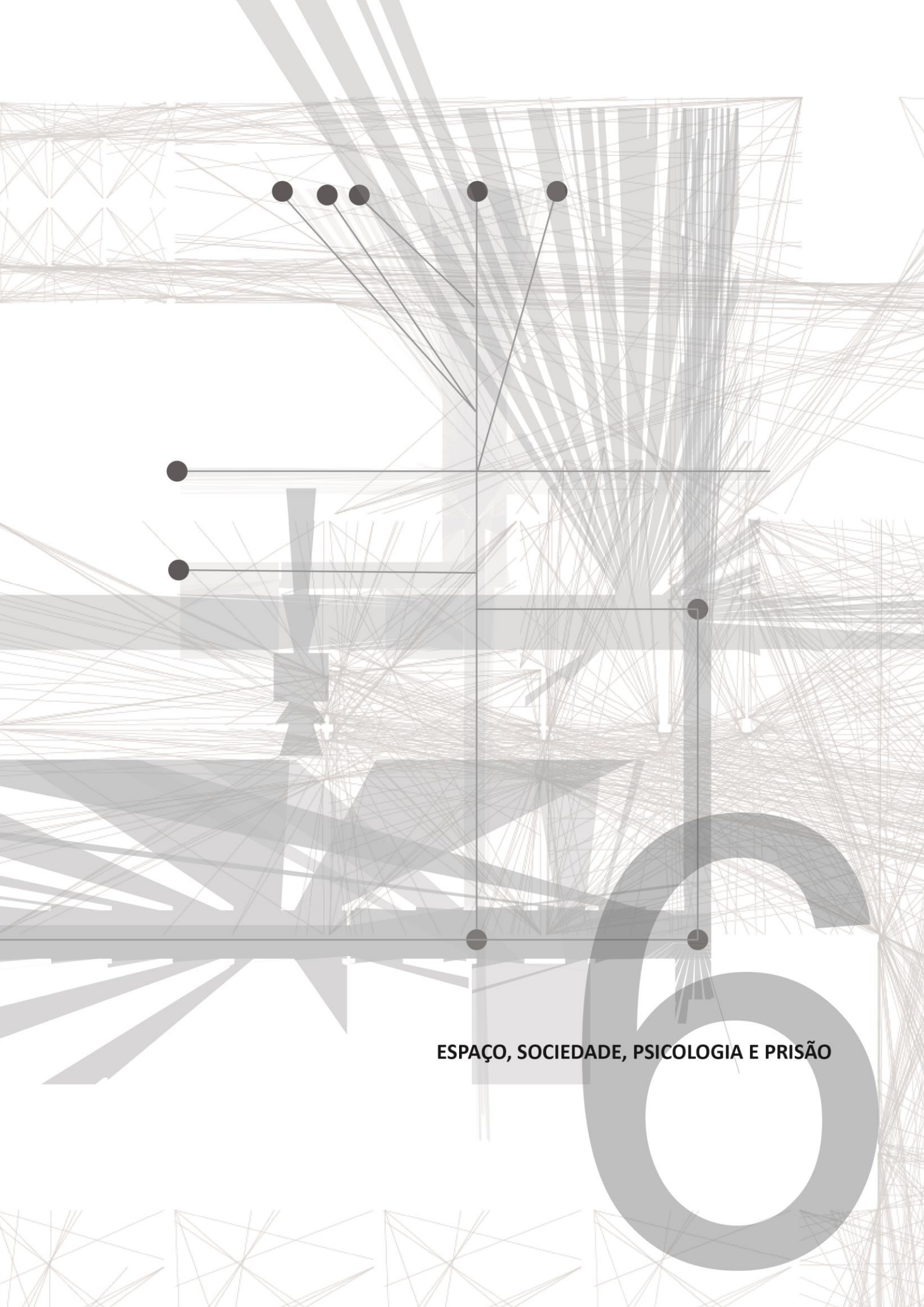
Figura 97 – Mapa de simulação de movimento: Unidade penal de modelo misto e grande porte

Para a totalidade do modelo, a simulação com agentes computacionais de movimento, na análise ponto a ponto, apresentou o seguinte resultado: variando de 1 a 249, a contagem média de agentes por ponto é de 20,5866. Os espaços de convívio (refeitório, pátio de visitação e pátio descoberto) apresentaram maior índice de movimento, sobretudo nos dois primeiros pavilhões de vivência. Celas e salas, de modo geral, são os espaços menos visitados pelos agentes. No pavilhão de serviços, a movimentação dos agentes também marca os espaços de convívio. Além disso, rotas se desenham na direção da entrada e do acesso à cozinha e à lavanderia do pavilhão. No pavilhão institucional, os agentes concentraram-se no pátio de apoio às visitas. No setor administrativo o movimento foi inexpressivo.

Na análise por pavilhão, os resultados foram os seguintes: Conjunto dos pavilhões de vivência - variação de 1 a 315, com média de 23,90707 agentes/ponto; Pavilhão de vivência isolado - variação de 1 a 553, com média de 44,5974 agentes/ ponto; Pavilhão de administração e corpo de guarda – variação de 1 a 623, com média de 114,378 agentes/ponto; Pavilhão de serviços - variação de 1 a 1.094, com média de 170,232 agentes/ponto.

O pavilhão de serviços mostra-se mais propício ao movimento de pessoas. Os pavilhões de vivência, em conjunto, mostram-se menos permissivo à movimentação. O índice de movimento no pavilhão de serviços é quase o dobro do apresentado por um pavilhão de vivência. Quando se considera a totalidade do sistema, o nível de movimentação no pavilhão de serviços é oito vezes mais intenso que a média do modelo. Contudo, em todas as simulações com agentes predominaram os tons frios, não havendo situação em que os níveis de movimento tenham sido representados por cores mais quentes.

Ressalta-se a quantidade de antecâmaras e corredores compartimentados do modelo da unidade penal de segurança máxima, sendo este recurso projetual um dos possíveis limitadores de movimento. A rigidez configuracional resulta nos baixos níveis de inteligibilidade de um tipo edifício que intenta reger e conter vidas em pavilhões muito bem definidos e autossuficientes. Para tanto, negam o reconhecimento da estrutura espacial em todas as dimensões analisadas.



ESPAÇO, SOCIEDADE, PSICOLOGIA E PRISÃO

7/1/2001

Aqui na prisão, não se consegue ganhar, não se pode gastar ou amar. Lá fora é um contraste forte com minha realidade atual. Quando o ferrolho de minha cela é trancado, me sinto oprimido e enclausurado, a luz fica acesa até às dez horas, e fico p. da vida por não poder continuar ler os meus livros, meus amigos sinceros e leais. Depois é tudo solidão, nenhuma janela, nenhuma opção, só lembranças e esperança. Haja resignação.

22/1/2001

Outro fato que revolta muito o preso é quando ele vai fazer exames psicológicos ou psiquiátricos e, a partir de uma entrevista de dois ou três minutos, com perguntas imbecis, é desqualificado para o convívio com a sociedade. Todas essas circunstâncias vão se acumulando, e um dia a casa cai. Na hora em que houver o estouro da boiada, ninguém segura.

6 ESPAÇO, SOCIEDADE, PSICOLOGIA E PRISÃO

6.1 Síntese e discussão dos resultados analíticos

Referência	Propriedade	Projeto 1	Projeto 2	Projeto 3	Projeto 4
SISTEMA CONVEXO	RRA	1,1498	1,0811	1,1742	1,9399
	Conectividade	2,04938	2,1165	2,08046	2,07748
	Integração	0,884275	0,925733	0,868078	0,544779
	Profundidade	5,56914	5,60377	6,81018	12,629
	Inteligibilidade	0,218717	0,244981	0,176884	0,0420854
SISTEMA AXIAL	Conectividade	2.341,76	180,905	89,5442	121,634
	Integração	8,35459	3,37176	2,10189	1,8866
	Profundidade	2,5675	3,96684	5,8659	7,00994
	Controle	1	1	1	0,99999
	Inteligibilidade	0,863105	0,329091	0,325416	0,3305753
SISTEMA VISUAL	Conectividade	7.072,13	1.526,97	1.422,61	564,531
	Integração	7,05904	5,4419	5,72027	3,11118
	Inteligibilidade	0,783409	0,582866	0,473004	0,118065
CAMPOS VISUAIS	Isovistas	523,22m²	539,92m ²	558,33m ²	1.250,90m²
	Controle				
	Isovistas Percursos	754,51m²	194,14m²	247,13m ²	366,52m
MOVIMENTO	Agentes/ ponto	8,08808	20,645	36,8	20,5866

Quadro 2 – Síntese das medidas sintáticas médias para o Projeto 1 (Unidade pena de modelo compacto e pequeno porte), Projeto 2 (Unidade penal de modelo compacto e médio porte), Projeto 3 (Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte) e Projeto 4 (Unidade penal de modelo misto e grande porte)

A título de síntese e comparação, bem como para compor as bases que nortearão a compreensão da lógica psicossocial da prisão aqui investigada, apresenta-se o Quadro 2 com as medidas sintáticas médias obtidas nas análises dos quatro modelos de unidades penais mencionados.

Com base no referido quadro, chega-se às seguintes conclusões:

1) Para o Projeto 1

O Projeto 1 (Unidade penal de modelo compacto e pequeno porte), em sua dimensão convexa, é o modelo menos conectado e o mais raso. Em sua dimensão axial, também apresenta o menor índice de profundidade, mas os maiores índices de conectividade e integração. Consequentemente, este demonstrou ser o exemplar mais inteligível no sistema axial.

Na análise das propriedades visuais, o modelo em questão é o mais conectado e integrado, condição que lhe confere também o maior valor de inteligibilidade visual, na comparação com os demais projetos. Em termos de campos visuais, o Projeto 1 apresenta a menor área média de isovistas a partir dos postos de controle e a maior área média de isovistas obtida com a realização dos percursos. Em contrapartida, assinala o menor índice de movimento na simulação com autômatos.

A unidade penal de modelo compacto e pequeno porte assume, pois, a condição de modelo mais inteligível axial e visualmente. Uma possível resposta aos níveis alcançados para as propriedades discutidas é a própria caracterização do modelo: compacto e de pequeno porte; elucidando que sua configuração espacial e suas proporções reduzidas facilitam o reconhecimento perceptivo visual do edifício, além da apreensão dos seus eixos principais.

Porém, quando se sabe que este mesmo projeto apresentou o menor índice de movimento, reafirma-se que os níveis de inteligibilidade alcançados não são suficientes para estimular a movimentação de pessoas. Como já exposto anteriormente, uma provável explicação para este acontecimento é que o sistema é inteligível pontualmente, de maneira que apenas os pátios e um corredor específico conseguem elevar os índices de inteligibilidade do modelo, mas não constituindo, assim, uma característica de sua totalidade.

2) Para o Projeto 2

O Projeto 2 (Unidade penal de modelo compacto e médio porte), em sua dimensão convexa, é o menos assimétrico dos modelos. Também é o mais conectado, integrado e inteligível entre eles. Nas suas dimensões axial e visual, em comparação com os demais, o exemplar apresenta níveis medianos. Porém, na análise dos campos visuais, esta unidade penal pontuou como a que proporciona a menor área média de isovistas na realização dos percursos preestabelecidos para as pessoas presas.

A assimetria menos acentuada da Unidade penal de modelo compacto e médio porte já havia sido apontada na ocasião de sua análise. Vislumbra-se que esta condição socioespacial tenha interferência na vida espacial do edifício e possa direcionar a relações espaciais mais simétricas entre visitantes e habitantes. Todavia, este mesmo modelo possibilita o menor campo de visão aos visitantes. Como já apontado, é provável que este fato se deva à compartimentalização da unidade em blocos, prevendo organização e controle espaciais tais que delimitam e restringem as rotinas dentro do edifício.

Em compensação, a análise com mapas de campos visuais mostrou que todas as rotinas dentro da unidade permitem ao indivíduo preso ter acesso visual ao exterior intramuros. Além disso, o modelo opta pela formação de um anel que faz circular por todos os espaços presentes no cotidiano dos internos, podendo integrar-se, ainda, aos setores administrativo e operacional. Ou seja, caracteriza-se como uma plataforma espacial de controle mais brando.

3) Para o Projeto 3

O Projeto 3 (Unidade penal de modelo espinha de peixe e médio porte), em suas dimensões convexa e visual, em comparação com os demais projetos, alcançou índices medianos. Em sua dimensão axial atinge os menores valores para as propriedades de conectividade e inteligibilidade.

O modelo em espinha de peixe foi o que apresentou o maior índice de movimento, o que faz pensar – com base em discussões anteriores – no eixo vertical central, típico do modelo, como um possível propiciador e difusor de movimento.

4) Para o Projeto 4

O Projeto 4 (Unidade penal de modelo misto e grande porte), em sua dimensão convexa, apresenta os menores valores de integração e inteligibilidade e os maiores valores de assimetria e profundidade. Em sua dimensão axial, também é o modelo mais profundo e o menos integrado. Em termos de controle, em comparação aos demais exemplares, esta unidade penal apresentou uma irrisória minoração no valor médio para esta propriedade sintática. Em sua dimensão visual, o edifício penal de segurança máxima é o menos conectado, integrado e inteligível. Na análise dos campos visuais é o que proporciona maiores visadas aos postos de controle. Em termos de movimento, o modelo alcançou índices medianos em relação à totalidade da amostra.

Este é o mais segregador e excludente dos modelos analisados. As exigências de segurança máxima consolidam o espaço penal como uma plataforma de não reconhecimento socioespacial, o que pode ser comprovado pelos mais baixos índices alcançados pelo exemplar. Assimetria e profundidade em destaque sinalizam como se dão as relações de poder num espaço como este, bem como o controle institucional exercido. Apreensão espacial é algo que se evita em todas as dimensões discutidas, sobretudo na convexa e na visual. Como já exposto, aqui as relações são acentuadamente mais assimétricas – aos visitantes, por exemplo, nega-se a visibilidade; aos habitantes são concedidos os maiores campos de visão dentro do modelo.

Sob os argumentos das análises sintáticas realizadas, firma-se que os quatro modelos arquitetônicos para unidades penais investigados abrigam predisposições socioespaciais que os confirmam como modelos longos, complexos e reversos. Reitera-se que os mesmos se edificam assentados em classificação e hierarquização socioespacial bem definidas, e prezam pela separação dos fluxos e setores para as diferentes categorias de usuários do espaço penal. Tudo isso, por obedecerem às regras de um texto social e jurídico forte. Texto este que é essencialmente corretivo e modela o espaço penal com excesso de controle, isolamento e vigilância.

Com o exercício, de modo mais detalhado, pôde-se chegar às seguintes conclusões a respeito do perfil socioespacial da prisão brasileira contemporânea:

1) Sobre a dimensão convexa

Nesta dimensão, a lógica socioespacial da prisão brasileira contemporânea preza por sistemas espaciais assimétricos e profundos, quando se considera como ponto de partida o exterior dos edifícios. Ao buscar atender ao texto arquitetônico vigente, os vértices de corte se fazem essenciais na definição dos setores que compõem o edifício prisional. Além disso, tratam de hierarquizar os espaços e definir os limites e papéis dos atores espaciais que atuam dentro da instituição total.

A hierarquização socioespacial subdivide os espaços com base nas duas categorias de usuários já reconhecidas pela Sintaxe espacial: habitantes e visitantes. Na prisão, pode-se afirmar, o grupo composto pelos visitantes é subdividido em dois: o das pessoas presas propriamente ditas, e o das visitas (pessoas livres que visitam pessoas presas). Em termos topológicos, os setores institucionais (domínio dos habitantes) são confirmados nos níveis mais rasos; os setores destinados à pessoa presa (visitante) são os mais profundos. No limiar entre estes, delineia-se o setor das visitas, articulando-se entre os outros dois.

As premissas de controle fazem com que a maioria dos espaços seja do tipo terminal, sejam estes espaços pertencentes ao mundo dos habitantes ou dos visitantes. Disso, decorre a formação de um sistema não-distributivo e que tornam obrigatórias as possibilidades de acesso predeterminadas.

Rotas pendulares e corredores compartimentados definem a lógica socioespacial dos exemplares estudados, constituindo o repertório de soluções de controle espacial das unidades penais. Tal condição pôde ser observada nos acessos às alas de cela e, de maneira ainda mais rígida, nos acessos aos setores de estudo e trabalho, sobretudo nas oficinas.

2) Sobre a dimensão axial

Em sua dimensão axial, a lógica socioespacial da prisão brasileira contemporânea é elaborada a partir de linhas pouco conectadas e pouco integradas. Linhas longas e, portanto, mais conectadas e integradas, restringem-se aos corredores principais que compõem os modelos. Infere-se que os espaços do edifício prisional são concebidos para promover a permanência, não o movimento. A exceção

é dada aos corredores, que se fazem como espaços de passagem, por excelência, e são de manejo institucional.

Em termos gerais, a análise do sistema axial demonstrou haver uma nítida intenção de separação dos fluxos, ou distinção dos percursos entre habitantes, visitantes. Entretanto, observou-se em todos os exemplares avaliados uma condição conflitante nesse aspecto, pois, em situações específicas, a diferenciação dos fluxos se mostrou dúbia – como no projeto 2 – ou aconteceu de modo atenuado – como nos projetos 1 e 2.

3) Sobre a dimensão visual

Na análise do sistema de visibilidade também se destaca a lógica socioespacial assimétrica da prisão brasileira contemporânea. Aos habitantes ocupantes dos postos de controle visual são dadas as melhores condições de campos visuais. Aos visitantes, os campos visuais concedidos são limitados e comprovam sua condição de reclusão e confinamento. Ainda, aos habitantes é possível estabelecer co-ciência independente da co-presença; aos visitantes, uma condição se mostra atrelada à outra, na maioria das situações.

Celas, oficinas, salas de aula e bibliotecas comprovaram ser os espaços mais limitados em termos visuais. Em contexto oposto estão os espaços de vivência, como refeitórios, pátios e solários, onde os indivíduos presos têm maior alcance e estabilidade de visão. Foi nesses espaços onde se registraram os maiores valores de conectividade e integração visuais. Porém, há uma contrapartida: de onde mais se vê, se é mais visto. Os olhares da inspeção direcionam-se com mais atenção para aqueles espaços que ofertam maior quantidade de informação visual.

Outro aspecto a ser destacado é que a instituição penal intima os sujeitos a olharem para dentro de si mesma; nem o exterior intramuros dos exemplares analisados mostrou-se acessado de maneira significativa, em termos visuais. Ressalta-se que não há previsão, nos projetos, de atividades acontecerem nesse espaço. Além disso, constata-se que a estrutura prisional é opaca. Poucas são as isovistas que conseguem escapar dos limites impostos.

4) Sobre o movimento

Os índices de movimento registrados foram diminutos, comprovando a restrição dos percursos e o alto nível de controle. Novamente, afirma-se: a lógica socioespacial da prisão brasileira contemporânea exige a permanência. Espaços de vivência – como na análise do sistema de visibilidade – também são os mais convidativos em termos de movimento. Mas, ainda assim, não se sobrepõem às restrições impostas, pois barreiras e opacidades existem no espaço penal para estabelecer o não-movimento como padrão.

Relações sintáticas assim postas sintetizam-se nos baixos índices de inteligibilidade obtidos com a análise dos sistemas espaciais convexo, axial e visual. Logo, para todas estas dimensões, as prescrições edilícias determinam o não reconhecimento da estrutura espacial, em particular aos visitantes – os entes controlados pelo espaço.

Valendo-se dos padrões espaciais encontrados, se tudo ocorrer como o planejado, a configuração espacial operará o cotidiano da prisão brasileira contemporânea das seguintes maneiras:

- 1) Rompendo relações de acessibilidade e visibilidade, principalmente dos visitantes, com um espaço exterior;
- 2) Restringindo os campos visuais dos visitantes, mesmo nos espaços internos da prisão;
- 3) Distribuindo postos de controle em pontos estratégicos do espaço penal;
- 4) Vigilando, sobretudo corredores e espaços de vivência, para, assim, evitar o desencadeamento de eventos indesejados;
- 5) Categorizando e distribuindo os sujeitos no espaço prisional, de modo que visitantes e habitantes ocupem espaços específicos, de acordo com o evento a ser desenvolvido, em momento preestabelecido;
- 6) Isolando as pessoas presas em espaços profundos e segregados, de modo que possam ser mais facilmente manejados pela Instituição;
- 7) Consolidando um mecanismo de poder assimétrico, seja por posicionamento topológico, por condições de visibilidade ou por controle; valendo-se, principalmente, da separação hierárquica;

- 8) Criando setores bem definidos e separando fluxos, a partir de uma configuração espacial rígida, funcional e racional;
- 9) Controlando a movimentação pelo espaço, exigindo revistas, paradas e percursos obrigatórios e constantes, especialmente aos visitantes;
- 10) Exigindo a subordinação dos visitantes; dos quais se espera disciplina e obediência ao cumprimento de regras socioespaciais, no que se refere à movimentação e à vivência no espaço penal;
- 11) Instituído eventos e rotinas mecanizados;
- 12) Estabelecendo uma relação intensa entre rotinas institucionais e corredores;
- 13) Dosando os limites de co-ciência e co-presença, ao passo que minora possibilidades de interações interpessoais.

Estas são as principais premissas atribuídas à lógica socioespacial dos projetos de edifícios prisionais analisados. As ações elencadas servem de base para a construção de uma lógica psicossocial correspondente.

6.2 A lógica psicossocial da prisão brasileira contemporânea

De acordo com o que ficou posto no Capítulo 5 e sintetizado na Seção 6.1, a análise espacial da prisão brasileira contemporânea detalha um plano concebido para ser inflexível e impermeável. Esta estratégia é alcançada através de espaços calculados para conter e distribuir determinado número de pessoas e atividades bem definidas; ordenar rotinas e tornar percursos obrigatórios; e estabelecer rituais de vivência e acesso. Uma lógica que pode ser definida pela primazia do controle, em parte obtido com a manipulação das relações socioespaciais, valendo-se da assimetria e da distribuição hierárquica dos ocupantes do espaço prisional.

O arranjo espacial dessa prisão fomenta e sustenta relações de poder sintaticamente fundamentadas e ordenadas por um modelo de regras longo, onde os aspectos discutidos e os padrões identificados são encrudesceidos à medida que o nível de segurança requerido pela instituição prisão é aumentado.

No tempo presente, estima-se que este seja o perfil socioespacial dos edifícios prisionais brasileiros, pois é sabido que projetos arquitetônicos de unidades penais mais recentes ainda são elaborados a partir de princípios, textos sociais e jurídicos e modelos há muito consolidados. É o que acontece, por exemplo, em um projeto de unidade penal vertical que atualmente encontra-se em fase de licitação no Estado do Rio de Janeiro.

Sem se ater aos pormenores do referido projeto – que se constrói com a verticalização do modelo espinha de peixe ou misto – vislumbra-se a conformação de relações socioespaciais dentro dos padrões já demonstrados. Afora a verticalidade do edifício, com o respaldo das teorias e dos estudos aqui apresentados, é possível prever que o próprio modelo trate de impor os limites e as generalidades que são inerentes ao tipo.



Figura 98 – Projeto de unidade penal vertical – RJ
Fonte: Secretaria de estrutura e obras – RJ (2019)

Assim, este exemplar que se pretende construir no futuro próximo estaria confirmando a consolidação do perfil do edifício prisional brasileiro contemporâneo tal qual traçado por esta pesquisa. Perfil este que se monta com traços identitários representados por adjetivações como: não conectado, não integrado, não inteligível, assimétrico. Um espaço negativo, ou de negação. E mais: profundo, controlado, opaco, pretensamente intransponível. Disciplinador e fiel aos princípios punitivos.

Entendida a lógica social da prisão dessa maneira, com base nos casos analisados, busca-se, agora, fazer a correspondência entre seus valores sintáticos – quantificáveis – e

seus valores psíquicos – de ordem simbólica; estes últimos embasados pelos temas da Psicologia apresentados no Quadro 1, na página 95. Esta etapa, com o fim de averiguar possíveis correlações entre um sistema espacial e um sistema simbólico, considera a função social do espaço penal que, atualmente, no Brasil, tem vistas à ressocialização ou reintegração social da pessoa presa.

Para Baratta (1990), o termo ressocialização atribui uma postura passiva à pessoa presa e ativa às instituições, e seria herança de uma ultrapassada criminologia que via o indivíduo condenado como um ser “anormal, mau ou inferior” e, por isso, deveria ser adaptado à sociedade ampla; esta que seria “normal, boa e superior”. Por tal razão, o autor sugere o uso da expressão “reintegração social” por pensar que, assim, pressupõe-se uma igualdade entre as partes envolvidas e demanda-se a “abertura de um processo de comunicação e interação entre a prisão e a sociedade, no qual os cidadãos reclusos se reconheçam na sociedade e esta, por sua vez, se reconheça na prisão” (BARATA, 1990, p. 3).

No entendimento de Souza (2007), a ressocialização compreende um movimento contínuo e permanente de reconhecimento – apreensão de novas formas de sentir e pensar – e reinvenção – apreensão de novas formas de agir – por parte de toda pessoa, durante toda a vida. Ou,

[...] múltiplos processos que se dão mediante o confronto entre conheceres, fazeres e sentires de uma pessoa ou de um grupo cultural com os de outras pessoas ou grupos culturais, cujos resultados são novos conhecimentos, emoções e ações, tornando cada um dos envolvidos mais socializados, culturalmente enriquecidos, simbólica e materialmente (SOUZA, 2007, p. 304).

A ressocialização, pois, compreenderia um processo imprescindível a todo ser social; não sendo direcionado, com exclusividade, para quem vive em regime de privação de liberdade, ainda que o ingresso e a vida em uma unidade penal devam ser problematizados sobre diferentes vieses por guardarem notórios condicionantes e particularidades.

(O sistema convexo e o simbólico)

Uma das características mais evidentes da prisão advém da retirada de indivíduos ditos delituosos de uma sociedade extramuros e na sua posterior inserção em uma sociedade intramuros controlada por um edifício que consolida a pena de prisão. Esta

exclusão impõe uma invisibilidade à pessoa presa que, com respaldo no estudo sintático, uma vez dentro do espaço prisional, pode chegar a ser separada do meio externo por até dezoito níveis topológicos, como se constatou no caso de profundidade topológica mais extrema entre os modelos investigados.

Pautando-se no caráter ressocializador da pena, este distanciamento deverá servir para que o indivíduo que tenha falhado, lá fora, assimile, lá de dentro do edifício prisional, regras e normas de conduta validadas no exterior onde já fora condenado exatamente por não reconhecê-las, ou infringi-las. Esta tarefa primordial delegada ao edifício penal é complexa. Para Araújo e Lyra (1990), ela é mesmo contraindicada, pois o controverso procedimento de excluir para socializar acarretaria num processo de desculturação, marcado pela perda ou impossibilidade de assimilação dos conteúdos e hábitos requeridos pela sociedade ampla.

A desculturação atuaria no sentido contrário ao da ressocialização, sendo um subproduto da exclusão. É um processo que ocorre no âmbito das inter-relações entre pessoas e grupos, e, como aponta Jodelet (2014), um fenômeno como tal induz a uma organização específica de relações que podem ser traduzidas a partir de três fatores: 1) marginalização – quando há a manutenção de um indivíduo à parte de um grupo ou corpo social; 2) discriminação – quando se nega o acesso a bens e recursos, ou a certos papéis; 3) segregação – quando a exclusão ocorre por meio do afastamento; da imposição de uma distância topológica. Desse feito, conclui-se que a exclusão proporcionada pelo espaço penal pode ser classificada como marginal, discriminatória e segregadora.

É marginal porque toda pessoa que se encontra em condição de encarceramento é socialmente reconhecida desta forma, visto que vive à margem da sociedade. É discriminatória porque a prisão suspende os papéis até então desempenhados por um indivíduo em condição de liberdade, ao mesmo tempo em que lhe impõe novas atuações – condizentes com um ser marginalizado e aprisionado – e, pelo mesmo motivo, também o priva de certos bens e direitos. É segregadora porque afasta da vida pública este indivíduo “contaminante” e indesejado.

Em seu caráter de exclusão por segregação constata-se que a prisão age de múltiplas maneiras. Para além da face mais manifesta, que separa pessoas dicotomicamente e topologicamente dispostas de lados opostos de um muro, existe a segregação dentro da

própria instituição penal. Embora esta seja uma faceta menos visível do universo prisional, os estudos sintáticos comprovaram as relações espaciais assimétricas que regem o cotidiano de uma prisão. Bem ilustra esse fato a já conhecida reversão do edifício, mas, ainda, a distribuição de pessoas em celas carcerárias em posições topológicas mais rasas ou mais profundas, com pátio ou sem pátio, em condição de isolamento, descanso ou triagem, em um pavilhão de vivência ou em um de serviço; tudo isso dentro de um mesmo edifício, como pôde ser observado por meio de grafos e mapas.

O posicionamento de um indivíduo no espaço penal define seu *status* e sinaliza quão próximo ou distante ele está das normas sociais estabelecidas. Também pode significar a intensidade da sua punição. As análises demonstraram que o edifício prisional trabalha, dentre outras medidas, com a profundidade e a distribuição topológica como meio de tipificação de pessoas e afirmação de rotinas específicas, concedendo mais ou menos restrições, a depender da posição que o indivíduo ocupe no espaço. Uma calibragem dessa natureza encontra amparo legal em prescrições de segurança e controle, mas acaba atuando também como uma espécie de dosador da punição.

O edifício prisional aqui desvendado é constituído por espaços desconectados e descontínuos; apresenta uma configuração espacial compartimentada. A partir das análises, ficou evidente a falta de conectividade e integração entre os espaços que compunham os modelos. Revelaram-se sistemas compostos majoritariamente por espaços terminais, espaços sem relação, sem interação. Esta característica espacial, prevalecendo na rotina institucional, poderia ser entendida como mais um entrave ao processo de socialização do indivíduo, pois, como destaca Fischer (1996), a socialização é descendente de um conjunto de interações sociais, e um indivíduo apenas existe num sistema social quando a ele está integrado.

Neste contexto, interagir significa o ato de favorecer a integração de um sistema ou encontrar-se socialmente integrado a ele (FISCHER, 1996). Esta integração social, obviamente, pode ser estimulada, ou não, por uma integração espacial. As ideias já assimiladas pela Arquitetura são capazes de reconhecer e ratificar tal premissa; no entanto, ela a nega ao espaço penal. É que estaria fora do texto. Não que o texto do qual se fala ignore o fator da interação humana e sua consequente contribuição para a socialização. Pelo contrário, ele reconhece sua essencialidade ao processo educativo, mas o coloca em

condição de subordinação em relação às premissas de controle. Esta resolução tem impacto sobre o texto arquitetônico e, conseqüentemente, sobre a lógica social da prisão. Ela ajuda a definir um sistema espacial particular e, logicamente, também o afeta em sua dimensão simbólica.

Pautada sobremaneira no controle, na segurança, no fechamento, a lógica socioespacial da prisão revela pormenores de ordem subjetiva que poderiam acarretar em conseqüências cognitivas negativas aos ocupantes do espaço, ao supervalorizar o que se compreende por prisionização. A essencialidade deste conceito relaciona-se com o conceito de assimilação, que seria um “processo lento, gradual, mais ou menos inconsciente, pelo qual a pessoa adquire o bastante da cultura de uma unidade social, na qual foi colocada, a ponto de se tornar característico dela” (THOMPSON, 1993, p. 23). Logo, prisionização seria a assimilação da cultura da prisão, seja ela formal ou informal, mas capaz de romper com a identificação do humano com o mundo livre (SÁ, 2003).

Esta marca simbólica do ser aprisionado representa uma adaptação ao espaço institucional, mas também significa uma restrição à sua capacidade de sociabilizar – esta que implica na socialização e abrange o processo de aprendizagem de novas atitudes, normas e valores sociais, e que Simmel (2006) entende com uma entrada para a relação social. A prisionização, então, estaria para promover a deseducação para a sociedade ampla e a educação para a sociedade marginal. Assim, funcionaria como uma barreira à reintegração social. Fala-se em barreira de cunho simbólico, mas no espaço penal brasileiro são muitas as barreiras físicas.

Na análise desse espaço constatou-se a formação de grafos em forma de árvore e em sequência a revelar a natureza controladora e assimétrica dos modelos, bem como o controle apreendido pela rigidez dos acessos e a não distributividade dos sistemas. Ou das rotas pendulares que impunham suas próprias regras e não aceitavam outras possibilidades de acesso senão aquelas restritamente prescritas. O espaço é travado. É um espaço socialmente imposto. Pretende agir como um mecanismo de exclusão social estabelecido em um conjunto de regras, das quais a mais marcante talvez seja composta pelas barreiras físicas e sociais que fixam os limites materiais e simbólicos da condição humana no espaço, tal qual entende Fischer (1996).

No mais, a análise com mapas convexos conformou por padrão, além dos baixos índices de conectividade e integração, a localização das oficinas de trabalho em posições mais profundas, na análise espaço a espaço, em relação à totalidade dos modelos. Oficinas também estiveram entre os espaços mais profundos quando se justificou os mesmos modelos a partir do seu exterior. Apoiando-se nos estudos de Cordeiro (2017), esta mostra ser uma situação importante para se pensar o processo de cognição da pessoa presa, pelas seguintes razões: em sendo a cognição uma “organização estruturada e significativa que o sujeito faz a partir de suas percepções e das influências que recebe do meio” (BOCK, 2008), esta, em sintonia com o processo de progressão da pena, poderia ser beneficiada caso espaços de estudo e trabalho fossem transferidos para locais mais rasos, no intuito de representar, simbolicamente, que, à medida que o sujeito se aproxima de uma sala de aula ou de uma oficina de trabalho, ele também se aproxima de sua liberdade.

(O sistema axial e o simbólico)

A dimensão axial dos exemplares analisados também evidenciou o controle na lógica socioespacial da prisão. Comprovou-se que os modelos prezam pela permanência da pessoa presa, ao passo que são projetados para restringir o fluxo, sobretudo, às circulações – estes espaços, dos mais conectados e integrados, que são de domínio da instituição e controlam o seu dia a dia.

Um arranjo espacial que assim concebe seus eixos e constrói relações pautadas nos tipos de ocupantes do espaço assume a concordância de um “espaço social controlado” – conceito proposto por Fischer (1996) – por instaurar uma lógica socioespacial que estabelece uma relação de sujeição, ao atribuir poder a quem nele tem a possibilidade de movimentar-se livremente. Sujeitos aos corredores do espaço prisional estão os vários tipos de celas, salas que servem aos mais diversos fins, oficinas, bibliotecas. Ou, sujeitos estão os indivíduos presos à equipe dirigente; às normas da casa, diria Goffman (1961).

A prisão planeja ser um instrumento de dominação. Para tanto, no intuito de reproduzir relações sociais de acordo com o entendimento institucional, aposta na unicidade “dominação-submissão”, como conceitua Lane (2012), ao discutir as relações entre indivíduos e instituições. E, repete-se: esse mecanismo de dominação age duplamente – fora e dentro da prisão – e, diga-se, seleciona e domina principalmente uma população já

vulnerável em liberdade. O edifício prisional consistiria, assim, numa demonstração derradeira de poder.

(Os percursos e o simbólico)

Rememorando os resultados do estudo sintático, um exemplo que pode ser dado a respeito da pretensa dominação pleiteada pela instituição penal, são os rituais de passagem aos quais os internos devem ser submetidos. A triagem, quando o indivíduo passa por uma prévia seleção precedida por uma classificação, é o primeiro deles. Mas continua. Uma vez que se adentra o espaço penal, na qualidade de pessoa a ser dominada, as rotinas são planejadas para serem extremamente controladas. Os estudos constataram que, a depender do percurso e das restrições do modelo, os rituais de deslocamento incorporam mais ou menos corredores, antecâmaras, detectores de metais e recintos exclusivos para o procedimento de revista; mas sempre incorporam.

No espaço penal esse tipo de dominação é projetualmente naturalizado, a perceber pela previsão dos cotidianos procedimentos de revista, que sustentam a intenção de dominar os ditos visitantes e estabelecer a submissão do grupo social ao qual pertencem a um outro grupo social, o dos habitantes. Todavia, tal como pensa Buffard (1973), uma ação como esta é propensa a consolidar uma resposta do corpo, ou do eu, revistado/ violentado, pois o procedimento de revista é sempre uma violação, qualquer que seja a delicadeza que lhe imponha, ele agride, ao mesmo tempo, o corpo físico e o corpo simbólico.

A intenção de dominar pessoas em suas rotinas dentro da prisão é característica do processo de institucionalização em seu modo totalitário. O edifício prisional é programado para inspecionar todas as rotinas de visitantes presos. Quando se vai da cela para o pátio, o refeitório, o salão de visitas, a oficina ou a sala de aula, todos os trajetos, a pensar pela racionalidade da configuração espacial, exigem a subordinação dos indivíduos para que tudo ocorra como planejado. Notadamente, os percursos traçados querem impor a mecanicidade necessária à implantação de rotinas artificiais. Para tanto, espera-se a obediência como meio essencial de submissão.

A obediência “pode ser globalmente definida como a modificação do comportamento através da qual um indivíduo responde pela submissão a uma ordem que lhe vem de um poder legítimo” (FISCHER, 1996, p. 102). A autoridade, enquanto expressão desse poder, constitui uma fonte de influência social. No entanto, no curso de se tornar um

ser institucionalizado, o indivíduo pode sucumbir a esse processo, sem mesmo ter noção de que isso aconteça, e se habituar às restrições que lhes são impostas. Dessa conjectura, Haney (2002) compreende que pessoas profundamente institucionalizadas tendem a desabituar-se da vida autônoma e livre. No caso específico do espaço penal, o autor ressalta que a mecanicidade imposta pela prisão pode causar uma “dependência institucional”, pois o indivíduo poderia ajustar-se psicologicamente a ponto de apenas reagir, não mais agir, ao internalizar o hábito de receber comandos, ou por simplesmente encontrar-se imerso num cotidiano predefinido por regras. Este quadro incluiria ainda outras sequelas, como: supercontrole emocional, alienação, isolamento social e diminuição do senso de autoestima.

Contudo, as “profanações do eu”, causadas pela deterioração da “carreira moral” do ser aprisionado, poderiam suscitar, também, em outras táticas de adaptação ao espaço, como forma de resistência e estratégia de sobrevivência (GOFFMAN, 1961). Logo, outra possível resposta às rotinas esquematizadas pela instituição total, visando à dominação dos indivíduos, poderia ser o mecanismo que a Psicologia reconhece por reactância – “uma resistência individual às pressões sociais, expressa através do desenvolvimento de uma motivação negativa, ligada a um sentimento de perda da sua independência e que se traduz por uma tendência para querer reencontrar a liberdade perdida” (FISCHER, 1996, p. 109). A principal causa desta reação é explicada a partir do conflito que se firma entre a institucionalização das rotinas e a necessidade arcaica que o humano teria de fazer prevalecer sua autonomia. Fischer (1996) ainda afirma que esta reação tende a aumentar na proporção em que diminui o sentimento de liberdade. Nos termos aqui verificados, se diria que a reactância tende a aumentar à medida que o nível de segurança institucional também aumenta.

No âmbito das instituições totais, estima-se que reações como estas fadidamente irão acontecer. Goffman (1961) já havia as identificado e cuidou de apresentar algumas de suas variações. Com base em postulações psicológicas, estima-se que elas oscilariam entre a conformidade e o desvio. A conformidade diz sobre o efeito da influência social no sentido de modificar crenças ou comportamentos sociais, pela qual o indivíduo atende às pressões sociais expostas com o fim de encaixar-se nas normas ambientes através da assimilação de comportamentos socialmente aprovados. O desvio seria o avesso; pauta-se na conduta que desrespeita as normas e que acaba por relegar o indivíduo à margem de um sistema

socioespacial (FISCHER, 1996). Das considerações feitas por Cordeiro (2017), infere-se que o comportamento recorrente dentro das unidades penais brasileiras é o desviante.

(O sistema de visibilidade e o simbólico)

Debruçando-se sobre os padrões espaciais obtidos na análise do sistema visual das unidades penais, constatou-se que, do ponto de vista dos visitantes, os campos visuais são, em sua maioria, restritos; são barrados propositadamente pela rigidez configuracional e por elementos físicos, a exemplo das paredes de barreira visual.

Em virtude disso, entende-se que a capacidade de percepção visual da pessoa presa não é considerada ou estimulada. Pelo contrário: é reprimida. Os mapas de campos visuais evidenciaram que as isovistas lançadas dentro do espaço penal são contidas pelos limites do edifício, e acabam restritas aos espaços internos. Os habitantes controlam quanto e o que pode ser visto pelos visitantes de um espaço que, segundo Cordeiro (2017), é distinguido pela aridez, mais uma vez, ocasionada pelas solicitações de segurança e controle. Nem mesmo o exterior intramuros se mostrou acessível à visão do indivíduo preso. A ele, impõe-se o estéril espaço interno, limitadamente.

Sendo assim, na visão de Sá (2003), o encarceramento estaria apto a promover uma ruptura como o meio social, o meio ambiente e com a própria natureza. Ainda de acordo com o seu entendimento, dificilmente o que se vê dentro de uma prisão, em termos espaciais, suscitará emoções e experiências positivas. Pelo contrário, estaria pronto para realçar a depressão, a agressividade, os sentimentos hostis e o constrangimento do interno em relação à sociedade. Em contrapartida, ainda para Sá (2003), a presença de elementos da cultura e da natureza que compõem a sociedade ampla, no interior das prisões, seria capaz de conformar uma ambiência²⁴ com o poder simbólico de relembrar à pessoa presa o mundo ao qual ela pertence e um dia deverá voltar.

Se para os visitantes os campos visuais são restritos, aos habitantes são concedidas as mais amplas visadas. Uma questão de privilégio para quem tem controle sobre o espaço. É oportuno relembrar o permanente olhar lançado dos postos de controle na direção das

²⁴ Thibaud (2004) compreende a ambiência como sendo uma articulação entre fatores materiais e imateriais que permeiam um espaço e definem sua identidade, influenciando no comportamento das pessoas que nele vivem ou o percorrem. Para o autor, a ambiência é reflexo de aspectos físicos, sociais e culturais que, no espaço, operam de modo inconsciente.

peessoas presas, seja em seus deslocamentos ou no desempenhar de suas atividades de rotina. Detecta-se, com esta situação, uma inevitável perda de privacidade, instaurada pelo intenso controle visual da instituição, e acumulada com o decorrer do tempo.

A privacidade das pessoas presas também se mostra comprometida pela expectativa de um fluxo acentuado nos corredores das alas de cela. Ou seja, mesmo reclusos nas celas, os indivíduos encontram-se expostos, uma vez que as grades não impedem que se veja o que acontece no interior daqueles espaços, a partir do corredor ou de outras celas. Admite-se que a intenção projetual é realmente esta – conceder o mínimo necessário de privacidade aos visitantes. O texto que dita as regras da configuração espacial do edifício prisional não garante a preservação da intimidade dos visitantes-presos.

De acordo com postulações da Psicologia ambiental, a intimidade consiste em um meio essencial para atingir fins objetivos indispensáveis, tais como o favorecimento e a avaliação pessoal, a formação da identidade do eu e a libertação emocional. A intimidade, pois, mostra-se imprescindível à organização dos papéis sociais e à regulação dos contatos. Caso seja suprimida, como em espaços com promiscuidade instituída, tal qual as prisões, tende a desencadear uma reação física nos indivíduos, que inclui o aumento da hostilidade, da violência e dos problemas psiquiátricos, cumulativamente, no curto prazo²⁵. Isto se daria em decorrência da reação à invasão de um espaço pessoal, fator que põe em risco os papéis exercidos pela intimidade (MARVAL, 2007; FISCHER, 1996).

(A (não) inteligibilidade e o simbólico)

Mas não é apenas por questões de (in)visibilidade que pode se supor uma possível depreciação cognitiva em pessoas que se encontram em situação de encarceramento. Todos os exemplares analisados comprovaram pretender funcionar como uma plataforma de desconhecimento socioespacial. Está é uma possível conclusão à qual se pode chegar após o reconhecimento dos baixos índices de inteligibilidade expostos pelos estudos sintáticos para os sistemas analisados. A lógica da não inteligibilidade socioespacial poderia, por fim, ter interferência na capacidade cognitiva social e ambiental de indivíduos que experimentam o caráter totalitário de uma prisão.

²⁵ Marval (2007) problematiza a questão da promiscuidade sob o viés da “superlotação das prisões”.

Por cognição social entende-se o “conjunto de atividades mentais de processamento de informação social, através do qual se constrói um modo de conhecimento sobre o mundo social e sobre os outros indivíduos” (FISCHER, 1996, p. 161). Por cognição ambiental entende-se o “repertório de conhecimento construído pela pessoa acerca do ambiente e seus elementos constituintes, considerando as relações e interações estabelecidas entre os mesmos” (HIGUCHI *et al.*, 2011, p. 105). Diante desses conceitos e dos padrões sintáticos identificados, parece oportuno prever mais consequências cognitivas oriundas do modo de vida ditado pelo cárcere, ao menos a partir do ponto de vista configuracional. Por serem estáticos, sistemas espaciais não inteligíveis estariam para limitar a dinâmica da vida espacial e, possivelmente, limitar também a dinâmica psíquica dos indivíduos. Este raciocínio congrega com o de Sá (2007, p. 116), ao entender que “a rotina da penitenciária associa-se à sua estrutura estática proporcionando ao preso um estreitamento do horizonte psicológico, pobreza de experiências, dificuldades de elaboração de planos a médio e longo prazo”.

(O movimento e o simbólico)

A simulação com agentes de movimento comprovou que a lógica social da prisão brasileira contemporânea prima por uma condição de estaticidade. Segundo as regras de funcionamento do edifício penal, à pessoa presa é negada a liberdade do movimento, no espaço externo, obviamente, e mesmo dentro das dependências da instituição penal. Esta condição de inércia induzida pelo espaço parece endossar uma lógica psicossocial que paralisa o indivíduo também em sua instância simbólica.

Afirma-se isto por reconhecer ser impraticável pensar em reconstrução de sujeitos sem considerar a possibilidade do movimento; visto que é através dele que o corpo direciona o indivíduo a ter compreensão do espaço e de si mesmo. Corpo, movimento e espaço conformam interseções que dão vazão à percepção (HOWES, 2005) – esta que pode ser compreendida como um conjunto de sensações, memórias e experiências ligado a um contexto socioespacial, cultural e temporal; um processo complexo travado entre o ser humano e o meio e que se faz essencial à compreensão dos sujeitos e destes com o mundo (TUAN, 1980).

Portanto, o movimento garante ao indivíduo a possibilidade de reinventar-se socialmente, constantemente. Pelos motivos expostos, justifica-se sua essencialidade para a (re)construção de uma identidade humana, pois o ato de tornar-se humano, do mesmo

modo que Souza (2007) compreende ser o ato de ressocializar-se, é um processo perene que faz parte da condição humana. Além disso, está intimamente ligado ao espaço, que não pode ser compreendido como o natural, mas o construído pelo próprio ser humano, e que é basicamente social (LANE, 2012). Logo, o conceito de ressocialização, ou a ideia de cura comportamental através do espaço, solicita fatores associados ao movimento, à transitoriedade.

Das correlações que puderam ser feitas entre um sistema espacial e suas possíveis implicações em um sistema simbólico, no âmbito do espaço prisional, no Brasil, verifica-se uma maior correspondência com os conceitos de desculturação, prisionização ou profanação do eu. Ao mesmo tempo, nota-se um distanciamento de demandas essenciais ao processo de ressocialização ou reintegração social. Tais palavras, apesar de fazerem parte do texto arquitetônico para o edifício prisional, em planta talvez estejam representadas por intenções, mas sem efeitos ou notoriedade para que possam ter suas propriedades apreendidas por um estudo sintático do espaço penal projetado.

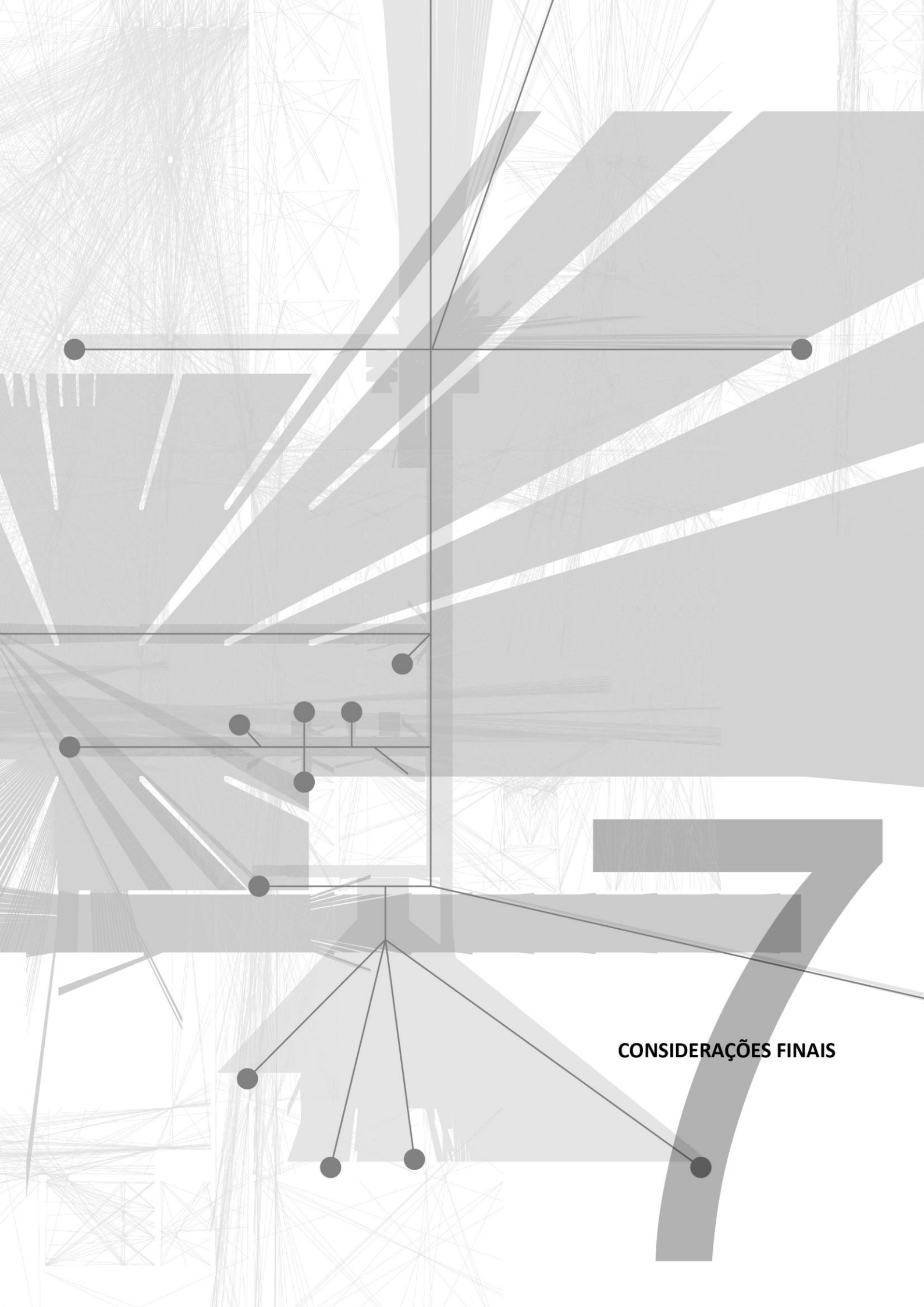
Entre as palavras que ainda possam definir o “retrato moral” da prisão brasileira contemporânea, como aqui compreendido em seu perfil psicossocial, reafirmam-se as seguintes: marginalizado, discriminatório, segregador, coercitivo, autoritário, controlador. Características que não convêm a um novo socializar e que, a valer-se pela lógica socioespacial por esta pesquisa identificada, podem ser atribuídas a todos os exemplares analisados.

Apesar da diversidade dos modelos e dos arranjos espaciais estudados, os padrões de relações identificados tendem à uniformidade, suplantando as diferenças morfológicas dos projetos. E, se as relações socioespaciais são uniformes, pressupõe-se que as implicações psicossociais também serão.

Conclui-se que os valores que permeiam o espaço penal são mesmo oriundos de uma ideia de correção moral ou social. Por este caminho, busca-se alcançar a pretensa cura comportamental, ou – o que é mais provável – o enquadramento dos sujeitos em padrões sociais e comportamentais aceitáveis. Porém, das generalizações que aqui puderam ser postas, estima-se que o espaço penal brasileiro contemporâneo é propenso a promover um

efeito contrário, que teria representação no “adoecimento comportamental”. Não à toa, Varela (1999) assegura que a prisão é um lugar povoado de maldade.

Pelo exposto, sobressaem as incompatibilidades entre o funcionamento dos modelos espaciais analisados e o que deles se espera enquanto objetos sociais. A pensar pela proposta da reintegração social de indivíduos presos, entende-se que a prisão aqui encontrada não está adequada ao cumprimento de todas as demandas sociais e institucionais a ela solicitadas. Conclui-se que trechos importantes de textos prescritivos – os que pautam a educação/ ressocialização – não foram traduzidos em espaço arquitetônico. Todavia, a punição é garantida.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

7/1/2001

É nessas horas que fico meditando: o sistema prisional é complexo e intricado, cheio de caminhos tortuosos, é uma dessas feridas em que ninguém quer mexer. Eu me sinto impotente e recolho-me ao desconforto do meu canto, na esperança de um dia termos uma radical transformação. Quem sabe, uma distribuição de renda melhor e menos impunidade para certos políticos. Não é impossível.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão apresentada pautou-se no entendimento de que a configuração espacial de um edifício é a expressão de ideias sociais que a define. O espaço seria, assim, uma produção arquitetada com base em textos que carregam as demandas de um corpo social específico, em determinada época (HILLIER e HANSON, 1984; MARKUS, 1993).

A complexidade que se instaura entre o espaço construído e a sociedade que o constrói aumenta quando se reconhece que este espaço também é regulador dos comportamentos sociais. Por estabelecer essa dinâmica, as relações espaço-sociedade e espaço-comportamento são simbióticas, e exigem a contínua transformação das partes que compõem um todo sistêmico (EVANS, 1997; HALL, 1998).

Ao analisar o princípio dessas relações, no espaço penal brasileiro contemporâneo, fazendo uso do arsenal teórico-metodológico da Sintaxe Espacial, observou-se que as propriedades espaciais que fundamentam o tipo (pretensamente) re-formador o conformam, de fato, como um tipo punitivo. Esta afirmação sustenta-se no conceito de tipo arquitetônico compreendido mediante o conteúdo relacional do espaço, e tem respaldo nas considerações que foram feitas ao longo das análises dos quatro modelos de unidades penais apresentados. As medidas sintáticas obtidas, quantitativa e topologicamente, condicionaram a entender os modelos analisados desta maneira, uma vez que a “reforma humana” pretendida, no que se refere ao conteúdo socioespacial, não poderia ser propiciada pelos padrões genotípicos encontrados.

Ao averiguar as particularidades dos sistemas convexo, axial e visual de unidades penais de pequeno, médio e grande porte – atentando para as possibilidades de acessibilidade, visibilidade e movimento, na condição da pessoa apenada – constatou-se as muitas restrições impostas por um tipo arquitetônico complexo, em todas as dimensões edilícias testadas. O perfil socioespacial da prisão brasileira contemporânea mostrou-se responsivo às demandas da punição, mas alheio às demandas da ressocialização.

O mesmo entendimento se teve quando procurou-se aproximar os resultados obtidos nos estudos sintáticos com premissas da Psicologia. As evidências apontam que o edifício prisional, em sua dimensão simbólica, corresponde mesmo ao que institui sua dimensão espacial. Por assim ser, simbolicamente, reforça o caráter punitivo da pena, ao

passo que despreza a subjetividade da pessoa presa, por não enaltecer sua identidade humana e fixar sua condição de ser marginal.

Sabe-se que a contraditória função social do espaço penal abrange punição e reeducação em ação conjunta. Contudo, contemplar estes dois processos antagônicos parece não ser possível no espaço penal brasileiro. Pelo menos não nos moldes que ele se edifica atualmente. As análises atestaram que os modelos arquitetônicos prisionais são calibrados para anular as possibilidades de reconhecimento socioespacial, e, com isso, tendem a anular, também, as possibilidades de socialização. Por consequência, o discurso da ressocialização não se materializa nas relações configuracionais do espaço.

Admitindo, por ora, uma postura reformista e pensando na possibilidade de calibrar esse modelo, de modo a torná-lo condizente com seus propósitos re-formadores, pontua-se que a prisão brasileira deveria, assumidamente, subverter sua lógica socioespacial, com o fim de tornar-se uma estrutura espacial mais permissiva em suas relações internas e mais porosa em suas trocas com o exterior.

Dentre os meios que aqui possam ser citados, no âmbito espacial, esta subversão poderia se configurar com mais conectividade e integração e menos profundidade. Com maiores aberturas e mais permeabilidade. Com menos controle e mais inteligibilidade. Com mais simetria. Para, então, estimular o movimento, os encontros, a troca com o meio e com o outro; promover o contato com a sociedade ampla; preservar a conexão dos sujeitos presos com sua identidade livre; estimular o convívio social; tornar-se um espaço de vivificação. Só assim, talvez, pudesse se cogitar a possibilidade de o espaço prisional alinhar-se ao texto que pauta a ressocialização, além de atender ao texto punitivo, que se faz mediante a supressão do direito de ir e vir dos indivíduos.

É evidente que uma mudança dessa magnitude resultaria no desmantelamento do modelo vigente de tal maneira que, ao fim, por ventura, ele não mais pudesse ser reconhecido como uma prisão. Talvez, concebesse mesmo um novo modelo institucional. Todavia, entende-se ser improvável, na atual conjuntura do país, projetar uma prisão com base em um texto “subversivo”. Mas, se se endossa a tese de que o espaço é uma construção social capaz de estimular o comportamento humano, e se defende que as instituições prisionais devem existir e cumprir uma função social - que abrange promover meios de ressocialização, bem estar e justiça sociais - a possibilidade de subversão do

modelo há de ser considerada. Caso contrário, admite-se a prisão tal qual ela é – um espaço meramente punitivo; objeto edificado para consolidar o controle social por meio da dominação de corpos socialmente excluídos e estigmatizados.

Sustentar esta premissa é atestar a obsolescência das prisões. Pois a efetiva reforma desta instituição – no que compete à Arquitetura, no contexto contemporâneo do Brasil – acarretaria na sua abolição por consequentemente culminar na emergência de um novo modelo arquitetônico e institucional. Prontamente, considerando que o modelo de prisão atualmente instaurando no Brasil é representativo dos casos aqui analisados, vislumbra-se que, na intenção de calibrá-lo aos ideais reformistas, as intervenções no sistema espacial se dariam na direção de apreender argumentos da proposta abolicionista de Davis (2009), quando propõe a criação de novas instituições que substituam as prisões.

A problemática a respeito da abordagem arquitetônica a ser empregada no edifício de uso prisional, além da sua função paradoxal, reside no fato de pessoas presas constituírem um grupo de difícil defesa perante a sociedade. Isto se transforma num entrave à discussão e reformulação do sistema prisional. Contudo, dada a complexidade do tema e do próprio sistema prisional, fica entendido que a reestruturação do aparelho penitenciário é necessária e só se faz possível a partir de uma abordagem holística. Esta ação exige estudo e trabalho multidisciplinares, o que envolve a Arquitetura na reedição de um texto socioespacial que ainda hoje manifesta as ideias de atores sociais inquisitivos.

Especialmente, estas prerrogativas dão poder às engrenagens de um aparelho coercitivo; a um sistema espacial com condições de afetar negativamente um sistema simbólico, acarretando em danos de ordem perceptiva e cognitiva a quem se encontre em situação de aprisionamento e, portanto, de sujeição institucional. Afirma-se isto porque na ocasião das análises registrou-se que, no interior do espaço penal, visitantes do edifício reverso estão propensos a serem sequestrados de si mesmos, graças às regras espaciais de uma estrutura segregadora, profunda, assimétrica, classificatória e de baixas anelaridade, visibilidade e inteligibilidade. Valendo-se desses parâmetros, a dimensão espacial instaura a reclusão e propicia o controle dos fluxos, das visadas, da co-ciência, da co-presença; e atua nas vontades, nas intenções e nos comportamentos do humano preso. Intenta dominá-lo.

Logo, em termos socioespaciais, repete-se: a prisão brasileira contemporânea se consolida como espaço de controle e punição. Os padrões espaciais de barreiras e

permeabilidades e de opacidades e transparências estão de acordo com tais propósitos. Esta lógica socioespacial guarda uma lógica psicossocial que enquadra a instituição em questão como um espaço de mortificação; catalisador do sentimento de prisionização. Estas são expectativas inferidas das correspondências identificadas entre os padrões espaciais constituídos, a vida espacial que regem e as consequências simbólicas e psicológicas que, provavelmente, podem engendrar. Logo, ao invés de cura, a lógica psicossocial desta prisão estaria apta a desencadear, ou agravar, um adoecimento comportamental. Ou, no mínimo, pode-se considerar que a instrumentalização de suas propriedades espaciais não condiciona às propriedades terapêuticas que supostamente almeja.

A lei brasileira estipula condições efetivas de ressocialização por meio da execução penal (BRASIL, 1984), entretanto, a coadunação entre Teoria da Lógica Social do Espaço e princípios da Psicologia, ou entre um sistema espacial e um sistema simbólico, firma o que reconhece Cordeiro (2017), ao analisar o espaço penitenciário brasileiro “de perto e de dentro”: existe uma enorme distância entre a teoria humanista da ressocialização e a utilização do espaço arquitetônico como instrumento para aplicação dessa teoria. Desse feito, através das “estufas de modificar pessoas” (GOFFMAN, 1961), as possibilidades de reintegração social transformam-se tão somente em “mitos da ressurreição” (FOUCAULT, 1977). Sobre isso, ironicamente, diria ainda Foucault (1977), o sucesso da prisão é tão grande que há séculos ela existe produzindo os mesmos efeitos.

De acordo com o que se pôde constatar, através das análises, explicita-se quão negativos podem ser os efeitos oriundos do espaço prisional para pessoas encarceradas em edifícios prisionais brasileiros. E, a partir das discussões trazidas por diversos autores, registra-se que os danos estão propensos a recair sobre uma população específica – negra, pobre e jovem. Em última instância, esses danos se estendem a toda sociedade, que, valendo-se do discurso da violência urbana e de seus condicionantes, tranca-se e priva-se da vida pública, como observa Caldeira (2003). Partilhar espaços, especialmente os públicos, torna-se uma ameaça. Uma “estranheza”; citando Biar (2016), novamente. Um conflito entre realidades e seres diferentes; entre classes sociais – na luta que para Davis (2009, 2016, 2018) e Wacquant (2011) explica a emergência e a manutenção do aparelho penitenciário como um instrumento racista e classista.

[...]

*Com negros torsos nus deixam em polvorosa
A gente ordeira e virtuosa que apela
Pra polícia despachar de volta
O populacho pra favela
Ou pra Benguela, ou pra Guiné*

*Sol, a culpa deve ser do sol
Que bate na moleira, o sol
Que estoura as veias, o suor
Que embaça os olhos e a razão*

*E essa zoeira dentro da prisão
Crioulos empilhados no porão
De caravelas no alto mar*

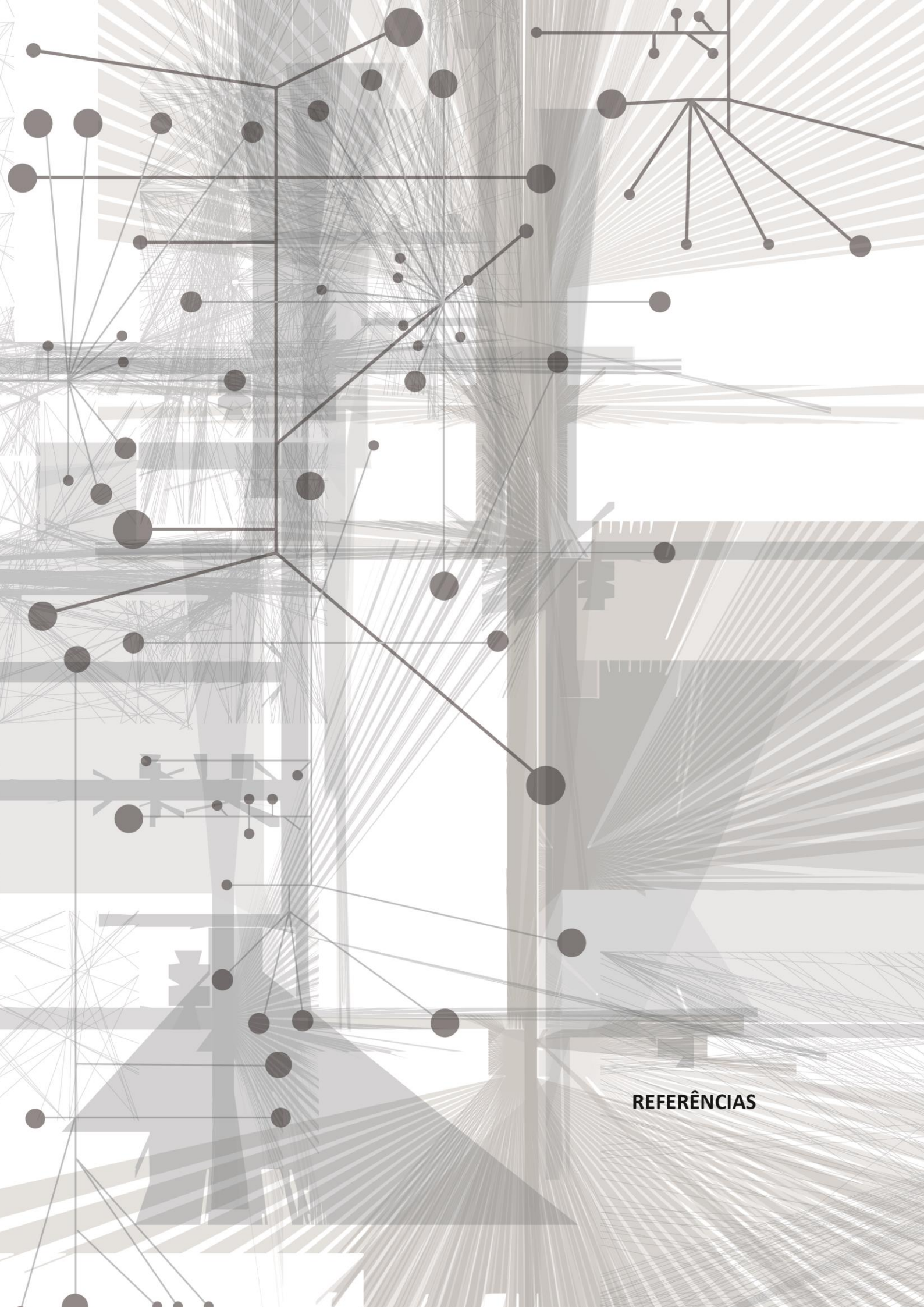
*Tem que bater, tem que matar, engrossa a gritaria
Filha do medo, a raiva é mãe da covardia²⁶*

[...]

Mas, cada qual trancar-se em suas individualidades não soluciona o problema. Pelo contrário, o agrava.

A pensar pelas lições que puderam ser extraídas da realidade aqui abordada, mostra-se ser mais assertivo o entendimento de que todas as pessoas devem compreender-se enquanto um corpo social coletivo. E que, em pensamento análogo ao de Baratta (1990), ninguém se sinta totalmente desvinculado da população prisional; tampouco esta não se perceba como parte integrante da sociedade mais ampla. Enquanto não houver essa equalização – e também meios providenciais de justiça e bem estar sociais – dadas as devidas proporções e respeitadas as evidentes diferenças, toda a sociedade estará fadada a ser inserida em um contexto de prisão. Voluntária ou involuntariamente.

²⁶ Na canção “As caravanas”, composição de Chico Buarque.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Flávio Mourão. **O edifício inimigo**: a arquitetura de estabelecimentos penais no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ARAÚJO JR., João Marcelo de; LYRA, Roberto. **Criminologia**. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

ALGARRA, Javier García. **La Reforma Carcelaria en el pensamiento ilustrado y sus modelos arquitectónicos**. UNED, 2007. Disponível em: <http://maytediez.blogia.com/temas/historiadel-arte>. Acesso em: 05 mar. 2018.

ALLPORT, F. H. **Social Psychology**. Boston: Houghton Mifflin Company, 1924.

AL_SAYED, K., TURNER, A., HILLIER, B., IIDA, S., PENN, A. **Space Syntax Methodology**. London: Bartlett School of Architecture, UCL, 2014.

AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho**: a história secreta do crime organizado. Rio de Janeiro: Record, 1994.

AMORIM, Luiz. **A sintaxe do espaço penitenciário**. In: Congresso Nacional de Segurança Pública, Maceió, jun. 2008.

_____. Da origem de sistemas espaciais. **Revista projetar**: projeto e percepção do ambiente. Edição especial de lançamento, abril, 2016, p. 75-83.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Informe 2016/17**: o estado dos Direitos Humanos no mundo. Anistia Internacional, 2017.

ARCHELLO. **East Jutland State Prison**. Disponível em: <https://archello.com/project/east-jutland-state-prison>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ARCHDAILY. **Halden Prison**: Erik Møller Arkitekter + HLM arkitektur - the most humane prison in the world. Disponível em: <https://www.archdaily.com/154665/halden-prison-erik-moller-arkitekter-the-most-humane-prison-in-the-world>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ARNHEIM, Rudolf. **The dynamics of architectural form**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1977.

AZEVEDO, José Eduardo. A Penitenciária do Estado: a preservação da ordem política paulista. **Revista do Conselho Nacional de Política Penitenciária**, Brasília, v. 1, n. 9, jan./ jun. 1997.

BARATTA, A. **Ressocialização ou controle social**: uma abordagem crítica da reintegração social do sentenciado. 1990. Disponível em: <http://www.eap.sp.gov.br/pdf/ressocializacao.pdf>. Acesso em: 25 maio 2019.

BARRETO, Paulo Thedin. Casas de Câmara e Cadeia. **Arquitetura Oficial – Revista do IPHAN**. São Paulo, Fau/Usp, v. 4., 1978.

BAUM, William M. **Compreender o Behaviorismo**: comportamento, cultura e evolução. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BBC NEWS. **Is this a luxury prison?** Disponível em: <https://www.bbc.com/news/av/world-43261564/is-this-a-luxury-prison>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas** [versão eletrônica]. 1764. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/eb000015.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

BECK, Mateus Paulo. **Visão, arquitetura e movimento**: o discurso de Paulo Mendes da Rocha na pinacoteca do Estado de São Paulo. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

BENEDIKT, M.L. To take hold of space: isovists and isovist fields. **Environment and planning B**. v.6, p. 47-65, 1979.

BELARMINO, Gonçalo. **A galeria dos condenados e a institucionalização da memória na Casa de Correção (1859-1876)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

BENELLI, S. J. Foucault e a prisão como modelo institucional da sociedade disciplinar. In: **A lógica da internação**: instituições totais e disciplinares (des)educativas. São Paulo: UNESP, 2014.

BENTHAM, J. 1961. O panóptico ou a casa de inspeção. In: SILVA, T. T. (org.). **O panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

BIAR, Marcelo. **Arquitetura da dominação**: o Rio de Janeiro, suas prisões e seus presos. Rio de Janeiro, Revan, 2016.

BITTAR, William. **Vida Urbana**: a evolução do cotidiano da cidade brasileira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

BITENCOURT, César Roberto. **Manual de Direito Penal** (parte geral). São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de execução penal**.

_____. **Portaria nº 157**, de 12 de fevereiro de 2019. Disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências.

_____. Resolução nº 03 de 13 de Setembro de 2005. **Diretrizes básicas para Arquitetura Penal**.

_____. Resolução nº 09 de 18 de Novembro de 2011. **Diretrizes básicas para Arquitetura Penal.**

_____. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro.** Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2007.

_____. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias:** junho de 2016. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias:** uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2008.

BUFFARD, Simone. **Le froid penitenciaire:** l'impossible reforme des prisons. Paris: Ed. Du Seuil, 1973.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio; OLIVEIRA, Frank de; MONTEIRO, Henrique (Trad.). **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. 2.ed. São Paulo: Ed. 34, 2003.

CALLIARI, Mauro. Vitruvius. O Parque da Juventude: o poder da ressignificação. **Arquitextos**, 2007. Disponível em:
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/14.162/5213?page=2>. Acesso em: 05 jul. 2017.

CAMARGO, Virginia da Conceição. **Realidade do sistema prisional.** 2006. Disponível em:
<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/29/71/2971//>. Acesso em: 13 dez. 2017.

CAMPOS-DE-CARVALHO. Arranjo espacial. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. (orgs.). **Temas básicos em Psicologia Social.** Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CAMINO, L.; TORRES, A. R. R. Origens e desenvolvimento da Psicologia Social. In: L. Camino, A. R. R. Torres, & M. E. O. Lima (Orgs.). **Psicologia Social:** temas e teorias. Brasília: Technopolitik, 2011.

CANTER, D. **Architectural psychology.** London: Royal Institute of British Architects, 1970.

CARRARA, Francesco. **Programa do curso de direito criminal.** Campinas, SP: LZN, 2002. v.II.

CARRARA, Kester. **Behaviorismo radical:** crítica e metacrítica. São Paulo. UNESP, 2005.

CAVALCANTE, S.; ELALI, G. (orgs.). **Temas básicos em psicologia social.** Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CHICO BUARQUE. As caravanas. In: **Caravanas**, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **BNMP 2.0 revela o perfil da população carcerária brasileira.** Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/87316-bnmp-2-0-revela-o-perfil-da-populacao-carceraria-brasileira>. Acesso em: 08 jun. 2019.

CORDEIRO, Suzann. **Até quando “ainda” faremos relicários: a função social do espaço penitenciário**. Maceió: Edufal, 2017.

_____. **De perto e de dentro: a relação entre o indivíduo encarcerado e o espaço arquitetônico penitenciário a partir de lentes de aproximação**. Maceió: Edufal, 2009.

COUTINHO, Evaldo. **O espaço da arquitetura**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 1970.

DAVIS, Angela Y. **A democracia da abolição: para além do império das prisões e da tortura**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

_____. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.

_____. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOVEY, Kim. **Framing places: mediating power in built form**. London; New York: Routledge, 1999.

D'URSO, Luiz Flávio Borges. Linhas Mestras para Construção, Arquitetura e Localização de Estabelecimentos Penais. **Arquivos do Ministério da Justiça**, Brasília, v. 48, n.185, p. 131-154, jan./jun. 1995.

ELZA SOARES. Haiti. In: **Do Cócix Até o Pescoço**, 2002.

ESTECA, Augusto Cristiano Prata. **Arquitetura penitenciária no Brasil: análise das relações entre a arquitetura e o sistema jurídico-penal**. Brasília: UnB, 2010.

EVANS, Robin. Figures, doors and passages. In: _____. **Translations from drawing to building and other essays**. MIT Press: Massachusetts, 1997. p. 54-91.

FISCHER, Gustave-N. **Os conceitos fundamentais da psicologia social**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

_____. **Psicologia social do ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder** [versão digital]. 1978. Disponível em: https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foulcault.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

_____. **Vigiar e punir: história das violências nas prisões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

FRANÇA, Fátima. Psicologia Penitenciária. **Revista Psique: Ciência e Vida**. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://psiquecienciaevida.uol.com.br/ESPS/Edicoes/63/artigo212039-1.asp>. Acesso em: 26 jan. 2019.

FRIIS & MOLTKE ARCHITECTS (Site). **State prison in Jutland**. Disponível em: <https://friis-moltke.com/architecture/civic/state-prison-in-east-jutland/>. Acesso em: 12 mar. 2019.

GARBELINI, Sandra Mara. Arquitetura prisional: a construção de penitenciárias e a devida execução penal. **Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária**, Brasília, DF, v.1, n.18, p.145-159, jan-jun 2005.

GARCÍA BASALO, J. Carlos. Introducción a la Arquitectura Penitenciária. **Revista Penal y Penitenciária**, Buenos Aires, n. 91/94, tomo XXII, p. 41-132, 1959.

GARLAND, David. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: Unesp, 2001.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

GRECO, Rogério. **Sistema prisional**: colapso atual e soluções alternativas. Rio de Janeiro, Impetus, 2016.

GRIZ, Cristiana M. S. **Poder, hierarquia e controle**. Recife: UFPE, 2004.

HALL, Edward T. **A dimensão oculta**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1998.

HANEY, Craig. **The psychological impact of incarceration**: implications for post-prison adjustment. California: University of California-Santa Cruz, 2002.

HANSON, J. **Decoding homes and houses**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HASSIB, Zolfar. **4 walls**: the internal effects of the prison archetype. Kindle editions. 2015.

HERAS, Ion F. de las. A prisão como arquitetura menor. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v.9, n. 3, p. 463-480, set./dez. 2015 .

HIGUCHI, M. I. G; KUHNEN, A.; BOMFIM, Z. A. C. Cognição ambiental. In: CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011.

HILLIER, B. **Space is the machine**: a configurational theory of architecture. London: UCL Press, 1996.

HILLIER, B.; HANSON, J. **The social logic of space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HILLIER, B.; HANSON, J.; GRAHAM, H. Ideas are in things: an application of the space syntax method to discovering house genotypes. **Environment and Planning B – Planning and Design**, v.14, p.363-385, 1987.

HILLIER, B.; HANSON, J. PEPONIS, J. What do you mean by building function? In: POWELL, J. A.; COOPER, I.; LERA, S. **Design for building utilization**. London; New York: Spon, 1984.

HILLIER, B. PENN, A. **A visible Colleges**: structure and randomness in the place of Discovery, 1991.

HILLIER, Bill; PENN, Alan; HANSON, Julianne; GRAJEWSKI, T.; XU, J. Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement. **Environment and Planning B: Planning and Design**, v. 20, n. 1, p. 29 -66, 1993.

HLM ARKITEKTUR. **Halden Prison**. Disponível em: <https://hlm.no/en/projects/halden-prison>. Acesso em: 12 mar. 2019.

HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exceção**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

HOWES, D. **The empire of the senses**: the sensual culture reader. New York: Bergs Publishers, 2005.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Direitos humanos vivem pior momento desde o pós-Guerra**. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2017/05/07/303754>. Acesso em: 21 fev. 2019.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, BADER (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

JOHNSON, Paul-Alan. **The theory of architecture**: concepts, themes and practices. New York: Van Nostrand Reinhold, 1994.

JOHNSTON, Norman. **Forms of constraint**: a history of prison architecture. Illinois: University Illinois Press, 2000.

JORGE, Wilson Edson. **O Sistema Penitenciário de São Paulo e os projetos de estabelecimentos prisionais**: avaliação da contribuição profissional em projetos para o sistema. São Paulo: FAU/USP 2000.

LANE, Silvia T. M. **Psicologia Social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 2012.

LE BON, Gustave. **Psicologia das multidões** [versão digital]. Paris: Presses Universitaires de France, 1895.

LEITÃO, Lúcia. **Onde coisas e homens se encontram**: cidade, arquitetura e subjetividade. São Paulo: Annablume, 2014.

LONDON LIVES. **Bridewell prison and hospital**. Disponível em: <https://www.londonlives.org/static/Bridewell.jsp>. Acesso em: 20 abr. 2019.

LOUREIRO, Cláudia. **Classe, controle e encontro**: o espaço escolar. São Paulo: USP, 2000.

MAIA, Clarissa Nunes et al. **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

MARKUS, T. A. **Buildings and power: freedom e control in the origin of modern building types**. London: Routledge, 1993.

_____. A. **Order in space and society: architectural form and its context in the Scottish enlightenment**. London: Mainstream, 1987.

_____.; CAMERON, Deborah. **The words between the spaces: building and language**. London; New York: Routledge, 2002.

MARVAL, Jean. **Psicologia ambiental**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

MATHIESEN, Thomas. **Abolicionismo penal**. Buenos Aires: Ediar, 1989.

MATHIESEN, Thomas. A caminho do século XXI — abolição, um sonho impossível? **Revista Verve – PUC-SP**, São Paulo, p. 80-111, 2003.

MEDEIROS, Valério Augusto Soares de; HOLANDA, Frederico de. A configuração como estratégia para o planejamento urbano: cidades brasileiras e mundiais. In: CONGRESSO LUSO-MOÇAMBICANO DE ENGENHARIA, 5., 2008, Maputo. **Anais...** Maputo: Faculdade de Engenharia do Porto, 2008. Disponível em: <http://paginas.fe.up.pt/clme/208/>. Acesso em: 12 jan. 2018.

MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. **Urbis Brasiliae ou sobre cidades do Brasil: inserindo assentamentos urbanos no país em investigações configuracionais comparativas**. Brasília: UnB, 2006.

MENDES, S. D. **(Re)pensando a criminologia: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista**. Universidade de Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.unb.br/handle/10482/11867>. Acesso em: 15 ago. 2017.

MIRABETE, J.F. **Manual do Direito Penal: parte Geral**. São Paulo, Atlas, 2002.

MOSER, Gabriel. Psicologia ambiental. **Revista Estudos de Psicologia**: [versão online], Natal, v.3, jan./jun. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1998000100008. Acesso em: 13 jan. 2018.

MUIR, Rick; LOADER, Ian. **Tomorrow's prisons: designing the future prison state**. London: Institute for Public Policy Reserch, 2010.

NASCIMENTO, Cristiano. **Até os limites do tipo: emergência, adequação e permanência das propriedades sócio-espaciais dos edifícios de re-formação**. Recife: UFPE, 2008.

ORNSTEIN, S. W. Arquitetura, Urbanismo e Psicologia Ambiental: uma reflexão sobre dilemas e possibilidades da atuação integrada. **Psicologia USP**, ano 16, n. 1/2, p. 155-165, 2005.

PAGÉS, R. **La psychologie écologique**: applications validatrices ou analyse de mécanismes? XVII Congresso Internacional de Psicologia aplicada, Cad. Red. Institut de l'environnement, v.1, p.61-71.

PEDROSO, Regina Célia. Utopias penitenciárias. Projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil. **Jus Navegandi**, Teresina, ano 8, nº 333, 5 jun. 2004. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=5300>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

PERROT, Michelle. O inspetor Bentham. In: SOUZA, Tomaz Tadeu de (Org.) **O panóptico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PRANDO, Camila Cardoso de Mello; DUARTE, Evandro Charles Piza. Fluxo e apropriação: a codificação racial nos escritos da Criminologia Positiva e da Criminologia Crítica. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE CRIMINOLOGIA CRÍTICA DO BRASIL, II. Vitória, ES, jul. 2015.

PSARRA, Sophia. **Architecture and narrative**: the formation of space and cultural meaning. Milton Park, Abingdon, Oxon; New York: Routledge, 2009.

RIO DE JANEIRO. GOVERNO DO ESTADO. **Projeto de conjunto penal vertical**. Rio de Janeiro: Secretaria de Infraestrutura e Obra, 2019.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Reincidência Criminal no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

RODRIGUES, Aroldo. **Aplicações da psicologia social**. Petrópolis, Vozes, 1981.

RODRIGUES, Humberto. **Vidas do Carandiru**: histórias reais. São Paulo: Geração editorial, 2002.

SÁ, Alvino Augusto de. A recuperação dos sentenciados e a questão do exame criminológico versus parecer das comissões técnicas de classificação. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, 1996.

_____. A “ressocialização” do preso e a terceirização de presídios: impressões colhidas por um psicólogo em visita a dois presídios terceirizados. **Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito federal e Territórios**, Brasília, ano 11, n.21, p.13-19, jan./jun. 2003.

_____. Arquitetura Carcerária e Tratamento Penal. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 79, n. 651, p. 247-257, jan. 1990.

_____. **Criminologia clínica e Psicologia Criminal**. São Paulo: RT, 2007.

SÁ NETO, Flávio de. **Punir, recuperar, lucrar**: o trabalho penal na Casa de Detenção do Recife (1862-1879). Recife: UFPE, 2015.

SABOYA, Renato. Urbanidades: Urbanismo, Planejamento Urbano e Planos Diretores. **Sintaxe Espacial**. 2007. Disponível em: <http://urbanidades.arq.br/2007/09/sintaxe-espacial/>. Acesso em: 12 mar. 2018.

SENNA, Mauro Mendonça, **O conforto ambiental na arquitetura penitenciária: um estudo de caso da cela individual de Bangu**. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 1994.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SOMECK, Nádia. A reconstrução das utopias. **Vitruvius – Resenhas online**. 2010. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/09.107/3814>. Acesso em: 04 jan. 2018.

SOUSA, Alberto. Uma joia arquitetônica do Brasil imperial: a antiga casa de detenção do Recife. **Vitruvius – Arqtextos**. 2015. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/16.187/5888>. Acesso em: 10 jul. 2017.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, João Francisco. **Educação popular: participação e exclusão na América Latina hoje**. Recife: Bagaço, 2007.

SKINNER, Burrhus Frederic. **Sobre o behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, 2006.

STRETTON, Anna. **Tomorrow's prisons: reclaim another woman**. Hamilton: Stretton Foundation, 2018.

SUN, Érika. **Pena, prisão, penitência: a arquitetura prisional no Brasil**. Brasília: UnB, 2008.

THIBAUD, J.P. O ambiente sensorial das cidades: para uma abordagem de ambiências urbanas. In: TASSARA, E. T.; RABINOVICH, E. P.; GUEDES, M.C (orgs.). **Psicologia e ambiente**. São Paulo: EDUC, 2004. P. 347-361.

TUAN, Yi-F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

TURNER, A.; DOXA, M.; O'SULLIVAN, D.; PENN, A. From Isovists to Visibility Graphs: a Methodology for the Analysis of Architectural Space. **Environment and Planning B**, n.28, v.1, p.103–121, 2001.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

VAZ, Oscar de Vianna. **A Pedra e a Lei**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

VIANA, L. Q. **A contribuição da arquitetura na concepção de edificações penais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. São Paulo: M. Fontes, 1997.

ZIMBARDO, Philip G. **Stanford Prison Experiment**. Social Psychology Network. 1999-2018.
Disponível em: <http://www.prisonexp.org/>. Acesso em: 15 dez. 2017.

WEINSTEIN, M. Coercion, Space and the Modes of Human Domination. In: PENNOCK, R.;
CHAPMAN, J. W. **Coercion**. New York: Aldine, 1972.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.